Instituto Politécnico de Tomar – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

(Departamento de Geologia da UTAD – Departamento de Território, Arqueologia e Património do IPT)

Mestrado em

ARQUEOLOGIA PRÉ-HISTÓRICA E ARTE RUPESTRE

Dissertação final:

Megalitismo e Desenvolvimento Regional:

Contribuição para o estudo de alguns monumentos da Beira Alta

Tiago Pereira

Orientador: Professor Doutor Luís Mota Figueira

Ano académico 2011/2012.

Aos meus Pais…

Megalitismo e Desenvolvimento Regional:
Contribuição para o estudo de alguns monumentos da Beira Alta

Tiago Pereira

"Para nós, o património continuará a ser, seguramente, a "egoística" pertença; mais que isso, porém, ele ultrapassa a estrita materialidade táctil e voa, qual ave etérea, em domínios do imaginário"
(Mário Assis Ferreira; in Egoísta; Património; Setembro 2004)

RESUMO

A arqueologia pode tornar-se, uma ferramenta útil, no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável, mas para isso se tornar possível, é necessário reformular as estratégias e as modalidades de gestão do património arqueológico. Esta dissertação apresenta, os resultados de uma investigação desenvolvida, sobre alguns monumentos megalíticos, na região da Beira alta. Foi necessário, visitar os monumentos para que se pudesse, analisar os modelos de gestão actuais, desenvolvidos em cada um dos monumentos da amostra, assim como, aplicar inquéritos, às populações e aos turistas que visitam estes monumentos. Com a finalidade, de se conseguir propor um novo modelo de gestão destas estações arqueológicas, de forma a estes se tornarem auto-sustentáveis, baseando-se nestes elementos essenciais: conservação e preservação do património, população local e turistas. Acreditamos, que a arqueologia pode ter um papel muito importante, tanto na economia, como no processo sustentável, de desenvolvimento social e cultural.

Palavras-Chave: Arqueologia, Turismo, Gestão estratégica do património cultural, desenvolvimento sustentável

ABSTRACT

Archaeology can become a useful tool for sustainable development, but for this to become possible, it is necessary to reformulate the strategies and methods of archaeological heritage management. This dissertation presents the results of a research carried out in some megalithic monuments in the region of Beira Alta. It was necessary to visit the monuments which, could analyze current models developed in each of the monuments, as well as conducting surveys, the population as well as tourists visiting these monuments. This for, if you can propose a new model for managing these archaeological areas, that is self-sustainable, that is based on these key elements: conservation and preservation of heritage, local population, tourists. We believe that archeology can have a very important role in the economy and in the process of sustainable social and cultural development.

Key-Words: Archaeology, Tourism, Cultural heritage strategic management, Sustainable development

Índice

Introdução 7

Capítulo I – O problema e o seu contexto. 9

1.Apresentação e objectivos gerais da dissertação 9

2.Metodologia e Estrutura da Dissertação. 11

Capítulo II – O Megalitismo na Beira Alta 15

1. Enquadramento Geográfico, Geológico e Geomorfológico. 15

2.Introdução ao Megalitismo e Histórico de pesquisas. 17

3.Antas ou Dólmens – Estratégias de implementação na Paisagem. 21

4. Dólmens ou Antas – Significado 22

5. As comunidades Construtoras 23

Capitulo III – A Gestão dos Sítios Arqueológicos 24

1.A Paisagem (Natural e Cultural) 24

2. A valorização dos Sítios Arqueológicos 26

3. Sítios a valorizar (Critérios) 29

4. As intervenções possíveis nos sítios arqueológicos a valorizar. 32

5. Arqueologia e Turismo 40

6. Património Cultural, Desenvolvimento e Turismo 42

7. Consolidação, Restauro, Valorização e Promoção Turístico/Cultural 43

8. Planos de gestão de Património Arqueológico (Metodologia Especifica) 45

Capítulo IV – Descrição dos Sítios Arqueológicos em Estudo 53

1. O Dólmen de Areita 53

2.A Necrópole Megalítica da Senhora do Monte 68

3.Necrópole Megalítica da Lameira de Cima 88

4.A Anta da Pêra do Moço 101

5.A Arca do Penedo do Com (Penalva do castelo, Viseu) 109

6.Circuito Pré-Histórico da Nave (Moimenta da Beira, Viseu) 119

Capítulo V – Apresentação e Análise Estatística dos Inquéritos 132

1.Introdução 132

1.1.Análise da Amostra 135

1.1.1. Análise dos inquéritos da Anta Perâ do Moço 135

1.1.2. Análise dos inquéritos da Anta Penedo do Com 143

1.1.3. Análise dos inquéritos da Necrópole Megalítica da Nave..... 153

1.1.4. Análise dos inquéritos da Necrópole Megalítica da Lameira de Cima 162

1.1.5. Análise dos inquéritos da Necrópole da Senhora do Monte..... 172

1.1.6. Análise dos inquéritos do Dólmen da Areita..... 183

1.1.7. Análise global dos inquéritos 193

2.Propostas de um novo modelo de gestão estratégica para os monumentos megalíticos..... 201

Considerações Finais 205

Bibliografia..... 209

Índice de Figuras 216

Índice de Tabelas 220

Índice de Gráficos..... 221

Índice de Quadros..... 222

Apêndice 1 223

Introdução

O Património é um conceito que inclui diversas variantes, cultural, natural, histórico, geológico e o património arqueológico, este último parece ser entendido como acto cujo objectivo é "apenas" a conservação e a preservação de sítios, estruturas em elevado, monumentos cuja percepção do valor é mais ou menos alta, assim como os espólios de museu. Embora esta tendência esteja em fase de inversão, em favor de novas formas de entender o património cultural e natural, como recurso dinâmico para o desenvolvimento local. Ainda assim, resultam formas inadequadas nos seus modelos de gestão. O presente trabalho, visa identificar tais modelos de gestão, assim como analisá-los. Tendo como objectivo final, tentar dar respostas a estes modelos inadequados, de forma a serem orientados às exigências da sustentabilidade dos Sítios Arqueológicos descritos no presente estudo.

O conceito, de gestão do património, tomou maior enfâse nos anos 70 com o princípio de sustentabilidade. Isto fez com que se use e desenvolva o conceito de património para sustentar valores e significados, dando-lhe um uso compatível. Convém mencionar que, o desenvolvimento mais importante da abordagem sobre a gestão envolve o princípio da sustentabilidade. Esta sustentabilidade tem ser vista de diferentes formas, tais como a sustentabilidade socio-económica e a sustentabilidade turística.

Este trabalho nasce da curiosidade do autor na abordagem dos trabalhos de conservação e valorização de alguns dos monumentos megalíticos na Beira Alta, já que nos anos 80, há um aumento de monumentos a comportarem processos de valorização. Curiosidade ganha em algumas visitas, enquanto estudante, foi-lhe possível observar que os monumentos não estavam a ser "tratados" com a dignidade que merecem. Neste trabalho o autor tenta aproximar-se através dos resultados de inquéritos à população e turistas na envolvente de cada Sítio Arqueológico, com o intuito de saber o porquê do estado actual dos monumentos, se por descuido das entidades que os tutelam, se porque as populações não lhe dão o devido valor, se os mesmos estão a ser integrados na actividade turística da região, e por fim, qual é a sua utilidade actual. Houve um momento em que a necessidade de escavações arqueológicas foi perceptível assim como a sua conservação e restauro. Assim estamos perante seis Estações Arqueológicas,

algumas apenas um monumento isolado (Dólmen) e outros com grandes conjuntos (Necrópoles).

Esta dissertação, tem como fim avaliar as formas de gestão do património arqueológico na região em estudo, e poder encontrar outras formas que assentem sobretudo nos princípios da sustentabilidade, para poder dar um contributo a esses modelos de gestão, com a criação de um modelo que tem em conta não só as limitações dos modelos anteriores, assim como os resultados positivos das "experimentações" realizadas até agora na área da gestão do património.

Com este estudo espera-se ajudar a dar um melhor rumo na gestão do património, principalmente nos Monumentos Megalíticos em estudo.

Capítulo I – O problema e o seu contexto.

1.Apresentação e objectivos gerais da dissertação

A Região da Beira Alta em termos arqueológicos, é conhecida em sua maior parte por um grande aglomerado de Monumentos Megalíticos. Muitos destes sofreram processos de escavação e posterior conservação e restauro, com o intuito de se reflectirem no turismo, a nível social - económico e também na área da investigação científica, são estes os aspectos tratados no presente estudo. Alguns destes trabalhos resultaram em teses de Mestrado e de Doutoramento.

O megalitismo da Beira Alta não é circunscrito à sua região administrativa, estendendo-se também a uma parte da Beira Litoral, onde o distrito de Aveiro, com cerca de 120 monumentos identificados, o distrito de Viseu, com cerca de 300 monumentos, formando uma verdadeira zona megalítica, a mais importante concentração da Região Centro. Com um vasto leque destes monumentos megalíticos presentes na mesma região, o autor escolheu alguns considerados mais importantes e mais significativos e que sofreram uma intervenção mais cuidada. Os mesmos vão ser enunciados no ponto da metodologia do presente trabalho. É nesta região que aparecem os primeiros núcleos notórios de sepulturas megalíticas, regra geral implantadas com uma certa homogeneidade, e só distanciadas por algumas dezenas de metros, com decoração que engloba a pintura e/ou a gravura nas superfícies internas dos seus esteios, manifestações que acentuam o cariz místico/religioso das sepulturas pré-históricas.

É importante salientar que existiu uma época em que a intensificação de trabalhos nos monumentos foi notória, alguns foram monitorizados, outros explorados cientificamente, em escavações e também acções de conservação e restauro. Sabendo que grande parte os monumentos desta região sofreram esse tipo de acções, é importante conhecermos os seus resultados, ou seja, falamos num contexto social, é importante sabermos se as populações dão mais valor a estes por terem sido recuperados, ou quando em ruínas, aferir também se aquele tipo de intervenção foi uma acção importante.

Quando falamos em gestão património cultural, neste caso concreto o património arqueológico, esta é entendida com um "único" objectivo: a conservação e a

preservação dos sítios; estruturas em cota positiva; se estes monumentos podem ter um valor mais alto ou não, qualidade dos espólios exumado e "exibidos" num museu. Contudo são implementadas novas maneiras de entender o património cultural e natural como um recurso dinâmico para o desenvolvimento local, mas disto resultam formas inadequadas às boas práticas de gestão.

Este projecto nasce com a intenção de estudar os modelos de gestão de cada um dos monumentos da amostra e analisá-los. Assim, serão dadas orientações e apresentadas propostas pela criação de um modelo novo, mais completo e adequado à gestão patrimonial do acervo megalítico, como um objectivo também turístico.

O estudo apresentado, visa aferir sobre o que foi feito, se foi bem feito, se devia ser de outra maneira, de forma a apresentar algumas soluções e opiniões com vista a valorizar este conjunto patrimonial, que se apresenta se forma intensa nesta região. Estes se forem inseridos, num projecto de gestão patrimonial e turísticos vão valorizar.

Neste projecto, existem dois aspectos paralelos que apostam um forte dinamismo, uma aposta forte na interdisciplinaridade na forma integrada de gerir o património arqueológico e que são:

- Património arqueológico enquanto testemunha material das "raízes" culturais da população local, à qual tem de ser "devolvida" esta herança através da apresentação e divulgação;
- Vocação turística dos monumentos megalíticos, cuja exploração tem, por sua parte, um duplo objectivo: a criação de produtos turísticos de qualidade e o crescimento sócio – económico da população no destino.

Por fim, o Autor pretende apresentar propostas que em que as populações se vejam no património, que lhes pertence e que adquiram e desenvolvam um sentimento identitário forte. Com isto poder-se-ão criar estratégias de publicitação, promovendo o turismo, seja ele local ou regional e, consequentemente, o desenvolvimento económico.

2.Metodologia e Estrutura da Dissertação.

No presente projecto é necessário seguir acções, passos e critérios. Neste sentido os objectivos propostos serão melhor alcançados.

Enquadrado no âmbito deste trabalho, pretende-se procurar novas orientações em relação às estratégias de investigação integradas na gestão do Património Arqueológico. Para atingir tais objectivos, a investigação realiza-se em diferentes fases:

1. Estudo dos modelos actuais e das tendências das organizações que assumem o papel de monitorização;
2. Estudo de caso;
3. Análise de dados existentes;
4. Formulação de um novo modelo, que abranja todos os monumentos.

Por opção do autor, a amostra a ser estudada, vai ser apresentada neste ponto (Figura 1):

- Anta Perâ do Moço (Guarda)
- Dólmen da Areita (São João da Pesqueira)
- Dólmen do Penedo do Com (Penalva do Castelo)
- Necrópole Megalítica da Nave (Moimenta da Beira)
- Necrópole da Lameira de Cima (Penedono)
- Necrópole Megalítica da Nossa Senhora do Monte (Penedono)

Figura 1- Localização dos Monumentos em Estudo

Fonte: Adaptado de http://www.drapc.min-agricultura.pt/

Vão ser recolhidos dados sobre a gestão, monitorização destes monumentos megalíticos, assim como a sua interacção com os visitantes e população local, para se proceder à sua análise a partir de diferentes perspectivas, estas feitas através de inquéritos, entrevistas e informação oral.

Neste trabalho vão apresentar-se três técnicas para a recolha de dados:

1. Auto – Avaliação dos responsáveis de cada um dos sítios arqueológicos em estudo (Câmaras Municipais);
2. Aplicação de inquéritos à população local e a turistas;
3. Observação directa por parte do investigador, dos resultados da gestão implementada.

É intenção por parte do investigador, focar atenção em:

- Relações (Culturais e Económicas) entre os monumentos megalíticos e a população;
- Integração no contexto paisagístico e cultural territorial;
- Integração no contexto sócio – económico territorial;
- Envolvimento dos técnicos de património;
- Nível de implementação de princípios de sustentabilidade;
- Grau de participação entre os actores locais;
- Estratégia de marketing cultural optada para a promoção turístico – cultural na área arqueológica junto da população e dos turistas.

Os pontos anteriormente apresentados vão ter um tratamento estatístico, de forma a sintetizar os dados recolhidos.

Os dados recolhidos com a terceira técnica aplicada, a observação directa, dizem respeito às formas de:

- Conservação actual dos monumentos;
- Acessibilidade
- Integração no contexto paisagístico territorial;

- Dinamização e apresentação ao público;
- Nível de qualidade enquanto oferta turística.

A análise destes dados vai permitir salientar as principais problemáticas e limitações no processo de tomada de decisões e qualidade de gestão dos monumentos megalíticos em estudo.

No presente capítulo (O problema e o seu contexto), foi feita uma descrição dos objectivos a alcançar no fim do estudo, assim como o enquadramento Geográfico, Geológico e Geomorfológico, dado que é importante descrever toda esta vasta região neste ponto, já que o autor sublinha uma certa importância neste ponto. Neste mesmo capítulo foi apresentada a metodologia geral do presente estudo, assim como os passos a seguir neste estudo, assim sendo o design da tese.

O capítulo dois, engloba uma descrição breve sobre o megalitismo, já que no entender do autor é importante, porque a linha condutora do presente projecto cobre a mesma temática. Este ponto permitirá, futuramente, a algum investigador que não conheça este "fenómeno megalítico", enquadrar-se no tema. No presente capítulo vai-se apresentar a forma em que estas comunidades construtoras se enquadravam com o território, é importante conhecer os monumentos e a forma como os constroem, mas também o porquê desta estratégia de implementação na paisagem. Por fim vai ser feita uma descrição do historial de pesquisas na região no que diz respeito à temática em estudo.

O capítulo três é direccionado para a gestão dos monumentos arqueológicos. Este ponto vai ser desenvolvido através da visão do autor, assim passa pelo que devem deter os sítios arqueológicos para o seu processo de valorização, passa também por explicar os planos de gestão que são mais actuais e como o autor acha que devem ser seguidos. Um plano de gestão, normalmente não é um hábito nos sítios arqueológicos, muitas vezes existem mas podemos chamá-los por "Planos de Gestão Fantasmas", por isso mesmo, convêm dizer o que é um plano de gestão, o que é que tem em conta e como se prepara um plano de gestão. Finalmente, quais os passos a fazer para a intervenção dos sítios a valorizar, que passam pelos seguintes pontos: políticas de intervenção e interpretação, reutilização e funcionalidade, placas interpretativas e itinerários, sinalização e acessibilidades.

O capítulo quatro, trata de fazer uma descrição dos sítios, ou seja, esta descrição vai ser feita com a presença do autor no campo, vai ser uma observação directa do estado em que se encontra cada um dos monumentos, isto tem que ver com a sua monitorização, desde que as intervenções, quer de escavações arqueológicas, assim como a sua conservação e restauro. Assim sendo vai ser feita uma comparação com o antes e depois.

O capítulo cinco, é considerado pelo autor o mais importante, não deixando de estar relacionado com os outros. Aqui vão ser realizados e implementados os inquéritos referentes aos habitantes da área do monumento e aos turistas, para que se saibam os impactes face aos trabalhos desenvolvidos nos sítios arqueológicos. Também neste ponto vai ser feita uma recolha de informação oral. A mesma é feita para recolher outro tipo de dados que as pessoas não respondem em inquéritos, dado que o mesmo não poder ter uma avultada informação. Do ponto de vista administrativo, vai ser descrita a uma recolha de informações "breves", nas Câmaras Municipais em que se insere a amostra, como entidades que gerem estes mesmos sítios arqueológicos. No que diz respeito a monitorização, o autor vai-se deslocar aos postos de turismo, para apurar o tipo de informação sobre os mesmos. Por fim, vai ser apresentada uma relação estatística do número de turistas na Região da Beira Alta. Todos os dados recolhidos, tanto pelos inquéritos, como a informação oral em cada um dos sítios acima mencionados, vão sofrer um tratamento estatístico, para se poder aferir de forma de que os mencionados Sítios Arqueológicos trazem boas recompensas para a região e os problemas associados a esta questão. Este aspecto revelará se vale a pena ou não fazer uma recuperação dos monumentos, nas actuais condições.

Por fim vão ser apresentadas as considerações finais, acerca de cada um dos Monumentos Megalíticos em estudo.

Capítulo II – O Megalitismo na Beira Alta.

1. Enquadramento Geográfico, Geológico e Geomorfológico.

A área abrangida pelo presente trabalho diz respeito à região tradicional da Beira Alta, o que em termos administrativos corresponde, em grande parte, aos distritos de Viseu e Guarda, abrangendo uma pequena faixa do distrito de Coimbra. (Figura 1 e 2)

Figura 2 – Localização da Beira Alta

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Beira_Alta

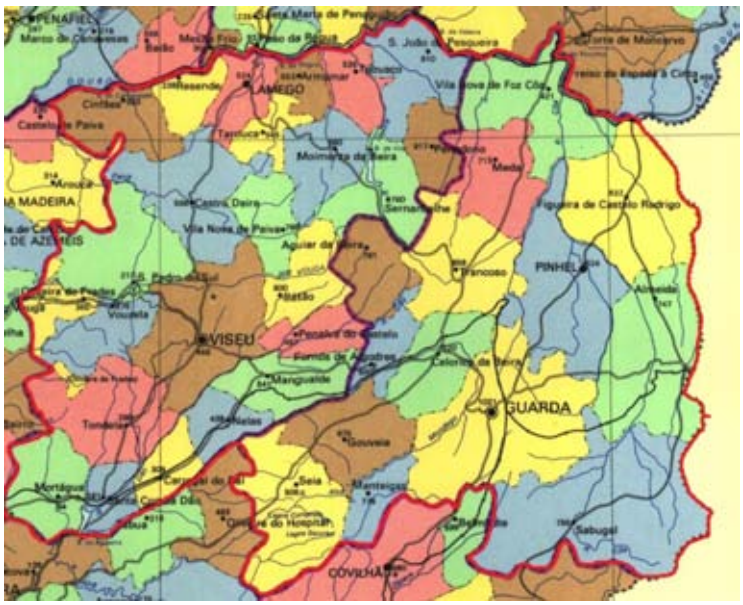


Figura 3 – Mapa dos Distritos da Guarda e Viseu.

Fonte: Adaptado da Carta Administrativa de Portugal, Escala, 1/600 000 de 1984

Esta região é definitivamente complexa no que diz respeito à sua geomorfologia e geologia. É interpolada por algumas superfícies de características geológicas diferentes, por pequenas falhas tectónicas repetitivas (NE-SW), mais ou menos alongadas, com variações de altitude e de encaixe dos vales conforme percorremos de Norte para Sul, ou vice-versa (Figura 3).

A Beira Alta corresponde, na sua quase totalidade, à unidade estrutural do maciço antigo ibérico (maciço hespérico), onde se podem achar blocos de rochas sedimentares, eruptivas e metamórficas anteriores à era Mesozóica, sobretudo enrugados pelos movimentos orogénicos hercínicos (corresponde sensivelmente ao

período cronológico entre: 359.2 ± 2.5 Ma e 251.0 ± 0.4 Ma; dados retirados do *International StratigraphicChart, International Commission on Stratigraphy*, 2009) (Ribeiro, O. et al., 1998: I).

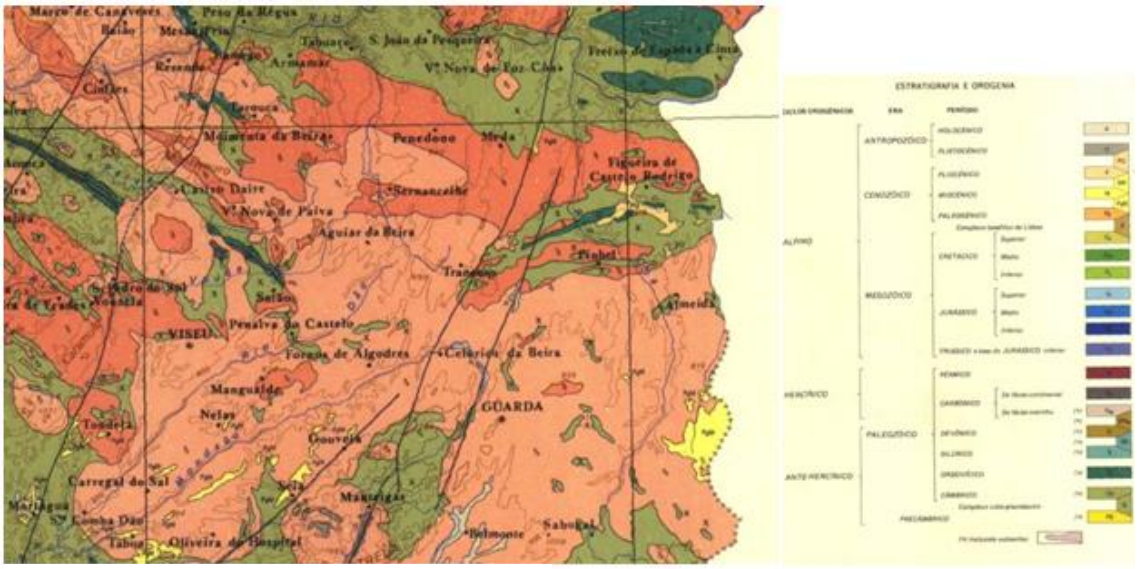


Figura 4 – Períodos Geológicos

Fonte: Adaptado de Carta Geológica, 1981

O relevo da Beira Alta está fortemente condicionado por duas formações estruturais. Por um lado as terminações ocidentais da meseta central ibérica e, por outro, a dos planaltos centrais. Para além dessas duas grandes subunidades há que ter em conta diversos relevos residuais de alguma dureza, que correspondem na sua maioria às elevações serranas (Serra da Marofa, Serra da Malcata, Serra de Montemuro, etc…) (Ferreira, A., 1978; Ferreira, A., 1995: 49). Ainda assim é possível notar uma série de superfícies aplanadas, subjugadas por movimentações tectónicas regressivas ou transgressivas, sem uma maturação plena ou contínua ao longo do tempo (Ferreira, A., 1978).

As taxas de declive andam na sua maioria na ordem dos 15% - 35%, exceptuando algumas regiões com vales abertos, suaves, e um nível de base inferior, como por exemplo parte da faixa oriental do distrito da Guarda (*Carta de declives de Portugal*, Escala – 1: 1 000 000, 1987). A topografia geral da região assenta em planaltos interrompidos por vales encaixados, por norma estreitos, demonstrado principalmente pelas taxas de declive. À excepção da plataforma do Mondego, ou bacia interior do Mondego e algumas áreas que tendem a ter um perfil mais escalonado ou menos abrupto (como na região de transição entre o planalto da Nave e o Mondego).

Olhando para a carta hipsométrica de Portugal, e tendo em conta dados de outros autores, podemos afirmar que estamos perante três distintas curvas de nível que oscilam entre os 200m-400m (para a plataforma interior da bacia do Mondego); surge depois um segundo patamar entre os 400m e os 700m para parte dos planaltos centrais (região de Viseu - Sátão; bordadura da plataforma do Mondego – Gouveia – Celorico da Beira-Rio Massueime até atingir o Alto Douro, criando uma espécie de garganta); e a meseta, com picos na ordem dos 1000m ou mais, para certas zonas da mesma (Carta Hipsométrica de Portugal, Escala – 1: 1 000 000, 1982) (Ferreira, A., 1978: 4; Ferreira, A., 2000: 28; Ferreira, O. *et al*., 1998: I).

O alto grau de metamorfização e magmatismo observados na Beira Alta configuraram desde cedo o tipo de rochas que podemos encontrar hoje nesta área (Ferreira, D., 1981: 6). As mais preponderantes e frequentes são: por um lado o complexo xisto-grauváquico e algumas séries metamórficas derivadas. Por outro os granitos hérnicos (Ferreira, A., 1978: 4; Ferreira, D., 1981: 6; Ferreira, A., 2000; Sousa, M., 1983: 95; Ribeiro, O. *et al*., 1998: I). Esta última categoria dos granitos hercínicos é sem dúvida aquela que está melhor representada na região da Beira Alta, factor que se constata facilmente pela análise da *Carta Geotectónica das Beiras* (Escala - 1: 250 000, 1968; ou em alternativa a Estampa n.º1 que representa respectivamente uma parcela da Carta Geológica de Portugal à escala 1: 1 000 000). Nos granitos hercínicos temos ainda uma subdivisão em granitos antigos alcalinos, concordantes e sintectónicos tardios; e os granitos mais jovens, calco-alcalinos ou alcalinos, discordantes e pós-tectónicos (Ferreira, A., 1978, p. 18). Desta forma sintetizamos os principais dados.

2.Introdução ao Megalitismo e Histórico de pesquisas.

Antes de iniciar o tema sobre o Megalitismo, é necessário definir o conceito de Património Arqueológico, em que se inserem os monumentos megalíticos. Segundo Convenção Europeia para a Protecção do Património (Concelho da Europa – *La* Valletta), definido no Artigo 1:

> **1.** A presente Convenção (revista) tem por objectivo a protecção do património arqueológico enquanto fonte da memória colectiva europeia e instrumento de estudo histórico e científico.

2. Para este fim, são considerados elementos do património arqueológico todos os vestígios, bens e outros indícios da existência do homem no passado:

a. Cuja preservação e estudo permitam traçar a história da humanidade e a sua relação com o ambiente;

b. Cuja principal fonte de informação é constituída por escavações ou descobertas e ainda outros métodos de pesquisa relacionados com o homem e o ambiente que o rodeia; e

c. Localizados numa área sob jurisdição das Partes.

3. O património arqueológico integra estruturas, construções, agrupamentos arquitectónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respectivo contexto, quer estejam localizados no solo ou em meio submerso.

Segundo a Carta para a Protecção e Gestão do Património Arqueológico (ICOMOS – Lausanne) a definição de Património Arqueológico, presente no Artigo 1:

O "património arqueológico" é a parte do nosso património material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos de base. Engloba todos os vestígios da existência humana e diz respeito aos locais onde foram exercidas quaisquer actividades humanas, às estruturas e aos vestígios abandonados de todos os tipos, à superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como aos materiais que lhes estejam associados.

Segundo a Lei 107/2001, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural (Diário da República de 8 de Setembro de 2001):

CAPÍTULO II. Do património arqueológico

Artigo 74.o - Conceito e âmbito do património arqueológico e paleontológico

1 — Integram o património arqueológico e paleontológico, todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos:

a) Cuja preservação e estudo permitam traçar a história da vida e da humanidade e a sua relação com o ambiente;

b) Cuja principal fonte de informação seja constituída por escavações, prospecções, descobertas

ou outros métodos de pesquisa relacionados com o ser humano e o ambiente que o rodeia.

2 — O património arqueológico integra depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitectónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respectivo contexto, quer estejam localizados em meio rural ou urbano, no solo, subsolo ou em meio submerso, no mar territorial ou na plataforma continental.

3 — Os bens provenientes da realização de trabalhos arqueológicos constituem património nacional, competindo ao Estado e às Regiões Autónomas proceder ao seu arquivo, conservação, gestão, valorização e divulgação através dos organismos vocacionados para o efeito, nos termos da lei.

4 — Entende-se por parque arqueológico qualquer monumento, sítio ou conjunto de sítios arqueológicos de interesse nacional, integrado num território envolvente marcado de forma significativa pela intervenção humana passada, território esse que integra e dá significado ao monumento, sítio ou conjunto de sítios, e cujo ordenamento e gestão devam ser determinados pela necessidade de garantir a preservação dos testemunhos arqueológicos aí existentes.

5 — Para os efeitos do disposto no número anterior, entende-se por território envolvente o contexto natural ou artificial que influencia, estática ou dinamicamente, o modo como o monumento, sítio ou conjunto de sítios é percebido.

Há uma importância arqueológica na Beira Alta, a mesma é conhecida essencialmente pelos seus monumentos megalíticos.

No fim da década de oitenta e inícios da década de noventa, houve uma intensificação dos trabalhos arqueológicos na região, não só em relação a escavações arqueológicas, assim como o sua conservação e restauro para fins museológicos, estes chamados “museus ao ar livre”, na história deste tipo de investigações, foi na Beira Alta a primeira vez pensado, em que depois de uma escavação e investigação arqueológica não se deviam deixar os monumentos ao abando, e assim se concretizaram vários

projectos de recuperação dos mesmos, em alguns dos concelhos abrangidos por esta região.

Segundo Philine Kalb, do Instituto Arqueológico Alemão de Lisboa[1], existiam nas beiras cerca de 1000 monumentos megalíticos, desta grande amostra só 10 % destes foi levantada a respectiva planta, com uma correspondência de 5 % aqueles que se conhecem a planta e o seu espólio. Estas percentagens acima referenciadas dizem o muito do que foi feito, do que está a ser feito e do que há a fazer (Oliveira Jorge, V.: 1989; pp.29). Uma das publicações desenvolvidas sobre o megalitismo das beiras, tem o nome de "Megalithgträber", começado por V. Leisner. Muitos outros, realizaram trabalhos científicos nos monumentos das beiras, assim como resultado muitas publicações, que vai desde trabalhos de M. Sarmento (1883), Santos Rocha (1899, entre outros), e Leite Vasconcelos (a partir de 1895), até ao mais recentes estudos de V. Leisner e L Ribeiro (1968), V. Guerra e V. Ferreira (1974), Castro Nunes (1974, mas baseado em escavações de 1957), P. Kalb e M. Höck (1979), passando pelos resultados das pesquisas de A. Girão (1921, 1923/24), J. Coelho (1924, entre outros), e Albuquerque e Castro, assim como os seus colaboradores (1957, 1959, 1960). Não há dúvida, porém, de que o ensaio de Irisalva Moita, *Características predominantes do grupo dolménico da Beira Alta* ("Ethnos, 1966), esta publicação foi a mais valiosa base de trabalho, associada a um dos volumes dos "Megalithgräber" ("Der Western", 1.º fasc., 1956), que embora lhe seja uma década anterior, aquela autora estranhamente não cita.

Cingindo-se apenas ao Megalitismo na Beira Alta, como seu historial de pesquisas, é estudado desde os finais do século XIX, por J. Leite de Vasconcelos, este explorou vários monumentos, contudo fez representação gráfica de poucos. Uma abordagem mais científica do problema foi feita através do casal Leisner, que fez o levantamento das plantas e alçados e, até, a escavação de alguns desses monumentos (Leisner, 1938). Seguiram várias escavações de monumentos megalíticos, mas infelizmente pouco publicadas, ou ainda inéditas, como referi anteriormente na década de oitenta, começaram-se a escavar povoados possivelmente correlacionáveis com algumas necrópoles conhecidas, como um caso bem conhecido a estação do Ameal VI

[1] Colóquio sobre o megalitismo na Faculdade de Letras de Lisboa, Janeiro de 1978.

(Senna-Martinez, 1994). Quanto ao material arqueológico conservado em museus e em colecções particulares, é de uma grande abundância, ainda assim mal estudado.

Com todas estas características, faz com que a zona das Beiras seja ainda hoje, uma região tão bem conhecida, no que diz respeito à sua Pré-História recente. Para enriquecer esta região de Portugal, falta preencher grandes lacunas, assim como um estudo a nível regional orientado para uma problemática bem definida, a publicação rápida e sistemática dos estudos já realizados é igualmente necessária.

Com mais de um século de investigação do fenómeno megalítico da Beira Alta, permitiu evidenciar uma singularidade única, e assim destaca-lo. Contudo ainda há muito a fazer na investigação destes monumentos megalíticos. (Megalitismo da Beira alta, Domingos Cruz)

3.Antas ou Dólmens – Estratégias de implementação na Paisagem.

Desde o seu aparecimento, o homem iniciou um processo contínuo e irreversível de transformação (humanização) da paisagem. O crescimento demográfico sentido sobretudo nos últimos 5000 anos, fruto de uma série de inovações tecnológicas – com especial destaque para a agricultura e domesticação de animais, a metalurgia e os transportes…-, criou uma necessidade crescente de aproveitamento dos recursos naturais. Ciente desta dependência o homem pré-histórico não só respeitava a natureza como tentava interagir com ela, de forma a usufruir sem prejudicar.

A relação do homem com a natureza tem vindo gradualmente a tornar-se mais ténue. Contudo, o homem pré-histórico, e no caso concreto, o homem do Neolítico, era um ser crente. Os seus testemunhos têm-nos sido legados pelos vestígios dos seus monumentos, dos habitats ou dos utensílios. Mas a verdadeira memória, aquela que diz respeito aos sentimentos, às vontades e ambições, e face à inexistência de documentos escritos, só a podemos imaginar. Efectivamente, o estudo do fenómeno megalítico tem sido de extrema importância para a compreensão desse mundo oculto dos pensamentos e mentalidades. Ao estudar os monumentos funerários, podemos inferir ou deduzir uma série de elementos relacionados com a mentalidade religiosa do homem do Neolítico. No caso concreto dos Dólmen II das Carniçosas (Figueira da Foz), onde nos situamos em 3000 antes de Cristo. Uma outra paisagem povoa o extenso e estreito topo aplanado

que, começando junto ao cabo Mondego, s estende pelas serras da Boa Viagem, Brenha e Alhadas. Possivelmente, um cenário com pequenos bosques de *querqus* e talvez *pinus*, uma vegetação interrompida aqui e ali por um ou outro afloramento rochoso, um trilho aberto pela água atravessando gerações de pessoas que, regularmente aqui se deslocam. É aqui que as comunidades se reúnem pelo mesmo propósito, a edificação de enormes sepulturas marcadas no tempo e na paisagem. São os chamados dólmens. Estes monumentos aos mortos transmitem-nos, como primeira mensagem, a ideia de capacidade. A capacidade de inscrever na paisagem, marcas que simbolizam a crença da imortalidade do espírito. Imagine-se o esforço colossal necessário para edificar estes monumentos. Esteios com toneladas de peso, milhares de pedras e uma grande quantidade de terra.

Poder-se-á imaginar em parte os passos que eram dados no processo de construção de um sepulcro quiçá iniciando-se pela escolha do local. Normalmente era eleito um local próximo de outro monumento, dando-se então início à cerimónia de purificação do local, queimando-se a vegetação existente, limpando o local, acendendo fogueiras, acabando por transformar a paisagem e, assim, aproveitando os seus recursos naturais.

4. Dólmens ou Antas – Significado

Os Dólmens[2], na maior parte das vezes são conhecidos como antas, independentemente da designação, são monumentos funerários que se distribuem um pouco pelo território nacional, mas com mais acentuação na região Alentejana, Beira Alta e Norte de Portugal.

São edificados na época Pré-Histórica[3], mais concretamente no Neolítico Final (+/- 3000 a. c.), estes sepulcros assumem-se como um dos principais marcos das comunidades humanas que o homem primitivo habitou, trata-se das mais antigas manifestações arquitectónicas.

[2] Termo de origem bretã que significa **mesa** (dol) de **pedra** (men)
[3] Designa o período que antecede ao aparecimento da escrita.

Os monumentos megalíticos encontram-se distribuídos essencialmente pela fachada atlântica europeia, sendo de registas características próprias em cada uma das regiões.

Os monumentos que estão circunscritos à Beira Alta, na sua maioria são caracterizados pela construção dos Dólmens com câmara poligonal e corredor de acesso

5. As comunidades Construtoras

O Neolítico, designado como período cronológico, nos finais do quarto/inícios do terceiro milénio antes de Cristo, assiste-se a um desenvolvimento nas comunidades de então, sendo assim estamos perante uma comunidade de pastores e agricultores, ainda que muito principiantes, com os alimentos que provinham da caça e da pesca, assim complementavam a sua dieta diária, ainda assim na sua maior parte, era por uma recolecção seleccionada com base nos recursos vegetais. Como os recursos naturais se esgotavam, depois de algum sedentarismo nestes locais, com uma intensiva exploração, obrigava a população, ou estas pequenas comunidades (grupos com poucas dezenas de pessoas), a procurarem novos territórios de exploração. A prática da transumância, está directamente ligada aos povos que exploravam o pastoreio. Como o modo de vida destas comunidades é associado a semi-nómada, os seus sítios de habitat são caracterizados por construções muito precárias, em materiais findáveis, estes por si só são testemunhos efectivos de ocupações temporárias. Comunidades que desconheciam os metais, fabricavam utensílios em pedra, osso ou madeira. Entre outros instrumentos e utensílios, aqui referimo-nos às mós (para a trituração de alimentos), os recipientes cerâmicos, as pontas de seta, micrólitos ou lâminas (utilizadas na caça com arco e flecha, desmancho e corte de carne, vegetais ou outro tipo de alimentação), os machados, enxós e goivas (relacionados com a desflorestação, trabalho de madeira ou lides agrícolas), assim como objectos de adorno (elementos de colar, pendentes).

Capitulo III – A Gestão dos Sítios Arqueológicos

1.A Paisagem (Natural e Cultural)

Recentemente na Europa, as paisagens têm vindo a ser reconhecidas como uma componente fundamental do património natural, histórico, cultural e científico. Tal como já se defendia em 1995 no «Debris Assessement»[4] (Stanners e Bourdeau, 1995), e mais recentemente, na Convenção Europeia da Paisagem (Concelho da Europa, 2000), as paisagens constituem um elemento fundamental da entidade local e regional, e até a uma escala Europeia.

Os objectivos da Convenção anteriormente citada, partem da contestação de que as paisagens europeias, devido a uma diversidade de factores, que se encontram num processo acelerando a transformação em várias e diferentes direcções.

A UNESCO[5] e o IUCN[6], já anteriormente defendiam a protecção das paisagens, de elevado valor natural, mas a partir dos anos noventa, passa a considerar-se paisagem de todo o território, e todos os tipos de paisagem.

Em vários documentos de âmbito Europeu, a paisagem, vista como expressão de numerosas relações estabelecidas ao longo do tempo, entre factores naturais e humanos num determinado território, tem sido considerada como uma base das mais adequadas para a gestão integrada e equilibrada do Espaço Europeu (Green, 2000; Whaser, 2000; Whaser e Jongman, 2000).

O conceito de Paisagem tem sido muito discutido, e pode ser considerado de várias formas. Desenvolvida á décadas, a abordagem interdisciplinar e holística e ecológica da paisagem como um sistema (Brandt, 1998). Vários autores defendem que a paisagem, como um sistema complexo, dinâmico, onde vários factores naturais e culturais influenciam-se mutuamente e se modificam ao longo do tempo sendo assim determinam e são deterninados por uma estrutura global (Farina, 1997; Forman e Godran, 1986; Naveh e Lieberman, 1994). Assim implica a compreensão da paisagem, como o conhecimento de factores como a litologia, o relevo, a hidrografia, o clima, os solos, a flora e a fauna, a estrutura ecológica, o uso dos solos e todas as suas outras

[4] "Europe`s Environment" – The Debris Assessement (EEA – European Envoronment Agency)
[5]United Nations Educacional Scientific and Cultural Organization
[6]Internacional Union for Conservation of Nature

expressões da actividade humana ao longo do tempo, bem coo a análise da sua inter-relação, o que resulta numa realidade multifacetada. Com todas estas variantes, torna-se ainda claro que a esta componente objectiva, composta por uma combinação de factores abióticos e bióticos (suporte físico, meio biológico e acção humana), acrescenta-se uma componente subjectiva, que corresponde às impressões causadas por esta combinação em cada observador (Froment e Joyce, 1987). A interacção entre o sistema social e o sistema natural, é defendida por vários autores, o que faz com que a paisagem, confira uma dimensão territorial e cultural, no sentido em que o modo de apropriação da paisagem pelas comunidades presentes varia, tanto com o sistema natural, como com os valores da sociedade que sobre ele actua (Andresen, 1992; Telles, 1985), o carácter compreensivo está intimamente ligado ao conceito holístico da paisagem e pode ser visto como a síntese necessária à abordagem interdisciplinar da ecologia da paisagem. A componente subjectiva, quando inserida na análise da paisagem tem no entanto sido pouco testada, talvez por exigir uma combinação complexa de metodologias diversas e o desenvolvimento de novos instrumentos de avaliação.

Orlando Ribeiro, já tinha destacado o papel da paisagem, ao afirmar que a paisagem hoje, corresponde a um produto do passado, e assim constitui um registo de memória colectivo (Ribeiro, 1993). Também como Jorge Gaspar (1993), «a paisagem torna-se um elemento tão poderoso de identificação cultural que, como a língua e a religião – no que ela transporta de código comportamental – entra no pano de fundo do universo onírico (…) E o mais espantoso é que, ainda como a língua e religião, também a paisagem se actualiza permanentemente».

Como se diz na língua Francesa «pays» - termo com grandes ligações a «paysage» - exprime de forma clara esta identificação: o «pays» é um território, com uma paisagem que lhe é própria, com características naturais, sociais e culturais suficientemente homogéneas para contribuírem para a existência e reconhecimento da sua identidade, quer pelos que lá vivem como pelos que se consideram do exterior (Janin, 1995).

Todos estes conceitos, anteriormente citados, referem-se sempre a uma paisagem cultural, dominante no espaço europeu, expressão dos diversos factores naturais existentes mas, também, da acção humana sobre estes factores. A paisagem natural seria aquela em que a articulação dos diversos factores naturais ao longo do tempo não fosse

afectada pela acção humana, o que só acontece muito pontualmente na Europa. Em 1978, Caldeira Cabral, estabelece uma distinção básica entre paisagem natural - «resultado da interacção exclusiva dos factores físicos e bióticos, interiores à acção do homem», acrescentando «que se trata apenas de um conceito lógico, sem existência do mundo» - e paisagem humanizada «resultante da acção multissecular, contínua ou intermitente, do homem sobre a paisagem natural, apropriando-a e modificando-a a fim de a adaptar pouco a pouco às suas necessidades, segundo o que a sua experiência, os seus conhecimentos e a sua intuição lhe foram ensinando, experiência transmitida de geração em geração».

Para a compreensão total da paisagem, é preciso integrar várias partes, a cultural, onde tanto os factores históricos como as questões da identidade e as qualidades narrativas da paisagem são considerados; a sócio – económica, referindo-se aos factores sociais e às actividades económicas, assim como as respectivas regulamentações, condicionadoras da acção humana, que permanentemente constrói e transforma a paisagem. A paisagem tem de ser encarada, como um sistema dinâmico, onde os diferentes factores, naturais e culturais se influenciam entre si e evoluem em conjunto, determinando e sendo determinados pela estruturação global, o que combina a configuração particular do relevo, coberto vegetal, uso do solo e povoamento, que lhe confere uma certa coerência e à qual corresponde a um determinado carácter, é esta a combinação para falar em paisagem, seja de que categoria for.

Se os elementos da paisagem fazem, com que o conceito a ela associado varie, assim os elementos da paisagem, são considerados como aqueles, cujo conjunto define a estrutura da paisagem, e assim a identificação permite a análise da paisagem a uma escala de pormenor. Em conta são tomados todos aqueles que se distinguem em fotografia aérea, tanto de origem natural como antrópica.

2. A valorização dos Sítios Arqueológicos

Lá vai o tempo, em que se pedia ao arqueólogo apenas de que o seu trabalho resultasse em um conjunto de dados da escavação e num concentrado espólio exumado do sítio arqueológico, testemunho das vivências que ele tentava reconstruir. Sendo

assim, hoje em dia o arqueólogo, tem a tarefa de pensar e propor novas abordagens na perspectiva da valorização, com vista ao seu público.

Hoje em dia, o arqueólogo do presente, tem a capacidade de procurar soluções para a protecção e a conservação das áreas arqueológicas, interpretação e apresentação dos sítios de uma forma atractiva, são preocupações nos nossos dias.

Ainda assim, o conceito de valorização é de extrema complexidade. Em si o processo de valorização não acrescenta qualquer tipo de "valor" ao sítio arqueológico, mas traduz, enaltece e evidencia os valores inatos que cada estrutura detém, faz sim enaltecer as qualidades intrínsecas e descodificando os significados dessa mesma estrutura, para que possam ser transmitidos ao grande público (Minissi, 1988, p. 14).

O conceito "musealização" foi introduzido na década de 80 do século XX, no convénio *I Siti Archeologici, un Problema di Musealizzazione all`Aperto*, realizado em 1988, na cidade de Roma, e no mesmo sentido, foi retomado pelo seminário de 1994, exactamente sobre o mesmo tema, levado a efeito, no mesmo ano, em Roma (Rabelluci, 1996).

A problemática do património cultural, do ponto de vista da conservação e da interpretação, tendo em vista a sua divulgação, Missini foi dos investigadores que mais analisou esta problemática. O termo processo de musealização, era já utilizado por Missini em 1978, em particular no contexto do património arqueológico, mas dando em especial atenção o modo de olhar os testemunhos territoriais com a mesma atitude de conservação e interpretação que era habitual do espaço expositivo do museu tradicional.

Por volta dos anos 50 do século XX, começaram-se a evidenciar preocupações no âmbito da conservação dos bens arqueológicos, traduzidas por operações de restauro, com a finalidade da protecção. O verdadeiro "*boom"*, foi definitivamente nos anos 80, na multiplicação, um pouco por toda a Europa, de projectos, quer de protecção e de restauro, quer de musealização dos sítios arqueológicos.

Em 1984 na Assembleia Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), reunida em Nápoles, a 4 e 5 de Maio, e apresenta como única temática de discussão a das coberturas metálicas e protecção dos sítios arqueológicos

As filosofias de intervenção, surgiram nos anos 90 até aos dias de hoje, assim como a musealização dos sítios arqueológicos, quer na consolidação, assim como o

desenvolvimento de novos projectos, quer para a realização de encontros, congressos e reuniões para discussão, troca de ideias e apresentação de novas intervenções.

Em Portugal a musealização de sítios, começou a surgir também nos anos 80. Assim sentiam-se essas experiências, já que os arqueólogos tiveram contactos internacionais e também pela facilidade de adquirir publicações, assim começavam a fazer apresentações de projectos de musealização de sítios. Em Portugal, temos como exemplo Conimbriga, já que foram os pioneiros, com a inauguração do Museu Monográfico, em 1962, reestruturado e ampliado em 1985, este apresentou um modelo inovador de interpretação e exposição dos materiais exumados das escavações, estes não foram transladados para qualquer outro museu da região, como acontecia muito nesses tempos.

É no âmbito das reuniões do Conselho Conclusivo do Instituto Português do Património Cultural (IPPC) e, depois, do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR) e dos encontros realizados pela APOM, que se desenham novas filosofias de intervenção em espaços arqueológicos, com vista ao desenvolvimento de projectos de valorização/musealização. Assim é vulgarizado no sentido de se adaptar, às situações em que se faz uma intervenção no âmbito da conservação, interpretação e comunicação, visando melhorar a comunicação do grande público em relação ao sítio arqueológico. Hoje, parece haver uma sobreposição por assimilação dos termos musealização e valorização, concretamente no âmbito de publicações e de projectos desenvolvidos em áreas arqueológicas.

O processo de valorização, deve orientar-se num plano operativo, por uma intervenção museográfica identificadora e interpretativa, dos significados dessa estrutura e, por outro lado, garantir a sua sobrevivência material (Matos, 1992). A valorização é assumida de uma forma mais lata, numa perspectiva de conhecimento de bens culturais de um determinado território, como expressão de própria civilização, e integra-los no seio da sociedade para que sejam usufruídos pelos mesmos (Furnari, 1992). Assim espera-se despertar a consciência da identidade cultural.

Ao assumirmos que a sociedade pode ser a guardiã do passado, enquanto dever, e a urgência de uma conservação matérica, enquanto direito, conduz a um novo conceito de conservação que tem por finalidade, mais que assegurar a continuidade desses testemunhos, pô-los ao serviço da educação permanente da sociedade, ficando com uma

concepção activa de conservação. Em contraste temos os modelos oitocentistas, estes primavam em satisfazer o gosto dos pequenos grupos de puros especialistas que garantiam a gestão científica e técnica desse passado, sem controlo da gestão e da sua utilização social.

Assim, o conceito de conservação passiva opõe-se a conservação activa, como uma forma de promoção cultural e de educação permanente na sociedade que deve representar objectivos a atingir, se os esforços que se vão fazendo para a salvaguarda dos testemunhos do passado, sejam alargados a participação social (Minissi, 1978).

Pode assim concluir-se, que o conceito valorização/musealização é complexa, bem como é utilizada num sentido mais amplo e abrangência social, ou como se opta por uma atitude mais limitada ao campo de intervenção técnica do sítio arqueológico. O factor de valorização de um sítio arqueológico visa um alvo muito directo que é o seu potencial público, não esquecendo outros aspectos como o estudo, a própria conservação, salvaguarda e manutenção do sítio.

3. Sítios a valorizar (Critérios)

Quando falamos em que há um reconhecimento da importância da arqueologia em Portugal, logo nos podemos confrontar com o facto, que maioritariamente essa aposta se faz nos monumentos que têm uma grande monumentalidade e visibilidade. Assim sendo, fala-se que tem que haver prioridade na salvaguarda da curiosidade científica em primeiro lugar. Fazendo essas tais opções, afirma-se que a investigação científica tem que ser o motor inicial e primordial da actividade arqueológica.

Após essa mesma investigação, é necessário canalizar esforços, de forma à existência da inclusão de uma avaliação de capacidade, que estes locais terão para serem apresentados ao público, porque dele possam usufruir de um conhecimento, bem definido cientificamente do passado que esses locais testemunham.

É importante deixar de fora as pressões sociais, juízos estéticos, conciliação de interesses, de questões técnicas ou da singularidade dos vestígios, da importância social da arqueologia.

Em Portugal, é normal e recorrente, que só se faça uma salvação ao sítio arqueológico, caso o mesmo esteja em situação de risco, com isto quer-se dizer que os

sítios arqueológicos que não foram seleccionados dentro de um projecto de valorização, consequentemente não têm importância para a atracção dos grandes públicos, acontece demasiadas vezes em monumento megalíticos, estes nem sempre são devidamente protegidos em sua defesa, constituindo, claramente, locais de interesse científico.

Existem assim diferentes conceitos de património, para o investigador, um património de investigação, que se estende muito para além do monumental. Este é um critério fundamental para a sua delimitação é o potencial de extracção de informação arqueológica, esta é independente de qualquer valor social que possa ser atribuído aos vestígios no presente (Santos, 1991).

Apesar da legitimidade que os investigadores têm, que muitas vezes condiciona a protecção do monumento, e quando se vai intervir numa tentativa de salvar o sítio arqueológico, já é tarde de mais, o sítio não pode sofrer qualquer tipo de intervenção, já que o seu estado está muito degradado. Felizmente, há um par de anos, Portugal começou a valorizar os sítios arqueológicos. Assim se documenta, que as escavações eram maioritariamente, conduzida para o interesse científico do local, e era deixado ao abandono, dominado pelo tempo e pelo homem, até uma futura intervenção. Muitas das vezes, estes sítios arqueológicos, não tinham qualquer tipo de projecto de intervenção, sendo nulo o seu aproveitamento social e educacional.

Felizmente, diversos autores já defendem que a melhor forma de proteger os monumentos, é a sua conservação, mas no entanto não estão interessados, que esse sítio arqueológico abra rapidamente ao público, já que para seu interesse basta que os mesmos estejam conservados para futuras intervenções.

Outros culpabilizam os arqueólogos, de não estarem preocupados com políticas de aproveitamento turístico, com a sua tomada de consciência que nem todos os sítios arqueológicos, têm a necessidade que todos os sítios com vestígios do passado devem ser conservados. E também têm a opinião que nenhum sítio arqueológico deva ser destruído, sem antes sofrer uma investigação científica.

Com todas estas problemáticas, restam algumas opções: estudar os sítios arqueológicos, com o intuito do seu conhecimento, de forma a dar mais algumas evidências do entendimento do passado, por outro lado, seleccionar os locais a conservar e apostar num projecto de valorização, para finalidades de uso social e

público. Há também, nos dias de hoje entre a Arqueologia Portuguesa, soluções que garantam não só a conservação, mas também a sua apresentação ao público, chamados os "Museus ao ar livre".

No senso comum é aceitável, que os sítios a musealizar, sejam aqueles que têm grandes dimensões, vistosos, já que têm a capacidade de expor grandes quantidades de espólio e assim consigam atrair um grande público.

Outros dos aspectos que importa frisar, é a singularidade/raridade. Este é um critério plausível, para que se decida na integração num projecto de valorização. Um bom exemplo deste critério, são as gravuras rupestres de Foz Côa, devido à sua singularidade foram reconhecidas internacionalmente, pela classificação de Património da Humanidade em 1998 pela UNESCO.

Em casos com menos singularidade, tem que se encarar os sítios arqueológicos, o estado de conservação dos achados e a garantia da manutenção dos mesmos, serão condições justas, de se pensar em avançar ou não, numa classificação do monumento como "o acto final do procedimento administrativo perante o qual se determina que certo bem possui um inestimável valor cultural" (nº1 do art.º 18º da Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro), assim envolvendo todas a identidades e meios para a execução dos projectos. Temos que ter me mente, que a protecção jurídica é a primeira garantia de protecção do local, assim reconhecendo o seu valor cultural.

Em conclusão, pode-se dizer que estes projectos de valorização implicam uma complexidade de factores inerentes que podem estar na base do seu sucesso. Para isso terá que se desenvolver uma política com base no público a que se destinam, que deve ter em atenção a parte didáctica, dedicada a um público estudante mais jovem, estes pertencentes a uma facha etária importante do público consumidor, em virtude da divulgação e colaboração que os sítios arqueológicos vêm a incrementar com as escolas. É necessário também um discurso mais científico para aqueles que na sua vida incrementam esse mesmo conhecimento, ou seja, destinado a arqueólogos e aos demais curiosos desta ciência. Por último, numa vertente turística para o grande público em geral, que normalmente menos informado, e sendo assim necessita de um discurso mais concreto e apelativo. São inegáveis os factos que temos que dar maior importância aos monumentos que detêm informações importantes a nível cronológico, ou com mais

"qualidade" em termos de informações do passado do homem, assim sendo a ocupação humana.

4. As intervenções possíveis nos sítios arqueológicos a valorizar.

Quando se definem os sítios arqueológicos a valorizar, é importante na próxima fase definir aspectos relevantes desses mesmos locais. Isto quer dizer que temos que fazer um estudo do local, processo de classificação de limpeza e conservação *in situ*, políticas de intervenção e interpretação, gestão e manutenção, divulgação e técnicas de comunicação como possível público e por fim as suas acessibilidades.

4.1 Políticas de intervenção e interpretação.

Um dos principais problemas, nos tempos que correm, é a dificuldade que existe em compreender os sítios arqueológicos, isto porque maioritariamente se encontram em ruínas, a este problema junta-se também o desconhecimento geral do grande público, já que há a dificuldade de descodificar certas simbologias e significados, este é o grande senão, que assim remetem os sítios arqueológicos para uma certa incompreensão e o seu "isolamento" relativamente a outro património cultural.

Certamente, que quando vamos visitar um castelo, uma catedral, um mosteiro, estes que se encontram mais perto da realidade, têm uma melhor aceitação e compreensão do grande público, já no seu oposto, isto quando falamos em estruturas negativas de cabanas neolíticas, arte rupestre, um menir, há um certo desinteresse por parte do grande público, já que é mais difícil entender a história do sítio.

Com o ponto de vista acima descrito, há a necessidade de criar uma forma mais simples para a compreensão deste tipo de sítios arqueológicos, através da ininteligibilidade estrutura. É necessário descodificar e simplificar os significados e que estão além do público em geral, já que muito desse passado tem situações idênticas aos dias de hoje. Isto não querendo dizer que o modo de vida de uma comunidade Medieval seja igual à que temos hoje, mas sim que tem acções que ainda se praticam nos dias de hoje.

Assim, torna-se deveras importante, fazer um esforço para que as áreas arqueológicas, ao receber um projecto de valorização, sejam tidas em conta o processo interpretativo do sítio e também dos cuidados da apresentação do sítio arqueológico.

4.2 Reutilização e funcionalidade

Quando falamos em reutilização e funcionalidade, é comum pensarmos, que até ainda nos dias que correm, os edifícios antigos, assim como palácios, castelos, catedrais, têm uma filosofia de intervenção, que abrange a sua conservação, assim como o restauro, com o fim de lhe proporcionar uma funcionalidade para outros órgãos, assim sendo, dando-lhes uma nova vida, a sua reutilização neste campo as opiniões divergem. Na área da arqueológica, há esta problemática, já que em muitos poucos casos raros, há uma problemática em reutilizar e dar uma nova funcionalidade a esses sítios arqueológicos.

Quando à reutilização e funcionalidade de outro tipo de edifícios, como referi em cima, muitas vezes faz-se a reabilitação do edifício, mas não há a preocupação de lhe dar a melhor funcionalidade, já que é mais importante aproveitar todos os espaços, sendo-lhe dado mais atenção, mas ao invés não se dá importância ao seu significado cultural, histórico e artístico. Temos por exemplo uma reutilização que está na "moda" nos dias de hoje que é o convento que se transforma em pousada. O erro começa logo aqui, já que tentam dar uma funcionalidade a todo o monumento e funciona em si mesmo, certo era ser contemplado no sua conservação funcionar sim como um anexo, com este fim, proporcionava-se a conservação do monumento e assegurava-se a sua manutenção, a perpetuação da preexistência arquitectónica e das suas características históricas, culturais e físicas.

O património arqueológico tem vindo a travar essa tendência, já que normalmente são sítios sem grande visibilidade e monumentalidade e difícil adaptabilidade a outras funcionalidades, que fazem com que estes projectos sejam afastados, isso pode trazer um desinteresse e incompreensão do sítio arqueológico. Assume-se que o património arqueológico tem uma forte componente na entidade cultural e de adaptar em termos didácticos com vista a sua rendibilização social, felizmente não tem uma forte intervenção para maximizar as suas valências físicas.

Mesmo assim, tem-se tentado nos últimos anos, nos processos de valorização dos sítios arqueológicos, a reconstituição, pelo menos parcial das suas estruturas e ambientes, para passar a sua imagens em termos de funções, significados, caracteres históricos, artísticos e culturais. Muitas vezes estas intervenções não têm um carácter científico como base, assim passam por um pressuposto carácter definitivo.

Qualquer, reconstituição seja ela de imóvel arquitectónico, seja de um sítio arqueológico, deve ser sempre com as bases científicas recorrentes dos trabalhos lá efectuados, seja no sentido de dar uma imagem ao sítio, como a reutilização do mesmo, tem de ter autenticidade através da análise dos vestígios.

Missini tinha a opinião, de que tem que se pedir aos arquitectos e museógrafos, projectos de muita humildade, e que utilizem toda a sua experiência e criatividade em favor do espírito das estruturas arqueológicas, que é sinal de as deixar falar por si, de forma a despertar as suas características inatas, enquanto bens culturais, históricos, artísticos e entidades físicas e funcionais.

Segundo Barata (1997), as intervenções deverão ter em conta uma justa adequação às finalidades das decisões. A ideia de transformar os vestígios em meros "objectos de vitrina" pode resultar num impacto muito forte ou até mesmos prejudiciais, pelo que a sua preservação deve ter em conta uma avaliação de uma perspectiva esteticamente positiva, assumindo-a claramente e permitindo a sociabilização desses espaços.

4.3 Interpretação

Segundo a *Society for Intrepeting Britain´s Heryditage* (1998), a interpretação pode ser entendida como um processo de explicitação ao visitante do significado do sítio ou objecto, aumentando as vantagens da visita e facilitando a compreensão da herança cultural e ambiente, ao mesmo tempo que possibilita uma atitude receptiva relativamente à sua conservação.

Pode ainda afirmar-se que pode ser uma actividade educacional, que tem como base a decifração dos significados, através de objectos originais, quer por contacto directo, quer por "sugestões" (Tilden, 1997). Pode ainda assim entender-se como o esforço planeado para facilitar aos possíveis visitantes a compreensão da história e o

significado de acontecimentos, pessoas e objectos, a que o local está associado (Anderson e Low, 1985).

Todos os significados acima referidos, são assumidos segundo uma perspectiva educacional e didáctica ao facilitarem ao visitante uma melhor compreensão do significado das estruturas e objectos, optimizando-a e proporcionando uma visita autónoma e qualitativamente mais enriquecedora.

Assim, entende-se que os projectos devem tentar reintegrar a imagem original dos sítios, ainda que parcialmente, feitas utilizando tecnologias, materiais e linguagens próprias capazes de promover a sua sobrevivência física, mas também contribuindo para o seu significado. Tem de haver assim um esforço da interpretação da leitura dos sítios tem levado ao aparecimento de novas formas, métodos e técnicas de apresentação que se traduzem em novas abordagens, estas podem ser, reconstituições em 3D e em maquetas e reconstituições de volumetria; estes utilizados em painéis multimédia, que possam guiar o visitante como sendo o seu próprio guia.

Actualmente sente-se um esforço, por parte dos arqueólogos Portugueses, já que tem aumentado o número de centros interpretativos, onde houve a necessidade de investir em novas técnicas e métodos, e na sua maioria se relevaram de grande inovação, comparando com o que se fazia no passado, já que não havia aquela audácia. Isto mostra que o próprio discurso arqueológico está a mudar, já que os arqueólogos perceberam que havia novas formas de olhar a Arqueologia.

4.4 Painéis, placas interpretativas e itinerários

Os painéis e as placas de interpretação, têm sido nos últimos anos uma grande ajuda que amplia o suporte de informação às estruturas conservadas *in situ*.

Com iniciativa do IPPAR, surgiu um modelo de uma proposta específica, esta era baseada num *design*, representação gráfica e cromática específica, utilizando materiais de suporte, sobretudo estruturas metálicas, em que servia de suporte às plantas dos sítios arqueológicos e a sua informação, através de serigrafia ou autocolante. Outras soluções têm vindo a multiplicar-se, assim como estruturas de madeira tratada, madeira prensada e outras.

Essas estruturas trazem problemas de conservação e manutenção. Ao estarem em contacto com o ar livre, estão expostas às oscilações climatéricas, chuvas, ventos, os próprios raios solares. Estas condicionantes traduzem um rápido desgaste dos materiais, este desgaste tem implicações na informação a transmitir aos visitantes, normalmente não existe esta manutenção, ou seja, a mudança dos painéis com o passar dos anos.

Com todas estas implicações, parece ser necessário repensar em soluções, ou seja, tentar materiais mais duradouros, menos deterioráveis, e também repensar planos de manutenção dos sítios, de forma a prolongar a informação exposta.

Outro do tema a analisar é a informação descrita no próprio painel, a informação não deve ser técnica, mas mais geral e tem de estar veiculada ao próprio itinerário. O itinerário de visita tem de estar bem definido, para que a visita não se torne imperceptível ao visitante.

4.5 Gestão e manutenção dos Sítios Arqueológicos.

Nestes últimos anos, a esta parte, a gestão dos sítios arqueológicos, assim como a sua manutenção, tem sido um grande tema de discussão por parte dos arqueólogos. Isto porque, houve uma grande intensificação dos projectos de valorização nos sítios arqueológicos, e assim a gestão tem de ser tida em conta pela mais-valia que tem em termos turísticos.

Pela arqueologia ser propicia a apetência turística, os arqueólogos estão cientes dos perigos que pode trazer a chamada “cultura de massas”, esta acarreta consigo perigos para a conservação e manutenção dos sítios, esta situação deve ser evitada pelo gestor do sítio arqueológico, estas não são as únicas questões ater em conta, é necessário pensar também na questão orçamental, o pessoal especializado, as equipas de manutenção e segurança, mas também a satisfação do publico, material didáctico e de divulgação entre outros.

Os sítios arqueológicos depois de executado o projecto de valorização, obriga a mais visitas por parte do responsável da entidade, já que costuma-se dizer que os problemas não acabam depois da valorização, mas começam aí.

Aqui, há a necessidade de um bom programa de gestão, em alguns casos a invasão de ervas e arbustos frequentes, a limpeza e recolha dos lixos, a vaerificação do

próprio estado de ruínas, dos painéis e placas informativas, a vedação, a sinalização, o estado dos caminhos e das orientações de percursos, estas questões são um ponto nunca definitivo, já que merecem e devem ter vigilância permanentemente. Estes cuidados devem ser assegurados pela entidade responsável.

Em conclusão, pode-se dizer que tem de haver garantia de que os planos de gestão funcionem, quando são definidos pelas entidades responsáveis, assunto que tem merecido grande atenção a nível nacional e internacional. Há uma grande vantagem em constituir grupos interdisciplinares de forma a participarem em todas as decisões e de todos os processos que envolvam a valorização e gestão dos sítios arqueológicos, adoptadas às necessidades de cada sítio.

4.6 Divulgação e técnicas de comunicação

Quando as técnicas de divulgação e comunicação, não são bem definidas, pode causar o fracasso do projecto de valorização de um sítio arqueológico, assim como a sua rentabilização.

Não basta concretizar os projectos de valorização, orientada para sua valorização, é necessário antes definir o público-alvo assim como a informação a ser divulgada. Assim mais importante que informar é comunicar, este é um ponto que se tem vindo a acentuar nestes projectos, há necessariamente dois colocutores, um que emite a informação e outro que a recebe.

É importante existirem visitantes activos participantes, por consequente irá existir uma relação sítio/visitante. Há casos de sucesso mas também muitos fracassos. Depois dessa avaliação, é necessário analisar o seu sucesso ou fracasso e assim projectar novas medidas para anular ou não a situação.

Necessário é distinguir dois tipos de comunicação: para os especialistas na área ela é dirigida num tipo de comunicação, e para o público em geral haverá outro tipo de comunicação. Com isto quer-se dizer, que numa exposição, ou mesmo num monumento *in situ*, é importante que não se utilizem termos com designações científicas, se assim se fizer exige que a informação seja acompanhada pelo significado das mesmas. Caso contrário é considerada uma “comunicação não educativa”, isto porque o público não está familiarizado com a relação dos espaços, as funções, os atributos e os códigos

representados pelas estruturas arqueológicas antigas, nem, muito menos, com explicações técnicas, específicas e confusas.

É necessário ter um discurso dinâmico articulado com as placas interpretativas, percursos, leitura de espaços e arquitecturas, de forma a permitir indicações precisas sobre as estruturas, datações e funcionalidades, deixando como um complemento as informações mais técnicas para as pessoas com um maior grau de especialização sobre o tema. Será então preciso utilizar uma linguagem precisa e clara, pouco técnica, e numa comunicação directa, pessoal e íntima, intuitiva e não verbalizável (Soeiro, 1998)

Um ponto, com menor importância, é a sensibilização do grande público, relativamente às dificuldades de conservação dos sítios, na tentativa de garantir as melhores condições de visita, aliadas à segurança das estruturas.

A divulgação é outro dos factores para o sucesso do processo de valorização, já que normalmente quem não conhece não visita, e quem conhece necessita de motivação assim como o seu grau de atractividade é importante.

A divulgação compete à entidade responsável, em parceria com as autarquias, as regiões de turismo e as associações culturais. A responsabilidade dos conteúdos a divulgar, eventualmente através de prospectos, desdobráveis, postais e cartazes, está será assegurada pelos responsáveis científicos em colaboração com um técnico de publicidade. Não esquecer que através da internet é possível hoje conhecer a fundo um sítio arqueológico, já que esta ferramenta nos dá a possibilidade de juntar imensas informações sobre sítios. É usual ao pesquisarmos na internet descobrir inúmeros fóruns, museus de arqueologia virtuais, revistas virtuais, revistas *online*, ligados a arqueologia, este tem sido uma grande aposta nos últimos anos, tomamos por exemplo a *Archport*.

Além da internet há a possibilidade de aliar a divulgação com as agências de viagens.

Esta divulgação poderá ser feita em parcerias com regiões vizinhas que tenham também o objectivo de divulgar também os seus sítios arqueológicos, assim constituindo parte de um circuito temático.

4.7 Condições de acolhimento e meios logísticos

Um projecto de valorização/musealização de sítios arqueológicos, tem claro que se preocupar com o domínio da sua conservação, da interpretação e do bem-estar do visitante. Fazem sentido todos esses pontos se o sítio estiver também apto para receber condignamente o visitante.

Perante um sítio que tenha sido intervencionado e deu lugar a um centro interpretativo ou um museu de sítio, tem de ter à disposição do público sanitários, balcão de atendimentos, venda de publicações e de lembranças, bilheteira, eventualmente um pequeno bar e parque para viaturas. Isto era o plano ideal, mas infelizmente em Portugal, estamos muito longe disso.

Mas quando não se pode, deve-se tentar, ou sejam é necessário ter um plano intermédio com soluções, atendendo à capacidade de resposta quer económica, quer de gestão e de manutenção.

Com isto queremos dizer, que nem todos os sítios arqueológicos deverão ser alvos de projectos, nem todos têm de ter museus ou centros de interpretação, mas pode-se então pensar em intervenções em menor escala, em gestão municipal conjunta de diferentes sítios integrantes de um concelho e/ou estabelecer formas de inter-ajuda com os museus locais.

4.8 Sinalização e acessibilidades

O problema da sinalização e das acessibilidades é igualmente muito debatido, já que é um factor muito importante para o turismo respectivo aos sítios arqueológicos, assim o exige.

Quando vamos visitar algum sítio, já levamos uma informação sobre onde é, como é que se vai para lá… mas normalmente os sítios estão em sítios rurais, e é extremamente necessário a sinalização até ao sítio, não é nada agradável, um turista percorrer um longo e cansativo caminho e de repente fica sem orientações para o sítio que quer visitar e fica completamente perdido. Podemos considerar que os arqueólogos quando andam a fazer prospecções não encontram sinalizações apara um determinado sítio, e às vezes vão pela aventura, o público geral não quer isso.

Por isso, considera-se fundamental, a correcta sinalização e acessibilidade aos sítios. Não tendo isso em conta, não podemos apostar num projecto de valorização, sem a garantia de termos um número agradável de visitantes, mesmo com o possível interesse que o sítio possa ter, por parte dos arqueólogos e dos demais especialistas.

Em termos de sinalética, era necessário apostar num projecto a nível nacional, em que a simbologia fosse igual a este nível, já que conforme os projectos de valorização vão sendo feitos, cada entidade responsável cria a sua própria simbologia. Veja-se o exemplo dos dólmenes das Beiras que se designam muitas vezes por "Orcas", neste caso era importante manter a designação científica mas também com a informação considerada regionalista. Era importante que em concelhos vizinhos, ou mesmo regiões se aposta na mesma simbologia, assim como as nomenclaturas.

Concluindo, podemos dizer que a proposta para um projecto de musealização de um sítio tem que se pensar, necessariamente, num plano para a sinalização local, com uma proposta genérica dessa mesma sinalização, assim como os símbolos a utilizar, terminologia e estruturas de apoio. Não há a necessidade de existir um caminho até ao sítio arqueológico, pode-se dividir o percurso entre carro e caminhada, mas é importante a sua sinalização, ou seja os percursos têm de estar sempre bem definidos e as placas que os sinalizam monitorizadas, já que infelizmente muitas das vezes são vandalizadas ou estragadas à mercê das intempéries. No fundo é necessário satisfazer o visitante.

5. Arqueologia e Turismo

Todas as testemunhas, materiais e imateriais, que nos falam do passado, da antiga tradição duma determinada área geográfica e cultural, e cujo elemento determinante é a sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade, estamos perante Património Cultural (Peralta da Silva, 1997). Património é tudo aquilo, a que nos referimos ao turismo quando toma como papel de atracção, sejam gastronómicos, seja pelos edifícios históricos, ou seja, todos aqueles elementos que no âmbito do turístico chamados de recursos primários pois caracterizam uma determinada área geográfica, acabado por qualifica-la como destino turístico (Umbelino, 2004).

Nos *Ancients Monuments and Archaelogical Areas Act*, o conceito de monumento é: i) qualquer construção, estrutura ou obra existente por cima ou por baixo

da superfície terrestre; ii) qualquer sítio em que existam vestígios de construção, estrutura ou obras.

Na área da arqueologia, os monumentos fazem parte da cultura material, ou sejam os restos materiais do processo evolutivo de uma cultura. Assim os produtos da cultura podem ser artefactos cerâmicos, os utensílios de trabalho de uma determinada cultura, as armas, as moedas e toda a produção que no fundo é representativa de uma cultura de um povo (Piuzzi, 1990). Ao juntarmos todas as peças, colocadas num local final, ficamos com a representatividade da imagem final, ou seja, a imagem da cultura que representam.

O acto da escavação por si só, não tem que ficar um acto isolado, no nosso ponto de vista é o início dum processo de crescimento não só cultural como também económico. Chama-se a este processo de "abordagem integrada à valorização do património" (Melucco Vaccaro e Misiani, 2000), em que o turismo representa uma das áreas mais envolvidas na promoção e dinamização dos recursos culturais.

Aqui encontramos o ponto de ligação entre Arqueologia e turismo. Para o sucesso de um produto turístico é, de facto, a singularidade: a cultura e a história de um povo representam algo único e irrepetível, são as marcas inconfundíveis de uma, e uma só, área geográfica/cultural. Com isto podemos dizer que a cultura, pode ser o elemento que diferencia o produto turístico/destino. Assim o património arqueológico fazendo parte da herança cultural, há a possibilidade de explorar uma área arqueológica nas áreas de destino, uma mais-valia no que se refere á diferenciação da sua oferta.

As vantagens que se encontram na junção da Arqueologia com o turismo são bastante visíveis, a própria arqueologia, enquanto área de investigação, beneficia da aliança do turismo com o *incoming* económico que a actividade turística traz consigo (Binks et al., 1998). Entre os principais obstáculos à pesquisa arqueológica encontra-se, de facto, com a falta de recursos financeiros para sustentar as operações de investigação. A exploração científica não só dos sítios arqueológicos musealizados, mas também, onde é possível, dos próprios campos de escavação arqueológica, representaria um meio de auto-sustentação para a pesquisa (Binks et al., 1998). O contacto directo entre o trabalho arqueológico e o público, para além dos benefícios económicos, também iria conferir, um consentimento da actividade arqueológica entre a própria população, que muitas das vezes não entende, por falta de comunicação entre a comunidade científica e

aquela *não-cientifica*, a razão de tanto esforço (humano e económico) para tal pesquisa (Manacorda, 2001). Ao valorizarmos o património histórico-cultural local fomenta uma maior auto-estima e consciência histórico-cultural por parte das populações locais, que serão envolvidas no processo de desenvolvimento turístico ligado ao património cultural e ambiental e, neste caso, arqueológico, segundo as linhas de organizações supra nacionais do desenvolvimento sustentável.

Portanto, uma escavação arqueológica, não representa a etapa de uma pesquisa científica, mas o início de um processo importante e delicado que tem por fim, além de procurar os resultados dirigidos a um público de académicos, transformar e tornar visitável o património arqueológico, maximizando o seu valor cultural, informativo e estético.

O planeamento é uma ferramenta fundamental, não só para a gestão turística, mas ainda pelo respeito das culturas locais e a preservação do património (Brito e Silva, 2005), assume uma grande importância para a correcta exploração do património, assim garante-se a continuidade, a preservação e o desenvolvimento equilibrado da actividade turística, bem como da optimização de benefícios para a população residente detentora do património.

Contudo tem que haver novas abordagens, nas políticas de turismo, esta tem que se basear em políticas pró-activas e horizontais, contemplando a responsabilidade social e privilegiando o planeamento estratégico, concebido e implementado por estruturas organizacionais flexíveis que viabilizem a descentralização do processo de tomada de decisão e consequente acção (Costa, 2001).

6. Património Cultural, Desenvolvimento e Turismo

Quando falamos na relação entre a Arqueologia e o turismo, temos obrigatoriamente que falar no Património Cultural, em função do Desenvolvimento e o seu turismo. O património cultural pode ser considerado o que herdamos do passado, mas também podemos considerar, como o futuro da sociedade e dos grupos humanos.

Nos programas de desenvolvimento de recuperação dos espaços urbanos, o património cultural aprece em primeiro plano. Da primeira vez que se falou, da questão do desenvolvimento através do turismo, foi no ano de 1972, numa mesa redonda no

Chile. Aqui reconhece-se a interligação entre o património cultural e o desenvolvimento económico e social, mas também entre património cultural e educação e democratização.

A importância que o património cultural tem no desenvolvimento, depende muito da ideia que temos de desenvolvimento, assim as principais orientações do desenvolvimento endógeno são (Aledo Tur, 2003):

- Aproveitamento dos recursos próprios e não depender excessivamente do exterior.
- Que as pessoas tenham um protagonismo no planeamento, desenho e execução do programa e das acções.
- Ganhar independência e autonomia através da educação.

7. Consolidação, Restauro, Valorização e Promoção Turístico/Cultural

Para incentivar o orgulho popular pela cultura, história e natureza de forma a alterar a tradicional mentalidade de que o passado é algo inútil, obsoleto, algo quer se pretende esquecer em busca da modernidade.

Criar riqueza ou só atrapalhar o progresso, eis a questão que, na actualidade, julgamos premente num tempo em que a protecção e conservação do património arqueológico são um tema preocupante pois nem sempre é compreendida a sua necessidade na sociedade.

Perante estas e outras questões similares, é preciso estimular a consciência das populações e o seu interesse pelo património herdado, realçando a rentabilidade social e cultural que proporcionam os trabalhos arqueológicos realizados com garantia científica e difusão pública.

Os museus e a musealização de estações arqueológicas são de grande importância para criar esse ambiente favorável, pois ensinam como se desenvolveu a vida em outros períodos e como se podem extrair esses dados através do estudo arqueológico cuidadoso.

A interpretação do património afecto à identidade implica o desenvolvimento da humanização da paisagem. A sua divulgação e comunicação através da educação social e turismos são outros aspectos actuais.

Para um museu local é mais fácil definir e contextualizar a identidade cultural a apresentar, que num museu de maior âmbito territorial. O museu nunca deve abandonar a investigação científica que foi ponto de partida à sua existência.

O turismo cultural é outro fenómeno actualmente em voga, fazendo parte da cultura do ócio, do aumento do tempo livre e das pessoas que desejam viajar calmamente, cultivando-se e obtendo documentos escritos que complementem com as visitas aos museus e às estações arqueológicas musealizadas.

Importantes na conciliação de uma sinergia, pois aliados aos museus locais/regionais e estações arqueológicas, é necessário o aparecimento, em seu redor, de infra-estruturas tais como unidades turísticas, vias de comunicação em boa conservação, criação de itinerários turístico/culturais, de forma a oferecer ao visitante uma satisfação e bem-estar na procura de mudança de um ritmo alucinado e voraz das grandes metrópoles.

As campanhas de divulgação e publicitárias para atrair público devem ser dirigidas aos visitantes individuais, mas também aos operadores turísticos.

Este é um tema económico, de planificação e coordenação entre autarcas, empresas, arqueólogos e administradores do sector turístico. Mas também um tema sobretudo de comunicação – património, entendido numa perspectiva de comunicação e educação social.

Para se considerar o valor que o património pode gerar e ser transformado em produto económico, torna-se necessário realizar toda numa série de actividades que vão desde os temas relacionados com a conservação e restauro até aos que têm a ver com a animação cultural.

Hoje fala-se da "indústria patrimonial" numa perspectiva de desenvolvimento e de turismo.

Todas as actuações conduzem, a uma difusão do património integral, considerando-o como um projecto e uma realidade dinâmica onde tem enquadramento

não só as "coisas do passado" e/ou da natureza, mas também a realidade viva – vegetal, animal e humana –, demonstrando a dimensão da identidade colectiva e da memória histórica do nosso pais.

No entanto, todos os responsáveis pela conservação do património têm necessidade de adoptar uma série de mediadas orientadas por forma a prevenir a destruição do mesmo mediante os perigos de um conceito massivo que pode colocar em perigo a sua integridade.

A gestão cultural está baseada em princípios pedagógicos e devem adquirir um tom mais político. Hoje o património e os deus técnicos contam com o conhecimento da sua potencialidade e começa-se a "explora-la" em regiões ditas deprimidas como mecanismo de desenvolvimento num momento de crise económica.

No presente momento, património e gestão do território são dois conceitos necessariamente unidos. O turista e os seus intensivos apresentam-se como uma importante ocasião para que o património saia do "mundo da investigação" e, sem nunca esquecer essa realidade, defina e proporcione canais de difusão de uma oferta cultural integrada e participativa.

8. Planos de gestão de Património Arqueológico (Metodologia Especifica)

Nos modelos de gestão do património, a estratégia é a flexibilidade e adaptação fácil às diferentes exigências locais, neste caso o guia tem que representar uma ferramenta útil neste processo, este deve estar presente no plano de gestão estratégica e integrada nas áreas arqueológicas, bem como uma ferramenta indispensável para os *Heritage Managers* de controlo constante e avaliação de desempenho e dos níveis de qualidade de gestão.

A importância de um modelo de gestão é centrar-se nas potencialidades do património arqueológico enquanto veículo de desenvolvimento e as figuras envolvidas na sua gestão.

Quando se planeia um plano de gestão é importante ter em conta três pontos de extrema importância: a conservação e musealização do sítio, a sua relação com a população local e, por fim, não menos importante, a sua relação com o turismo. Estes

mesmos três pontos, têm que se articular de forma dinâmica e articulada, assim garantem uma gestão estratégica, integrada e sustentável das áreas arqueológicas, tendo como objectivo de maximizar os benefícios derivados da sua exploração, pelo bem da população, turismo e para a própria arqueologia. Os itens acima apresentados representam as prioridades principais para que um projecto tenha uma gestão estratégica bem concebida.

Para que a gestão de um sítio arqueológico possa ser realizada, é importante que haja uma prioridade absoluta sobre a sua conservação e restauro, este item tem como objectivo geral a subida do nível qualitativo no campo da investigação, preservação e conservação/musealização, através dos seguintes parâmetros:

- Implementação de novas estratégias de investigação (Planos de Investigação a longo prazo, que incluam as fases de valorização da sua área arqueológica investigada);
- Auto-sustentabilidade arqueológica;
- Um papel renovado dos arqueólogos no processo de planeamento da gestão, assim como um papel importante no desenvolvimento da actividade turística local;
- Autonomia financeira da gestão a nível local;
- Interacção entre os arqueólogos e visitantes;
- Uma procura constante de novos instrumentos de apresentação e interpretação do património arqueológico;
- Interacção entre a arqueologia e a população;
- Contextualizar a nível social, cultural e natural o património arqueológico;
- A necessidade de maior "aceitação social" dos trabalhos arqueológicos por parte da população local;
- Implementação de novas tecnologias para a investigação e preservação.

No campo dos princípios de sustentabilidade prevê uma maior atenção para os benefícios da população social, por isso a presença fundamental deste segundo campo que sustenta a relação entre a arqueologia e a população, com o objectivo:

- Sensibilizar a população local acerca da sua própria história e raízes culturais;

- Crescimento da auto-estima e da identidade local;
- Dinamização e revitalização das principais actividades económicas tradicionais;
- Possibilidade de realizar intercâmbios culturais e temáticos e criação de *networks*;
- Desenvolvimento de projectos didácticos;
- Desenvolvimento de projectos de educação *formal* e *não-formal*;
- Crescimento cultural;
- Preservação e valorização do património cultural e natural.

No que diz respeito à relação entre a arqueologia e o turismo, como habitualmente entendido como proporcionador do *incoming* do exterior de destino, neste momento pode começar a ser entendido como "explorador" do património arqueológico para o crescimento cultural, disto podemos dizer que é importante atingir os seguintes objectivos:

- Criação de produtos turísticos cultural de grande qualidade no destino;
- Criação de produtos turísticos integrados (natureza, cultura. Turismo urbano, gastronomia, religião, tradições populares…)
- Garantia de uma experiência inesquecível e única para o turista, baseada no contacto com a população local e o seu património cultural, da qual também possa beneficiar a população local, fomentando momentos de trocas culturais (animação cultural);
- Novo papel no património no processo de "valorização turística do património";
- Criação de novos instrumentos de gestão e fluxos turísticos;
- Contribuir para o desenvolvimento sócio – económico sustentável local.

Concluindo podemos dizer que a principal qualidade deste modelo é: Maior integração do património arqueológico no processo de desenvolvimento sustentável a nível local, maior qualidade de gestão de recursos humanos, uma maior qualidade na conservação e preservação de vestígios arqueológicos, maximizar os benefícios culturais e socioeconómicos que derivem da exploração turística à população local, a possibilidade

de descentralização do processo de tomada de decisão e consequente agilidade de acção para os actores locais, maior participação de técnicos do património no processo de planeamento das actividades turísticas na área da arqueologia e maior contextualização e integração do património arqueológico enquanto recurso turístico.

8.1 O que é um Plano de Gestão?

Comer (2002), identifica os planos de gestão como, o desenvolvimento de um processo com recursos apropriados de condições de visita, com o fim da satisfação por parte do visitante, que são determinados por:

- A importância do sítio em questão;
- Os objectivos estabelecidos para a gestão do sítio.

8.2 O que tem que conter o Plano?

Há diferentes escolhas para uma boa e adequada gestão. As directrizes são documentos importantes para a compreensão dos planos de gestão. De acordo com as directrizes do *Management of World Cultural Heritage Sites*, o plano de gestão tem que incluir (Feilden, Jokiletho, 1992: 29):

- Vestígios com significado;
- Nível mínimo de manutenção que respeite o significado cultural do sítio;
- Boa planificação;
- Outros planos e legislação;
- Pessoal qualificado para a função;
- Facilidade para propostas de desenvolvimento.

Comer (2002) diz, os planos de gestão são feitos com o propósito do seu uso e desenvolverem-se. A parte da gestão inclui a organização de um processo que contenha programas e funções operacionais; descrição e os seus procedimentos. Nesta parte inclui as politicas, regulamentação e a apresentação/interpretação do sítio. Por fim, a parte do desenvolvimento é composto pelas qualidades da gestão, como a boa apresentação ao visitante e a conservação e restauro do sítio arqueológico. Comer (2002), acrescenta:

"A parte mais essencial de qualquer plano de gestão é aquele que incluí esse mesmo plano na sua gestão. Isso incluí os programas e as funções que devem ser assumidas a cumprir, isto quer dizer que devem ser continuados. Em segundo, devem

estar presentes na política e nas suas regulamentações. A apresentação do sítio e a sua interpretação deve estar bem assumida na categoria de utilização, contudo, interessa definir a categoria do seu uso. Em terceiro, o seu desenvolvimento, deve ser alargado na estratégia do plano de manutenção do sítio, com a referência específica, só as necessárias para atingir os objectivos."

8.3 A Preparação de um Plano de Gestão Patrimonial

A preparação de um plano de gestão obedece a uma multidisciplinaridade, como já referi antes. O mesmo, deve corresponder ao que os outros esperam da equipa inserida no plano de gestão, fazendo uma pesquisa para obterem as informações necessárias. O plano de gestão tem que conter, um plano também para ele mesmo, ou seja é uma forma de seguir os seus próprios objectivos, este passo é deveras importante. Para isto são necessárias diferentes ideias e técnicas. De acordo com as linhas orientadoras do *Magenement of World Cultural Heriditage Sites*, o procedimento na preparação de um plano de gestão é o seguinte (1992:35):

Levantamento inicial do sítio:

1. A descrição do sítio e as suas definições;
2. Identificação dos recursos;
3. Avaliação dos recursos;
4. Formulação dos objectivos;
5. Definição dos projectos;
6. Plano de trabalho e os seus planos anuais;
7. A execução dos trabalhos;
8. Gravação, relatórios e revisão dos resultados;
9. Armazenamento da informação e dados;
10. Revisão da descrição dos sítios e a sua reavaliação;
11. Formulação e objectivos da reformulação e reconsideração dos conteúdos;
12. Definição de mais projectos;
13. Revisão do trabalho programado e o seguinte plano anual.

Como observamos em cima, as etapas de um plano de gestão não têm fim. Continuam com a gravação, relatórios e revisão dos resultados e do sítio que vai ter uma nova informação e as suas condições físicas.

Comer (2002) determina a preparação das etapas do plano de gestão. Enquanto ele prepara uma lista, menciona que "é importante ter em conta em todo o processo o significado do valor do sítio, os programas, e todos os outros aspectos da gestão do sítio arqueológico. A importância e as valências do sítio determinam o estado dos objectivos da gestão. Em suma, os objectivos da gestão determinam a estrutura e o programa de gestão, o uso do sítio, e o seu apropriado desenvolvimento". Foram listados em 11 passos (2000):

1. Formação da equipa;
2. O envolvimento do público;
3. A formulação dos depoimentos sobre o significado e os valores;
4. Análise dos sítios;
5. Estabelecimento de zonas de gestão;
6. Identificação das necessidades dos recursos de gestão;
7. Organizar gráficos;
8. Determinar os meios;
9. A posição da gestão do sítio;
10. Definição apropriada do seu uso;
11. Seguir a estratégia para desenvolvimento.

O quinto passo estabelece as zonas de gestão, estas são as mais importantes para a sustentabilidade dos sítios. Contêm a parte da monitorização de cada uma das zonas do sítio, este sistema é composto por três componentes: *indicadores, instrumentos e padrões.* Comer (2002) explica-os como: Indicadores são a chave dos recursos ou experiências de cada uma das zonas. Instrumentos devem servir para medir a condição desses indicadores. Alguns instrumentos devem medir a "condição física" do sítio arqueológico ou histórico. Neste caso os instrumentos devem medir a mudança física dos sítios, mais especificamente as condições do sítio. Os padrões devem ser estabelecidos para cada indicador. Os mesmos têm um grau tolerável de variações da base das condições ou experiência.

Por outro lado, no décimo passo, em que se trata da definição apropriada do seu uso, Comer (2002) menciona que os relatórios de monitorização são importantes ,se o processo de gestão vai de encontro ao sucesso ou não. De acordo com ele, há alguns pontos essenciais para o plano ser mais efetivo: participação das partes interessadas, foco nas qualidades essenciais do sítio, elegância, definição das bases para a interpretação pró-ativa, interação. A interação é a mais importante para focar o ponto da sustentabilidade. O mesmo diz que, os planos de gestão são *ferramentas interativas e podem alterar no que respeita a mudança económica e social no que respeita às condições do sítio. As interações são:*

1. Baseada em capacidades produtivas que são estabelecidas para as zonas dentro do sítio, que são determinadas pela distribuição dos recursos e das oportunidades que provêm das experiências do visitante.
2. Dependente da monitorização realista das condições dos recursos e factores sociais.

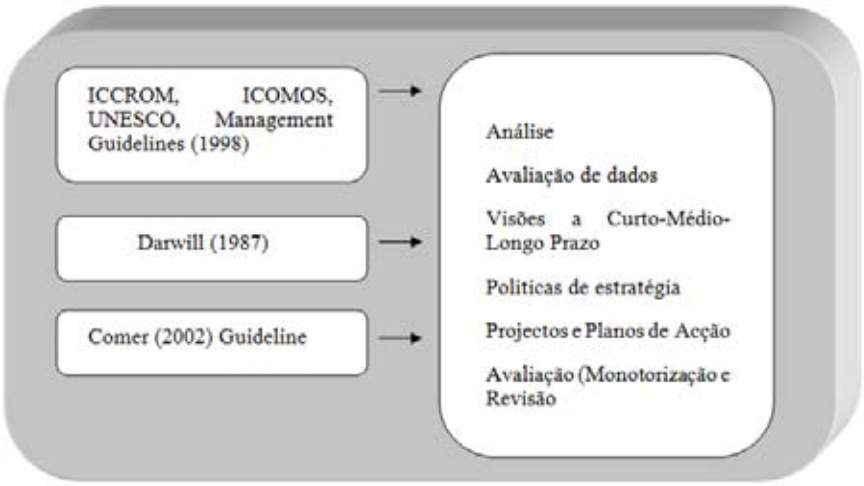
Darwill, um importante profissional de gestão do património, determina as etapas de um plano de gestão. De acordo com ele um Plano de Gestão é composto por sete passos como (Citado de Akan, 1996).

- Plano em linhas gerais;
- Vistoria;
- Avaliação;
- Discussão e Debate;
- Desenvolvimento;
- Implementação e Revisão;
- Futuro a Longo Prazo;

Quando avaliamos diferentes planos de gestão, podemos concluir que um plano começa sempre com uma análise geográfica, histórica, económica, legal e organizacional e social do sítio em questão. A análise passa também por detetar as fraquezas, ameaças, forças e oportunidades (análise SWOT) do sítio a trabalhar. É necessário de seguida ter visões a curto e a longo prazo da sua conservação,

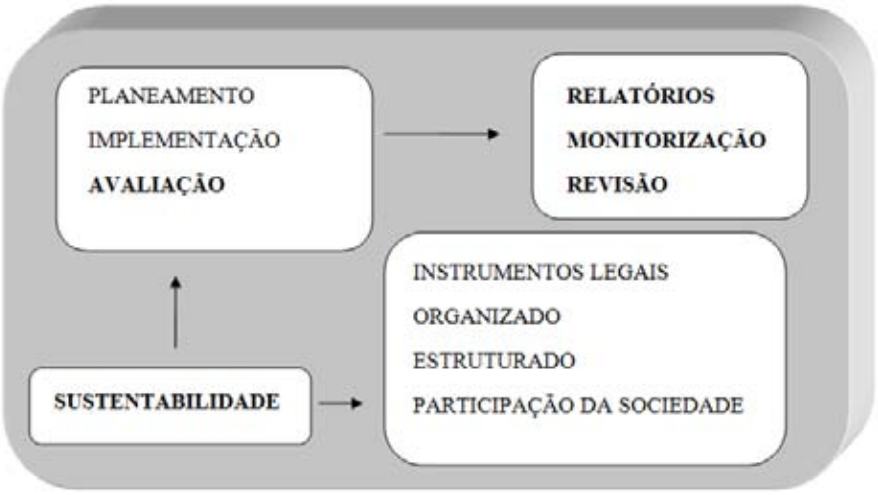
financiamento, administração, interpretação e apresentação, estabelecer estratégias e políticas de gestão com o fim de ser apreciado pelos visitantes. De acordo com as políticas estratégicas, o plano de ação e preparado como podemos observar na Quadro 1. Contudo o processo não acaba aqui. É contínuo com a sua monitorização e revisão de acordo com a Quadro 2.

Neste ponto, estamos na questão-chave na gestão de sítios culturais, ou seja, estamos a falar da "monitorização e revisão". Esta parte apresenta a sustentabilidade do processo de gestão. A conservação do património depende da consciencialização da sociedade, a mesma tem de participar nas discussões sobre o seu património.



Quadro 1 – Exemplo de Plano de Gestão

Fonte: Elaboração própria



Quadro 2 – Circuito de Monotorização e Revisão de Planos de Gestão

Fonte: Elaboração Própria

Capítulo IV – Descrição dos Sítios Arqueológicos em Estudo

(Trabalhos Efetuados e o seu Estado Atual)

1. O Dólmen de Areita (S. João da Pesqueira, Viseu)

1.1.Introdução

O Dólmen de Areita, um dos maiores monumentos do género existentes na região centro/norte de Portugal, quando se deram início os trabalhos de escavação e restauro (1998), o monumento estava num estado de verdadeiro abandono e de ruína (fig.7).

Perante estas circunstâncias a Câmara Municipal de São João da Pesqueira, juntamente com a colaboração do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, elaborou um projecto juntamente com uma empresa privada (Arqueohoje), que contemplasse todo um conjunto de acções visando a inventariação, salvaguarda, valorização e divulgação do rico património arqueológico ainda existente nesta região.

O objectivo principal é "ofertar" o património arqueológico numa perspectiva global e integrada no património municipal, assim como a sua importância no desenvolvimento comunitário.

Sendo assim perspectivou-se a criação de um museu arqueológico concelhio, com a potencialização e articulação social dos bens culturais patentes na área de influência do museu-edifício e/ou do museu-território, valorização e musealização dos elementos patrimoniais mais significativos na arqueologia local, divulgação e promoção turística de percursos arqueológicos auxiliados com a respectiva sinalética, painéis explicativos, desdobráveis e guia arqueológico, articulação e acção com outros elementos de dinamização local – estalagens, pousadas e unidades de turismo rural –, sensibilização da comunidade escolar e do visitante em geral, estes são alguns dos objectivos (Gomes, L.F. *et all* 1997: 33-93).

Este projecto foi aprovado no âmbito do Sub-Programa C do PRONORTE, com o nome de "Estudo, Valorização e Divulgação do Património Arqueológico no

Concelho de S. João da Pesqueira – Valorização e divulgação do Dólmen da Areita e do Abrigo com Pinturas Rupestres da Fraga d'Aia na Freguesia de Paredes da Beira.

Entre 1996 e 1997 procedeu-se a escavação, os trabalhos de valorização e divulgação turístico/cultural do monumento conclui-se em 1998.

1.2.Localização Geográfica e Situação Jurídica

O monumento em estudo, inserido numa plataforma montanhosa sobranceira ao rio Távora, situa-se no local de "Areita", distando escassos metros da estrada que liga Paredes da Beira a Riodades.

Implementado em terreno granítico – granitóide hercínico de grão médio – aproveitando para pinhal ou castanheiros, apresenta-se perfeitamente destacado na paisagem circundante e desfrutando de um vasto campo visual, alcançando os restantes monumentos da necrópole.

Administrativamente, integra-se na freguesia de Paredes da Beira, concelho de S. João da Pesqueira, distrito de Viseu, província de Trás-os-Montes e Alto Douro, com as seguintes coordenadas geográficas ("Carta Militar de Portugal", na escala de 25.000, folha 139, Paredes da Beira, 2ª ed., 1985): 41º 02' 39" Lat. Norte; 01º 39' 40" Long. Este de Lisboa, 723 metros de Altitude.

Estava localizado em terrenos particulares, posteriormente adquiridos pela Câmara Municipal de São João da Pesqueira, encontra-se desde a altura da sua valorização o processo que visa a sua classificação como Imóvel de Interesse Público ou Concelhio.

Figura 5 – Localização da necrópole megalítica de Areita, apresentando-se o monumento alvo de objecto de estudo o número 1

Fonte: Gomes, L. F. *et all*; 1997: 30

1.3.Historial de Pesquisas

O Dólmen da Areita erguer-se imponente a escassos metros da estrada municipal que liga Paredes da Beira a Riodades, manteve-se quase desconhecido até ao ano do projecto que o aglomera, havia assim poucas informações e poucas referências (Costa, 1977: 23-24; idem, 1979:213-214).

Em 1990, o economista Agostinho Campos Ferreira, preocupado com a divulgação e salvaguarda do património arqueológico concelhio, deu uma descrição pormenorizada da necrópole de Areita, complementada com registos fotográficos e esquemas dos monólitos conservados, complementando com registos fotográficos. Deixou a informação de que o Dólmen da Areita, também conhecido como "Anta da Bouça da Senhora Berta", terá sido alvo de buscas desordenadas e ocasionais, bem

como explorado, na década dos anos 40, pelo juiz Aquilino Ribeiro[7], constando que parte, dos monólitos em falta foram utilizados na construção de um lagar (Ferreira, 1990).

1.4.Contexto Arqueológico

A 3 km/NO do conjunto megalítico da Senhora do Monte, já no concelho vizinho de Penedono (Ferreira, 1985; Carvalho e Gomes, 1995, Carvalho, 1996) o Dólmen da Areita delimita, se assim o entendermos, uma necrópole composta pelo menos por cinco monumentos dispostos sensivelmente no sentido N.NO.-S.SE., visíveis entre si e estendendo-se ao longo de 900 metros, e segundo informações locais, e a pouco mais de 100 m/S.SO. Do Dólmen da Areita, erguer-se-iam dois outros montículos com esteios visíveis, posteriormente arrasados por uma retroescadora, enquanto preparação do terreno para a plantação de castanheiros. Com as devidas reservas, não deixa de ser estranho a concentração de elementos pétreos graníticos nos presumireis sítios da implementação, separados entre si por escassas dezenas de metros. Prolonga-se por um extenso planalto sobranceiro ao rio Távora. Afluente da margem esquerda do Rio Douro.

Com base em testemunhos preservados, vai-se fazer uma breve descrição dos monumentos que pertencem a esta necrópole, testemunhos feitos por Agostinho Campos Ferreira.

O Monumento 2 dista de 200 m/S.SE. do Dólmen de Areita, conservava ainda em 1978 quatro esteios imbricados da câmara em granito, três dos quais parcial ou totalmente completos, pouco tempo depois por motivos quer se desconhecem foram desmantelados. Embora os monólitos estão em perfeito estado de conservação em redor do montículo artificial envolvente.

A 250 m/SE do anterior, e, área de lameiro da Junta de Frequesia – Lameira de Pereiras –, soergue-se o monumento 3, conhecido na região como "Imbigo". Apresenta-

[7] Orientando os trabalhos nos tempos livres deixados por um julgamento em Paredes da Beira, e com três pessoas trabalhando duas três horas por dia ao longo de uma semana, terá escavado cerca de 0,50 m, encontrando, no dizer das pessoas que participaram nas actividades, "*um objecto parecido com uma cafeteirinha. Em bronze, que levaria talvez meio litro*" e "algumas pedras que não eram vulgares". Sem dúvida, perturbações tidas na área do corredor.

se em óptimo estado de conservação e sem indícios de grandes remeximentos, pese embora a espoliação da laje de cobertura.

Na encosta suave ao lameiro, e a 1560 m/O.SO. da Mamoa do Imbigo, implantava-se um outro monumento que, segundo informações locais, seria de grandes dimensões e idêntico ao Dólmen da Areita. Terá sido demolido na década dos anos 40, apresentando já nessa altura algumas pedras tombadas, os monólitos depois de cortados e talhados, foram utilizados na construção de uma eira.

Um pouco mais distante, a cerca de 400m/S.SE. da Mamoa do Imbigo, soergue-se um outro monumento do género, parcialmente truncado no lado Norte pela abertura de um caminho rural. Conserva ainda restos de um montículo envolvente, em terras e pedras, com cerca de 15 m de diâmetro e sensivelmente 0,50 m de altura. Na parte central observa-se uma maior concentração de elementos líticos, podendo corresponder a restos do contraforte. No muro que delimita o caminho, em pedra seca, conservam-se os fragmentos possíveis dos esteios. Pensa-se ser o monumento 5, descrito por Agostinho Campos Ferreira (Gomes, L.F. et all 1997: 33-93).

A sensivelmente 2.4 km para O.NO., e perto do rio Távora, encontra-se a Fraga d'Aia, um pequeno abrigo granítico ocupado durante um lapso de tempo relativamente pouco longo e onde se realizaram pinturas, em diversos tons de vermelho, cujo exato significado é indefinido, mas que, sem dúvida, tem uma conotação religiosa, muito possivelmente, e com base nas intervenções arqueológicas na década de 80, nos inícios do IVº milénio a.C. ter-se-á verificado uma pré-ocupação do local testemunhada pela presença de uma lareira em fossa e cujos utentes conheciam já a cerâmica, tendo utilizado o pinheiro bravo com combustível, e com toda a possibilidade pinhas para iniciar a combustão.

Desconhece-se se este abrigo se insere numa ocupação de uma eventual filiação com a necrópole megalítica de Areita.

Na extremidade oposta ao concelho, na plataforma montanhosa da Senhora do Monte, também conhecida por Senhora do Vencimento, nas freguesias de Nagoselo do Douro e São João da Pesqueira, existem três monumentos do género, em relativo estado de conservação. Implantados em área xistenta, conservam ainda alguns dos monólitos

das correspondentes estruturas internas, em xisto, ignorando-se se terão possuído corredor de acesso e qual o âmbito cronológico/cultural em que se inserem (Gomes, L.F. *et all* 1997: 33-93).

Na freguesia de Paredes da Beira, e de um modo geral por todo o concelho, são ainda de mencionar todo um significativo conjunto de vestígios arqueológicos – cronologicamente abarcando um vasto período desde o calcolítico até à Idade Média (Ferreira e Ferreira, 1978; Azevedo, 1982; Alarcão, 1988).

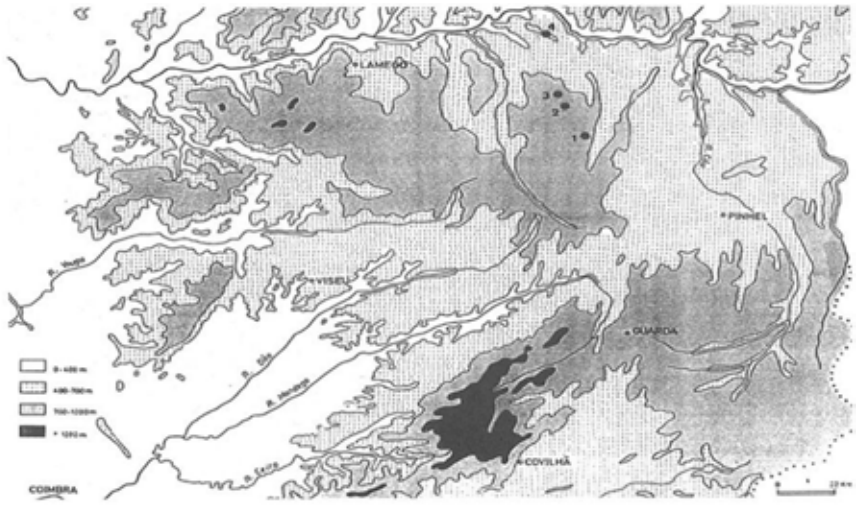


Figura 6 – Localização das necrópoles megalíticas da Lameira de Cima (1). Senhora do Monte (2), Areita (3) e Senhora do Vencimento (4).

Fonte: Gomes, L. F. *et all*; 1997: 31

1.5.Trabalhos de Valorização/Promoção Turística/Cultural

A gestão cultural está baseada em princípios pedagógicos e deve adquirir um tom mais político.

Hoje o património, e os seus técnicos contam com o conhecimento da sua potencialidade, e começa-se a "explorá-la" em regiões ditas deprimidas como mecanismo de desenvolvimento de crise económica.

No presente momento, património e gestão do território são dois conceitos necessariamente unidos O turista e os seus incentivos apresentam-se como uma importante ocasião para que o património saia do "mundo da investigação" e, sem

nunca esquecer essa realidade, defina e proporcione canais de difusão de uma oferta cultural integrada e participativa.

É este o desafio, que a Câmara Municipal de São João da Pesqueira, que pretende incutir no seu território de administração, o desafio que tem como ponto de partida outras acções de trabalho que de seguida vão ser enumerados e que vem no seguimento da valorização/promoção turístico/cultural:

- Assim, no que diz respeito ao Dólmen da Areita, procedeu-se à recolocação original dos elementos pétreos tombados – laje de cobertura e dois esteios da câmara.
- Por forma a prestar maior estabilidade ao conjunto, perfurou-se a laje de cobertura permitindo a adossão de espigões de aço ligando este elemento a três esteios.
- Ao nível da base interior do monumento, recurso a uma sapata em pedra coberta de saibro, consolidando-o e recriando o primitivo piso de deposição funerária.
- Relativamente à estrutura tipo "caixa" reposição original de duas lages, umas delas fraturada foi colada com cimento coberto de saibro. (fig.8)
- Recurso a um muro de pedra vã de forma a suster as terras do montículo junto aos esteios fragmentados ao nível médio/ou inferior. Colocado por detrás de dois esteios, mantendo-se sempre visível as arestas antigas dos elementos pétreos utilizados.
- Ao nível do corredor, reposição da única laje de cobertura conservada, apoiando-as por uma estrutura metálica.
- Pelo lado Norte, e a substituir os dois esteios em falta do corredor, recurso a dois muros de pedra vã, sobrepostos, recriando os elementos em falta. Num deles, adossão de um fragmento lítico, possivelmente integrando um dos primitivos monólitos.
- Os elementos em que era impossível a sua integração no monumento, foram dispostos no montículo que envolve o monumento.
- O montículo, profundamente esventrado em determinadas áreas e muito esbatido, foi novamente recriado com terra, prestando-lhe uma imagem

parecida com a primitiva, atingindo o topo dos esteios e do corredor. Recorde-se que originalmente este podia atingir maiores proporções, quiçá findando junto à base da lage de cobertura do espaço da câmara.

- Junto ao monumento colocou-se uma papeleira e um telheiro, em troncos de madeira tratada, albergando este último um painel, em alumínio, contendo a reprodução dos motivos gravados e pequeno texto explicativo.
- A completa valorização e divulgação do monumento fez-se através da sinalização das principais vias de acesso e edição de um desdobrável promocional.
- Os materiais exumados integrarão o acervo do já em curso museu arqueológico concelhio. (Gomes, L.F. et all 1997: 33-93)

Figura 7 – Implementação da necrópole megalítica de Areita. Vista da Margem Norte do rio Távora.

Fonte: Gomes, L. F. *et all*; 1997

Figura 8 – Dólmen de Areita antes dos Trabalhos Arqueológicos.

Fonte: Gomes, L. F. *et all*; 1997

Figura 9 – Dólmen de Areita. Estrutura tipo «caixa» patente no interior da câmara e após o devido restauro.

Fonte: Gomes, L. F. *et all*; 1997

Figura 10 – Dólmen de Areita. Motivos gravados no esteio de cabeceira.

Fonte: Gomes, L. F. *et all*; 1997

Figura 11 – Dólmen de Areita. Aspecto geral do monumento após os trabalhos de consolidação, restauro e valorização.

Fonte: Gomes, L. F. *et all*; 1997

Figura 12 – Dólmen de Areita, sendo visíveis os blocos e lajes que continham exteriormente as terras do montículo envolvente.

Fonte: Gomes, L. F. *et all*; 1997

1.6.Estado Geral do Monumento no Presente

(7 de Outubro de 2011)

Neste subcapítulo, vão ser descritos os pontos: o estado actual das acessibilidades; conservação actual dos monumentos; a sua integração no contexto paisagístico territorial; dinamização e apresentação ao público e, por fim, o nível de qualidade enquanto oferta turística**.** Estes foram os pontos a descritos na metodologia para que com a sua análise seja possível determinar as limitações no processo de tomada de decisões e a qualidade de gestão dos monumentos megalíticos em estudo.

Quando falamos nas acessibilidades deste monumento, não há grandes problemas a apontar, já que o Dólmen da Areita situa-se a escassos metros da estrada municipal que liga Penela da Beira a Riodades e não há qualquer dificuldade em aceder, além disso, na mesma estrada que citei anteriormente, existem placas de sinalização ainda bem conservadas (Figura 13) a sinalizar o referido monumento.

Figura 13 – Acessibilidade e Sinalização do Dólmen de Areita.

Fonte: Tiago Pereira (2011)

No que respeita à conservação actual do monumento, há muitas situações a apontar, não sendo elas, de cariz negativo. Quando falamos, na estrutura, do monumento, a mesma mostra-se estável, apenas um ponto a referir, no que respeita ao restauro de uma das lajes, a mesma foi consolidada com uma argamassa, sustentada por dois ferros. Após o restauro, estes parecem não suportar, o peso que a laje exerce durante todos estes anos. Na minha opinião, deviam ser substituídos ou até arranjar outra forma que não ferisse tanto à vista, já que os mesmos são de cor verde . Apesar deste ponto negativo, a estrutura está num bom estado de conservação, todos os monólitos foram colocados, nos locais onde se pensa ser o original, aquando a valorização do sítio, estes não existiam nas ruinas do monumento e ainda se conservam no sítio.

Quando falamos na Dinamização e Apresentação ao Público, há uma parte muito negativa a considerar. Neste momento o monumento apresenta um estado de abandono elevado, já que não ostenta sinais de qualquer monotorização, a vegetação cobre alguns aspectos que são importantes num monumento deste tipo, sendo o montículo envolvente que é de grandes dimensões, o monumento edificado sobressai já que é de grandes

dimensões, e só isso permite visualizar grande parte do monumento, sendo que era impossível visualizar o monumento se este fosse de menores dimensões (Figura 14).

Figura 14 - Aspeto do monumento apresentado ao público

Fonte: Tiago Pereira (2011)

No processo de valorização do monumento foi colocado um telheiro, com um painel informativo, assim como uma papeleira, como já foi referido anteriormente, é com satisfação que ao chegar ao local passado todos estes anos ainda existam estes dois itens, e com um grande estado de preservação, o telheiro juntamente com o seu painel informativo encontra-se em bom estado, este painel explicativo tem um desenho das gravuras patentes no esteio de cabeceira do monumento, na altura foi criado para que os visitantes tivessem a perceção do tipo de gravura ali existia, já que a original para muitas das pessoas não é visível. Quanto a papeleira ainda está em perfeitas condições, o ponto negativo neste campo é a mesma ter acumulado uma grande quantidade de lixo e posteriormente o lixo cai no chão (Figura 15).

Figura 15 – Telheiro e papeleira no processo de valorização do monumento.

Fonte: Tiago Pereira (2011)

O nível de qualidade enquanto oferta turística, não é de muito mérito, a entidade que gere este monumento, neste caso a Câmara Municipal de São João da Pesqueira, o monumento não apresenta um estado de ruína, já que a sua conservação, e o devido restauro foram bem executados e o monumento, está estável, o mesmo não podemos dizer do plano de monitorização e gestão do sítio. Já que o mesmo faz com que os trabalhos de valorização sejam inúteis. O turista ao chegar ao local, e porque "a primeira impressão conta muito", perde a vontade de continuar a visita, o monumento, e a sua envolvente, à data da visita, a vegetação afecta a sua visibilidade, o que faz com que a sua notabilidade seja reduzida (Figura 16), aqui uma simples monitorização, no que diz respeito à limpeza do local, era suficiente para dar o mínimo de dignidade, a este monumento de enorme importância, dentro do que são os Dólmens da Beira Alta.

Figura 16 – Aspeto da área envolvente do Dólmen da Areita

Fonte: Tiago Pereira (2011)

Um dos pontos mais positivos, dos pontos referidos na metodologia, é a existência de um Museu Municipal que alberga todo o espólio exumado do Dólmen da Areita. Este museu tinha sido referido, como um objectivo na valorização e divulgação do património deste concelho. Assim, o mesmo foi inaugurado em 12 de Fevereiro de 2003, com o nome de Museu Eduardo Tavares (Figura 17). Nas instalações deste mesmo museu funciona o posto de turismo, juntamente funciona na perfeição, já que o visitante pode ver o espólio do monumento e depois visitá-lo, ou visitar o monumento primeiro e depois o museu. Este processo ajuda as pessoas a terem uma melhor perceção, o que termina numa melhor compreensão deste período histórico que para muitas das pessoas não é compreendido na totalidade.

Figura 17 – Museu Eduardo Tavares

Fonte: http://www.sjpesqueira.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=30077 (2011)

2.A Necrópole Megalítica da Senhora do Monte (Penedono, Viseu)

2.1.Introdução

A Necrópole Megalítica da Senhora do Monte é composta por vários monumentos, estes vão ser apresentados posteriormente. Como o seu estado de conservação e a sua valorização, não era do agrado dos membros pertencentes à Câmara Municipal de Penedono, houve a necessidade de tentar valorizar a mesma. A presente necrópole megalítica é composta por cinco Dólmens: Dólmen da Senhora do Monte; Dólmen do Carvalhal; Dólmen do Sangrino; Dólmen do Turgal; Dólmen 1 e 2 da Lapinha; Dólmen da Marofa e Penela da Beira[8]

Em 1990 foi aprovado pelo então I.P.P.C.[9] o projecto de estudo intitulado: "Estudo e Valorização do Megalitismo no Concelho de Penedono" da autoria de Pedro Manuel de Carvalho Sobral e de Luís Filipe Coutinho Lopes Gomes.

Os parâmetros seguidos neste projecto de valorização, não eram apenas para o estudo, destas manifestações megalíticas no Concelho de Penedono, como também desenvolver trabalhos de restauro e consolidação das mesmas que permitissem às comunidades locais um melhor entendimento desses espaços sagrados.

No âmbito do projecto acima descrito, desenvolvido a partir de 1990, foram realizadas três campanhas de escavação no Dólmen 1 da Lameira de Cima – 1990, 1991, 1992 (sem contar com a acção de escavação/restauro de 1989), uma vala de sondagem do Menir do Vale de Maria Pais – 1993, uma campanha no Dólmen 2 da Lameira de Cima[10]-1994 (sem contar com as acções de escavação/restauro de 1989), três campanhas no dólmen da capela da Senhora do Monte – 1991, 1992, 1993, uma no Dólmen do Carvalhal – 1993, duas no Dólmen do Sangrino – 1995 e 1997 e uma no Menir de Penedono – 1995 (CARVALHO, P.S.; 2005:11).

2.2.Localização Geográfica e Situação Jurídica

A necrópole da Senhora do Monte, está situada nas freguesias de Penela da Beira e Constainço, no concelho de Penedono, distrito de Viseu.

[8] Alguns dos Dólmens não estão contemplados no plano de valorização.
[9] Agora IGESPAR
[10] Estes dois Dólmens (Lameira de Cima 1 e 2) pertencem a outro núcleo arqueológico, inseridos no mesmo projecto e são do mesmo concelho (Penedono).

Em termos geológicos, o Concelho de Penedono insere-se na Zona Centro Ibérica, que em termos gerais está implantado na mancha granítica do Planalto da Lapa e das formações do "Complexo Xisto-Grauváquio do Douro". Podem ser identificadas duas partes em termos de morfologia. A primeira, ocupa a maior parte do concelho, pertence à plataforma antiplânica, mais perfeita e plana, com vales largos e pouco profundos, apresenta as altitudes mais elevadas, que variam entre os 700 e os 1000 metros de altitude, onde se destacam as Serras de Sigiro (989 m) e da Laboreira (1000 m). A segunda, restringe-se à parte Nordeste do Concelho, com um relevo mais acentuado, em que surgem vales encaixados, com altitudes que variam entre os 450 e os 750 m.

Através da unidade geomorfológica é possível "separar" o conjunto dos monumentos. Sendo assim o Dólmen da Capela da Senhora do Monte, o Dólmen do Carvalhal e o Dólmen do Sangrino, estão distribuídas pela vertente Oeste do Vale da Senhora do Monte e na linha de fecho que separa os dois pequenos vales.

Os Dólmens 1 e 2 da Lapinha, estão implementados na vertente Este do mesmo vale, Lapinha 2 está a uma cota superior. Um pouco mais afastado, a cerca de 2 km/Norte está o Dólmen do Turgal, implantado no topo da cabeceira do vale da Senhora do Monte. Deste monumento avista-se uma parte deste vale. Estas localizações deviam-se principalmente à proximidade das linhas de água, apesar de estarem a uma maior altitude.

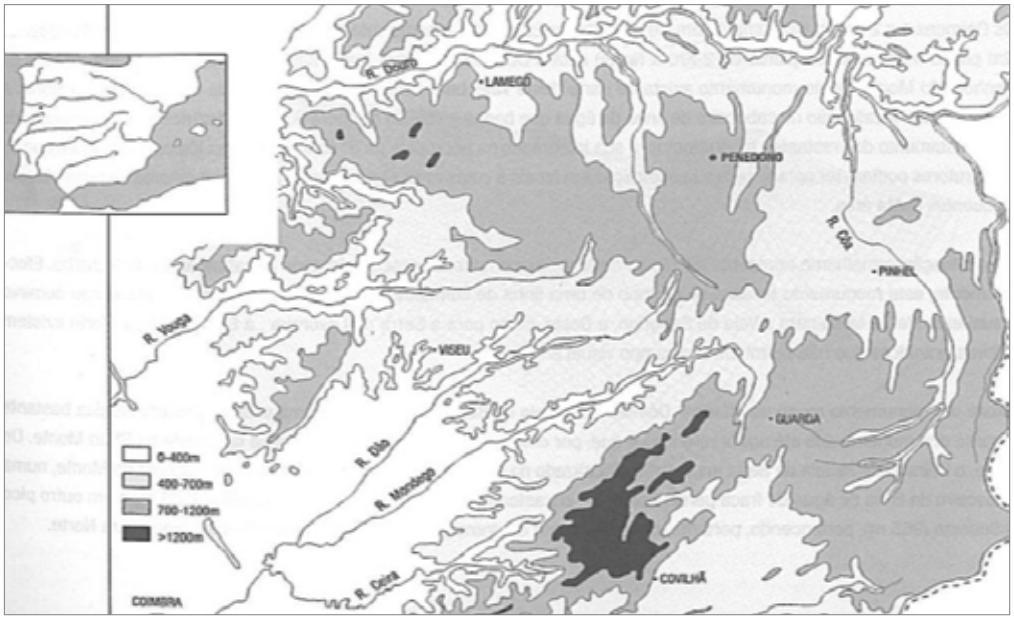


Figura18 – Mapa Geomorfológico e Localização da Necrópole

Fonte: Carvalho, P.S.; 2005:7

2.3.Historial de Pesquisas

Apesar da Necrópole Megalítica ser extensa, e daí a sua importância, não existe um grande conjunto de referências bibliográficas. Na sua maioria não passam de simples citações de um ou outro monumento. Exemplo disso tem livros escritos por M. Gonçalves da Costa, intitulado História do Bispado e Cidade de Lamego (Costa, 1977 e 1979). Este mesmo autor, escreve breves linhas sobre os monumentos pré-históricos do concelho de Penela da Beira que se inserem neste projecto, assim sobre o Dólmen da Senhora do Monte escreve: "as ruínas da capela medieval da Senhora do Monte, cuja capela-mor, primitiva ermida, ocupa a câmara dum velho dólmen" (COSTA, 1979:279), sobre o Dólmen 1 da Lapinha e Dólmen do Turgal escreve: "duas antas semiarruinadas: a da Lapinha, para leste, e do Pendão, na direcção oposta (…)" (COSTA, 1979:280) e vestígios de um terceiro, talvez o Dólmen da Marofa "à entrada de Castainço" (Costa, 1977:24).

No ano de 1982, é publicado um artigo no Correio da Manhã, onde se refere o interesse de uns arqueólogos ingleses, sobre os monumentos deste concelho. Este interesse repentino deveu-se a informação que os ingleses tiverem através de um documento ou livro, para todos os outros desconhecidos, tratava-se de uma possível sepultura de um rei inglês.

Em 1985, Agostinho Campos Ferreira, publica um livro em que refere alguns monumentos desta necrópole, em que apresenta a planta esquemática do Dólmen da Capela da Nossa Senhora do Monte (Ferreira, 1985). Neste mesmo ano, são levadas a cabo por jovens dos Tempos Livres, limpezas no interior da capela, assim afectaram irreversivelmente a área do corpo da capela, pois estes trabalhos implicaram a remoção das terras até à rocha mãe, estas mesmas terras compunham o seu piso.

Em 1988 Pedro Manuel Sobral de Carvalho, iniciou a elaboração da Carta Arqueológica do concelho de Penedono, cujos resultados mais importantes foram publicados em 1989 (Carvalho, 1998). Neste mesmo ano, foi apresentado um pedido de autorização para uma intervenção de emergência nos Dólmens 1 e 2 da Lameira de Cima, freguesia de Antas de Penedono[11], pedido feito por Pedro Manuel Sobral de Carvalho e Luís Filipe Coutinho Lopes Gomes.

[11] Estes inseridos num outro conjunto de necrópole do mesmo concelho, que o autor vai caracterizar no próximo ponto deste mesmo capítulo.

No ano seguinte, foi aprovado o projecto de estudo intitulado "Estudo e valorização do Megalitismo no Concelho de Penedono", como já referi anteriormente, desenvolvido assim também por Pedro Carvalho e Luís Gomes.

2.4.Contexto Arqueológico

Este ponto do vai ser apresentado em duas partes, já que se achou por bem dar a conhecer o restante património arqueológico, que o Concelho de Penedono tem, além dos monumentos que esta necrópole abrange.

A necrópole da Lameira de Cima, no Concelho de Penedono, freguesia de Antas, é constituída apenas por dois monumentos, esta foi tema de tese de mestrado de Luís Filipe Coutinho Lopes Gomes, já referido anteriormente, publicada em 1996 (GOMES, 1996), necrópole que está também inserida neste estudo que apresento.

A cerca de 3 km NE, da necrópole da Senhora do Monte, a necrópole da Areita, que como já referi anteriormente é composta por cinco monumentos megalíticos. Os topónimos como "Paradeita", "Fornos", "Lages", "Escáduas", "Eira Velha" podem ser indicadores de mais monumentos. Para já os quatro sepulcros identificados são: Dólmen da Areita ou Anta nº1[12], Anta nº2, Anta nº3 e Anta nº5. A Anta nº4 foi totalmente destruída. As Antas nº1 e a Anta nº2 são sumariamente referidas por Manuel Gonçalves da Costa (Costa, 1979:213-214).

Existe o Menir de Penedono, monólito de granito, não afeiçoado, bem fincado no solo, está localizado numa área aplanada com bastantes afloramentos rochosos. Situa-se a cerca de 3 Km a N.NE do menir do Vale de Maria Pais e cerca de 2,5 km NO. da Necrópole da Lameira de Cima. Possui 1,92 m de altura e 0,78 m de largura máxima.

Administrativamente pertence à freguesia de Antas de Penedono. Em Agosto de 1995 foi efectuada uma sondagem arqueológica que pôs a descoberto a base do monólito. Esta intervenção permitiu verificar que foi aproveitada uma falha entre dois afloramentos graníticos para a colocação do monólito na posição vertical.

O Menir do vale de Maria Pais, foi descoberto por Pedro de Carvalho e Luís Gomes, aquando faziam em 1991, o inventário das sepulturas medievais da necrópole dos Carvalhais, assim foi descoberto um monólito afeiçoado de grandes dimensões encostado a uns penedos de graníticos no topo N.NO. da "Quinta dos Carvalhais".

[12]A Nomenclatura dos monumentos segue a de A. Campos Ferreira (FERREIRA, 1990).

O Menir encontra-se implantado no limite Oeste de um amplo vale, nas faldas da serra do Medonho, onde correm várias linhas de água, estas alimentam as nascentes do rio Torto, subsidiário do Douro, a uma altitude média de 825m.

O Complexo de abrigos rupestres da Ribeira da Teja, é um pequeno curso de água, subsidiário do Douro. Esta ribeira nasce muito perto das nascentes do rio Torto e possui alguns vales cavados onde existem abrigos sob a rocha granítica. Em alguns destes abrigos Adriano Vasco Rodrigues identificou vestígios de ocupação pré-histórica. Pelas descrições do autor acima referido, pensa-se que terá havido uma relação íntima entre estes abrigos com o núcleo megalítico da Lameira de Cima localizado a pouca distância.

Por fim, existe O abrigo pintado da Fraga D'Aia, em que os primeiros resultados publicados sobre este importante sítio arqueológico indicavam uma única fase de ocupação interessando estratigraficamente sobretudo algumas camadas (JORGE et *alli*, 1988b). Verificando-se mais tarde que havia uma segunda camada que continha material arqueológico.

Numa cronologia mais avançada, estamos aqui a falar no Bronze Final, é considerado a zona da necrópole que agora estamos a estudar, existe um povoado da Serra do Rebolelo, que, pelas suas características defensivas e espólio recolhido à superfície, deve ser, a par com o povoado de Monte Airoso (Granja de Penedono), um dos mais importantes baluartes desta época a Sul do rio Douro (Carvalho, 1989).

Na freguesia de Penela da Beira, as mais significativas marcas das ocupações Romanas são as mais significantes do concelho de Penedono. Inteligentes, como este povo era, estabeleceram-se segundo uma lógica determinada pela potência agrícola e mineira dos solos. É de realçar que os vestígios dos seus habitats estão situados de maneira a aproveitar o Vale de Britelo (no caso da Tapada do Vento) e o vale de Santo Tirso (no Casteidal).

2.5.Os Monumentos da necrópole

Na área do planalto da Senhora do Monte até 1995, foram identificados seis monumentos que se integram num mesmo conjunto/necrópole subdivididos em cinco núcleos: o núcleo do Carvalhal composto por dois monumentos – Dólmen da Capela da Senhora do Monte e o Dólmen do Carvalhal, o núcleo do Turgal, composto por um monumento – Dólmen do Turgal, o núcleo de Sangrino, constituído por um monumento

– Dólmen de Sangrino e o núcleo da Lapinha, composto por dois monumentos – Dólmens 1 e 2 da Lapinha.

Um sétimo monumento – Dólmen de Penela da Beira –, muito destruído, de pequenas dimensões, provavelmente sem corredor, foi identificado muito próximo da povoação de Penela da Beira, este monumento não foi incluído na necrópole da Senhora do Monte, devido à sua destruição, estando apenas circundada por enormes elevações graníticas.

Entre 1991 e 1995 foram intervencionados 3 monumentos megalíticos desta necrópole: Dólmen da Capela da Senhora do Monte, Dólmen do Carvalhal e Dólmen do Sangrino.

No ponto seguinte vão ser descritos todos os monumentos megalíticos da necrópole da Senhora do Monte.

2.5.1.Dólmen da Marofa

Este monumento implanta-se numa pequena plataforma, entre dos picos montanhosos situados, respectivamente, a Norte e a Sul. O território visual deste, abrange um vale que termina com a Serra Laboreira. Para Oeste o terreno apresenta uma ligeira inclinação, podendo-se quase avistar o Dólmen de Sangrino.

Administrativamente, pertence à freguesia de Castainço, concelho de Penedono, distrito de Viseu e tem as seguintes coordenadas geográficas segundo a Carta Militar de Portugal, 1:25.000, fl.149 – Penedono, 1984: 40º 34' 13" Latitude Norte, 01º 42' 01" Longitude Este de Lisboa, +/- 924 metros de Altitude.

É um dólmen de câmara poligonal com oito ou nove esteios, ligeiramente tombados para o interior. O esteio de cabeceira encontra-se tombado, deslocado da sua posição original. Possui ainda uma laje de cobertura de câmara. O corredor, orientado a E.SE., encontra-se quase totalmente soterrado (Figura18).

Este monumento apresenta-se muito destruído, evidentemente pela existência de trabalhos agrícolas ao seu redor. Este monumento é conhecido por "Vale da Fonte", sendo este o microtopónomico, foi descoberto por João Miguel Perpétuo e António Moura em 1997. Carvalho (1989), pensa que este seja o monumento que o Padre M. Gonçalves da Costa referiu como "Anta do Pendão" (Costa, 1977:24 e 1979:280).

Figura 19 – Dólmen da Marofa (2000)

Fonte: Carvalho, P.S.; 2005:12

2.5.2.Dólmen de Sangrino

De todos os monumentos do conjunto, este é o que tem a visão mais ampla do território, já que se encontra nu ponto alto, no limite sul da linha de festo que separa o Vale da Senhora do Monte do Vale Vidreiros.

Administrativamente, pertence à freguesia de Castainço, concelho de Penedono, distrito de Viseu (topónimo – Sangrino) e tem as seguintes coordenadas geográficas segundo a Carta Militar de Portugal, 1:25.000, fl.149 – Penedono, 1984: 41º 01' 54" Latitude Norte; 01º 42' 17" Longitude Este de Lisboa, +/- 876 metros de Altitude.

Este monumento foi alvo de trabalhos arqueológicos em Agosto de 1995 e de 1997.

É um dólmen de câmara poligonal, provavelmente de 7 esteios, e corredor médio, pouco diferenciado em planta e diferenciado em alçado. Entre o corredor e câmara foram colocados dois monólitos a estrangular ou a marcar passagem (Carvalho, 1989).

A mamoa, de planta circular, apresenta-se relativamente bem conservada no lado Norte e tem cerca de 10 m de diâmetro.

2.5.3.Dólmen 2 da Lapinha

Este monumento foi descoberto por Luís F. Gomes em 1993. Está situado quase no limite Nordeste de uma pequena plataforma estrangulado por picos graníticos a Este e a Sudoeste. Aqui só a Norte e a Nordeste se tem campo visual, precisamente a área onde se implantam os monumentos Lapinha 1, Dólmen da Capela da Senhora do Monte e o Dólmen do Carvalhal.

Administrativamente pertence à freguesia de Penela da Beira, concelho de Penedono, distrito de Viseu e tem as seguintes coordenadas geográficas, segundo a Carta Militar de Portugal. 1:25.000, fl.139 – Paredes da Beira (São João da Pesqueira), 1985: 40º 00' 57" Latitude Norte; 01º 41' 48" Longitude Este de Lisboa.

Trata-se de um pequeno dólmen de corredor com uma câmara megalítica onde se podem observar três esteios inteiros *in situ*, se bem que inclinados para o interior, e um deslocado. No corredor é visível um grande esteio enterrado segundo a sua base maior e fragmentos de mais ortostatos.

2.5.4.Dólmen 1 da Lapinha

Encontra-se implantado na mesma chã do Dólmen da Capela da Senhora do Monte e do Dólmen do Carvalhal, estando, no entanto, a uma cota mais elevada e separado destes por um pequeno ribeiro que atravessa a referida chã no sentido Norte/Sul. Situado numa posição periférica da chã, encontra-se encoberto pelos pontos altos do "Sangrino", a Sul, e "Paúlo" e "Vale Pardieros", a Este.

Administrativamente, pertence à freguesia de Penela da Beira, concelho de Penedono, distrito de Viseu (topónimo – Lapinha) e tem as seguintes coordenadas geográficas, segundo a Carta Militar de Portugal, 1:25.000, fl.139 – Paredes da Beira (São João da Pesqueira), 1985: 41º 01' 56" Latitude Norte; 01º 41' 30" Longitude Este de Lisboa, +/- 888 de Altitude.

Este é um monumento muito arruinado, apresenta apenas 3 esteios, um dos quais em posição vertical e inteiro, outro tombado mas também inteiro e um outro partido pela base. Existem alguns vestígios da mamoa. Dado o grau avançado de degradação do monumento não foi possível determinar a sua planta.

Figura 20 – Dólmen da Lapinha 1 (1991)

Fonte: Carvalho, P.S.; 2005:14

2.5.5.Dólmen da Capela da Senhora do Monte

Este monumento está localizado no centro da Necrópole, com um ampla visibilidade em todos os sentidos, constitui, juntamente com o Dólmen do Carvalhal, o núcleo do Carvalhal.

O Dólmen da Capela da Senhora do Monte é um monumento megalítico de grandes proporções com câmara poligonal de 7 ou 9 esteios e corredor longo que, algures Idade Média (sec. XV?) sofreu, profundas alterações arquitectónicas. Ou seja, estas alterações são do aproveitamento das suas estruturas para a edificação de uma capela, assim podemos dizer que se confirma o sentido místico e religioso que o monumento já possuía. Assim, o monumento em estudo tornou-se em um dos raros casos de dólmens cristianizados em Portugal.

Segundo Carvalho (2005:15), a escavação arqueológica deste sítio permitiu a identificação de complexas estruturas na área fronteira ao corredor do Dólmen.

Administrativamente pertence à freguesia de Penela da Beira, concelho de Penedono, distrito de Viseu e tem as seguintes coordenadas geográficas, segundo a Carta Militar de Portugal, 1:25.000, fl.139 – Paredes da Beira (São João da Pesqueira),

1985: 41º 01' 14" Latitude Norte; 01º 41' 28" Longitude Este de Lisboa, +/- 895 metros de Altitude.

Foi declarado Monumento Nacional em 5 de Dezembro de 1961 (Decreto nº 44075).

A Capela da Senhora do Monte encontra-se em ruínas à 70 anos, segundo a opinião dos "mais velhos". Segundo A. Campos Ferreira, no dia da Senhora do Monte, reuniam-se 7 cruzes que vinham em procissão das 7 freguesias vizinhas (Ferreira, 1985: 51).

Figura 21 – Dólmen da Capela da Senhora do Monte. Aspeto antes das intervenções.

Fonte: Carvalho, P.S.; 2005:38

2.5.6.Dólmen do Carvalhal

Em 1982 foi publicado um artigo num jornal diário onde se afirmava um dólmen localizado a cerca de 30 metros do adro da Capela da Senhora do Monte, que tinha sofrido escavações arqueológicas por "uns arqueólogos ingleses" que estariam à procura do túmulo de um rei inglês: "(...) desde há meses a esta parte, a ermida tem sido alvo de interesse do arqueólogos ingleses movidos pelo facto de terem lido em Inglaterra que, a cerca de 30 metros do adro da Capela, num dos dólmens existentes no local, se encontrava um rei inglês"[13].

[13]CORREIO DA MANHÃ, 1982: 13.

Figura 22 – Dólmen do Carvalhal (1990). Aspecto do monumento antes da intervenção.

Fonte: Carvalho, P.S.; 2005:104

Implantado relativamente perto do Dólmen da Capela da Senhora do Monte, o Dólmen do Carvalhal, num amplo planalto irregular à cota média de 900 m de altitude.

Administrativamente pertence à freguesia de Penela da Beira, concelho de Penedono, distrito de Viseu e tem as seguintes coordenadas geográficas, segundo a Carta Militar de Portugal, 1:25.000, fl.139 – Paredes da Beira (São João da Pesqueira), 1985; 41º 01' 16" Latitude Norte, 01º 41' 28" Longitude Este de Lisboa, +/- 899 metros de Altitude.

Segundo Carvalho (2005:17), foi possível perceber com a escavação arqueológica, que o Dólmen do Carvalhal é um monumento megalítico constituído por uma câmara de sete esteios, de planta poligonal alargada e um corredor mais baixo, definido pela colocação de dois largos esteios sobre a sua base maior seguidos de mais dois de diminutas dimensões, certamente simbólicos.

2.5.7.Dólmen do Turgal

Situa-se numa linha de cumeada, no topo da cabeceira do Vale da Senhora do Monte, domina, a Norte e Nordeste, grande parte da chã que se estende até ao rebordo da Serra do Reboledo e sobretudo domina, a Sul, parte do Vale da Senhora do Monte. Houve uma nítida intenção de construir o sepulcro num local de onde se avistasse a paisagem dos restantes monumentos da necrópole. Este monumento (Dólmen do Turgal), não é um monumento que se destaque exuberantemente da paisagem. Pela situação optaram por não erigir num dos topos que o ladeiam, mas sim na linha da

cumeada, precisamente no único sítio de onde se consegue observar a plataforma onde estão implantados os outros monumentos. Houve decerto uma nova política na concepção deste novo espaço sagrado, mas há um nítido respeito pela paisagem construída até então pelos antepassados.

Administrativamente, pertence à freguesia de Penela da Beira, concelho de Penedono, distrito de Viseu e tem as seguintes coordenadas geográficas, segundo a Carta Militar de Portugal, 1:25.000, fl139 – Paredes da Beira (São João da Pesqueira), 1985: 41º 02´ 01" Latitude Norte; 01º 41´ 42" Longitude Este de Lisboa, +/- 940 metros de Altitude.

Segundo Carvalho (2005), o dólmen apresenta um estado arruinado, apresenta uma câmara poligonal de sete esteios, com o esteio de cabeceira em posição vertical, bastante enterrado, sobre o qual assenta a laje de cobertura, tombada. A parte Norte da câmara foi destruída, apresentando apenas um esteio em posição vertical junto ao que poderá ser o fim do corredor, jazendo alguns dos restantes esteios em redor do monumento. A parte sul desta possui três esteios visíveis tombados para o interior encontrando-se os restantes esteios sob o entulho existente no espaço camarário.

Figura 23 – Dólmen do Turgal

Fonte: Carvalho, P.S.; 2005:19

2.5.8.Dólmen de Penela da Beira

A sua implementação é muito próxima da povoação de Penela da Beira, no início de uma plataforma suavemente inclinada para Norte, circundada por elevações graníticas (com excepção a Norte) não permitiu, como já foi referido num dos anteriores capítulos, incluir este monumento na necrópole megalítica da Senhora do Monte.

Administrativamente pertence à freguesia de Penela da Beira, concelho de Penedono, distrito de Viseu e tem as seguintes coordenadas geográficas segundo a Carta Militar de Portugal, 1:25.000, fl.139 – Paredes da Beira (São João da Pesqueira), 1985: 41º 02´ 13" Latitude Norte; 01º 42´ 13" Latitude Este de Lisboa, +/- 930 metros de Altitude.

Este monumento foi descoberto em 1992, é dos que se encontra em piores condições de todo o conjunto aqui tratado.

Segundo Carvalho (2005:19), este monumento encontrava-se até ao momento muito destruído, de pequenas dimensões, provavelmente sem corredor. Possuía ainda mamoa, embora muito danificada. Podem-se observar dois esteios da câmara da laje de cobertura. É impossível ter uma planta do monumento. Os trabalhos agrícolas deste sítio, desenvolvido por máquinas, contribuem para o estado de destruição, que o monumento apresenta.

2.6.Trabalhos de Valorização/Promoção Turística/Cultural

Como já referi em capítulos anteriores, a intervenção arqueológica de um monumento megalítico exige obrigatoriamente um plano de acção, que vise a valorização desse mesmo sítio arqueológico. Há muitos teóricos, em relação a este assunto, logo diferentes ideias e métodos. O que importa é aplicar os conhecimentos de cada um, já que o que não é aceitável é o abandono dos monumentos após a sua escavação/trabalhos científicos. Na generalidade os arqueólogos nacionais, olham esta parte do trabalho com indiferença, porque este tema começou a ser mais valorizado nos finais dos anos 80, em que se pensou que as intervenções arqueológica, tinham de passar de uma destruição para uma eventual valorização, já que como é sabido de sendo comum no mundo arqueológico, de que uma escavação passa a um estado de destruição

do sítio, e é isso que se tem tentado evitar nos monumentos megalíticos da Beira Alta, como é o caso do conjunto da Senhora do Monte.

Quando o trabalho científico está acabado, é necessário encontrar forma de transmitir isso às comunidades que hoje habitam essas regiões e a todos que a visitam. Só com uma boa consolidação e restauro das estruturas materiais, a utilização da sinalética adequada e a musealização desses sítios, poderemos transmitir esse sentido místico que os monumentos megalíticos possuíam.

No seguinte parágrafo vai ser descrito o trabalho de consolidação/valorização dos monumentos megalíticos do conjunto da Senhora do Monte.

Segundo Carvalho (2005:165), os trabalhos de restauro/consolidação do Dólmen da Senhora do Monte respeitaram duas estruturas arquitectónicas diferentes, na forma e no tempo. Houve a necessidade de conjugar dois monumentos num espaço só. Depois de uma consulta com diversos investigadores (Jorge de Alarcão, Domingos Cruz, Rui Cunha Martins, Ana Leite da Cunha, Beleza Moreira) e com a autorização dos técnicos do IPPAR (Agora IGESPAR), elaborou-se um projecto onde visão os seguintes pontos:

- Escavação, consolidação e restauro do corredor do dólmen que implicou a remoção de três lajes graníticas que poderiam ser fragmentos de tampas ou esteios; o levantamento e colocação no sítio exacto de um esteio; a colocação de um pequeno monólito que estava junto ao corredor no espaço onde primitivamente estava o 1º esteio do lado Norte (nesta caso encontraram-se apenas os calços); o derrube do que restava do muro que fecharia primitivamente a parede Este da capela; o desmonte do muro onde assentava o sacrário e, por último, a construção de uma sapata de 30 cm de altura constituída apenas por pedras, coberta de terra, sem se ter utilizado cimento.
- Foi construído um murete com pedra vã com cerca de 40 cm de altura ao longo do lado sul do corredor, por detrás dos esteios, de modo a evitar a queda de terras e pedras do contraforte e da mamoa para o interior do corredor.
- Escavação e restauro da zona fronteira ao corredor – átrio;
- Escavação e consolidação da área da câmara/altar-mor que implicou a remoção de duas lajes graníticas que jaziam no chão da capela-mor;
- Consolidação dos topos das paredes da capela e substituição da padieira

queimada;

- Reconstrução do muro que rodeia a capela e arranjo de todo o espaço envolvente cobrindo novamente todos os sectores intervencionados com pedra e terra;
- Colocação de placas informativas.

No Dólmen do Carvalhal os problemas de restauro/consolidação foram mínimos, tendo-se conseguido excelentes resultados:

- Em relação aos esteios, foram possível coloca-los na posição original, bem como a laje de cobertura do corredor e da laje de guilhotina;
- Consolidar os esteios com uma sapata de pedra, com cerca de 20 cm de altura, para a qual não se utilizou cimento, posteriormente coberto com terra.
- Na câmara funerária forma construídos muros em alvenaria nos esteios em falta. Assim estes muros não só seguram as terras e pedras do contraforte, como também dão uma noção exacta de como seria a planta da câmara. Foram utilizados uns suportes em aço, para "amparar" dois dos esteios (Velhos suportes de iluminação pública), posteriormente vão ser concebidos dois suportes em aço mais delgado, de cor escura, de forma a não serem tão agressivos.
- Todos os sectores, intervencionados forma novamente cobertos com pedras e terra.

Os trabalhos arqueológicos no Dólmen de Sangrino permitiram a consolidação com terra crivada de toda a área fronteira ao corredor. O aspecto actual, desta zona estará muito próximo de quando esta funcionava como local cerimonial.

- No corredor e parte da câmara foi construída uma sapata de pedra de 30 cm de altura, posteriormente coberta.
- No corredor e parte da câmara foi construída uma sapata de pedra de 30 cm de altura, posteriormente coberta. Foram ainda colocados monólitos nas redondezas a substituir os originais;
- O passo seguinte foi a reconstituição da mamoa com a reposição do volume com mais pedras e terras;
- Foi ainda feita a colocação de sinalética apropriada.

2.7.Estado Geral dos Monumento no Presente

(7 de Outubro de 2011)

Quando falamos nas acessibilidades deste monumento, não há nada a dizer de negativo, já que quando se faz a valorização dos monumentos, e se desencadeia uma acção que visa melhorar as condições de acesso aos monumentos, o Município de Penedono é um exemplo, no conjunto de todos os monumentos da amostra, os mesmos têm condições muito boas de acesso, é necessário realçar que estes monumentos se encontram em plena serra, e antes da valorização o acesso apresentava más condições, agora todos os acessos têm um bom piso, todos os veículos podem chegar sem qualquer dificuldade (Figura 24).

Figura 24 - Exemplo de Acesso aos Monumentos da Necrópole da Nossa Senhora do Monte

Fonte: Tiago Pereira (2011)

As sinalizações ainda estão num bom estado de conservação, não só nas proximidades dos monumentos, mas também desde a estrada nacional que liga Sernancelhe a São João da Pesqueira (Figura 25), em todos os cruzamentos estão dispostas placas de sinalização da localização da necrópole, desde o centro da Vila de Penedono até aos monumentos existe sinalização (Figura 26).

Figura 25 - Placas de localização da Necrópole na Estrada Nacional

Fonte: Tiago Pereira (2011)

Figura 26 - Placas de localização da Necrópole na Vila de Penedono.

Fonte: Tiago Pereira (2011)

A conservação actual, dos monumentos vai ser descritos em dois pontos distintos, já que só três monumentos megalíticos da necrópole, sofreram intervenções mais intensivas, o Dólmen da Capela da Senhora do Monte, Dólmen do Carvalhal e Dólmen do Sangrino, estes apresentam um estado de conservação bom, já que se nota que há uma certa monotorização, principalmente a sua limpeza e envolvente. No caso do Dólmen do Carvalhal, aquando o seu processo de valorização foram colocados uns

ferros para suportar alguns dos esteios que se encontravam em pleno estado de colapso, estes ferros de cor verde estavam presentes no plano de valorização com uma possível substituição, já que durante o tempo vão perdendo a consistência, e também para não se constatarem tanto à observação do visitante. Podemos dizer que os ferros ainda são os mesmos e carecem de substituição (Figura 27).

Figura 27 – Dólmen do carvalhal. Ferros de Sustentação

Fonte: Tiago Pereira (2011)

Na generalidade todos os monumentos estão bem conservados e apresentam vestígios de monotorização recente, principalmente limpeza.

Em relação à dinamização e apresentação ao público os monumentos estão num bom estado já que como foi referido anteriormente têm uma boa monotorização, no que diz respeito à sua limpeza (Figura 28). Foi perceptível essa mesma monotorização, já que no dia em que se realizou o trabalho de campo esses mesmos trabalhos tinham sido finalizados.

Apesar de no ponto anterior estar tudo com óptimas condições, e sendo tudo até aqui positivo, há pontos negativos a referir, tem a ver com as placas informativas dos monumentos, em algumas já nem existem, e as que existem apresentam um grande estado de degradação, as mesmas são feitas de ferro e com o tempo o mesmo oxidou (Figura 29). Para uma melhor apresentação ao público, era necessário a sua substituição,

já que as mesmas estão no local desde o último processo de valorização, feito em finais dos anos 80.

Figura 28 – Exemplo de apresentação ao público. (1) Dólmen da Capela da Senhora do Monte (2) Dólmen do Carvalhal (3) Dólmen do Sangrino (4) Dólmen do Turgal.

Fonte: Tiago Pereira (2011)

Figura 29 – Degradação das placas informativas. (1) Dólmen do Carvalhal/Capela da Nossa Senhora do Monte (2) Dólmen do Sangrino

Fonte: Tiago Pereira (2011)

O nível de qualidade enquanto oferta turística, é um exemplo a seguir, desde que se inicia a visita no centro da Vila de Penedono, onde existe um posto turístico (Figura 30) com boas recomendações, apenas referir que não existem folhetos ou desdobráveis,

existem sim publicações, que são dissertações sobre o sítio em análise, para colmatar este ponto, o sítio na internet da entidade, ou seja a Câmara Municipal tem informações que podem ajudar o visitante.

Figura 30 – Posto de Turismo de Penedono

Fonte: Tiago Pereira (2011)

Em suma, podemos dizer que a Necrópole da Capela da Senhora do Monte é um exemplo a seguir, apesar de alguns pontos negativos descritos anteriormente na generalidade é positiva. Como já referi em pontos anteriores, a visita funciona desde que o visitante chega a Vila de Penedono até aos monumentos, já que no posto de turismo dispõe de todas as informações acerca dos mesmos e partir desse momento o visitante consegue através das placas sinalizadoras chegar ao monumento.

É de realçar também que existem vários sítios onde se pode conhecer a história de Penedono, falamos aqui de museus e centros de interpretação, as peças exumadas da escavação dos dólmens do concelho são albergadas pelo Museu de Penela da Beira, e ainda podem obter mais informações sobre as mesmas no Centro de Interpretação de Penedono que funciona numa antiga capela da Vila.

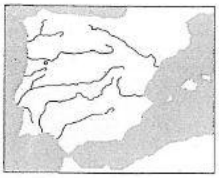
3.Necrópole Megalítica da Lameira de Cima (Penedono, Viseu)

3.1.Introdução

Como já foi referido em anteriores pontos do mesmo capítulo, o concelho de Penedono, onde se insere a Necrópole Megalítica da Lameira de Cima, tem vindo a ser a ser alvo de investigações, desde 1988, que resultaram em periódicas prospecções arqueológicas e escavações sistemáticas. Grande percentagem destes trabalhos foram desenvolvidos em conjunto com Luís Filipe Coutinho Gomes e Pedro Manuel Sobral de Carvalho, que se inseriram no âmbito do projecto de investigação "Estudo e Valorização do Megalitismo no Concelho de Penedono", assim se pretende um melhor conhecimento da ocupação humana, entre a segunda metade do IV milénio a.C., bem como contribuir para uma digna valorização e protecção do património pré-histórico da região. Neste ponto caracterizam-se dois monumentos desta necrópole, designados por Dólmen 1 e Dólmen 2.

3.2.Localização Geográfica e Situação Jurídica

O concelho de Penedono encontra-se inserido na província da Beira Alta – região natural da Beira Douro –, pertencendo ao distrito de Viseu. A sua área, estimada em 125,08 quilómetros quadrados, encontra-se distribuída por nove freguesias: Antas, Beselga, Castainço, Granja, Ourozinho, Penedono, Penela da Beira, Póvoa de Penela e Souto.



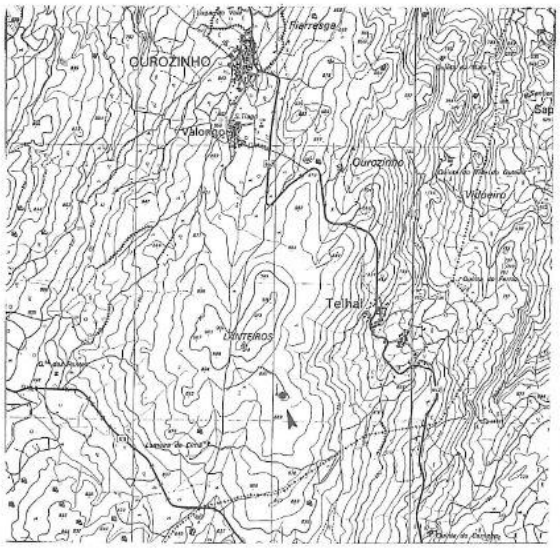


Figura 31 - Localização da Necrópole da Lameira de Cima

Fonte: Gomes, L.F.C.; 1996:15

A sua representação é passível de observação folhas 14-B e 15-A da "Carta Geológica de Portugal", editada pelos Serviços Geológicos de Portugal na escala 1:50.000, englobando as primeiras sete das nove sedes de freguesia.

A área do concelho apresenta maioritariamente uma constituição por rochas eruptivas de natureza granítica – granitóides hercínicos – bastante diferenciada e, em menor grau, por metassedimentos paleozóicos do "Complexo Xisto-Grauvaquio". Os depósitos de cobertura estão confinados aos materiais aluvionares que ocupam parte importante dos vales das principais linhas de água da região. Ocorrem ainda rochas magmáticas diversas em filões e massas (Gomes, L.F.C.; 1996:9).

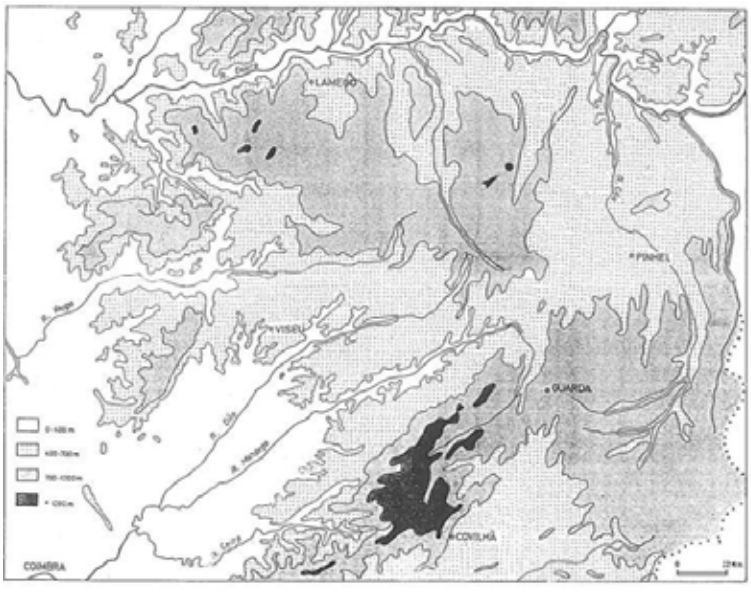


Figura 32 - Extracto da Carta Geológica

Fonte: Gomes, L.F.C.; 1996:16

A área do concelho de Penedono, é possível confirmar apenas a presença de sistema de falhas paralelas com diversas orientações, dominando, no entanto, o sistema de direcção N.NE.-S.SW. em concordância com a "Falha da Vilariça". O concelho situa-se assim numa zona de sismicidade moderada, não sendo de prever a ocorrência de fenómenos desta natureza. No que respeita à geomorfologia, a área em estudo integra-se nos restos dissecados da alta peneplanície de Trás-os-Montes e Beira Transmontana, região essa designada por Alto Douro. A maior parte do seu território atinge altitudes superiores a 800 m, sendo o seu expoente máximo de 1.000 m obtidos no relevo montanhoso da Laboreira. Atendendo à relativa proximidade desta planície, do nível de

base marinho, o levantamento da zona foi responsável pela reactivação do entalhe vertical dos rios do Norte de Portugal, dos quais o rio Douro.

Quanto à morfologia, o concelho insere-se na continuidade da mancha granítica do Planalto da Lapa e das formações do "Complexo Xisto-Grauváquio do Douro". Daí de possa identificar duas áreas distintas: a primeira ocupando a maior parte do concelho, pertence à plataforma antiplânica, mais perfeita e plana, com vales largos e pouco profundos apresentando as altitudes mais elevadas que variam entre os 700 e os 1000 metros – Serra do Sirigo (990m) e da Laboreira (1000m); a segunda, restringe-se à parte do nordeste do concelho, com relevo mais acentuado e movimentado, em que sucedem interflúvios e vales bastante encaixados, com altitudes entre os 450 e os 700 metros (Gomes, L.F.C., 1996:10)

A necrópole megalítica da Lameira de Cima com dois monumentos cujos *tumuli* quase que se tocam, situa-se na "Quinta da Lameira de Cima" ou "Quinta dos Padres", em terreno granítico aproveitado para pinhal, em tempos ardido, no sítio popularmente designado por "Estantes"[14]

É uma necrópole destacada na paisagem circundante e desfrutando de uma vasto campo visual, ocupa a periferia de um dos patamares mais elevados e periféricos de uma superfície montanhosa sobranceira à ribeira de Teja, afluente da margem esquerda do rio Douro. O marco geodésico de "Lanteiros", a sensivelmente 700 m para NO., assinala o ponto mais alto do relevo envolvente (914 m) e limitando o alcance visual neste sentido.

Administrativamente a necrópole integra-se na freguesia de Antas, concelho de Penedono, distrito de Viseu, com as seguintes coordenadas geográficas na Carta Militar de Portugal, na escala de 1:25.000, fl. 150, (Mêda), 2.ª ed.; 40º 56' 05" Latitude Norte; 01º 47' 01" Longitude Este de Lisboa; 891 metros de Altitude.

Na altura da sua valorização o acesso fazia-se por um caminho em muito mau estado, passando pela "Quinta da Lameira de Cima" e ligando as freguesias de Antas e Ourozinho.

[14]Solos de utilização não agrícula (florestal), classe F.

Está localizada em terrenos baldios pertencentes à Junta de Freguesia local, em 1994, encontrava-se em processo de classificação como Imóvel de Interesse Público (IIP), até ao momento segundo as informações disponíveis no sítio da Internet do IGESPAR, ainda não existe qualquer classificação.

3.3.Historial de Pesquisas

Até aos fins dos anos 80, os estudos sobre a arqueologia do concelho de Penedono, eram muito escassos e pouco aprofundados. Quase todas as informações, não eram mais do que simples referências a monumentos.

Na década dos anos 20, e a propósito das suas pesquisas arqueológicas, em Ranhados, concelho da Mêda. Luís de Pina explora o *Dólmen 1 da Lameira de Cima*, denominando-o por «Dólmen do Telhal». Tais resultados, apresentados em 20 de Fevereiro de 1930, numa sessão científica da Sociedade Portuguesa da Antropologia e Etnologia, no Porto[15], nunca foram publicados (Gomes, L.F.C.; 1996:12).

Os investigadores Alemães Georg e Vera Leisner, do Instituto Arqueológico Alemão, em Madrid, em meados do século, mencionam em curtas notícias, não só o monumento 1 da Lameira de Cima – designado por «Anta 1 de Penedono» -, como também, e pela primeira vez, o que lhe fica ao lado, denominando-o por «Anta 2 de Penedono» (Leisner e Leisner, 1951:33).

Nos anos 50, Russell Cortez publica uma fotografia e desenho dos materiais exumados por Luís Pina no então conhecido por «Dólmen do Telhal» (Cortez, 1952:233). A notícia é complementada com uma planta de quatro vistas em secção, executadas pelo próprio Luís Pina, mostrando o dólmen em câmara poligonal, com cinco esteios, e corredor curto com quatro esteios no lado norte e dois no lado sul; no interior do corredor, e encostados aos esteios do sul, e ainda assinalando outro ortostato, correspondendo, muito provavelmente, a um fragmento de laje de cobertura que, em 1989, ainda aí permanecia (Cortez; 1952:215-217). Este autor menciona também o *Dólmen 2 da Lameira de Cima* reportando-se, todavia, às informações do casal Leisner (Cortez, 1952:214).

[15]Livro de Actas da respectiva Sociedade.

Em 1955, e baseando-se nas informações de Russell Cortez, Irisalva Moita, inclui o *Dólmen 1 da Lameira de Cima* no seu inventário dos monumentos megalíticos da Beira alta, colocando-o, erradamente, na freguesia de Aveloso, (Mêda, Guarda), e ignora o *Dólmen 2 da Lameira de Cima* (Moita, 1966: 273-274). Quando o concelho de Penedono, apenas se faz representar por três topónimos, um dos quais reporta precisamente à sede de freguesia a que pertence a necrópole megalítica em estudo, sede essa que dá pelo nome de "Antas" (Moita, 1966:229).

Em 1966, aquando a publicação dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos nos dólmens do Carapito (Aguiar da Beira, Guarda), Vera Leisner e Leonel Ribeiro mencionam a recolha de um micrólito no corredor da «Anta 2 de Penedono» (Leisner e Ribeiro, 1968: 53).

Em Fevereiro de 1987, o Instituto Arqueológico Alemão, com sede em Lisboa, divulga, em uma exposição temporária subordinada ao tema "Monumentos Megalíticos da Beira Alta" e realizada no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, uma fotografia do *Dólmen 1 da Lameira de Cima*, fotografia essa data de 1945 e da autoria do casal Leisner (Catálogo, 1987: 7).

A Câmara Municipal de Penedono em 1988, mostrou o interesse em ter um registo o património municipal, falamos então de um registo. Dada esta acção resultou a elaboração de um roteiro onde Luís Filipe Coutinho Gomes, procede a uma descrição pormenorizada da necrópole em estudo, apresentando ainda as respectivas plantas ao nível de violação e algum espólio adquirido no Museu Grão Vasco, em Viseu, espólio esse, proveniente de uma violação tida no Inverno de 1987/88 (Carvalho, 1989: 13-29).

No ano seguinte, e no seguimento do projecto de investigação "Estudo e Valorização do Megalitismo do Concelho de Penedono", iniciou-se a primeira de muitas campanhas que culminaram em 1994, com a total inventariação e salvaguarda do Sítio Lameira de Cima, acções que passaram por Luís Filipe Coutinho Gomes, de onde resultaram algumas publicações e uma Tese de Mestrado.

3.4.Contexto Arqueológico

A necrópole megalítica da Lameira de Cima, e até 1994 no estado das investigações, parecia encontra-se isolada de qualquer outro monumento do género.

Mas, pela sua proximidade, merece particular atenção *O Menir do Vale de Maria Pais,* erguido quase no limite oeste de um vale e alcançando visualmente, na linha do horizonte, o topo do relevo montanhoso dos "Lanteiros" onde se encontra implantado um conjunto sepulcral. Uma particularidade digna de realce, cuja intervisibilidade[16] permite pensar em algo de comum entre ambas, independentemente de serem ou não contemporâneos. Trata-se de um enorme monólito granítico, bem afeiçoado em toda a superfície, decorado através de algumas "covinhas" e complementado com um curioso motivo lembrado vagamente a uma representação solar.

Muito próximo da Vila de Penedono, distando cerca de 5.800 m parra O.NO. da necrópole e pouco mais de seis quilómetros para N.NO. Do *Menir do Vale Maria Pais,* ergue-se outro monólito granítico que, sob as devidas reservas deverá corresponder a um segundo menir – *Menir de Penedono.* Com cerca de 1.90 m de altura acima do solo, ostenta um contorno tendencialmente trapezoidal – 0,74 m de largura na base por 0,34 m de espessura máxima – afunilando no sentido do topo. Pouco aperfeiçoado, apresenta-se bem fincado entre a linha de fractura do afloramento de base – cerca de 0,50 cm –, sendo poucos os calços que o consolidam (Carvalho, 1989).

Na extremidade oposta do actual concelho, sensivelmente a pouco mais de doze quilómetros para NO., encontra-se um outro conjunto de sete monumentos – a necrópole da Senhora do Monte –, quatro dos quais com corredor, como já falamos da caracterização da mesma necrópole em pontos anteriores, embora esses corredores sejam de diferentes dimensões (Costa, 1977: 24; Ferreira, A., 1985; Carvalho, 1989). É dada maior importância ao Dólmen da Capela da Senhora do Monte, um dos maiores da Beira Alta, e ainda o dólmen do Carvalhal e do Sangrino, todos eles proporcionando informações do maior interesse após muitas campanhas de escavação.

[16]Convém sublinhar que distância os separa - cerca de 3 km – o que não proporciona uma nítida visão dos mesmos.

A poucos quilómetros para além da Senhora do Monte, e já no vizinho concelho de São João da Pesqueira, observa-se uma concentração de monumentos – necrópole de Paredes da Beira. Apesar do seu grande estado de destruição, foi possível identificar cinco monumentos, entre o Dólmen da Areita (Ferreira, A., 1990).

Do período pré-histórico é dada também grande relevância à *Cova da Moura* (Ourozinho), um abrigo sob a rocha que proporcionou a recolha superficial de uma taça carenada[17], bem como os povoados amuralhados do *Monte Airoso* (Granja) e *Reboledo* (Penela da Beira/Paredes da Beira) com inúmeros fragmentos cerâmicos e metálicos atribuíveis ao Bronze Final (CARVALHO, 1989).

De períodos superiores são abundantes os vestígios arqueológicos, com destaque para o romano e medieval (Carvalho, 1989; Alarcão, 1988; Botto, 1986).

3.5.Trabalhos de Valorização/Promoção Turística/Cultural

Em ambos os Dólmens, Dólmen da Lameira de Cima 1 e Dólmen da Lameira de Cima 2, os trabalhos de valorização assim como a sua promoção turística seguiram os mesmos parâmetros, assim sendo os trabalhos de consolidação/restauro foram mínimos, já que, os mesmos foram feitos no interior da câmara e não afectaram a sua estrutura. Foi possível chegar à conclusão que os esteios estavam nos sítios originais, apesar da falta de alguns.

- Todos os sectores intervencionados, foram novamente cobertos por terra e pedras.
- Na falta de alguns dos esteios, foram construídos muros em alvenaria para suster as terras.
- Fez-se a reconstituição da mamoa com reposição do volume com pedras e terras.
- Foi feita ainda a colocação de sinalética apropriada e painéis informativos.

[17]Nas suas proximidades, e junto à Quinta do Vale do Outeiro (Ourozinho), exumou-se um machado de pedra polida, em anfibolito, que poderá estar associado ao abrigo.

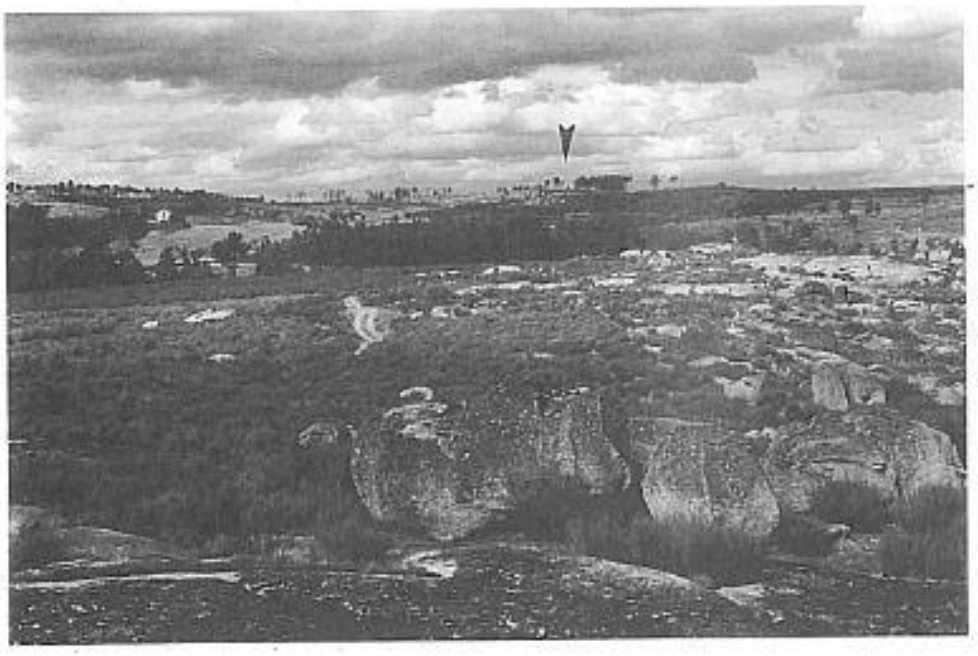


Figura 33 - Implementação da Necrópole da Lameira de Cima

Fonte: Gomes, L.F.C.; 1996:197

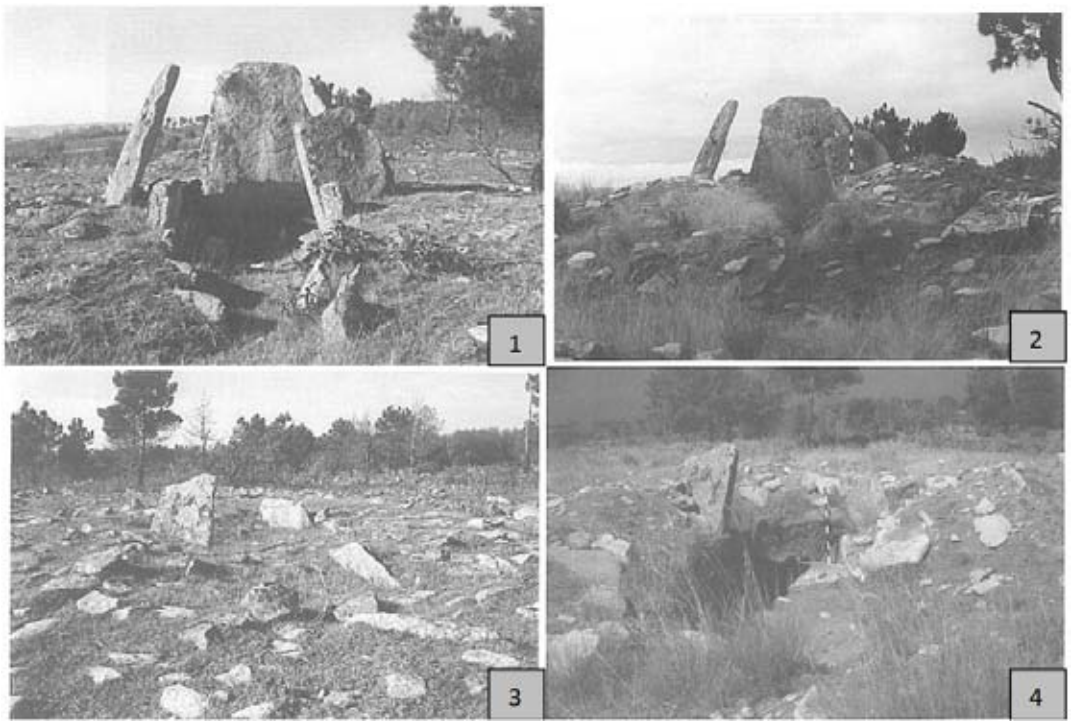


Figura 34 - (1) Dólmen da Lameira de Cima 1, 1988 (2) Dólmen da Lameira de Cima 1, 1989 (3) Dólmen da Lameira de Cima 2, 1988 (4) Dólmen da Lameira de Cima 2, 1989. (Antes dos trabalhos de valorização)

Fonte: Gomes, L.F.C.; 1996:198-211

Figura 35 - Dólmen da Lameira de Cima 1, após trabalhos de valorização

Fonte: Gomes, L.F.C.; 1996:199

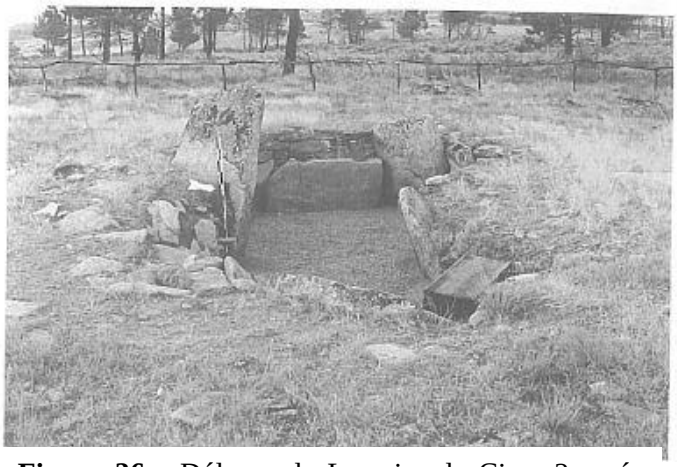


Figura 36 - Dólmen da Lameira de Cima 2, após trabalhos de valorização

Fonte: Gomes, L.F.C.; 1996:212

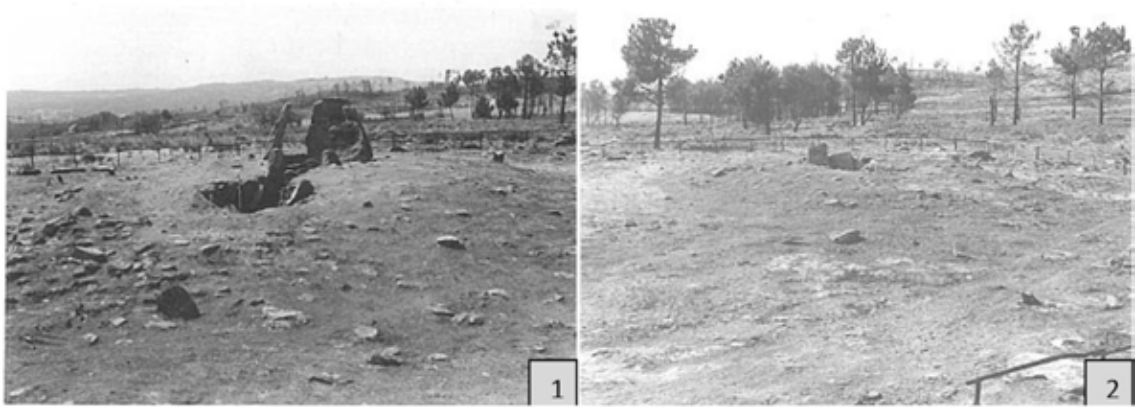


Figura 37 - Aspecto final após os trabalhos de Valorização (1) Dólmen 1 da Lameira de Cima (2) Dólmen 2 da Lameira de Cima

Fonte: Gomes, L.F.C.; 1996:199-212

3.6.Estado Geral do Monumento no Presente

(7 de Outubro de 2011)

Começamos por descrever as acessibilidades, aqui podemos comprovar que o Concelho de Penedono, tem comprido a e este nível, como podemos ver na figura 38, desde que se entra na estrada nacional, que liga Sernancelhe a Penedono, há sempre placas de sinalização até que se chega ao monumento, facilitando assim as visitas.

Figura 38 - Placas de Sinalização de acesso à Necrópole da Lameira de Cima (2011)

Fonte: Tiago Pereira (2011)

É importante realçar, o esforço que a autarquia de Penedono tem feito em relação ao seu património. Enquanto se fazia o trabalho de campo, haviam a ser terminados trabalhos, de melhoramento das acessibilidades à Necrópole da Lameira de Cima, foi feito um estradão em alcatrão, este com toda a certeza que não foi directamente para ajudar nos acesso aos monumentos, mas a partir deste mesmo estradão, houve um melhoramento do acesso aos monumentos, através de pavimento calcetado. Podemos dizer que esta intervenção foi feita, para melhorar o acesso aos

monumentos, já que liga esta mesma estrada directamente aos monumentos, como podemos observar na figura 39.

Figura 39 - Melhoramento dos acessos à Necrópole da Lameira de Cima

Fonte: Tiago Pereira (2011)

Figura 40 - Monitorização da Necrópole da Lameira de Cima (Limpeza)

Fonte: Tiago Pereira (2011)

Em relação à conservação actual dos monumentos, não há muito a dizer, a sua conservação é evidente, já que a sua vegetação está monitorizada pela entidade responsável, a necrópole apresenta um espaço bom e limpo (Figura 40).

A conservação das estruturas é boa, já que as comparando aquando consolidadas, até ao momento apresentam o mesmo estado de conservação, é importante referir que aqui não houve muitos trabalhos de consolidação e assim é de prever que não haja muitas alterações nas estruturas (figura 41).

Figura 41 - Conservação das estruturas dos Monumentos da Lameira de Cima

Fonte: Tiago Pereira (2011)

A dinamização e apresentação ao público, no geral é positiva, o monumento apresenta um bom estado de conservação, tanto a nível de estruturas, como na sua área envolvente, como já foi referido anteriormente é um local com uma boa monotorização por parte da entidade que o monitoriza.

Um ponto negativo da necrópole é a placa informativa, em que os monumentos são apresentados graficamente, seguidos de uma breve explicação, a referente placa está caída e apresenta um grande estado de degradação, já que ali está presente há bastante tempo, e com isto querer dizer que necessita da sua substituição (Figura 42).

Figura 42 - Placas informativas da Necrópole Lameira de Cima

Fonte: Tiago Pereira (2011)

O nível de qualidade de oferta turística, é bastante satisfatório, aqui não só enquanto a oferta da Necrópole Megalítica da Lameira de Cima que é o que se descreve no momento, mas também em todas as necrópoles existentes, e de todo o património do Concelho. Quando nos deslocamos, ao posto de turismo, para obter informações sobre a necrópole existente, a resposta não é muito concisa, já que a informação que se pede é muito específica, mas a nível geral, podemos dizer que as informações são bem prestadas.

Figura 43 - Área envolvente da Necrópole da Lameira de Cima

Fonte: Tiago Pereira (2011)

A figura 43, mostra a área envolvente da Necrópole da Lameira de Cima, a mesma mostra uma boa monitorização, apesar de não ser uma necrópole com monumentos de grandes dimensões e de não ser daqueles a que se dá mais valor, concedem-lhe o valor que merece ter através destes pequenos trabalhos.

Como já referi anteriormente em outros pontos, o concelho dispõe de serviços excelentes para se conhecer a história e também a pré-história que é o fundamento deste estudo, assim temos o Museu de Penela da Beira e o Centro de Interpretação de Penedono.

4.A Anta da Pêra do Moço (Pêra do Moço, Guarda)

4.1.Introdução

O flanco nordeste da Serra da Estrela, particularmente, na área administrativa do concelho da Guarda, pelas suas reservas naturais e patrimoniais, um espaço onde é possível conciliar o desenvolvimento económico com a sua conservação/reabilitação da natureza e do passado histórico. Na verdade, entre outros elementos patrimoniais dignos de registo, merece particular atenção, o objecto de estudo deste subcapítulo – "Anta Pêra do Moço" - que, não baste os seus 5.000 anos, ainda hoje se preserva à beira do quilómetro 177,9 da Estrada Nacional 221 ligando as cidades de Pinhel e Guarda. Tem uma grande importância não só pelas suas dimensões, mas também pelo seu valor patrimonial e da sua conservação – Imóvel de Interesse Público desde 1953 –, como também pela paisagem natural envolvente.

É de realçar que este monumento, apesar da sua importância regional e nacional, até ao momento da sua valorização era ignorado e deixando-o votado ao abandono.

A Câmara Municipal da Guarda, ciente da necessidade da sua reabilitação do passado histórico, juntamente com a Sociedade Martins Sarmento (Guimarães) e a Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte (Guarda), apostaram na justa e merecida valorização e promoção turística/cultural de um dos testemunhos patrimoniais mais antigos do concelho. Tal projecto, submetido e aprovado no âmbito do II Quadro comunitário de Apoio/LEADER II, sob a gestão da Pró-Raia, foi apresentado e desenvolvido em 2001 pela Empresa ARQUEOHOJE, em que o

objectivo geral deste projecto era a intervenção arqueológica, restauro das estruturas, sinalização dos acessos e edição de uma brochura, assim como um painel explicativo.

4.2.Localização Geográfica e Situação Jurídica

A uma dezena de quilómetros da cidade da guarda, e a escassos metros da Estrada Nacional 221 que se dirige para Pinhel, destaca-se, pela sua monumentalidade e estado de conservação a "Anta de Pêra do Moço" (Figura 44).

Figura 44 - Localização da Anta de Perâ do Moço

Fonte: Arqueohoje (2005)

Localizada no lugar da "Tapada da Anta", em área de vale aberto junto a uma linha de água tributária do Côa e administrativamente integrado na freguesia de Pêra do Moço, mereceu a atenção de residentes da cidade da Guarda que, em 1891, que a adquiriram por 22.500 réis, no ano seguinte foi oferecida à Sociedade Martins Sarmento (Guimarães).

É classificada como Imóvel de Interesse Público (IIP) desde 1953, apesar do estado de degradação que apresentava, proposto em 1950 pela Sociedade Martins Sarmento.

4.3.Historial de Pesquisas

A recolha de dados sobre o historial de pesquisas da Anta Pêra do Moço deu pouco frutos, já que as referências bibliográficas são escassas.

Em 1905, o Dr. Joaquim Manuel Correia deu a notícia, acompanhada de uma gravura, no *"O Archeólogo Português"* (Joaquim Manuel Correia «Antigualhas do Concelho do Sabugal», in *O Arch. Português*, vol. X, 1905, p.201.), classificando-a exageradamente, com o termo «preciosíssimo».

Referiu-se também a este monumento Leite Vasconcelos (J. Leite Vasconcelos, «Monumentos Arqueológicos», in *O Arch. Português*, vol. XXVI, 1924, p.165.)

Pensa-se que a aquisição deste monumento tivesse sido sugerida pelo próprio Martins Sarmento, já que existe uma referência no seu relatório da Secção de Arqueologia da «Expedição Científica à Serra da Estrela», realizada em 1891 por iniciativa da sociedade de Geografia de Lisboa, o próprio mencionava o monumento megalítico, que designa por Anta do Carvalhal de Gouveias, e não Pêra do Moço. Esta aparente discordância provém de o dólmen estar situado no limite das duas localidades. Sarmento no mesmo relatório diz:

«A anta está no meio de um campo cultivado e serve, ora de cozinha, ora de abrigo aos guardas do campo ou aos rapazes que pastoreiam gado. O interior da câmara tem sido por vezes revolvido. A mesa tem 2.50 m; os suportes medem de altura 2 metros. É uma construção pequena, mas sofrivelmente conservadas». (*in* F. Martins Sarmento, *Dispersos*, Coimbra, 1933, p.144 e 145.)

Os dois desenhos, que Martins Sarmento apresentou são muito parecidos com a que se apresenta em outro documento, da *Revista de Guimarães*, Os Monumentos da Sociedade Martins Sarmento na página 446.

4.4.Contexto Arqueológico

O flanco nordeste da Serra da Estrela, não é muito rico em património arqueológico da época da Pêra do Moço, mas ainda existem algumas evidências, principalmente no concelho da Guarda, segundo o Endovélico do IGESPAR, existe o

Anta/Abrigo 1 da Cabeça do Meio e Anta/Abrigo 2 da Cabeça do Meio, ambos se localizam numa área em que a encosta é suave, próximas de uma marco geodésico, denominado como Cabeça do Meio, são estruturas circulares simples, em pedra seca de granito, com possíveis esteios de uma eventual anta, ambas estão em mau estado de conservação, localizam-se entre as freguesias de Videmonte e Vila Soeiro. Há o conhecimento também de uma mamoa, denominada como Orca do Paiol, é uma mamoa destruída envolta de densa vegetação, localiza-se numa zona florestal.

No concelho vizinho de Gouveia existes três monumentos deste tipo, A Anta da Orca, sem classificação, um maior destaque à Anta do Rio Torto que é classificada como Imóvel de Interesse Público (IIP), há bastantes referências nesta zona de arte rupestre.

4.5.Trabalhos de Valorização/Promoção Turístico-Cultural

Com a importância que este monumento detém, no início dos trabalhos apresentava-se algo degradada, mutilada e espoliada de alguns dos seus monólitos. Estes podiam colocar em risco a estabilidade do monumento, assim como a sua laje de cobertura. Como ao seu redor e também na própria área circundante, sofreu uma grande modificação com as práticas agrícolas, foi causada a total destruição do montículo artificial da mamoa.

O restauro e valorização, deste monumento apresenta um papel importante, já que tem grandes potencialidades, não só como elemento que poderá contribuir para a animação turístico/cultural da região, como também de uma forma de inverter o estado de abandono, em que se encontra uma grande parte do património nacional. Os projectos, que apostam no estudo, conservação, divulgação e desenvolvimento socio-económico de uma qualquer região, potenciando os bens culturais, que até à data, têm sido ignorados ou esquecidos.

Nesta área geográfica onde se insere a Anta Pêra do Moço, espera-se a curto prazo a criação de circuitos turístico/culturais localizados, apresentando-se o mais significativos sítios arqueológicos devidamente conservados, valorizados, musealizados, sinalizados e limpos.

Estas aspirações estão reforçadas face à dinâmica patrimonial postas em curso por outros concelhos vizinhos. A curto prazo espera-se tirar toda a região do anonimato, transformando-se, pelas suas potencialidades naturais e históricas, assim como as gastronómicas, num dos principais polos de turismo cultural do País.

Em concreto no monumento que apresentamos neste subcapítulo, foi feito um restauro nas estruturas, sinalização dos acessos, implementação de placas informativas no local, vedação com pilares de madeira tratada e edição de brochuras ainda não editadas.

Figura 45 - Implementação da Anta Perâ do Moço

Fonte: Arqueohoje (2001)

Figura 46 - Estado do monumento antes dos trabalhos de Consolidação e Valorização

Fonte: Arqueohoje (2001)

Figura 47 - Estado do monumento após os trabalhos de Consolidação e Valorização

Fonte: Arqueohoje (2001)

4.6.Estado Geral do Monumento no Presente

(22 de Outubro de 2011)

Quando comentamos, as acessibilidades a este monumento não há muito a dizer, já que são muito boas, como foi descrito em pontos anteriores a Anta Pêra do Moço, encontra-se ao lado da estrada nacional que liga Pinhel à Guarda (N221), e não é complicado chegar à mesma e ainda assim encontra-se sinalizada com uma placa, como podemos observar na figura 48.

Figura 48 - Acessos e Sinalização da Anta Perâ do Moço

Fonte: Tiago Pereira (2011)

A conservação actual do monumento é satisfatória, encontra-se devidamente monitorizada, apesar de que algumas das pedras que foram colocadas para simular uma "partida" de um corredor inexistente, estarem parcialmente fora de sítio. No geral o monumento tem uma excelente monotorização, já que devido ao local onde se encontra num local que não tem contacto com espécies vegetais que podiam afectar a sua monotorização (Figura 49).

Figura 49 - Conservação actual do monumento

Fonte: Tiago Pereira (2011)

No que diz respeito à dinamização e apresentação ao público, o monumento apresenta uma boa apresentação, principalmente porque é um monumento de pequenas dimensões, assim como a sua área envolvente, encontra-se bem monitorizado apesar de não precisar de muita monitorização, aqui falamos em relação à limpeza de vegetação. Ainda estão presente os pilares em madeira tratada, postos aquando a valorização do monumento, estes ajudam à protecção do mesmo. Quanto aos painéis informativos, implementados aquando a valorização do monumento, encontram-se em más condições, como podemos observar na figura 50, assim necessitam de premente substituição, para uma melhor oferta turística.

Figura 50 - Estado da Placa Informativa sobre a Anta Perâ do Moço

Fonte: Tiago Pereira (2011)

A nível de qualidade enquanto oferta turística, pode-se dizer que é bastante satisfatório, já que o monumento apresenta uma boa monitorização geral, apenas ressalvar a ideia transmitida anteriormente de que as placas informativas deviam ser substituídas de forma a dar melhores informações aos visitantes.

A Câmara Municipal da Guarda, tutela a que pertence a Anta da Perâ do Moço, dispõe de um Posto de Turismo, que dispõe de boas informações sobre o monumento assim como o restante património deste concelho, o espólio exumado da escavação deste monumento está disposto no Museu da Guarda, na área que se destina à Pré-história, momento em que o monumento se encontra.

5.A Arca do Penedo do Com (Penalva do castelo, Viseu)

5.1.Introdução

A Arca do Penedo do Com situa-se mo lugar do Pontão, na freguesia de Esmolfe, no concelho de Penalva do Castelo, distrito de Viseu.

A ideia inicial do projecto foi devido às ditas "ruínas" arqueológicas, por vezes completamente votadas ao abandono, não eram um valor morto. Estas pedras amontoadas que normalmente eram atribuídos ao "Mouros", teimando em testemunhar a herança dos nossos antepassados. Assim surge a sua preservação e valorização, só deste modo é possível às gerações futuras as admirarem. Deste modo podemos dizer que a arqueologia não é um bem isolado, só reservado a uns tantos entendidos na matéria, é um bem aberto a comunidade local e visitantes em geral, daí a importância de verdadeiras acções visando não só a investigação científica, mas também a sua fruição turístico/cultural. Assim foram iniciados os trabalhos de escavação, restauro, valorização, manutenção, sinalização do sítio, assim como também fazer textos explicativos e brochuras promocionais da Anta do Penedo do Com, efetuados pela empresa Arqueohoje em 1998, estes trabalhos foram comparticipados pelo Município de Penalva do Castelo e executados no âmbito do Programa Comunitário Leader II.

Na verdade, e a ideia é geral, podemos dizer que, o património arqueológico da Região do Dão assume um valor económico que deve ser gerido por forma a contribuir para o desenvolvimento local, integrando-se numa realidade contemporânea que é o "turismo verde", o "turismo rural", elemento importante na conversão da economia turística e desenvolvimento regional.

Pela sua grande importância científica e dimensão patrimonial, a Anta do Penedo do Com é um ex-libris do património arqueológico do concelho de Penalva do Castelo, assim como um dos mais grandiosos monumentos megalíticos da região e mesmo do nosso país.

Recordo que no início dos trabalhos estava quase em total ruína e abandono (Figura 51), tornando-se de extrema importância a sua preservação, grande parte dos

monólitos estavam tombados, e o mesmo estava instável, apesar disto tudo, estava classificado com Imóvel de Interesse Público[18].

Este projeto passava também pela criação de um museu concelhio, valorização e musealização dos elementos patrimoniais mais significativos da arqueologia local, divulgação e promoção turística de percursos arqueológicos pela respetiva sinalética, painéis explicativos, desdobráveis e guia arqueológico, elaboração de uma carta arqueológica, articulação da acção com outros elementos de dinamização local – estalagens, pousadas e unidades de turismo rural –, sensibilização da comunidade escolar e do visitante em geral.

Então em 1998 iniciou-se o projeto de nome "A Anta do Penedo do Com".

Figura 51 - Estado da Anta do Penedo do Com antes dos trabalhos de valorização

Fonte: Arqueohoje (1998)

5.2.Localização Geográfica e Situação Jurídica

Localmente conhecida como Arca do Penedo do Com, este monumento situa-se no lugar do Pontão, dada a sua proximidade, a apenas 100 metros para Norte, com uma pequena ponte, em alvenaria, sobre a ribeira de Sezures. Está implementada numa área de vale alimentada pelas Ribeiras de Sezures e do Oronho que, após a sua junção a cerca de 500 metros para Oeste, se dirigem para a Ribeira de Côja, afluente do Rio Dão. A paisagem apresenta-se bastante humanizada, onde o pinheiro bravo ocupa vastas áreas intercaladas, por pequenas parcelas de terra exploradas agricolamente. Destacam-

[18] Decreto 26-A/70 de 01-06.1992

se os afloramentos graníticos, alguns dos quais formando autênticos abrigos, como que destacando toda a paisagem circundante. A origem do nome do monumento (Anta do Penedo do Com), foi dado devido as grandes "massas" graníticas, infelizmente destruídas para fins industriais, que no passado mereceu a atenção dos populares. Num desses abrigos foi encontrada cerâmica pré-histórica, este situa-se a pouco mais de 200 metros a Sudeste da anta, no – Abrigo 1 do Penedo do Com – um pequeno fragmento cerâmico decorado (Gomes, L.F. e Carvalho, P.S., *"Novos elementos sobre o vaso campaniforme na Beira Alta"*, Estudo Pré-Históricos, 1, 1993, 29-39). Administrativamente, como já foi dito pertence à freguesia de Esmolfe, concelho de Penalva do Castelo, distrito de Viseu. O acesso fazia-se em 1998 por um estradão de terra batida, tendo o seu início entre o km 2 e o km 3 da Estrada Municipal 570, se dirige para a "Tapada do Monte", passando pela "Quinta da Ribeira Oronho" e Ribeira de Sezures.

O monumento está classificado como Imóvel de Interesse Público (IIP) desde 1992 pelo ***Decreto 26-A/70 de 01-06.1992***

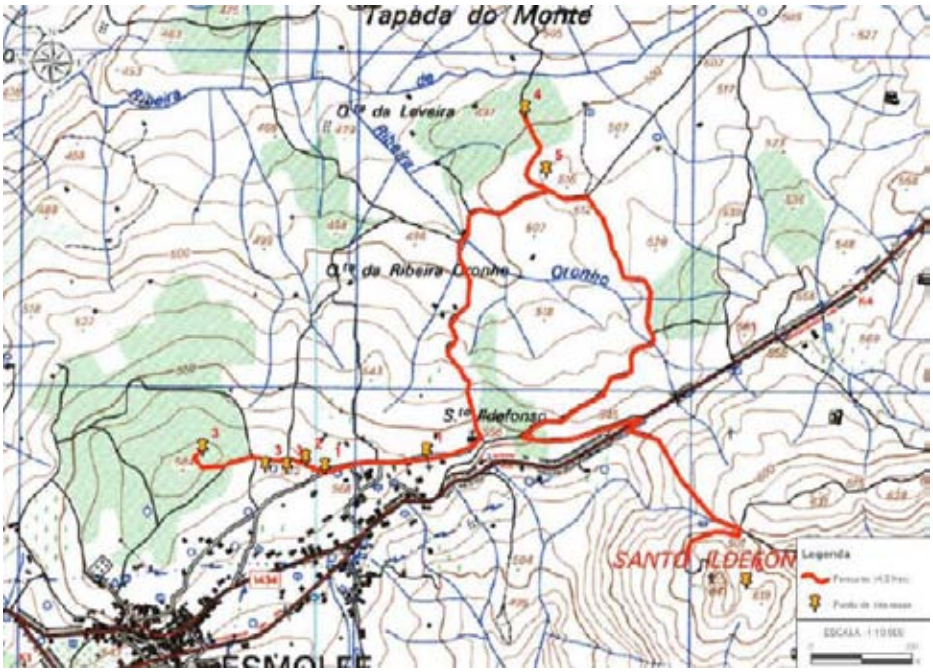


Figura 52 – Localização da Anta do Penedo do Com (1)

Fonte: http://www.cm-penalvadocastelo.pt/images/downloads/percursoesmolfe.pdf (2012)

5.3.Historial de Pesquisas

Não há informações, sabe-se que em 1916, Leite Vasconcelos dava notícia da recolha de dois machados em pedra polida, associados a materiais de origem romana, no "adro da freguesia de Esmolfe.

5.4.Contexto Arqueológico

O dólmen do Penedo do Com encontra-se aparentemente isolado, não é conhecido até ao momento, outro monumento do mesmo género, é necessário referir que as prospecções feitas até ao momento não são suficientes para aferir isso.

Não muito longe deste dólmen, a sensivelmente 200 metros para Oeste, foi identificado um enorme abrigo sobre rocha que terá servido de local de *habitat* ou mesmo de enterramento às comunidades calcolíticas – Abrigo 1 do Penedo do Com –, sendo possível que outros abrigos envolventes, tenham despertado a atenção da comunidade construtora da Anta, como já foi referido neste mesmo abrigo, foi encontrado um fragmento de cerâmica pré-histórico, daí pensar-se que foram utilizados como abrigo das comunidades construtoras.

Embora, no concelho de Penalva do Castelo, não tenham sido identificados mais monumentos megalíticos, os concelhos limítrofes apresentam uma continuidade do fenómeno megalítico. É de extrema importância referenciar as antas de Cortiçô e Matança (Fornos de Algodres), o dólmen da Cunha Baixa (Mangualde), a Orca do Tanque (Vila Nova de Paiva) e a necrópole de Carapito (Aguiar da Beira), cujo monumento 1 é o maior da Beira Alta.

A poucas centenas de metros, e em percurso sinalizado, está presente uma necrópole medieval. Mas antes de ser caracterizada, vamos falar um pouco sobre a presença e ocupação humana neste concelho, esta ocupação está bem sustentada pelos inúmeros fragmentos de construção doméstica dispersos à superfície dos terrenos. Local conhecido por “Capela”, fazendo crer na presença de uma propriedade agrícola há cerca de 2000 anos atrás, é de referir que no caminho que nos leva até à necrópole medieval, verifica-se um antigo altar Romano (ara), cuja inscrição a ter existido, se desgastou com o tempo. A necrópole da época medieval é composta por várias sepulturas escavadas na rocha, agrupadas ou dispersas cronologicamente inseridas entre os séculos X a XII, podendo algumas serem um pouco mais antigas ou recentes. Assumem na sua maior

parte dos casos contornos antropomórficos, aparentemente correspondendo já a uma fase plena de construção deste tipo de sepulturas tão frequentes na área planáltica beirã. As de contorno rectangular ou ovalado seriam as mais antigas, recuando aos séculos VI e VII.

Uma das características fundamentais deste género de sepulturas, cobertas com uma laje granítica e/ou simples amontoado de pedras facilmente removidas e remexidas.

5.5.Trabalhos de Valorização/Promoção Turística/Cultural

Neste primeiro ponto vai ser referenciado o estado do monumento antes da sua valorização. Podemos dizer que se trata de um monumento clássico de grandes dimensões, que se apresentava, bastante degradado e arruinado, cuja imponente laje de cobertura, pesando mais de 10 toneladas e já incompleta, jazia tombada sobre a totalidade dos esteios que, originalmente, compunham o lado Norte do espaço da câmara. Do corredor não eram visíveis quaisquer esteios. Contudo, e sobre o montículo artificial envolvente com cerca de 1 metro de altura, já muito compactado relativamente à volumetria que originalmente possuiria, ainda assim observavam-se diversos fragmentos de esteios e/ou lajes de cobertura indicando a presença de um corredor.

Depois no seguimento da escavação arqueológica, foi possível identificar todos esses esteios e assim fazer o seu restauro/valorização, ainda que no seu início se afigurasse de extrema dificuldade, ou quase mesmo impossível, a reconstituição parcial do monumento, assim resultou uma imagem que se aproxima bastante da realidade primitiva.

Com efeito e após o devido cuidado científico, foi possível reconstruir quase na totalidade do monumento, respeitando sempre o que se pensa ser quando foi edificado, utilizado e encerrado.

No corredor, os monólitos do lado sul apresentavam-se completos e tombados. Foi possível reerguê-los e posiciona-los nas suas devidas posições originais. Do lado oposto apenas dois monólitos estavam conservados e igualmente tombados, e assim foi possível reconstruir este lado, comparando com o lado oposto. Como do lado Norte faltavam alguns monólitos, foram repostos alguns dos quais estavam espalhados pela

zona envolvente do monumento, quando não existia alguma das partes pertencentes ao monumento, foram sempre seleccionadas matérias-primas nas redondezas (Figura 53).

Figura 53 – Aspecto geral da Anta do Penedo do com após a valorização

Fonte: Arqueohoje, (s/d)

Foi ainda colocada a sinalética apropriada de forma a ser mais fácil chegar ao local, juntamente com um telheiro que alberga um painel informativo com informações acerca do monumento, juntamente com uma papeleira (Figura 54).

Para tentar proteger o monumento foram colocados pilares de madeira tratada em redor do monumento.

Figura 54 – Aspecto geral da Anta do Penedo do com após os trabalhos de valorização, com o telheiro e painel explicativo, papeleira e pilares de madeira tratada

Fonte: Arqueohoje (s/d)

5.6.Estado Geral do Monumento no Presente

(10 de Setembro de 2011)

As acessibilidades é um ponto que podia ser perfeito, já que o acesso faz-se através de um estradão ente o 2º ou 3º quilómetro da Estrada Municipal 570. Até aqui temos sinalização apropriada, mas depois quando nos dirigimos para a "Tapada do Monte" deixamos de ter a sinalização, e fica muito difícil para o visitante chegar ao local, em alguns cruzamentos existem os pilares onde estavam as placas sinalizadoras. (Figura 55)

Figura 55 – Sinalização e Acessibilidades da Anta do Penedo do Com

Fonte: Tiago Pereira (2011)

Aquando a minha visita ao campo, foi possível observar que as estradas de acesso estavam a ser preservadas, essas informações de sinalização podem ter sido tiradas por um período de tempo enquanto as obras estavam a ser concluídas.

A conservação actual do monumento está satisfatória, apesar de um dos esteios que sustenta a laje de cabeceira, que foi consolidado com uma argamassa já se encontra deteriorado, pensa-se que pode ser à má inclinação da tampa. Como foi referido em pontos anteriores, devido ao estado de destruição do corredor, foram postos monólitos de um dos lados para dar o aspecto de corredor, muitas pessoas consideram que não é observável o antigo do novo. Na opinião do autor, quando se fala no restauro, que muitas das pessoas dizem que foi menos bem conseguido, acho que na altura foram realizadas as tarefas da forma a que as técnicas estavam disponíveis (Figura 56).

Figura 56 – Fracturas no esteio que suporta a laje de cabeceira

Fonte: Tiago Pereira (2011)

Figura 57 – Esteio carbonizado e fogueira

Fonte: Tiago Pereira (2011)

Apesar de todos estes pontos negativos, a monitorização da vegetação está a ser feita.

Quando falamos na dinamização e apresentação ao público, o visitante ao chegar ao local, a primeira impressão que vai ter, pelo menos foi a que eu tive, encontra-se abandonado e sujo. O telheiro e a placa explicativa, por informações que eu recolhi na aldeia de Esmolfe, "desapareceu" em poucos meses. A base da papeleira partiu-se e agora o lixo encontra-se no chão (Figura 59). Os postes de madeira tratada que circundavam o monumento também desapareceram.

A placa explicativa era importante, para que as pessoas soubessem o porque de valorizar sítios deste tipo. Com a falta de informação neste espaço, fica difícil dar valor ao que não se conhece.

Enquanto a nível de qualidade enquanto oferta turística, tem um bom início, com um "Percurso Arqueológico de Esmolfe" (Figura 59), é um desdobrável que pode ser obtido na Câmara Municipal de Penalva do Castelo, este contêm não só a Anta do Penedo do Com, como todo o património arqueológico nos arredores de Esmolfe. Mas no decorrer da visita à Anta Penedo do Com, objecto de estudo neste trabalho, podemos dizer que é menos bom. Como referi em cima há grandes falhas nas placas de sinalização que ali estavam, o que faz com que o visitante se perca em labirintos e caminhos de terra batita.

Figura 58 – Estado actual da papeleira

Fonte: Tiago Pereira (2011)

Figura 59 – Desdobrável do "Percurso Arqueológico de Esmolfe"

Fonte: http://www.cm-penalvadocastelo.pt/images/downloads/percursoesmolfe.pdf (2012)

Na chegada ao monumento, é como já referi anteriormente, deparamo-nos com uma desordem, tanto de informação ao visitante, tanto na observação directa, o sítio encontra-se sujo e abandonado, fazendo com que o que visita, não consiga avaliar o monumento.

No programa de trabalhos de valorização, estava previsto a criação de um museu, em que fosse possível apresentar o espólio exumado do monumento. Fica assim o visitante, com a impressão que não conseguiu "conhecer" o sítio arqueológico. Consequentemente, a importância do mesmo é reduzida.

Figura 60 – Perspectiva do antes e depois da Anta do Penedo do Com

Fonte: Arqueohoje (1998); Tiago Pereira (2011)

6.Circuito Pré-Histórico da Nave (Moimenta da Beira, Viseu)

"…estendêssemos os braços por cima do planalto da Serra da Nave – nave em euscara: chapada, corga – que a geografia oficial, desdenhosa do nome típico, originário, crismou de Serra de Leomil, sala de bailar dos ventos, atrida do uivar dos lobos, que os nossos longínquos antepassados semearam de orcas, castrejos, sepulturas abertas na rocha viva…"

(Ribeiro, A.;1958, p.7)

6.1.Introdução

O Concelho de Moimenta da Beira, onde se insere o Circuito Pré-Histórico da Nave composta pelos monumentos Orca de Carqueijas, Orca de Seixas, Orca Grande, Orca da Fonte do Rato e a Orca do Bebedouro 1 e 2, é parcela integrante do Nordeste do Distrito de Viseu e inserido na Região de Turismo do Douro Sul, assume-se pelas suas reservas naturais e patrimoniais, como um espaço onde é possível conciliar, o desenvolvimento económico com a conservação/reabilitação da natureza e do passado histórico.

Infelizmente como já foi referenciado tantas vezes anteriormente, de um modo geral por todo o País, grande parte dos nossos monumentos, não raras vezes implantados em locais isolados e de difícil acesso, apresentam-se completamente votados ao abandono e são dominadas pela vegetação, não passando de simples locais periódicos de visita dos arqueólogos que, ano após ano, tentam lutar pela preservação/divulgação das mesmas. Assim, torna-se importante a criação de "Museus dos Passado", didáticos e aprazíveis, que assumem uma configuração de verdadeiros "Museus ao Ar Livre".

Na altura que este projeto teve início, falamos aqui em 1997, a autarquia de Moimenta da Beira, pretendia levar a cabo uma inventariação, salvaguarda, valorização e divulgação do património arqueológico, criar um núcleo museológico municipal, valorização e musealização dos elementos patrimoniais mais significativos da arqueologia local, divulgação e promoção turística de percursos arqueológicos auxiliados pela respetiva sinalética, painéis explicativos, postais, desdobráveis ou brochuras, articulação da ação com outros elementos de dinamização local e regional –

estalagens, pousadas e unidades de turismo rural –, sensibilização da comunidade local e do visitante em geral.

6.2.Localização Geográfica e Situação Jurídica

A área em que se situa a Necrópole da Nave, é uma zona serrana, do Concelho de Moimenta da Beira, parcela integrante de um todo geográfico, mais abrangente integrando ainda, os concelho de Vila Nova de Paiva, Castro Daire e pequenos retalhes dos concelhos de Satão, Sernancelhe, Tarouca e Viseu – O Planalto da Nave. É delimitado pelas Serras de Montemuro e Lapa, bem como pelos vales e rios Paiva, Távora e Vouga.

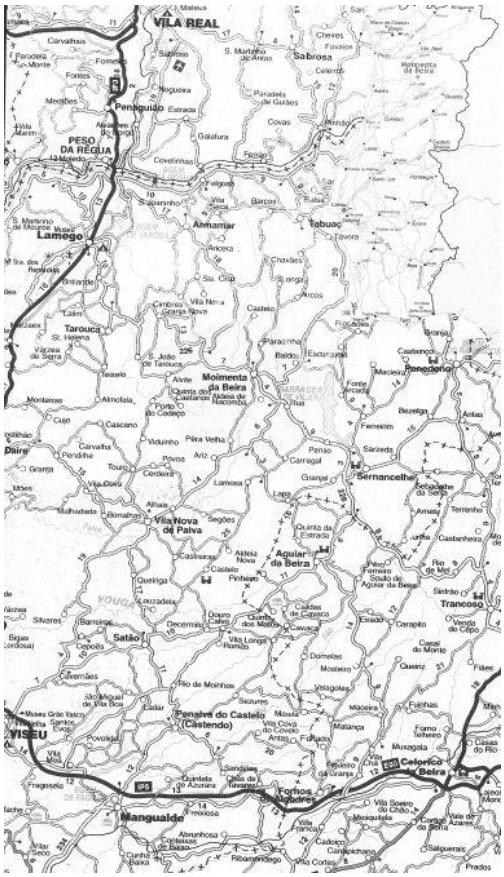


Figura 61 - Localização do Planalto da Nave

Fonte: Arqueohoje (s/d)

Região caracterizada pelo poeta de Soutosa, Aquilino Ribeiro, descrevendo-as como sendo as "Terras do Demo" e fazendo delas a apreciação sentimental assim como as gentes que as habitavam.

Genericamente, o Planalto da Nave constitui uma superfície aplanada, formada pela natureza há muitos milhões de anos (Era Terciária), descendo ligeiramente para Sudoeste, e caracterizando-se pela sua suave ondulação criada por corgos que nascem da acumulação de águas nos lameiros. As cotas do planalto vão desde os 600 aos 1000 metros. No entanto, estas características são interrompidas pelas zonas mais encaixadas dos vales do rio Távora e Paiva, assim como pelos montes mais altos que se destacam na paisagem, sendo os topos das Serras de Leomil (1008m) e da Nave (1016m).

Em termos de classificação, segundo o sítio na Internet do IGESPAR, nenhum dos monumentos tem qualquer tipo de classificação. Este sítio informa ainda, que quase todos os monumentos estão numa situação considerada de perigo em termos da sua conservação.

6.3.Historial de Pesquisas

Na década dos anos 60 e na companhia do investigador Leonel Ribeiro, a Orca Grande foi intervencionada por parte da arqueóloga alemã Vera Leisner, os trabalhos foram concentrados apenas no espaço interno do megalítico. Forneceu um espólio similar ao de outros monumentos desta região em que se insere, integrando micrólitos, machados de pedra polida e materiais mais tardios, nomeadamente vasos campaniformes, um braçal de arqueiro, uma ponta de seta do tipo Palmela e um machado plano de cobre, materiais esse em que o Museu Nacional de Arqueologia lhes confere o depósito. A análise radiocarbónica, de uma madeira carbonizada recolhida da camada inferior, permitiu inserir a sua primitiva utilização em torno de 2950+/- antes de cristo, cronologia essa, que poderá ser aferida através de novas camadas exumadas aquando dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997.

6.4.Contexto Arqueológico

Como já foi referido anteriormente, o Planalto da Nave tem uma enorme variedade de monumentos arqueológicos, apesar de haver uma maior ocorrência nos monumentos megalíticos, mas a poucas centenas de metros dos monumentos acima referidos, conservam-se ainda pelo menos seis montículos de planta algo irregular ou tendencialmente subcircular (recorde-se a perturbação aquando a tentativa de reflorestação de toda a serra), volumetricamente pouco relevados no terreno e cobertos

por inúmeros elementos de quartzo. Construções algo estranhas, que aliadas à exumação superficial de alguns elementos cerâmicos pré-históricos, nos levam a relacioná-las com populações locais que por aqui devem ter passado presumivelmente ao longo do IIº milénio antes de Cristo.

Assim, podemos dizer que este é um vasto território/espaço intencionalmente escolhido, para perpectuar ao longo de mais de 1000 anos de memória daqueles que partiram para outro "mundo". Mas também um espaço periódico dos vivos, de antigas vias de passagem, de pastoreio e aproveitamento dos abundantes recursos ecológicos.

Para além das construções tumulares, regista-se a presença de dois monólitos graníticos, fincados verticalmente no solo simbolizando, pelas suas gravuras, personagens humanas importantes que pretendiam perpectuar - Estátuas Menires da Nave e de Alvite.

Testemunhos, inseridos na segunda metade do IIIº milénio antes de Cristo, ou já na transição para o milénio seguinte, quiçá relacionando-se com comunidades reutilizadoras de alguns dos grandes sepulcros do Planalto da Nave ou mesmo construtoras de outros, de menores proporções. Peças de extrema importância científica e patrimonial, face à raridade das mesma no Centro/Norte de Portugal, quem sabe bem vincadas na paisagem, e presumivelmente relacionadas com as antigas vias de passagem e/ou demarcando territórios preferenciais de exploração económica.

É necessário referir, que tais construções tumulares ou simbólicas, não se circunscrevem só a este particular espaço do Planalto da Nave, pontilhando sim toda a paisagem serrana que se desenvolve já por terras de Vila Nova de Paiva. Ainda nos limites de Moimenta da Beira, mais concretamente entre a Quinta do Caetanos e o "Torrão", preservam-se ainda outros monumentos cuja salvaguarda e revitalização turístico-cultural se pretende no futuro.

6.5.Os Monumentos do Circuito Pré-Histórico da Nave

Recuando cerca de 6.000 anos no tempo, podemos imaginar todo este vasto planalto como um local de deambulação periódica de pequenas comunidades, geralmente ligadas por laços de parentesco, perpetuando os seus antepassados através da edificação de imponentes sepulcros – os denominados dólmens, antas ou orcas. Para

além de sepulcros, eram também locais de culto e de união entre as populações, sendo aqui frequentes as cerimónias religiosas. Funcionavam ainda como marcas simbólicas apropriadoras de um espaço e dos seus recursos de exploração económica, bem como um símbolo de coesão.

Por aqui terão sido construídos mais de uma dezena de monumentos, alguns dos quais chegando aos dias de hoje ainda em ótimo estado de conservação. Certamente que não poderemos dizer qual o primeiro a pontilhar este espaço da Serra da Nave. Todavia, poder-se-á admitir que por finais do quinto milénio antes do nascimento de Cristo (a. C.) terão por aqui sido construídos grandes sepulcros providos de uma câmara e corredor de acesso.

A Orca das Carqueijas (Figura 62) estrategicamente posicionada no topo de uma linha de cumeada dominando visualmente todo o extenso e pouco profundo vale aberto onde se inserem os restantes monumentos desta particular necrópole do Planalto da Nave. Um momento provido de corredor parcialmente desmantelado e perturbado pelos sulcos das máquinas que, há alguns anos e talvez por desconhecimento, rasgaram grande parte da serra a fim de procederem a uma reflorestação, como já foi referido anteriormente. Um monumento que, num futuro próximo se pretende recuperar (referência de 1997), a escassas centenas de metros, mais abaixo, e aproveitando o ponto mais elevado de uma pequena plataforma já muito próxima da base do vale, ergue-se a Orca de Seixas (Figura 63) que, devido ao adiantar estado de degradação, foi alvo de uma escavação, restauro e consolidação, merecendo sem dúvida a atenção por todo aquele que por ali passe, é um monumento tipologicamente semelhante ao anterior, embora pese ter grandes proporções. A pouco mais de 500 metros para Nascente, e cruzando a base deste extenso vale de lameiro rico em água e em recursos ecológicos, soergue-se a Orca Grande (Figura 64), semelhante aos anteriores mas ainda de maiores proporções. Apesar de mutilado em alguns dos monólitos que compõem o espaço da câmara funerária, bem como da deslocação da enorme laje de cobertura, apresentando-se um pouco remexido e com um corredor desenvolvido quase totalmente coberto por um montículo artificial envolvente, sendo visíveis duas das grandes tampas e o topo de alguns esteios. Bem preservado, constitui um ótimo exemplar de um monumento megalítico, transmitindo ao visitante a imagem de uma sepultura pré-histórica

pontualmente perturbada pelos agentes naturais e humanos. No lado oposto do vale, conservam-se duas outras sepulturas – a Orca da Fonte do Rato e a Orca do Bebedouro.

A primeira já em zona de lameiro, é um monumento de dimensões médias unicamente provido de uma câmara, fechada ou aberta, e sem corredor de acesso, correspondendo aparentemente a um único exemplar do género em todo este conjunto. O que não quer dizer que tenham existido outros, entretanto destruídos. Convém dizer que na memória das gentes das proximidades do planalto, conservam recordações de outras "orcas".

A Orca da Fonte do Rato (Figura 65), embora muito mutilada ao nível dos primitivos monólitos que compunham o monumento na sua câmara, e já sem a respetiva laje de cobertura, conserva ainda parte do montículo artificial envolvente, merecendo a sua inserção no circuito turístico/Cultural.

A particularidade das suas características arquitetónicas conferem-lhe a importância acrescida, podendo corresponder quer a mais uma sepultura contemporânea das anteriores, quer representando um doa monumentos mais antigos da necrópole.

Quanto à Orca do Bebedouro (Figura 66), a escassas centenas de metros da anterior e já em área marginal do lameiro muito próxima do relevo montanhoso oposto aquele onde se erguem os grandes monumentos de corredor anteriormente citados, apresenta-se em muito bom estado de conservação e quase totalmente envolta no montículo artificial envolvente – a mamoa.

Aparentemente, parece encerrar uma câmara de dimensões medianas e com uma pequena laje de cobertura parcialmente arredondada, e não dá qualquer evidência de um corredor de acesso, que ainda pode estar enterrado. Cronologicamente tanto pode ser contemporâneo dos anteriores como um pouco mais recente.

Em torno do monumento anterior, e a escassos metros, observa-se um montículo artificial, em terra e pedra, podendo encerrar uma estrutura de tipo "cistoide" (pequenas lajes fincadas verticalmente e dispostas de uma forma de caixa), em fossa ou de outro género – Mamoa do Bebedouro.

Figura 62 - Orca de Carqueijas depois dos trabalhos de valorização (Limpeza)

Fonte: Arqueohoje (1997)

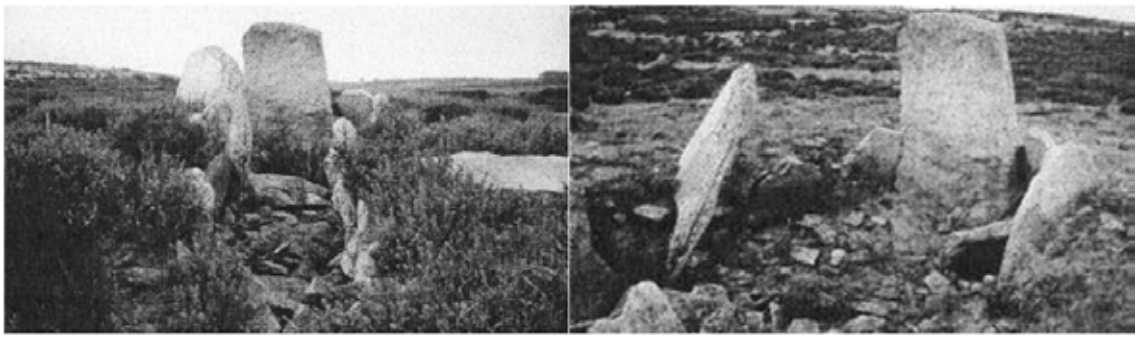


Figura 63 - Orca de Seixas antes do processo de valorização

Fonte: Arqueohoje (1997)

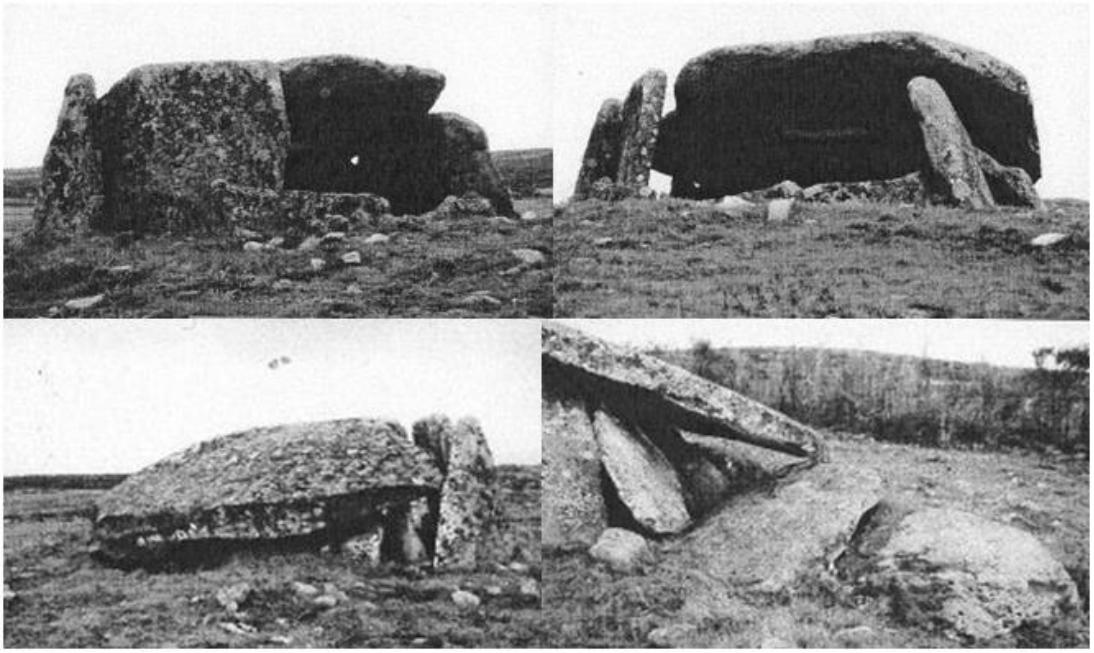


Figura 64 - Orca Grande depois do processo de valorização (Limpeza)

Fonte: Arqueohoje (1997)

Figura 65 - Orca Fonte do Rato depois dos trabalhos de valorização (Limpeza)

Fonte: Arqueohoje (1997)

Figura 66 - Orca do Bebedouro antes e depois dos trabalhos de valorização (Limpeza)

Fonte: Arqueohoje (1997)

Figura 67 - Orca de seixas após os trabalhos de valorização e modelo de Painel explicativo

Fonte: Arqueohoje (1998)

5.6.Estado Geral do Monumento no Presente

(27 de Agosto de 2011)

Falando nas acessibilidades da Necrópole Megalítica da Nave, última do presente estudo, é a que tem inferiores acessos, já que os mesmos são todos em asfalto, nem todos os veículos conseguem chegar a todos os monumentos, a distância entre os monumentos da presente necrópole é pouco significativa, o que torna mais fácil à sua visita (Figura 68).

Em termos de sinalização, a necrópole encontra-se bem sinalizada, há placas informativas desde a estrada nacional 226, que liga Trancoso a Moimenta da Beira, a partir deste ponto é muito fácil chegar, já que existem placas de sinalização até à necrópole (Figura 69).

Figura 68 - Acessos ao Circuito Pré-histórico da Nave

Fonte: Tiago Pereira (2011)

Figura 69 - Sinalização de Acesso ao Circuito Pré-Histórico da Nave

Fonte: Tiago Pereira (2011)

Quando chegamos ao "núcleo" da necrópole megalítica, os monumentos dispersos, a uma distância relativa uns dos outros foi necessário criar uma sinaléctica para o visitante, para conseguir chegar aos mesmos. Essa mesma sinalização ainda se encontra no sítio, apesar de algumas placas necessitarem da sua substituição por falta de legibilidade e alguma falta de limpeza junto às mesmas, não se encontra nenhuma dificuldade em chegar a qualquer um dos monumentos, na figura 70 vai ser exposta essa mesma sinalização.

Figura 70 - Sinalização dos Monumentos dentro do Circuito Pré-histórico da Nave

Fonte: Tiago Pereira (2011)

Em termos de dinamização e apresentação ao público, não é um ponto benéfico, a todo o esforço que se fez na altura da valorização e criação do Circuito pré-Histórico da Nave, já que apesar da valorização, se tenha dado à uns anos largos, nota-se que não tem sido monitorizada à muito, os monumentos estão dominados pelo forte avanço da vegetação, em alguns dos casos é mesmo impossível observar uma pedra sequer do monumento, apesar de toda a amostra, apenas um monumento tenha sofrido uma escavação, restauro de estruturas, todas as outras sofreram uma intervenção que se destinava à sua valorização, a entidade responsável, neste caso a Câmara Municipal de Moimenta da Beira, não tem dado muita importância à continuidade da monitorização (Figura 71). Há uma dificuldade em conseguir saber qual a estrutura dos monumentos megalíticos.

A Orca de Seixas, o monumento que sofreu os trabalhos de consolidação ainda apresenta esses trabalhos bem conservados, apesar de toda a vegetação que envolve a mesma (Figura 72). De facto é notável que todo o investimento feito aquando a sua valorização está completamente perdido. No processo de valorização foram postas placas informativas em cada um dos monumentos, na actualidade não existem e quando existem estão tombadas entre a vegetação (Figura 73).

Figura 71 - Orca da Fonte do Rato (1); Orca do Bebedouro (2); Orca das Caraqueijas (3); Orca Grande (4). Aspecto dos monumentos na actualidade.

Fonte: Tiago Pereira (2011)

Figura 72 - Orca de seixas na actualidade

Fonte: Tiago Pereira (2011)

Orca da Fonte do Rato
Orca de Carqueijas
Sepultura pré-histórica com c. de 5 000 anos.
Composta por uma câmara e corredor de acesso, envolta num montículo artificial.
ÁREA ARQUEOLÓGICA PROTEGIDA

Figura 73 - Aspecto das placas informativas no presente

Fonte: Tiago Pereira (2011)

Quando por fim falamos no nível de qualidade enquanto oferta turística, podemos afirmar que este nível anda muito por baixo dos padrões que aqui se queriam ter tido altos, no processo a médio e longo prazo deste conjunto de monumentos. Quando o visitante chega a este local, ainda assim bem sinalizado, depara-se com monumentos que agora são giestas (Orca da Fonte do Rato) e os que ainda permitem a sua visualização, não estão monitorizados o suficiente, para que o visitante delimite a estrutura dos monumentos. O que poderia ajudar neste ponto seriam as placas explicativas, as mesmas que nem agora existem, passados todos estes anos após à sua valorização.

Para que um visitante volte, é preciso que sinta que os monumentos têm valor, e que a sua visita seja aprazível, com estes monumentos desvalorizados, pela própria entidade, é possível que não voltem.

Por fim, existe um Posto de Turismo (Figura 74) no centro da Vila de Moimenta da Beira, que não tem muita informação sobre a necrópole, porque não existem

panfletos sobre a necrópole. Ainda assim há um pequeno texto no sítio da internet da Câmara Municipal, que explica esse conjunto megalítico, existente no Planalto da Nave, e inserem o mesmo nos percursos pedestres como nos circuitos temáticos.

Figura 74 - Posto de Turismo da Vila Moimenta da Beira

Fonte: Tiago Pereira (2011)

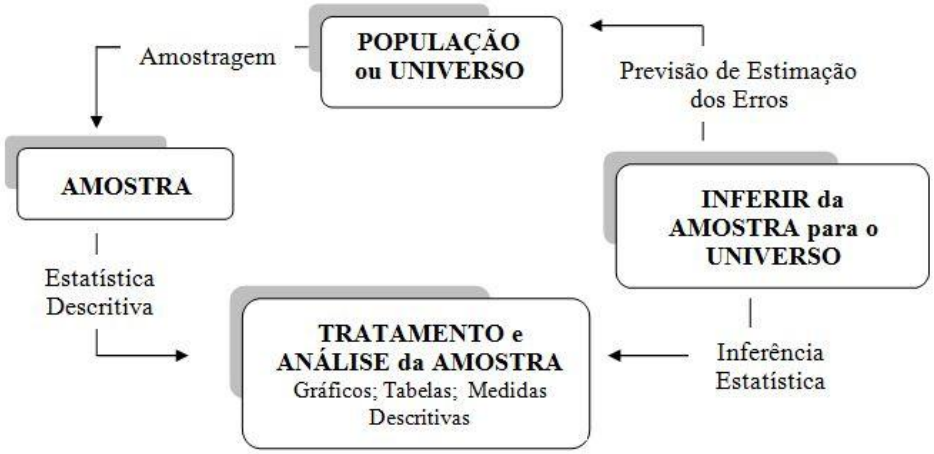
Capítulo V – Apresentação e Análise Estatística dos Inquéritos

"Estatística: a ciência que diz que se eu comi um frango e tu não comeste nenhum, teremos comido, em média, meio frango cada um."

Dino Segrè (Escritor)

No presente capítulo o objectivo é tomar conhecimento do que pensam, da informação que dispõem, indivíduos que vivem/visitam os Monumentos Megalíticos da Beira Alta inseridos na amostra deste trabalho. Deste modo foram realizados pelo autor inquéritos para avaliar tal situação.

Para analisar a amostra obtida vai ser utilizada a Estatística Descritiva, a um nível muito elementar, embora as variáveis de que disponhamos fossem quase todas qualitativas, medidas em escala nominal e ordenar, espera-se com isto que seja possível confirmar alguns dos resultados.



Quadro 3 – Exemplo do tratamento de dados da amostragem

Fonte: Adaptado de: Manual Técnico do Formando; Estatística Aplicada

1.Introdução

Com a intuição de se saber o que pensam e a informação de que dispõem, indivíduos que moram/visitam os Monumentos Megalíticos da amostra presente, foram elaborados dois modelos de inquéritos (Apêndice 1), um dos modelos para os moradores das aldeias onde foram edificados os mesmos, assim também como um modelo para os turistas que os visitam, o primeiro modelo com 14 variáveis e o segundo

modelo com 13 variáveis. O tratamento estatístico da amostra de 330 inquéritos, situou-se ao nível da Estatística Descritiva elementar (Murteira, 1993). Começamos, então, por caracterizar a amostra global no Quadro 3. Dado que se trata de um estudo para uma tese de mestrado, não se pretende aprofundar o tema, considera-se que as amostras recolhidas em inquérito para o objecto de estudo são suficientes, já que em todos os locais que foram recolhidos, têm pouca população, neste caso tentou-se procurar inquiridos de diferentes idades e habilitações, tendo isso em consideração, os dados obtidos em trabalho de campo e o seu processo para indicadores de trabalho de investigação é suficiente para a caracterização que se pretende. Neste caso se a amostra fosse ampliada, os resultados não iriam variar muito já que as pessoas nestes locais, têm em média a mesma cultura e a mesma forma de pensar, devido a isso a amostra em estudo não é muito alargada e nesse caso pensamos que é suficiente para caracterizar este estudo.

Monumento	**Freguesia**	**Concelho**	**Distrito**	**N.º de Inq. População**	**N.º de Inq. Turistas**	**Total**	**M**	**F**
Anta da Perâ do Moço	Perâ do Moço	Guarda	Guarda	39	16	55	34	27
Anta do Penedo do Com	Esmolfe	Penalva do Castelo	Viseu	45	16	61	36	26
Necrópole Megalítica da Nave	Alvite	Moimenta da Beira	Viseu	49	16	65	32	16
Necrópole da Lameira de Cima	Antas	Penedono	Viseu	30	8	38	34	18
Necrópole da Senhora do Monte	Penela da Beira	Penedono	Viseu	42	12	54	34	20
Dólmen da Areita	Riodades/Paredes da Beira	São João da Pesqueira	Viseu	44	13	57	29	30
				249	**81**	**330**	**196**	**134**
								330

Tabela 1 – Caracterização da amostra global (n= 1150)

Fonte: Tiago Pereira (2012)

No que respeita à distribuição à distribuição espacial, o Distrito de Viseu foi o que forneceu a quase totalidade dos inquéritos para a amostra, sendo assim foi o que mais contribuiu seguido do Distrito da Guarda apresentando apenas um concelho. Os homens e as mulheres responderam quase na mesma proporção sendo o maior número de respostas do sexo masculino. Em todos os locais em que se implementaram os

inquéritos é possível observar que os inquiridos – **população** – são em maior número– **turistas** – já que estes são em menor número.

Características amostrais:	**Idade (anos)**
Dimensão da Amostra - *n*	**330**
Mínimo	**14**
Máximo	**88**
Média	**51**
Moda	**20**

Tabela 2 – Estatística da variável idade

Fonte: Tiago Pereira (2012)

Das 330 idades disponíveis, a menor é de 14 e maior de 88 anos, ou seja, temos uma grande amplitude de variação das observações; a moda das idades é de 20, a média de idade dos inquiridos é de 51 anos. Com a apresentação dos dados anteriores podemos dizer que a variável idade apresenta uma razoável dispersão.

	Habilitações							
	4ª Classe	**6º Ano**	**9º Ano**	**12º Ano**	**Bacharelato**	**Licenciatura**	**Doutoramento**	**T**
Perâ do Moço	27	3	7	10	0	8	0	**55**
Penedo do Com	17	6	12	14	2	10	0	**61**
Necrópole Megalítica da Nave	23	4	17	12	0	9	0	**65**
Necrópole da Lameira de Cima	12	7	9	5	0	5	0	**38**
Necrópole da Senhora do Monte	23	0	12	12	0	6	1	**54**
Dólmen da Areita	19	5	4	24	0	5	0	**57**
								330

Tabela 3 – Habilitações Académicas dos indivíduos da amostra

Fonte: Tiago Pereira (2012)

Em termos das habilitações de cada um dos inquiridos, no geral podemos dizer que a maioria tem a 4ª Classe, embora que em alguns dos locais as habilitações variam bastante. A maioria tem estudos baixos, que pode estar diretamente ligada com a

dispersão de idades do quadro anterior é grande, mostra-nos uma população bastante envelhecida, e assim esta correlação.

1.1.Análise da Amostra

1.1.1. Análise dos inquéritos da Anta Perâ do Moço

Monumento	Freguesia	Concelho	Distrito	N.º de Inq. População	N.º de Inq. Turistas	Total	M	F
Anta da Perâ do Moço	Perâ do Moço	Guarda	Guarda	39	16	55	34	27

Tabela 4 – Dados estatísticos gerais

No geral, como nos mostra o Quadro 4, a variação dos inquéritos à população e aos turistas é grande, já que população é fácil encontrar e turistas não é da mesma maneira. Em termos à variação de sexo é baixa, já que o valor é equiparado.

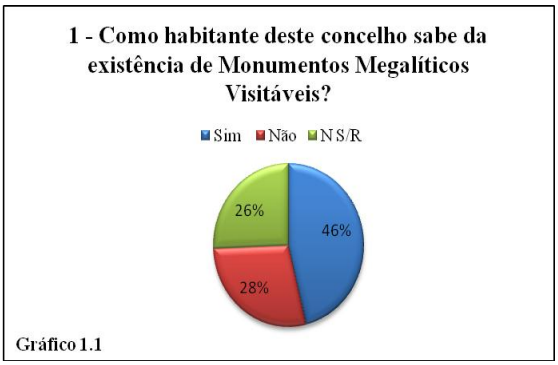
Os dados foram recolhidos a 22 de Outubro de 2011.

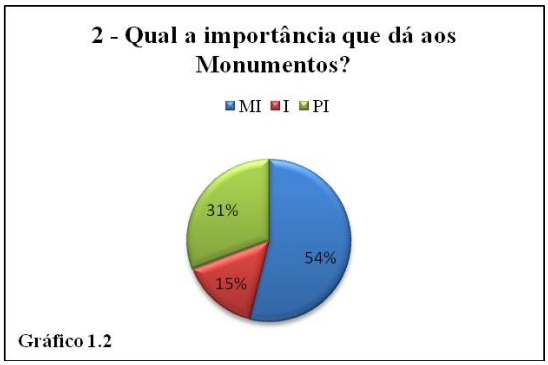
De seguida, vai ser apresentada a tabela e os gráficos que resultaram dos Inquéritos à amostra da população, seguindo-se a explicação:

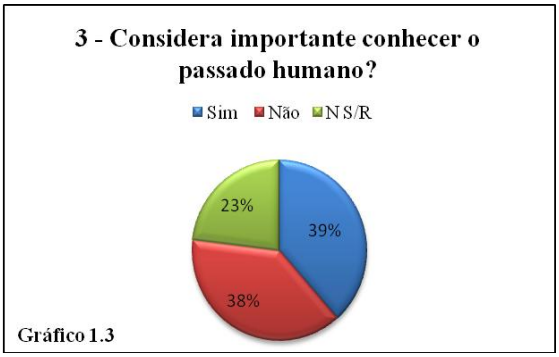
Questões (População)	Sim	Não	N S/R	MI	I	PI
1 - Como habitante deste concelho sabe da existência de Monumentos Megalíticos Visitáveis?	18	11	10			
2 - Qual a importância que dá aos Monumentos?			13	14	4	8
3 - Considera importante conhecer o passado humano?	15	15	9			
4 - Dispõe-se a prestar ajudar na protecção e divulgação do Património Arqueológico do se Concelho?	15	11	13			
5 - Considera que os responsáveis assumem bem a protecção ao seu património, assim como a sua divulgação?	15	10	14			
6 - Considera que os jovens estão o suficiente sensibilizados para as questões relacionadas com o património?	13	13	13			
7 - Considera que a Arqueologia pode contribuir par preservar a identidade cultural das regiões em que se inserem?	15	7	17			
8 - Quando visita outros locais, interessa-se pela História e pela Cultura desses sítios?	20	4	15			
9 - Como avalia o trabalho Arqueológico desenvolvido no seu Concelho e a sua conservação e restauro no(s) Monumento(s) em questão? Acha que foram satisfatórios?	16	6	17			
10 - Concorda com os trabalhos de salvaguarda, tanto no âmbito de escavação Arqueológica, assim como a sua conservação e restauro?	18	6	15			
11 - Considera que o património em questão ajuda a desenvolver o turismo na Região?	17	7	15			
12 - Considera que o património em questão ajuda a desenvolver a economia na Região?	19	5	15			
13 - Considera que o património em questão ajuda a interacção entre as pessoas da região?	17	5	17			

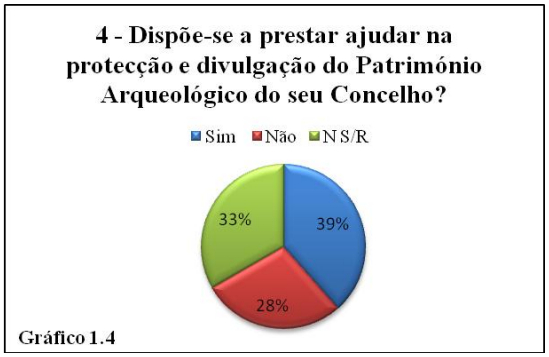
14 - Acha que o município cria condições para que se estabeleça uma interacção entre o Património e a População	18	5	16

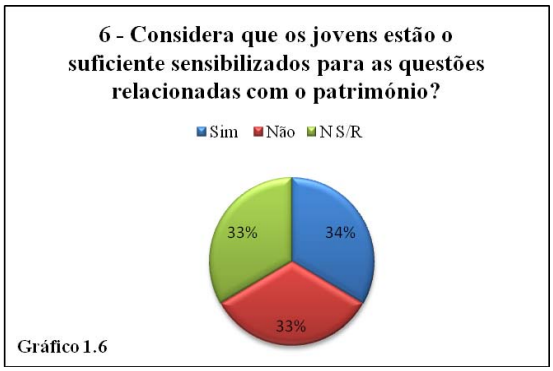
Tabela 5 – Amostra dos Inquéritos à população da Anta Perâ do Moço

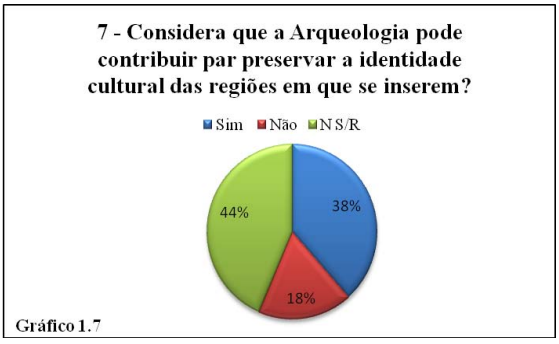












9 - Como avalia o trabalho Arqueológico desenvolvido no seu Concelho e a sua conservação e restauro no(s) Monumento(s) em questão? Acha que foram satisfatórios?
Sim
Não
NS/R
41%
15%
44%
Gráfico 1.9

10 - Concorda com os trabalhos de salvaguarda, tanto no âmbito de escavação Arqueológica , assim como a sua conservação e restauro?
Sim
Não
NS/R
46%
15%
39%
Gráfico 1.10

Gráfico 1.11

Gráfico 1.12

Gráfico 1.13

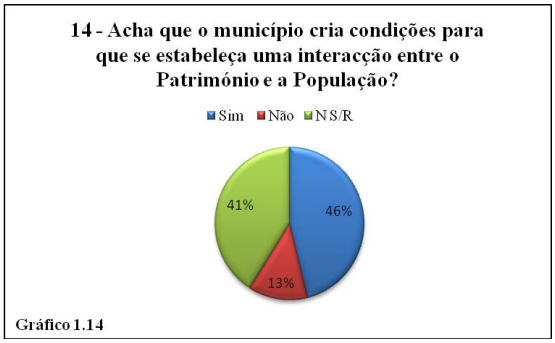


Gráfico 1.14

Da observação da Tabela 5 e dos gráficos apresentados anteriormente, referentes aos inquéritos feitos à população, que no total correspondem a 39 inquéritos, na pergunta referente ao Gráfico 1.1, a maioria das pessoas sabe da existência de Monumentos Megalíticos visitáveis no concelho, neste caso corresponde a 46 %, as pessoas que não têm esse conhecimento corresponde a 28 % e uma percentagem de 26 % não quer responder ou não sabe. O que podemos concluir, destes resultados é que mesmo com grande percentagem de pessoas com resposta, ainda assim existe uma grande percentagem de pessoas que não têm esse conhecimento, é de salientar que os inquéritos foram feitos numa localidade que devia reconhecer o monumento, já que o mesmo se encontra bem visível da estrada nacional.

Quando questionados pela importância dada aos monumentos, informação apresentada no Gráfico 1.2, a percentagem de pessoas que responderam que era muito

importante em 54 %, mas é de salientar que as pessoas que responderam que os monumentos eram pouco importantes são grande, chaga aos 33 %, daqui já podem ser tiradas algumas conclusões.

Apesar de no Gráfico 1.3 as respostas à pergunta, se as pessoas acham importante conhecer o passado humano seja sim a que tem maior percentagem (39%), as respostas negativas chegaram aos 38 % o que é preocupante já que as pessoas mostram que não têm qualquer interesse em conhecer o passado humano. Apesar disso, quando se pergunta às pessoas se dispõem a ajudar na protecção e divulgação do património do concelho, as pessoas responderam maioritariamente que sim, como nos mostra o gráfico 1.4, daqui podemos tirar uma conclusão, as pessoas não dão importância em conhecer o passado humano, mas estão disponíveis para ajudar na sua protecção e divulgação, o que podemos dizer que as pessoas não estão devidamente informadas, mesmo por pequenos detalhes, como associar a anta do seu concelho à importância de conhecimento do passado humano.

Quando perguntamos às pessoas se consideram que os responsáveis assumem bem o património, assim como a divulgação e se consideravam que os jovens estão o suficiente sensibilizados para as questões relacionadas com o património, as percentagens de respostas foram semelhantes para uma ou para outra, a maioria respondeu que sim, tanto nos dados do Gráfico 1.5 como no Gráfico1.6, o que quer dizer que as pessoas sabem que as entidades locais, tentam proteger o património. Desta forma, o que podemos concluir destes dois gráficos é que a maioria respondeu positivamente e é de salientar que a maior parte deles é de uma idade acima dos 45, mas também os jovens responderam positivamente, o que quer dizer que é uma constatação da realidade.

O Gráfico 1.7 mostra-nos os resultados da pergunta *"Considera que a Arqueologia pode contribuir para preservar a identidade cultural das regiões onde se inserem?"* as pessoas respondem positivamente, mas há uma grande percentagem de pessoas que não tem opinião, o que faz pensar que as pessoas não estão à vontade com estes termos, necessitam se ser sensibilizados para esta ciência. O Gráfico 1.8 contém os resultados de uma pergunta da mesma temática da anterior, quando as pessoas são questionadas de quando visitam outros lugares se interessam pela história desses

mesmos locais, há uma percentagem esmagadora, já que a resposta positiva atinge os 52%. Nas respostas anteriormente dadas, esta resposta pode ser relaciona a importância dos monumentos, representado no Gráfico 1.2, ambos têm uma percentagem que atingem respostas positivas com grande percentagem, o que se pode concluir, que a população da freguesia de Perâ do Moço está ciente da história e do seu património, mas não está muito activa.

Num outro conjunto de perguntas que se relacionavam com os trabalhos realizados do monumento em questão, aqui é expressa a sua opinião se os mesmos foram bem desenvolvidos, a opinião da população é que os trabalhos são satisfatórios e concorda com os trabalhos de salvaguarda como nos mostra o Gráfico 1.9 e Gráfico 1.10.

Quando se pede às pessoas para analisar o impacto dos trabalhos de conservação e valorização do sítio em questão, ao nível do turismo, da economia, do social e da relação que o património e a população interagem as respostas são muito semelhantes, na maioria as respostam positivas, recebem a maior percentagem, embora haja uma grande percentagem de respostas incógnitas, em que as pessoas não sabem ou não respondem, como representam os Gráficos 1.11, 1.12, 1.13 e 1.14.

De seguida vai ser apresentada a tabela referente aos inquéritos realizados junto dos turistas e os respectivos Gráficos:

Questões (Turistas)	**Sim**	**Não**	**N S/R**	**M**	**S**	**B**	**E**	**Interno País**	**Externo País**	**Por ser da Região**	**Curiosidade**	**Já visitou ant.**	**Acons. de Amigos**	**Outro**	**Alta**	**Média**	**Baixa**	**N S/R**	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1 - Área de residência?								12	4														
2 - Motivação das suas férias ou passagem por este Concelho?										10	2		2	2									
3 - Enquanto turista neste Concelho, conhece Monumentos Megalíticos?	6	10																					
4 - Já visitou alguns?	8	8																					
5 - Que importância dá aos Monumentos Megalíticos?															4	6	6						
6 - Quando definiu este local no seu roteiro, teve alguma preocupação em se informar do património existente visitável?	12	4																					
7 - Dirigiu-se a um Posto de Turismo para se informar?	3	13																					
8 - Quando visita outros locais, tem em conta o património visitável?	5	11																					
9 - Na unidade de alojamento que escolheu, recebeu informações turísticas?	4	4	8																				

10 - Caso tenha visitado os Monumentos Megalíticos deste Concelho, como qualifica as condições?				8	6	2						
11 - De 1 a 5 classifique as acessibilidades							8	0	4	2	2	0
12 - De 1 a 5 classifique a qualidade da visita							8	1	7	0	0	0
13 - As informações afixadas nos painéis, são suficientes para a compreensão geral do monumento?	2	4	10									

Tabela 6 – Amostra dos Inquéritos aos turistas referente à Anta Perâ do Moço

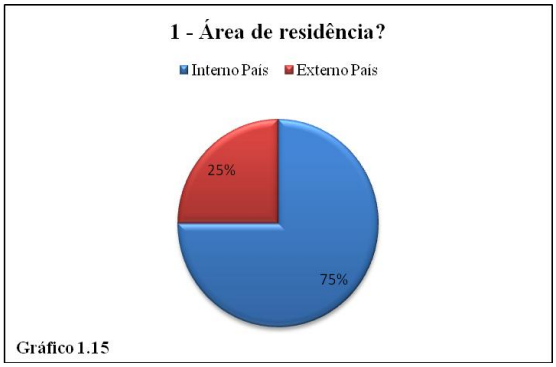


Gráfico 1.15

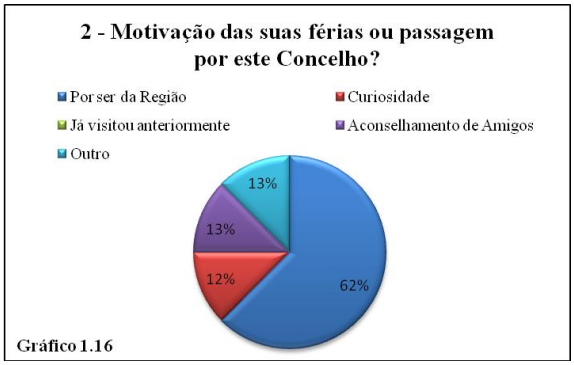


Gráfico 1.16

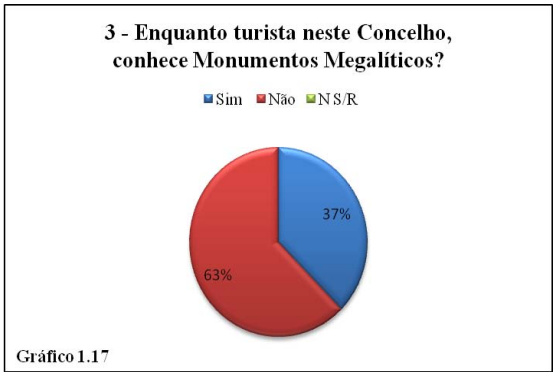


Gráfico 1.17

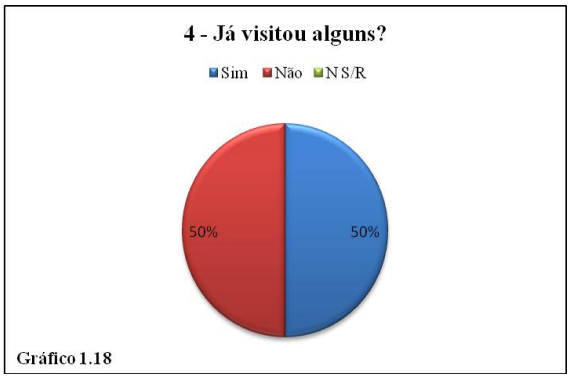


Gráfico 1.18

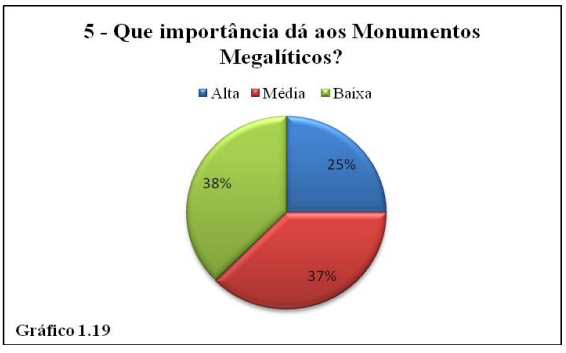
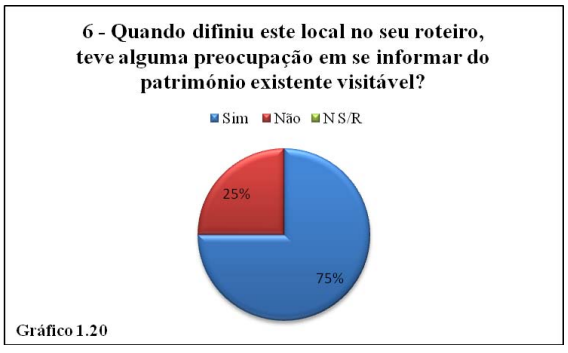


Gráfico 1.19


6 - Quando difiniu este local no seu roteiro, teve alguma preocupação em se informar do património existente visitável?
Sim
Não
N S/R
25%
75%
Gráfico 1.20

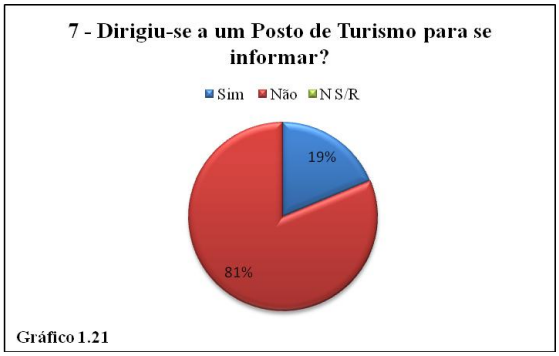


Gráfico 1.21

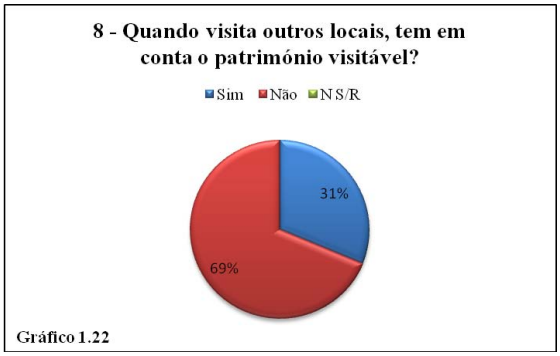


Gráfico 1.22

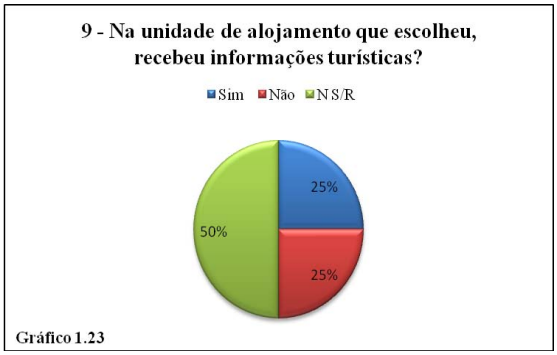


Gráfico 1.23

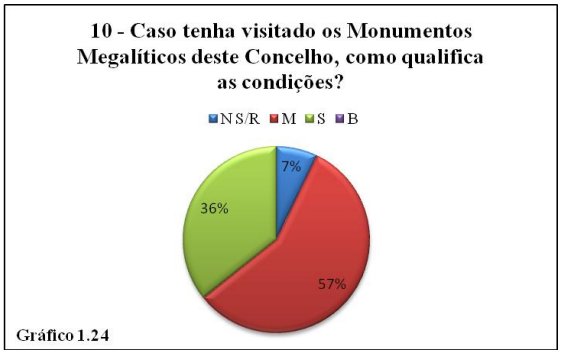


Gráfico 1.24

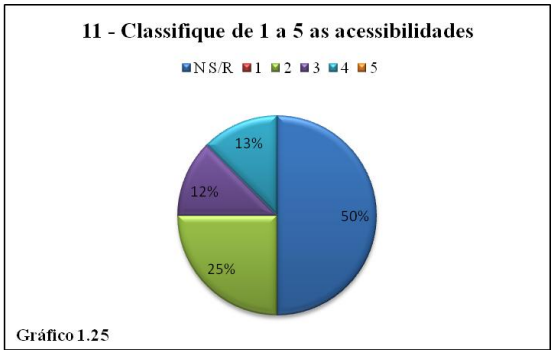


Gráfico 1.25

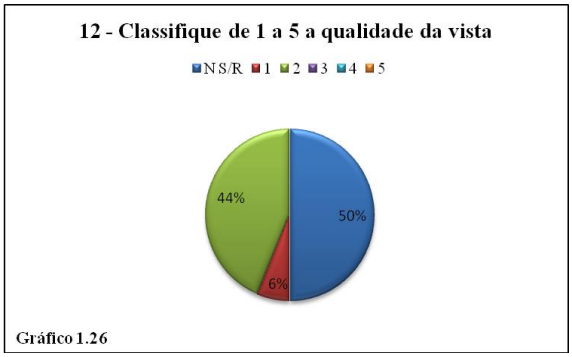


Gráfico 1.26

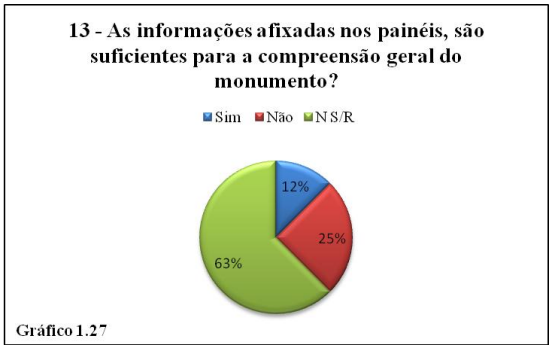


Gráfico 1.27

Como podemos observar no Gráfico 1.15, a grande maioria dos inquiridos é interno ao país, mesmo sendo esta amostra como nos mostra a Tabela 6, num total de 16 inquiridos, estes resultados podem ser explicados pela altura em que se inquiriram os indivíduos, no Outono, caso tivessem sido feitos no Verão os resultados podiam ser outros.

Quando os turistas são questionados sobre a razão do que os fez visitar o monumento em questão, a resposta foi significativa e predominou a razão de que as dadas pessoas são da região, as restantes opções receberam uma percentagem equiparada, as mesmas eram opções tais como curiosidade, aconselhamentos de amigos ou outro, a opção "Já visitou anteriormente" não teve qualquer resposta, e pode-se concluir que todas estas pessoas visitaram pela primeira vez o monumento, como nos mostra o gráfico 1.16.

Nós Gráficos 1.17, 1.18, quando os indivíduos são questionados se sabem existência de monumentos megalíticos no concelho e se já visitaram alguns, as respostas são ambas positivas, o que quer dizer que as pessoas que passeiam pela região não só sabem da existência do monumento megalítico como o conhecem, é um ponto importante já que normalmente do conhecimento que tenho não há informações suficientes, mas também o senão, é provável que as pessoas conheçam os monumentos por serem da região e não pela sua divulgação, como nos mostra o Gráfico 1.16.

No Gráfico 1.19, relativa à questão *"Que importância dá aos Monumentos Megalíticos?"*, entre as opções Alta, Média e Baixa, predomina a resposta Baixo, o que quer dizer que embora conheçam o património não é muito valorizado. Contrapondo este ponto de vista, na pergunta referente ao Gráfico 1.20, os inquiridos respondem em maioria que antes de definir o local das suas férias/visita, têm alguma preocupação em se informar do património existente.

Segundo os resultados dados pelos Gráficos 1.21, 1.22 e 1.23 em que se questiona no global se as pessoas se informaram sobre o património visitável, se cada vez que visitam outros locais, tem em conta o património visitável, ou mesmos se receberam informações na unidade de turismo instalados, as respostas são esmagadoras, uma grande parte da percentagem responde *"não"*, o que quer dizer que embora as pessoas tenham preocupação em saber do património visitável existente não, aquando a

visita as pessoas não se informam nem recebem informações no seu alojamento, este na minha opinião é um ponto muito importante, já que é uma forma de avaliar o interesse das pessoas pelo património, comentando a correlação anterior, os inquiridos contradizem-se, já que quando definiram aquele local para férias tiveram em conta o património visitável, mas depois não tentam qualquer outra informação adicional nos vários organismos disponíveis e depois a maior contradição é que dizem que quando visitam outros locais não têm em conta o património visitável.

A percentagem de pessoas que visitaram os monumentos deste concelho, classifica em grande maioria as condições como suficientes (Gráfico 1.24), quando questionadas a classificar as acessibilidade de uma escala de 0 a 5, 50% das pessoas não sabem o que responder ou não querem responder, assim também quando se pede para classificar a qualidade da visita a resposta é a mesmas, por outro lado as pessoas que as classificaram na maioria atribuíram na sua maioria uma cotação de 2, o que na escala de 1 a 5 é pouco significativa, como nos mostram os Gráficos 1.25, 1.26.

A ultima questão do inquérito, os indivíduos são questionados se *"As informações afixadas nos painéis, são suficientes para a compreensão geral do monumento?"*, em que os resultados estão patentes no Gráfico 1.27, as pessoas na sua grande maioria respondem que não sabem ou não respondem, para conseguir um melhor resultado referente a este gráfico é necessário cingirmo-nos às respostas referentes ao *"Sim"* e *"Não"*, em que as pessoas responderam em 25% que não acham as informações suficientes e em 12 % que sim. Com o trabalho de campo averiguou-se que existem as placas mas já necessitam de ser substituídas.

1.1.2. Análise dos inquéritos da Anta do Penedo do Com

Monumento	Freguesia	Concelho	Distrito	N.º de Inq. População	N.º de Inq. Turístas	Total	M	F
Anta do Penedo do Com	Esmolfe	Penalva do Castelo	Viseu	45	16	61	36	26

Tabela 7 – Dados estatísticos gerais

O Quadro 7 mostra-nos os dados da amostra, os inquéritos foram realizados em 10 de Setembro de 2011, mais uma vez a disparidade de quantidade entre os inquéritos feitos à população e aos turistas é grande, a variação de sexo também é baixa. Trata-se

de inquéritos feitos numa aldeia pertencente ao concelho de Penalva do Castelo, com um baixo índice de população, para que a amostra representa um número baixo de inquéritos, aldeia esta com nome Esmolfe que tem cerca de 480 habitantes, dados dos censos 2011.

A amostra foi alvo de um tratamento estatístico que vai ser apresentado por Gráficos e a respetiva tabela, seguindo-se a análise:

Questões (População)	**Sim**	**Não**	**N S/R**	**MI**	**I**	**PI**
1 - Como habitante deste concelho sabe da existência de Monumentos Megalíticos Visitáveis?	25	11	9			
2 - Qual a importância que dá aos Monumentos?			9	12	8	16
3 - Considera importante conhecer o passado humano?	18	20	7			
4 - Dispõe-se a prestar ajuda na protecção e divulgação do Património Arqueológico do se Concelho?	13	23	9			
5 - Considera que os responsáveis assumem bem a protecção ao seu património, assim como a sua divulgação?	12	25	8			
6 - Considera que os jovens estão o suficiente sensibilizados para as questões relacionadas com o património?	11	19	15			
7 - Considera que a Arqueologia pode contribuir par preservar a identidade cultural das regiões em que se inserem?	20	12	13			
8 - Quando visita outros locais, interessa-se pela História e pela Cultura desses sítios?	25	7	13			
9 - Como avalia o trabalho Arqueológico desenvolvido no seu Concelho e a sua conservação e restauro no(s) Monumento(s) em questão? Acha que foram satisfatórios?	12	11	22			
10 - Concorda com os trabalhos de salvaguarda, tanto no âmbito de escavação Arqueológica, assim como a sua conservação e restauro?	30	2	13			
11 - Considera que o património em questão ajuda a desenvolver o turismo na Região?	20	11	14			
12 - Considera que o património em questão ajuda a desenvolver a economia na Região?	7	30	8			
13 - Considera que o património em questão ajuda a interacção entre as pessoas da região?	15	22	8			
14 - Acha que o município cria condições para que se estabeleça uma interacção entre o Património e a População	22	12	11			

Tabela 8 – Amostra dos inquéritos à população referente à Anta Penedo do Com

1 - Como habitante deste concelho sabe da existência de Monumentos Megalíticos Visitáveis?

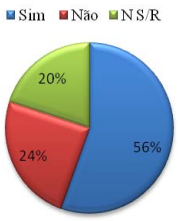


Gráfico 2.1

2 - Qual a importância que dá aos Monumentos?

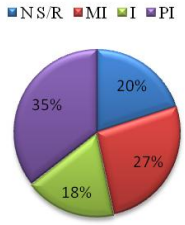


Gráfico 2.2

3 - Considera importante conhecer o passado humano?

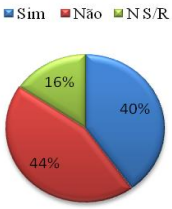


Gráfico 2.3

4 - Dispõe-se a prestar ajuda na protecção e divulgação do Património Arqueológico do seu Concelho?

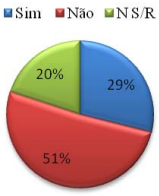


Gráfico 2.4

5 - Considera que os responsáveis assumem bem a protecção do seu património, assim como a sua divulgação?

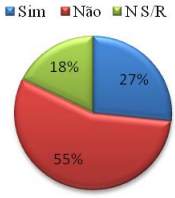


Gráfico 2.5

6 - Considera que os jovens estão o suficiente sensibilizados para as questões relacionadas com o património?

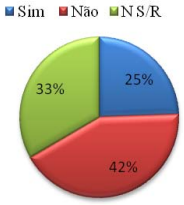


Gráfico 2.6

7 - Considera que a Arqueologia pode contribuir par preservar a identidade cultural das regiões em que se inserem?

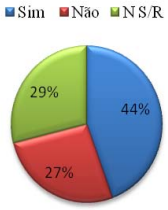


Gráfico 2.7

8 - Quando visita outros locais, interessa-se pela História e pela Cultura desses sítios?

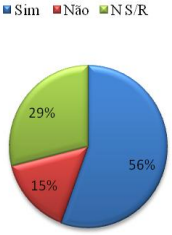


Gráfico 2.8

9 - Como avalia o trabalho Arqueológico desenvolvido no seu Concelho e a sua conservação e restauro no(s) Monumento(s) em questão? Acha que foram satisfatórios?
Sim
Não
N S/R
27%
24%
49%
Gráfico 2.9

10 - Concorda com os trabalhos de salvaguarda, tanto no âmbito de escavação Arqueológica , assim como a sua conservação e restauro?
Sim
Não
N S/R
29%
4%
67%
Gráfico 2.10

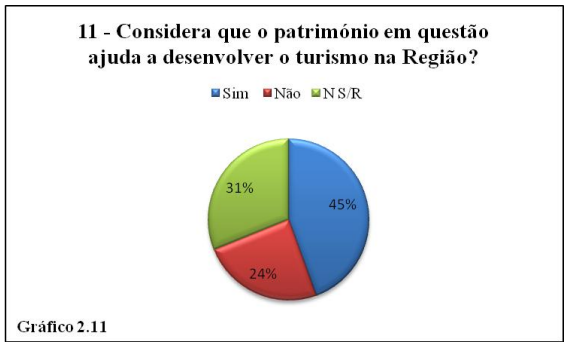


Gráfico 2.11

Gráfico 2.12

Gráfico 2.13

Gráfico 2.14

Na análise dos inquéritos realizados junto da população da aldeia de Esmolfe, a que pertence a Anta Penedo do Com, a maior parte da população, que equivale a 56% do total dos inquiridos sabe da existência do referido monumento, como nos mostra o Gráfico 2.1, apesar deste resultado ser positivo, as respostas negativas, e as pessoas que não sabem ou não respondem, detêm uma grande percentagem, a partir dos resultados, podemos expressar que o património, no concelho não está a ser divulgado convenientemente, as pessoas que habitam nos redondeza, não têm conhecimento do monumento em estudo, com isto, é importante concluir que este património, precisa de uma maior divulgação, em diversos meios, já que se a própria população não tem esse conhecimento, como é que podemos pretender que haja um grande afluxo de turistas?

Pode-se relacionar a anterior questão com a próxima que se apresenta, quando questionados sobre importância, que se dá aos monumentos, a percentagem que agrega

mais respostas, é de que é "pouco importante" (35%). Assim podemos dizer, que as poucas pessoas que conhecem os monumentos não lhe conferem grande importância, como nos mostra o Gráfico 2.2. É necessário que a população tenha uma grande proximidade com os monumentos, para que eles sejam valorizados, protegidos e divulgados, porque, sem isso, não há desenvolvimento na região.

Os Gráficos 2.3 e 2.4, mostram na perfeição o que foi comentado anteriormente, os inquiridos, não dão importância em conhecer o passado humano, nem se dispõem a prestar ajuda na protecção e divulgação do património Arqueológico do Concelho. Do meu ponto de vista, a melhor protecção a ser dada aos monumentos, passa pelos habitantes que os envolvem: se estes não se prestam a isso, como podemos proteger e ajudar a divulgar os mesmos? Este tipo de cultura não é conhecida por toda a gente e por isso, cabe as entidades responsáveis fazer com que as populações gostem do património, para lhe assegurar uma protecção e divulgação. No gráfico 2.5, contemos os resultados da questão, que consiste em avaliar, se os responsáveis assumem a protecção e divulgação do património, as respostas são de carácter negativo numa percentagem de 55. Conclui-se então, que apesar de uma grande percentagem de pessoas que não dá valor ao seu património, considera que os responsáveis também não assumem a sua protecção do seu património, assim como a sua divulgação. No conjunto destas explicações podemos concluir que aqui há uma necessidade de assegurar umam melhor protecção e divulgação a este património. Como nos mostra o Gráfico 2.6, a opinião das pessoas, é que os jovens não estão o suficiente sensibilizados para questões relacionadas com o património, sendo assim é mais um factor que preocupa no campo anteriormente apresentado.

O que é mais ambíguo, apesar de nas explicações, as pessoas parecerem não dar importância ao património que detêm. Nos resultados que os gráficos seguintes nos representam, a sua maioria respondem à seguinte questão *"Considera que a arqueologia pode contribuir para preservar a identidade cultural das regiões em que se inserem?"* do Gráfico 2.7, positivamente mas ao mesmo tempo não dão valor ao que detêm no seu concelho. A mesma contradição existe na pergunta, que nos é apresentada pelo Gráfico 2.8, em que os inquiridos respondem na percentagem 56 (56%), que se interessam pela história e pela cultura dos sítios que visita, ou seja a contradição está no

seu interesse por outros locais culturais, mas como já foi explicado não dão valor à história da sua própria terra ou concelho.

Num outro conjunto de respostas, em que se pede aos inquiridos, avaliar os trabalhos de restauro e valorização do sítio em questão, pode-se já antecipar que existe uma grande discrepância de opiniões nas respostas dadas, dá a sensação que as pessoas se contradizem, já que existem itens que tendo uma certa opinião o seguimento da mesma tem de ter a mesma resposta, e aqui isso não acontece. Por exemplo, quando se questiona a população, se acha que os trabalhos de restauro e valorização feitos neste monumento em questão foram satisfatórios, a resposta em maioria é que não sabem ou não respondem. Estes resultados, podem querer dizer que as pessoas não têm o conhecimento dessas obras de valorização, como nos mostra o Gráfico 2.9. De seguida são inquiridos se concordam com os trabalhos de valorização, tanto quando falamos em escavação ou trabalhos de conservação e restauro, aqui há uma resposta do sim em 67% (Gráfico 2.10), como já foi referenciado anteriormente, estas pessoas não dão muita importância ao seu património, mas querem que ele seja alvo de trabalhos.

Num outro subconjunto de perguntas, a população é questionada se acha que o património da região ajuda a desenvolver o turismo, ao que se obtêm 45% das respostas *"Sim"*, mas na seguinte questão, em que lhe é perguntado se acha que o património em questão ajuda a desenvolver a economia da região, obtemos respostas na ordem dos 67% de *"Não"*, nestas duas questões referentes aos Gráficos 2.11 e 2.12, há uma grande contradição, é de senso comum que se numa dada região o turismo aumenta, a economia da mesma tem um crescimento. O Gráfico 2.13 contem, os resultados da questão *"Considera que o património em questão ajuda a interacção entre as pessoas da região?"*. As respostas variam entre os 49% de *"Não"* e 33% *"Sim"*. Está demostrado aquilo que já foi explicado anteriormente: as pessoas não estão sensibilizadas com o património que existe no seu concelho. Neste caso podemos concluir, que é devido às entidades que têm a tutela do mesmo. Como já foi dito se a população não tem interesse pelo seu património, como é que as outras podem ter? Como nos mostra o Gráfico 2.14, embora a maioria das pessoas pensem que o município cria condições para estabelecer uma interacção entre o património e a população, há uma grande percentagem delas que não têm opinião e que pensam que não existe interacção.

De seguida vai ser apresentada a tabela referente aos inquéritos realizados junto dos turistas e os respectivos Gráficos:

Questões (Turistas)	**Sim**	**Não**	**N S/R**	**M**	**S**	**B**	**E**	**Interno País**	**Externo País**	**Por ser da Região**	**Curiosidade**	**Já visitou ant.**	**Acons. de Amigos**	**Outro**	**Alta**	**Média**	**Baixa**	**N S/R**	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1 - Área de residência?								10	6														
2 - Motivação das suas férias ou passagem por este Concelho?										3	7		4	2									
3 - Enquanto turista neste Concelho, conhece Monumentos Megalíticos?	16																						
4 - Já visitou alguns?	16																						
5 - Que importância dá aos Monumentos Megalíticos?																11	5						
6 - Quando definiu este local no seu roteiro, teve alguma preocupação em se informar so património existente visitável?	7	9																					
7 - Dirigiu-se a um Posto de Turismo para se informar?		16																					
8 - Quando visita outros locais, tem em conta o património visitável?	9	7																					
9 - Na unidade de alojamento que escolheu, recebeu informações turísticas?		10	6																				
10 - Caso tenha visitado os Monumentos Megalíticos deste Concelho, como qualifica as condições?				2	5	9																	
11 - De 1 a 5 classifique as acessibilidades																		9	2	5			
12 - De 1 a 5 classifique a qualidade da visita																		3	13				
13 - As informações afixadas nos painéis, são suficientes para a compreensão geral do monumento?	7	9																					

Tabela 9 – Amostra resultantes dos inquéritos realizados aos turistas

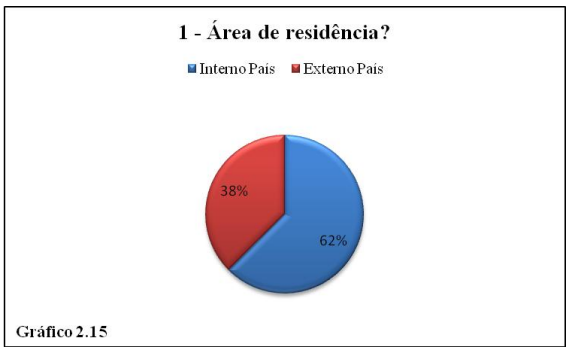


Gráfico 2.15

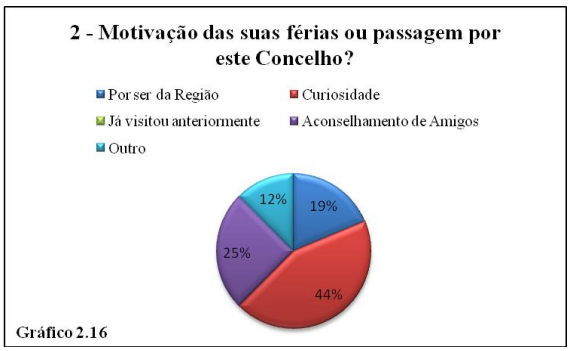


Gráfico 2.16

Gráfico 2.17

Gráfico 2.18

Gráfico 2.19

6 - Quando difiniu este local no seu roteiro, teve alguma preocupação em se informar do património existente visitável?
Sim
Não
N S/R
44%
56%
Gráfico 2.20

Gráfico 2.21

Gráfico 2.22

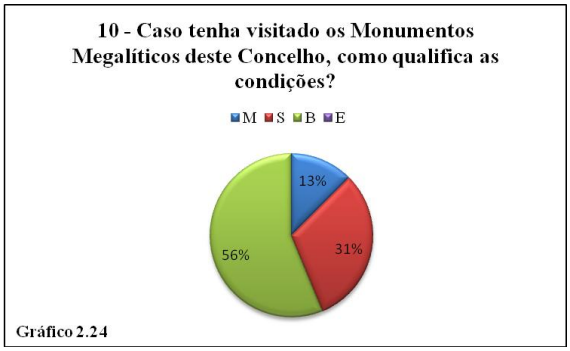


Gráfico 2.24

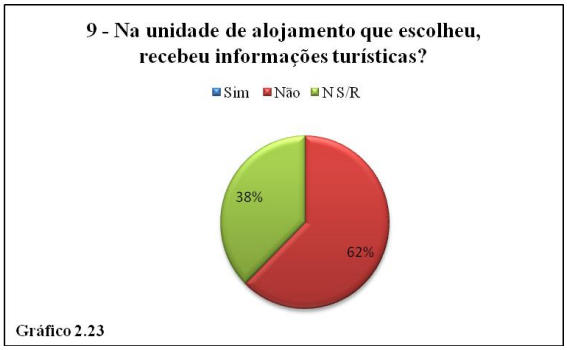


Gráfico 2.23

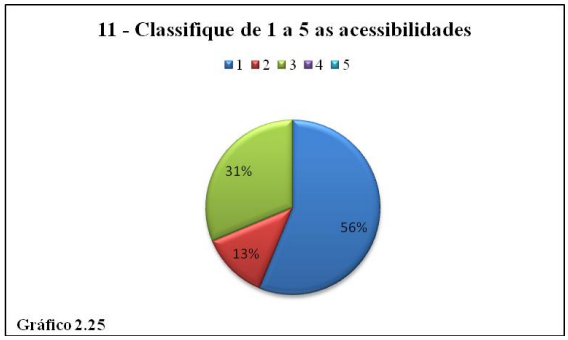


Gráfico 2.25

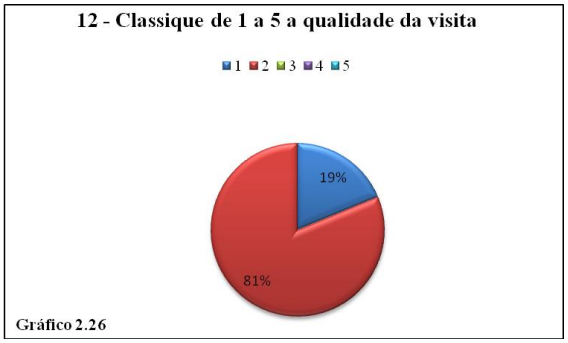


Gráfico 2.26

Gráfico 2.27

Os turistas que visitam este concelho, são em maioria internos ao concelho, como nos mostra o Gráfico2.15. Com um valor de 62%, estes são visitantes que já moraram na terra ou têm ali as suas origens, como foi possível constatar no trabalho de campo. A motivação principal das suas férias para o concelho em questão, é a curiosidade, em 44%, o que faz pensar que esta percentagem corresponde aos externos ao país, como nos mostra o Gráfico 2.16.

Quando os turistas foram inquiridos, se tinham conhecimento da existência de monumentos megalíticos no concelho, as respostas foram todas positivas (Gráfico 2.17). Se os mesmos já tinham visitado alguns desses monumentos, as respostas também foram de 100% positivas, ou seja, todos os inquiridos conhecem o monumento em questão (Gráfico 2.18). Já quando inquiridos acerca da importância que dão aos mesmos, as respostas são também conclusivas, em que dentro das opções *"Alta", "Média", "Baixa"*, os resultados contêm 69% de respostas na opção *"Média"*, se bem que a restante percentagem está na resposta *"Baixa"*. Apesar destes resultados mostrarem algum interesse neste património por parte destes inquiridos, é importante salientar que não se obteve nenhuma resposta na condição *"Alta"* (Gráfico 2.19). Os resultados anteriormente descritos, podem ter uma correlação com a próxima pergunta *"Quando definiu este local no seu roteiro, teve alguma preocupação em se informar do*

património existente visitável?", representados no Gráfico 2.20, os inquiridos responderam na sua maioria que não. Isto pode mostrar o seu desinteresse para este tipo de património, ao não se informarem convenientemente.

Todos os inquiridos, responderam negativamente à pergunta *"Dirigiu-se a um posto de turismo para se informar?"* (Gráfico 2.21). A totalidade das respostas foi negativa, o que pode ser explicado com os resultados da pergunta 2, em que os inquiridos responderam maioritariamente, porque são da região. Sendo assim pode concluir-se que não precisavam de informações turísticas, e apelaram às informações da população. Em contrapartida, quando os inquiridos se deslocam a outros locais, têm em conta o património visitável, como nos mostra o Gráfico 2.22. *"Na unidade de alojamento que escolheu, recebeu informações turísticas?"*. Aqui as respostam incidem em 62% de *"Não"*, e é suposto que estes resultados derivem de as pessoas têm o seu próprio alojamento, ou em habitação de família, já que como foi possível concluir em algumas das questões, as pessoas são da região. Na seguinte questão pede-se para os inquiridos avaliarem as condições do monumento em causa, das opções de resposta *"Medíocre"*, *"Suficiente"*, *"Bom"* e *"Excelente"*, as respostam têm 56 de bom, apesar de os munumentos não estarem nas melhores condições. Ainda assim as pessoas fazem uma boa avaliação do monumento, como se pode comprovar no Gráfico2.24.

Num outro grupo de questões, onde se pede aos inquiridos para avaliar as condições de visita, as respostas são as esperadas, já que se pode constatar, algumas delas, aquando o trabalho de campo. *"Classifique de 1 a 5 as acessibilidades."*, as respostam em maioria referem a opção em *"1"*, os inquiridos aqui estão cientes de que as acessibilidades não são as melhores, não em termos de pavimento, mas a sinalização está em falta, apesar destas pessoas, terem raízes nesta região e já com o conhecimento do local exacto do local, classificam as acessibilidades no nível mínimo, como podemos observar no Gráfico 2.25. *"Classifique de 1 a 5 a qualidade da visita."*, as respostam têm 81% de *"2"*, que de 1 a 5 não é a classificação que seria desejável. Por último apresenta-se o Gráfico 2.27, que mostra o resultado de quando se pergunta se as informações afixadas nos painéis, são suficientes para a compreensão feral do monumento, em que as pessoas responderam na totalidade (100%) que não sabem ou

não respondem, este resultado advém de o local não se encontrar com um sequer painel de informação.

1.1.3. Análise dos inquéritos da Necrópole Megalítica da Nave

Monumento	Freguesia	Concelho	Distrito	N.º de Inq. População	N.º de Inq. Turístas	Total	M	F
Necrópole Megalítica da Nave	Alvite	Moimenta da Beira	Viseu	49	16	65	32	16

Tabela 10 – Dados Estatísticos Gerais

O Quadro 10 mostra-nos os dados da amostra, os inquéritos foram realizados em 27 de Agosto de 2011, mais uma vez a disparidade de quantidade entre os inquéritos feitos à população e aos turistas é grande, a variação de sexo também é baixa, como no anterior monumento. Trata-se de inquéritos feitos numa aldeia pertencente ao concelho de Moimenta da Beira, com um baixo índice de população e as pessoas que as habitam, têm as mesmas características amostrais, para que a amostra representa um número baixo de inquéritos, aldeia esta com nome Alvite que tem cerca de 100 habitantes, dados dos censos 2011.

De seguida, vais ser apresentada a tabela e os gráficos que resultaram dos inquéritos à amostra à população, seguindo-se a explicação:

Questões (População)	Sim	Não	N S/R	MI	I	PI
1 - Como habitante deste concelho sabe da existência de Monumentos Megalíticos Visitáveis?	28	13	8			
2 - Qual a importância que dá aos Monumentos?				18	19	12
3 - Considera importante conhecer o passado humano?	22	21	6			
4 - Dispõe-se a prestar ajuda na protecção e divulgação do Património Arqueológico do se Concelho?	20	17	12			
5 - Considera que os responsáveis assumem bem a protecção ao seu património, assim como a sua divulgação?	19	21	9			
6 - Considera que os jovens estão o suficiente sensibilizados para as questões relacionadas com o património?	17	18	14			
7 - Considera que a Arqueologia pode contribuir par preservar a identidade cultural das regiões em que se inserem?	22	18	9			
8 - Quando visita outros locais, interessa-se pela História e pela Cultura desses sítios?	20	22	7			
9 - Como avalia o trabalho Arqueológico desenvolvido no seu Concelho e a sua conservação e restauro no(s) Monumento(s) em questão? Acha que foram satisfatórios?	19	22	8			
10 - Concorda com os trabalhos de salvaguarda, tanto no âmbito de escavação Arqueológica , assim como a sua conservação e restauro?	25	15	9			
11 - Considera que o património em questão ajuda a desenvolver o turismo na Região?	20	15	14			
12 - Considera que o património em questão ajuda a desenvolver a economia na Região?	14	26	9			
13 - Considera que o património em questão ajuda a interacção entre as pessoas da região?	20	23	6			

14 - Acha que o município cria condições para que se estabeleça uma interacção entre o Património e a População	15	23	11

Tabela 11 – Amostra Resultante dos Inquéritos à População referente à Necrópole Megalítica da Nave

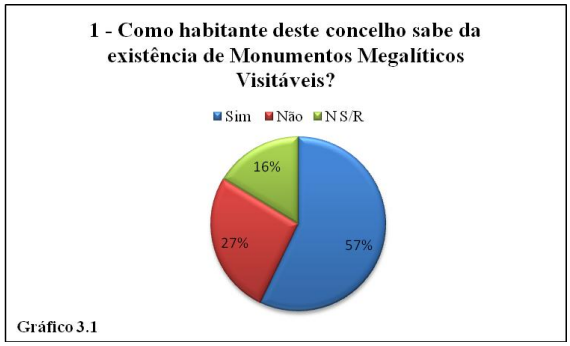


Gráfico 3.1

Gráfico 3.2

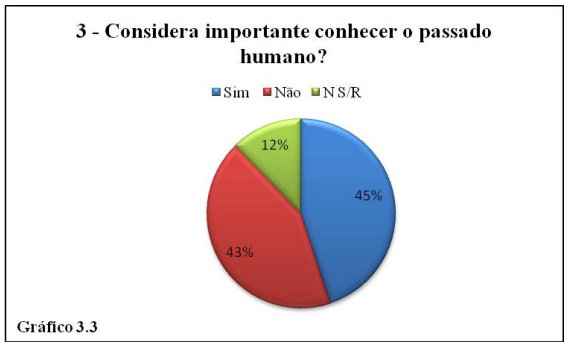


Gráfico 3.3

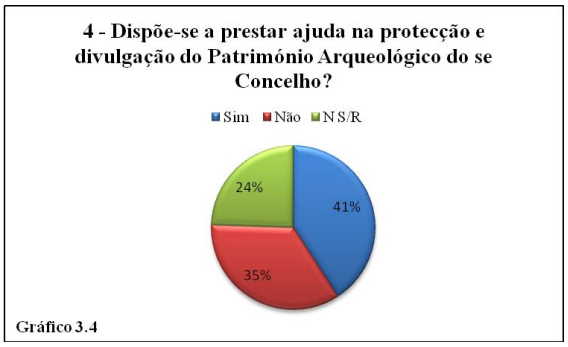


Gráfico 3.4

Gráfico 3.5

Gráfico 3.6

Gráfico 3.7

Gráfico 3.8

9 - Como avalia o trabalho Arqueológico desenvolvido no seu Concelho e a sua conservação e restauro no(s) Monumento(s) em questão? Acha que foram satisfatórios?
Sim
Não
N S/R
16%
39%
45%
Gráfico 3.9

10 - Concorda com os trabalhos de salvaguarda, tanto no âmbito de escavação Arqueológica , assim como a sua conservação e restauro?
Sim
Não
N S/R
18%
51%
31%
Gráfico 3.10

Gráfico 3.11

Gráfico 3.12

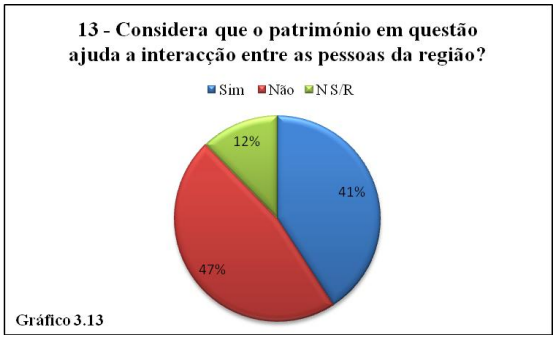


Gráfico 3.13

Gráfico 3.14

Mais uma vez, e como tem sido habitual nas respostas dadas até agora em cada um dos monumentos, as pessoas na sua maioria sabem da existência de Monumentos Megalíticos no concelho onde se inserem, aqui referente aos inquéritos feitos em relação à Necrópole Megalítica da Nave, obtemos 57% de respostas, de inquiridos que sabem da existência, as respostas referentes à opção *"Não"*, têm uma percentagem de 27%, os restantes não sabem ou não respondem. De facto, é um ponto negativo, já que apesar da percentagem de pessoas que sabem desses monumentos ser a maior, depois temos uma grande percentagem de pessoas que não conhecem, já que cada pessoa que não responde, não tem o conhecimento desses mesmos monumentos. Há uma falta de divulgação aqui, como explicam os resultados do Gráfico 3.1.

A amostra dos inquiridos neste concelho, têm uma apreciação mais elevada dos monumentos megalíticos, assim sendo, quando inquiridos *"Qual a importância que dá aos monumentos?"*, em que a resposta podia ser *"Muito Importante"*, *"Importante"* e *"Pouco Importante"*, a primeira opção teve 37% de respostas e a segunda opção teve 39% de respostas, os resultados desta questão, sugerem que os monumentos têm alguma importância para esta população (Gráfico 3.2). O que pode atestar a anterior resposta é que as pessoas consideram importante conhecer o passado humano, como nos mostra o Gráfico 3.3, em que há 45% da opção *"Sim"*. Referente ao Gráfico 3.4, os indivíduos quando são inquiridas da sua disponibilidade em prestar ajuda na protecção e divulgação do Património Arqueológico do seu Concelho, respondem mais uma vez positivamente com uma percentagem de 41%, mas uma grande percentagem de pessoas respondem que não, este aspecto tem a ver com a sensibilização das pessoas acerca desta temática, embora haja uma grande percentagem de pessoas que nos parecem sensibilizadas, também há uma grande percentagem que não.

A seguinte análise do Gráfico 3.5, em que se pede às pessoas para avaliarem as entidades que cuidam da divulgação e conservação do sítio, as pessoas respondem em 43% que não é bem assegurado pelas entidades, embora não atinga os 50%, a percentagem de *"Não"* é a que possui maior percentagem. A seguinte questão, se os jovens estão sensibilizados acerca do património as três opções de resposta estão equiparadas, mas a que detém maior percentagem é o *"Não"*, esta questão tem dado o mesmo resultado nos sítios até agora tratados, a opinião das pessoas é muito igual, como podemos observar no Gráfico 3.6.

A questão 7 deste inquérito *"Considera que a Arqueologia pode contribuir para preservar a identidade cultural das regiões onde se inserem?"*, a resposta é positiva em 45%, negativamente em 37%, apesar do resultado ser positivo como nos mostra o Gráfico 3.7, ainda há uma grande percentagem de pessoas que não consideram o mesmo. É necessário sensibilizar mais as pessoas, para que tenham o património como seu. No seguimento como nos mostra o Gráfico 3.8, as pessoas quando visitam outros locais, não têm em conta e não se interessam pela história e cultura desses sítios, já que há 41% de *"Não"* e 45% de *"Sim"*, esta resposta tem bastante igualdade com os resultados anteriores.

Os inquiridos, apesar se deterem uma opinião crítica acerca dos trabalhos feitos nos monumentos megalíticos no seu concelho, como nos mostra o Gráfico 3.9, em que a maioria responde em 45% que os resultados da conservação e restauro na Necrópole Megalítica da Nave, não são satisfatórios, ou seja, não estão satisfeitos mas também não lhe dão muita importância, será que essa falta de importância tem a ver com a não satisfação desses mesmos trabalhos? Depois temos a questão *"Concorda com os trabalhos de salvaguarda, tanto no âmbito de escavação Arqueológica, assim como a sua conservação e restauro?"*, as respostas são positivas em 51%. O que podemos tirar de conclusão deste conjunto, é que as pessoas concordam com este tipo de trabalhos, mas não estão satisfeitos com os trabalhos realizados nos seus próprios monumentos.

Apesar de no geral, as pessoas são estejam muito satisfeitas com o que foi feito com o seu património, tanto em trabalhos no campo, assim como a sua divulgação, na sua maioria (41%), acham que o património ajuda a desenvolver o turismo na região, como nos mostra o Gráfico 3.11. Já quando se trata do património em ajudar a desenvolver a economia na região, os mesmos respondem na sua maioria *"Não"* em 53% (Gráfico 3.12). Estas duas perguntas estão inseridas numa mesma temática, e normalmente seguindo a lógica, quando o património ajuda a desenvolver uma dada região em termos do turismo, também vai ajudar a desenvolver a economia da região, por isso há aqui uma contradição nos resultados anteriores. Ainda num mesmo grupo, quando a população é questionada se o património pode ajudar na interacção entre as pessoas da região, os resultados são negativos em 47%, mas é preciso referir que 41% dos inquiridos responderam *"Sim"*, o que quer dizer que ainda há pessoas que acreditam nessa mesma interacção, como nos mostra o Gráfico 3.13.

Na última questão do presente inquérito (Gráfico 3.14), avalia-se o município, que neste caso é a entidade "protectora" deste conjunto de monumentos, em que as pessoas respondem em 47% de *"Não"*, esta percentagem acho que o município não cria condições para que se estabeleça uma interacção entre o património e a população.

Neste conjunto de respostas, podemos dizer que este património, não está a ter a sua digna divulgação, porque as pessoas não sentem os monumentos como seus, o que faz com que a sua protecção não esteja assegurada e pode-se dizer, mesmo, que estão em perigo.

De seguida vai ser apresentada a tabela referente aos inquéritos realizados junto dos turistas e os respectivos Gráficos:

Questões (Turistas)	**Sim**	**Não**	**N S/R**	**M**	**S**	**B**	**E**	**Interno País**	**Externo País**	**Por ser da Região**	**Curiosidade**	**Já visitou ant.**	**Acons. de Amigos**	**Outro**	**Alta**	**Média**	**Baixa**	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1 - Área de residência?								10	6													
2 - Motivação das suas férias ou passagem por este Concelho?										2	3		5									
3 - Enquanto turista neste Concelho, conhece Monumentos Megalíticos?	3	13																				
4 - Já visitou alguns?	2	14																				
5 - Que importância dá aos Monumentos Megalíticos?															5	9	2					
6 - Quando definiu este local no seu roteiro, teve alguma preocupação em se informar do património existente visitável?	3	8	5																			
7 - Dirigiu-se a um Posto de Turismo para se informar?	11	5																				
8 - Quando visita outros locais, tem em conta o património visitável?	7	5	4																			
9 - Na unidade de alojamento que escolheu, recebeu informações turísticas?	7	9																				
10 - Caso tenha visitado os Monumentos Megalíticos deste Concelho, como qualifica as condições?			14			2																
11 - De 1 a 5 classifique as acessibilidades			14																2			
12 - De 1 a 5 classifique a qualidade da visita			14																	2		
13 - As informações afixadas nos painéis, são suficientes para a compreensão geral do monumento?	2		14																			

Tabela 12 – Amostra dos resultados dos inquéritos aos turistas da Necrópole Megalítica da Nave

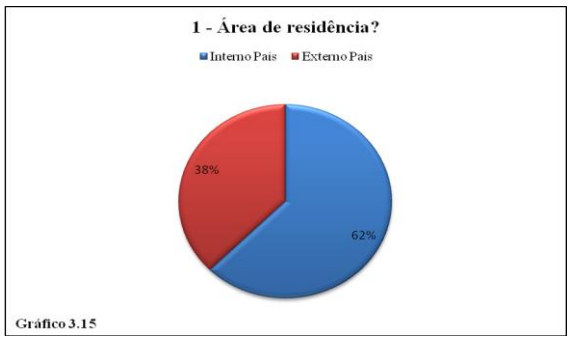


Gráfico 3.15

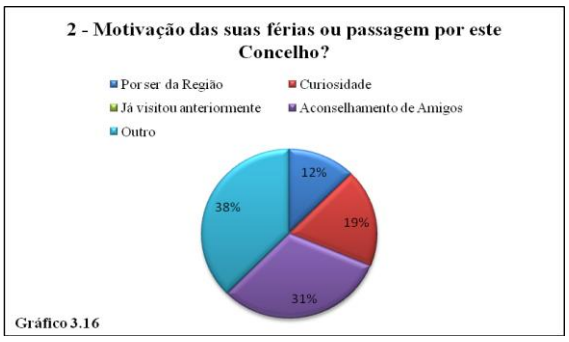


Gráfico 3.16

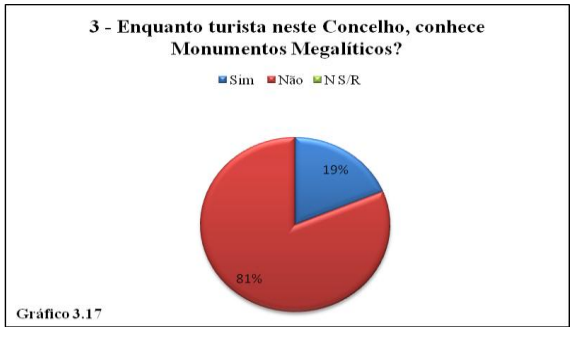


Gráfico 3.17

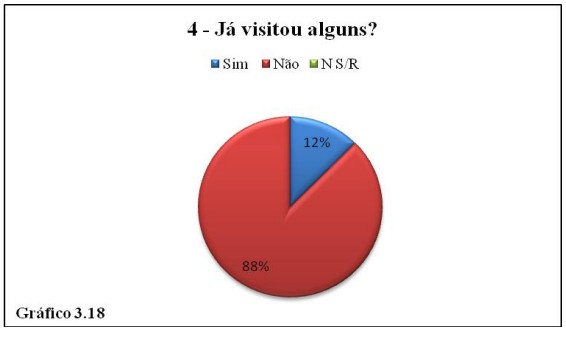


Gráfico 3.18

Gráfico 3.19

Gráfico 3.20

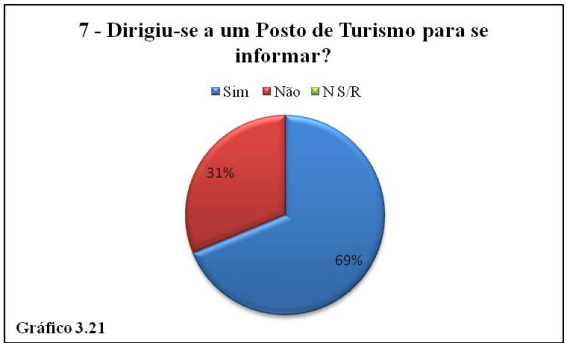


Gráfico 3.21

Gráfico 3.22

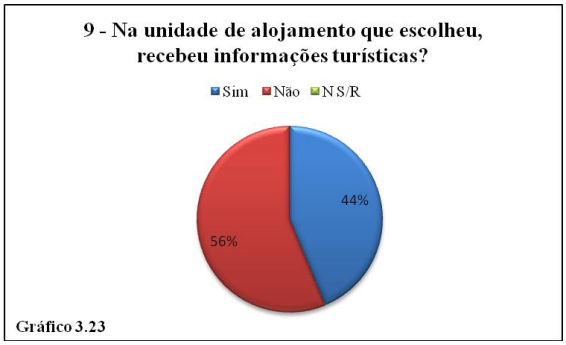


Gráfico 3.23

Gráfico 3.24

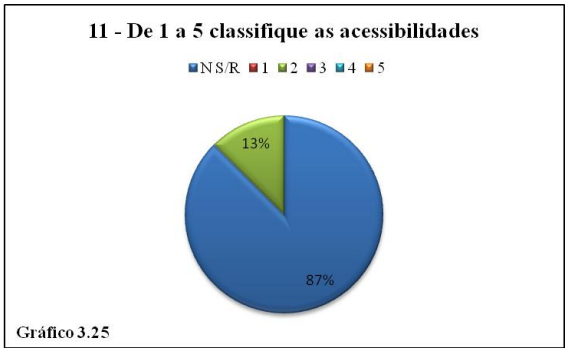


Gráfico 3.25

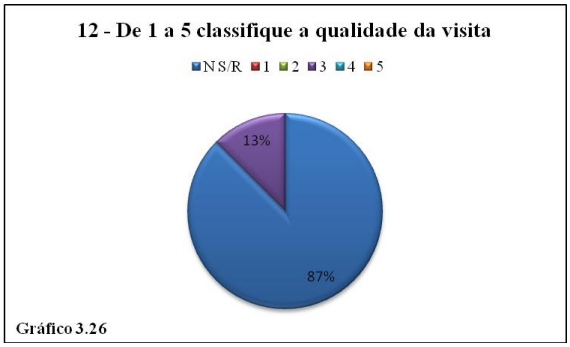
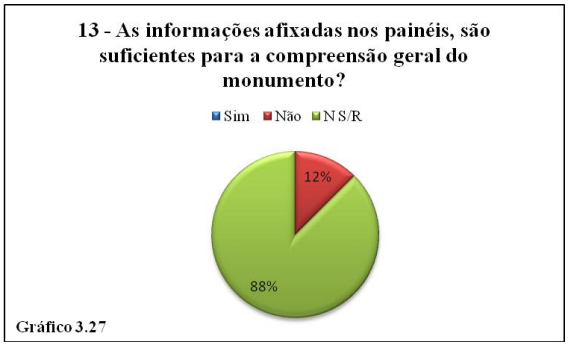


Gráfico 3.26



Como nos casos dos sítios arqueológicos anteriormente analisados, os turistas têm uma proveniência interna. Aqui referimo-nos à Necrópole Megalítica da Nave, em que os turistas internos têm um valor de 62% e os turistas externos ao pais têm um percentagem de 38, como nos motra o Gráfico 3.15. Em relação ao motivo da visita ao Concelho, entre as opções *"Por ser da Região"*, *"Curiosidade"*, *"Aconselhamento de Amigos"* e *"Outro"*, a valor mais alto é de 38% que corresponde a outros motivos. Para se poder comparar as duas opções com mais respostas, a segunda está em aconselhamento der amigos com 31% (Gráfico 3.16), este ponto é importante e merece uma breve explicação, até agora as respostas a esta pergunta do inquérito tiveram os mesmos resultados, ao que parece as pessoas visitam este tipo de monumentos porque alguém os aconselha a ir, o que se pode definir em alguma dificuldade das entidades divulgarem este tipo de património.

Quando questionados sobre a existência dos monumentos megalíticos no Concelho em estudo, os inquiridos respondem massivamente que não, em 81%, mais uma vez se pode dizer que os monumentos não estão a ser bem divulgados pelas entidades (Gráfico 3.17). Ainda assim estes inquiridos, dão alguma importância aos monumentos megalíticos, já que quando questionados dessa importância, todos têm uma opinião, entre as opções *"Alta"*, *"Média"* e *"Baixa"*. Como todos os inquiridos deram uma resposta, isso mostra que lhes dão um valor. A resposta que obteve uma maior percentagem foi a Média em 56%, mas relevante mesmo foi a opção "*Alta"* ter uma percentagem de 31%, agora é preciso reflectir, se estes turistas dão alguma importância a este tipo de sítios arqueológicos, porque não os visitam? Porque não os conhecem? Mais uma vez está aqui patente a falta de divulgação deste tipo de monumentos, aqui podemos "apontar o dedo" aos postos de turismo, resultados patentes no Gráfico 3.18.

A questão 6 que corresponde ao Gráfico 3.20, *"Quando definiu este local no seu roteiro, teve alguma preocupação em se informar do património visitável existente?"*, aqui como seria de esperar, o *"Não"*, teve 50% de respostas, já que era previsto pelas respostas obtidas anteriormente. Ainda assim, a próxima contêm resultados contraditórios, já que quando questionados se dirigiram ao posto de turismo, há 69% dos inquiridos que responderam que sim, será que nesse mesmo posto de turismo não lhe foi fornecida nenhuma indicação a esta Necrópole Megalítica? Como venho a dizer o problema aqui é a divulgação, e esta informação está presente no Gráfico 3.21. A questão 8, interroga se quando estes inquiridos visitam outros locais, têm em conta o património visitável, em que 44% respondem que sim (Gráfico 3.22). Ainda na mesma linha a questão 9 *"Na unidade de alojamento que escolheu, recebeu informações turísticas?"*, os inquiridos responderam em 56% que não, embora os que responderam *"sim"* têm a restante percentagem. Daqui podemos tirar uma conclusão, que não é nova, ouve uma recepção de informações turísticas, mas mesmo assim os turistas em questão não visitaram a Necrópole Megalítica da Nave, será que o problema neste caso em concreto não é mesmo a divulgação, esta informação está disponível no Gráfico 3.23.

O Gráfico 3.24, que questiona os inquiridos sobre a qualidade da visita do Monumento Megalítico em questão, em que as opções das respostas eram dadas nos seguintes termos de qualidade *"Não Sabem/Respondo"* *"Medíocre"*, *"Suficiente"*, *"Bom"* e *"Excelente"*, apenas duas destas opções foram utilizadas, nas seguintes percentagens, 87% das pessoas não sabem nem respondem acerca desta questão e a restante percentagem que representa os restantes 13% responde bom, apesar de pouca pessoas terem visitado, ou terem dado a sua opinião com um *"Bom"*. Pode significar que apesar de todos os entraves que têm na visita, a mesma foi satisfatória.

Na seguinte questão do presente inquérito, os inquiridos são questionados sobre o que pensam sobre as acessibilidades desta Necrópole Megalítica. Pede-se que se dê uma classificação de 1 a 5. As respostas obtidas foram novamente em 87% do conjunto de pessoas que não sabem ou não respondem, já que esta percentagem é das pessoas, que não visitaram a Necrópole em estudo e 13% dos inquiridos classificam a mesma em 2. Isto é aceitável, já que na visita de campo ao sítio, as acessibilidades não estão muito bem conservadas (Gráfico 3.25). No mesmo seguimento pede-se aos inquiridos que

classifiquem a qualidade da visita (Gráfico 3.26). As percentagens de respostas são as mesmas, devido aos motivos apresentados anteriormente, ou seja, 87% das pessoas não visitaram a necrópole, por isso não podem ter uma opinião. Assim esta mesma percentagem respondeu que não sabe ou responde, e a restante percentagem de 13% dá um valor de 3, dando um valor muito fraco, a um sítio que tem muita potencialidade, falta aqui um apreço maior pela entidade que tem a guarda deste conjunto de monumentos, em suma podemos dizer, que nem é fácil chegar ao local como não é fácil entender a visita, assim baixando a sua qualidade.

Na última questão deste inquérito (Gráfico 3.27), quando os inquiridos são questionados sobre as informações afixadas nos painéis, a percentagem das pessoas que não sabem ou respondem sobe para 88% e a restante percentagem responde que as informações apresentadas não são suficientes para a compreensão geral do monumento em 12%.

1.1.4. Análise dos inquéritos da Necrópole Megalítica da Lameira de Cima

Monumento	Freguesia	Concelho	Distrito	N.º de Inq. População	N.º de Inq. Turístas	Total	M	F
Necrópole Megalítica da Lameira de Cima	Antas	Penedono	Viseu	30	8	38	34	18

Tabela 13 – Dados Estatísticos Gerais

O Quadro 11 mostra-nos os dados da amostra, os inquéritos foram realizados em 7 de Outubro de 2011. Mais uma vez a disparidade de quantidade entre os inquéritos feitos à população e aos turistas é grande, a variação de sexo também é baixa, como no anterior monumento. Trata-se de inquéritos feitos numa aldeia pertencente ao concelho de Penedono, com um baixo índice de população e as pessoas que habitam nas mesmas, têm as mesmas características amostrais, para que a amostra representa um número baixo de inquéritos, aldeia esta com nome Antas que tem cerca de 239 habitantes, dados dos censos 2011.

De seguida, vais ser apresentada a tabela e os gráficos que resultaram dos inquéritos à amostra à população, seguindo-se a explicação:

Questões (População)	Sim	Não	N S/R	MI	I	PI
1 - Como habitante deste concelho sabe da existência de Monumentos Megalíticos Visitáveis?	22	6	2			
2 - Qual a importância que dá aos Monumentos?			8	12	8	2
3 - Considera importante conhecer o passado humano?	14	6	10			
4 - Dispõe-se a prestar ajudar na protecção e divulgação do Património Arqueológico do se Concelho?	13	5	12			
5 - Considera que os responsáveis assumem bem a protecção ao seu património, assim como a sua divulgação?	6	4	20			
6 - Considera que os jovens estão o suficiente sensibilizados para as questões relacionadas com o património?	9	7	14			
7 - Considera que a Arqueologia pode contribuir par preservar a identidade cultural das regiões em que se inserem?	7	22	1			
8 - Quando visita outros locais, interessa-se pela História e pela Cultura desses sítios?	17	4	9			
9 - Como avalia o trabalho Arqueológico desenvolvido no seu Concelho e a sua conservação e restauro no(s) Monumento(s) em questão? Acha que foram satisfatórios?	11	9	10			
10 - Concorda com os trabalhos de salvaguarda, tanto no âmbito de escavação Arqueológica, assim como a sua conservação e restauro?	9	5	16			
11 - Considera que o património em questão ajuda a desenvolver o turismo na Região?	22	7	1			
12 - Considera que o património em questão ajuda a desenvolver a economia na Região?	23	6	1			
13 - Considera que o património em questão ajuda a interacção entre as pessoas da região?	9	4	17			
14 - Acha que o município cria condições para que se estabeleça uma interacção entre o Património e a População?	4	1	25			

Tabela 14 – Amostra dos Inquéritos à população referente à Necrópole da Lameira de Cima

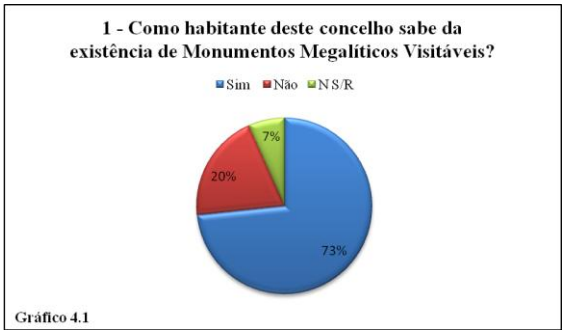


Gráfico 4.1

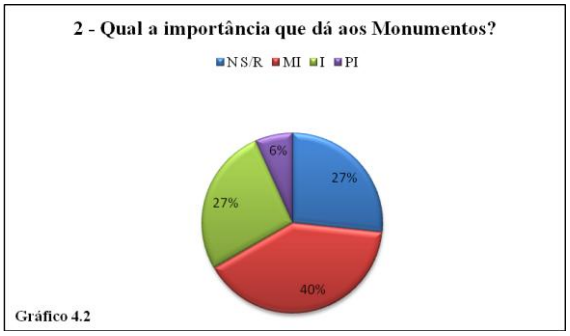


Gráfico 4.2

Gráfico 4.3

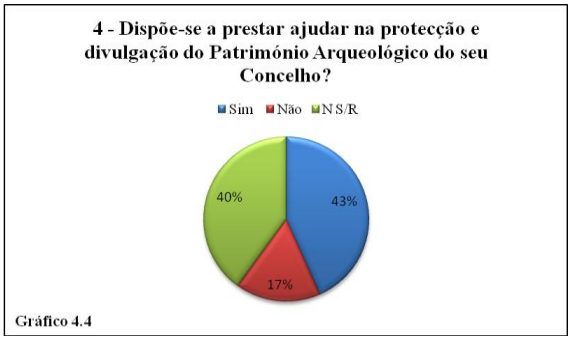


Gráfico 4.4

5 - Considera que os responsáveis assumem bem a protecção ao seu património, assim como a sua divulgação?

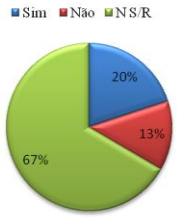


Gráfico 4.5

6 - Considera que os jovens estão o suficiente sensibilizados para as questões relacionadas com o património?

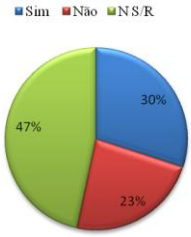


Gráfico 4.6

7 - Considera que a Arqueologia pode contribuir para preservar a identidade cultural das regiões em que se inserem?

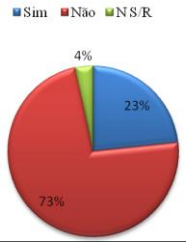


Gráfico 4.7

8 - Quando visita outros locais, interessa-se pela História e pela Cultura desses sítios?

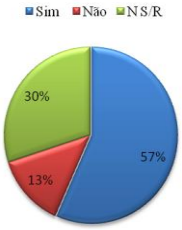


Gráfico 4.8

9 - Como avalia o trabalho Arqueológico desenvolvido no seu Concelho e a sua conservação e restauro no(s) Monumento(s) em questão? Acha que foram satisfatórios?

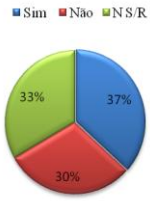


Gráfico 4.9

10 - Concorda com os trabalhos de salvaguarda, tanto no âmbito de escavação Arqueológica , assim como a sua conservação e restauro?

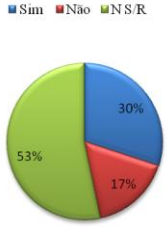


Gráfico 4.10

11 - Considera que o património em questão ajuda a desenvolver o turismo na Região?

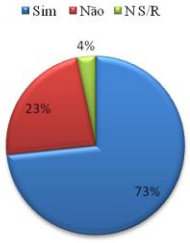


Gráfico 4.11

12 - Considera que o património em questão ajuda a desenvolver a economia na Região?

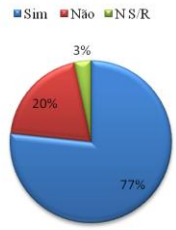


Gráfico 4.12

13 - Considera que o património em questão ajuda a interacção entre as pessoas da região?

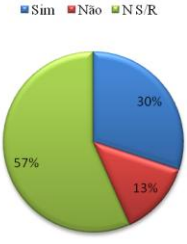


Gráfico 4.13

14 - Acha que o município cria condições para que se estabeleça uma interacção entre o Património e a População?

Gráfico 4.14

O Gráfico 4.1 mostra-nos os resultados da questão 1, recolhidos na aldeia de Antas, referente à Necrópole da Lameira de Cima. Os resultados são bastante expressivos em que 73% dos inquiridos sabem da existência desta Necrópole. Ainda assim a percentagem de pessoas que não a conhecem tem um valor alto de 20%, mais uma vez em comparação com os outros locais, porque apesar da proximidade da mesma há pessoas que não a conhecem, e isto, possivelmente, deve-se à não divulgação da entidade que tem a custódia do monumento, ou ao não interesse dessa percentagem de inquiridos. Apesar disso, há uma grande percentagem de pessoas daquelas que conhecem a Necrópole que lhe reconhecem uma grande importância, porque quando os inquiridos são questionados da importância que dão ao monumento 40% dos inquiridos a classificam de muito importante, como nos mostra o Gráfico 4.2. Já 27% das pessoas dizem que é importante, as pessoas que lhe dão pouca importância representam 6%.

Quando a população é inquirida com a seguinte pergunta: *"Considera importante conhecer o passado humano?"*, não atingindo os 50%, a resposta *"Sim"* é a que detêm maior percentagem em 47%, os resultados anteriores podem ter a ver com este não interesse da população em relação a questões sobre o passado humano (Gráfico 4.3). Uma das questões que podia simplificar a explicação da pergunta anterior, mas tal não acontece, era a questão 4, em que os inquiridos são "chamados" a responder se estão dispostos a prestar ajuda na protecção e na divulgação do património Arqueológico do Concelho. As respostas obtidas são equiparadas e quase iguais em percentagem da anterior, 43% responde que está disposta a ajudar, 17% respondem que não e 40% não sabem ou não respondem, esta ultima percentagem, faz pensar que uma grande parte da população não entende o que lhe é questionado. Mais uma vez pensamos, que seja pela falta de interacção da população com o património, que aqui tinha que ser dada pela entidade que tutela este tipo de património (Gráfico 4.4). No seguimento, a população é questionada se os responsáveis assumem bem a protecção ao seu património, assim como a divulgação, só 20% dos inquiridos respondem positivamente. Assim 13% responde que não, as pessoas que não sabem ou não respondem usam uma percentagem de 67%, a mesma espelha as dificuldades das pessoas em perceberem o que lhes é questionado, é um valor muito elevado, quando se pede para avaliarem o trabalho de protecção e divulgação neste caso da Câmara

Municipal, dá para perceber aqui mais uma vez a falta de interacção entre a comunidade e a entidade que tutela esta Necrópole (Gráfico 4.5).

À questão *"Considera que os jovens estão o suficiente sensibilizados para as questões relacionadas com o património?"*, 30% dos inquiridos respondem que sim, 23% respondem que não, 47% não sabem ou não respondem. Apesar da resposta positiva e da negativa, andarem com valores próximos, a percentagem de pessoas que não têm opinião é muito grande, já que mais uma vez podemos concluir que as pessoas desta amostra não têm muita noção do que lhe é questionado, facto que se pôde comprovar na realização do presente inquérito (Gráfico 4.6).

Quando este conjunto da amostra é inquirido sobre a relevância que a arqueologia pode ter para preservar a entidade cultural das regiões em que se inserem, tivemos resultados muito expressivos, mas que já eram esperados deste conjunto da amostra. Como se observa, 73% dos inquiridos respondem que não. Estes resultados vêm confirmar o que vem a ser dito nas anteriores análises às questões (Gráfico 4.7). O que não era de esperar eram as respostas à seguinte questão: *"Quando visita outros locais, interessa-se pela História e pela Cultura desses sítios?"*, em que 57% dos inquiridos respondem que sim. O que faz parecer estranho é que, em outras questões os mesmos inquiridos não tinham opinião ou respondiam negativamente a questões semelhantes, que diziam respeito ao seu património e, agora, pelo património, história e cultura de outros sítios já se importam, no mínimo estranho (Gráfico 4.8). Quando se pede para avaliar o trabalho Arqueológico desenvolvido no seu Concelho, assim como a sua conservação e restauro, e se questiona se foram satisfatórios, temos 37% dos inquiridos que dizem que sim, 30% que não e a restante percentagem (33%), não sabe ou não responde (Gráfico 4.9). Sob a questão *"Concorda com os trabalhos de salvaguarda, tanto no âmbito de escavação arqueológica, assim como a sua conservação e restauro?"*, 30% dos inquiridos respondem que sim, 17% têm a opinião contrária e 53% da população não sabe ou não responde. É de realçar que a percentagem de pessoas que não sabem ou não respondem tem sempre uma fatia muito grande nas respostas dadas a este inquérito (Gráfico 4.10).

No seguimento deste inquérito vão ser explanadas questões que têm um objectivo muito igual, desta forma vão ser discutidas neste conjunto. Os inquiridos apesar de até aqui, não mostrem qualquer tipo de interesse no seu património, parece que agora já o têm. Assim quando são questionadas se consideram que o património em questão, ajuda a desenvolver o turismo na região, respondem em 73% (Gráfico 4.11) que sim, quando questionadas se o património em questão ajuda a desenvolver a economia na região, 77% (Gráfico 4.12) respondem que sim, apesar de como já disse anteriormente parecer que as pessoas não tinham qualquer interesse pelo seu património. Agora acham que o mesmo pode trazer repercussões para a região. Ainda neste seguimento quando questionadas se o património em questão ajuda na interacção entre as pessoas da região, voltam as respostas de que, não sabem ou não respondem em 57%. Comparando as respostas *"Sim"*, *"Não"*, há uma maior percentagem do sim com 30% (Gráfico 4.13). Isto dá para concluir que quando nesta amostra são questionados sobre questões relacionadas com o desenvolvimento da sua região têm uma resposta quase inteiramente positiva, mas quando se muda o assunto e se faça a sua relação com o património as respostas já são completamente negativas.

Em último a amostra da população é questionada, *"Acha que o município cria condições para que se estabeleça uma interacção entre o património e a população?"*, temos novamente uma percentagem alta de pessoas que não sabem ou não respondem de 83%. Afinal assim 14% de pessoas que respondem positivamente e 3% que respondem negativamente.

Em suma podemos dizer que a amostra da população que foi inquirida, não tem o valor do seu património em si, já que todas as questões que apontavam para esse tipo de conclusão, tiveram uma grande percentagem de desinteresse ou negativas. Há um grande trabalho a fazer em termos de sensibilização das pessoas.

De seguida vai ser apresentada a tabela referente aos inquéritos realizados junto dos turistas e os respectivos Gráficos:

Questões (Turistas)	**Sim**	**Não**	**N S/R**	**M**	**S**	**B**	**E**	**Interno País**	**Externo País**	**Por ser da Região**	**Curiosidade**	**Já visitou ant.**	**Acons. de Amigos**	**Outro**	**Alta**	**Média**	**Baixa**	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1 - Área de residência?								8														
2 - Motivação das suas férias ou passagem por este Concelho?										2	2		4									
3 - Enquanto turista neste Concelho, conhece Monumentos Megalíticos?	7	1																				
4 - Já visitou alguns?	6	2																				
5 - Que importância dá aos Monumentos Megalíticos?															5	2	1					
6 - Quando definiu este local no seu roteiro, teve alguma preocupação em se informar do património existente visitável?		8																				
7 - Dirigiu-se a um Posto de Turismo para se informar?	8																					
8 - Quando visita outros locais, tem em conta o património visitável?	6	2																				
9 - Na unidade de alojamento que escolheu, recebeu informações turísticas?	4	4																				
10 - Caso tenha visitado os Monumentos Megalíticos deste Concelho, como qualifica as condições?			2		4	2																
11 - De 1 a 5 classifique as acessibilidades			2																6			
12 - De 1 a 5 classifique a qualidade da visita			2																2	4		
13 - As informações afixadas nos painéis, são suficientes para a compreensão geral do monumento?	3	3	2																			

Tabela 15 – Amostra dos inquéritos aos turistas referente à Necrópole da Lameira de Cima.

Gráfico 4.15

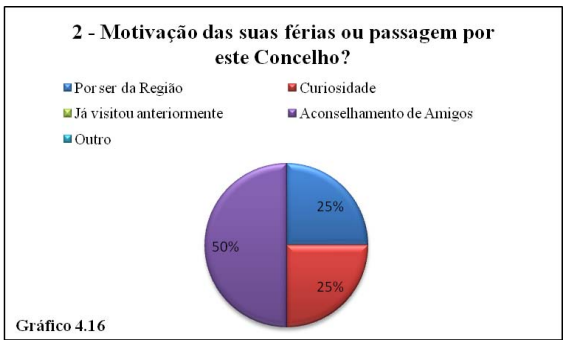


Gráfico 4.16

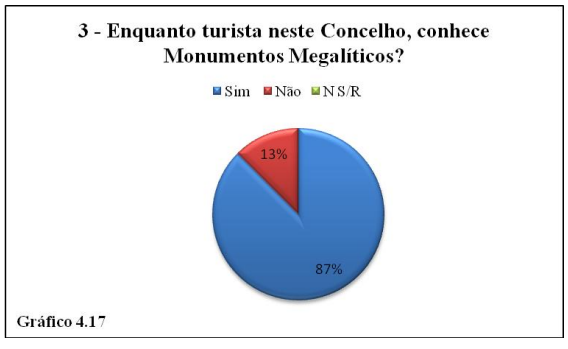


Gráfico 4.17

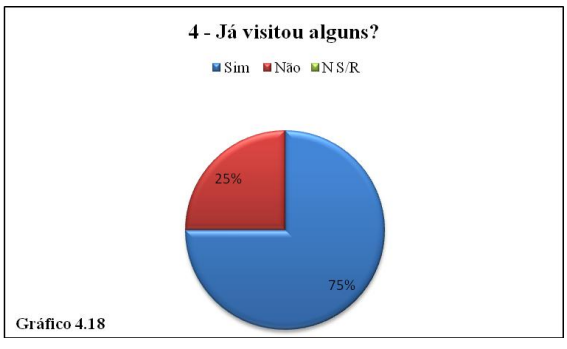


Gráfico 4.18

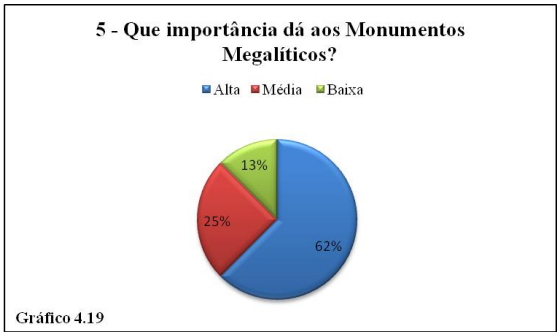


Gráfico 4.19

6 - Quando difiniu este local no seu roteiro, teve alguma preocupação em se informar do património existente visitável?
Sim
Não
N S/R
100%
Gráfico 4.20

Gráfico 4.21

Gráfico 4.22

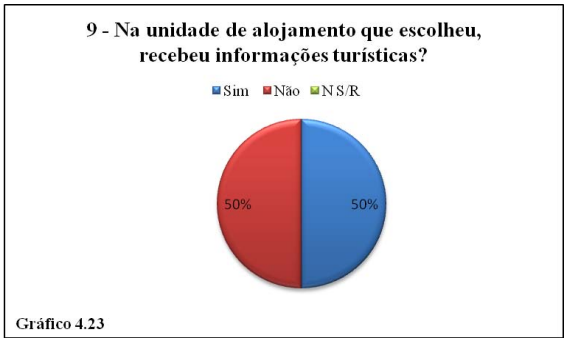


Gráfico 4.23

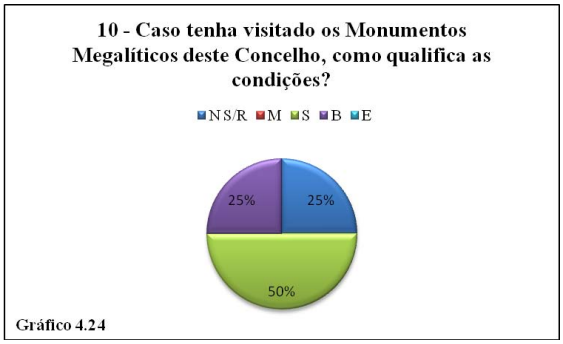


Gráfico 4.24

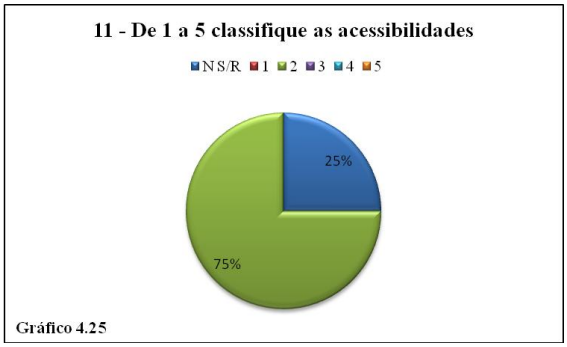


Gráfico 4.25

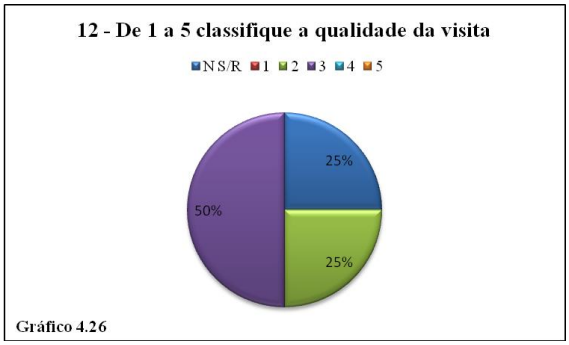


Gráfico 4.26

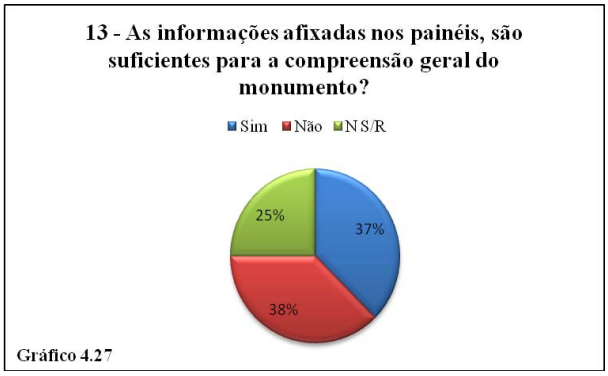


Gráfico 4.27

Os dados representados no Gráfico 4.15, relativos a questão 1 do presente inquérito aos turistas, em que se pretende classificar o "tipo" de turistas, o resultado é bastante esclarecedor, 100% das pessoas são internos ao País. Desta grande percentagem, 50% das pessoas visitaram o concelho, por aconselhamento de amigos, 25% por curiosidade e os restantes 25% por outros motivos não indicados no inquérito, como se pode observar no Gráfico 4.16. Podemos chegar a uma conclusão global, de que muitas das pessoas que visitam os concelhos em que se inserem estas Necrópoles Megalíticas os vistam por aconselhamento de amigos. Quando esta amostra é inquirida sobre o conhecimento da existência de Monumentos Megalíticos, 87% sabe da existência, apesar da restante percentagem não ter esse conhecimento. É bastante satisfatória, aqui podemos dizer em primeira análise que este espaço pelo menos é bem divulgado, principalmente pelas pessoas da povoação mais perto, Antas (Gráfico 4.17). *"Já visitou alguns?"* é a questão que se segue, em que 75% dos inquiridos respondeu que *"Sim"*, as respostas que correspondem ao *"Não"* têm 25%, apesar da amostra ser pequena e acrescentando o facto desta mesma amostra ser de turistas internos, os monumentos megalíticos que se inserem neste concelho são conhecidos pelos possíveis turistas. Estes dados podem ser atestados no Gráfico 4.18. Uma questão considerada neste estudo muito importante é a importância que é dada a estes monumentos, no que diz respeito à Necrópole da Lameira de Cima. Estes resultados são satisfatórios, entre as opções *"Alta"*, *"Média"* e *"Baixa"*, e a primeira opção detém 62% das respostas. Mais de metade, das pessoas respondem que estes monumentos são importantes. De seguida a segunda opção detém 25% das respostas, a terceira opção que corresponde a *"Baixa"* é de 13%. Ainda assim com uma amostra muito pequena, esta opção de resposta está bem

representada, não achamos que seja necessário os turistas gostarem deste tipo de monumentos, mas há uma necessidade de lhe conferirem alguma importância, pensamos que está nas "mãos" das entidades que protegem e divulgam este tipo de monumentos fazer com que seja dada uma maior importância turística e cultural (Gráfico 4.19). Apesar da importância que é dada a estes monumentos, quando os inquiridos são questionados se quando definiu o roteiro se informaram sobre o património existente visitável, há uma resposta negativa de 100%. Isto pode ser explicado de os turistas serem internos ao país e assim há uma possibilidade muito grande de serem da zona e a maior percentagem não necessitar de pesquisar sobre o que há no concelho (Gráfico 4.20). Rompendo com a teoria anteriormente apresentada, quando os inquiridos são questionados se dirigiram a um Posto de Turismo para saber mais sobre o que este concelho tinha para lhes oferecer, a resposta é de 100% positiva (Sim), o que faz pensar que este conjunto de pessoas quando definiu o seu roteiro turístico, não deu importância ao património visitável, mas depois de conhecer o concelho, houve a necessidade de inserir o património visitável, já que todos se dirigiram ao Posto de Turismo (Gráfico 4.21). Ainda no seguimento desta secção de questões, a que se segue é *"Quando visita outros locais, tem em conta o património visitável?"*. Vemos que 75% dos inquiridos respondem que *"Sim"*. Este resultado vem em resposta contrária e contradiz algumas das respostas dadas pelos inquiridos anteriormente, já que expressam que quando vistam outros locais têm em conta o património visitável, e para este sítio em concreto não o fizeram (Gráfico 4.22). Um aspecto para nós muito importante é a divulgação dos espaços que recebem os turistas, ou seja as unidades de alojamento de turistas têm um papel importante. Neste caso, 50% das pessoas receberam informações turísticas no seu pouso e outras 50% não (Gráfico 4.23). Estas unidades que recebem os turistas, neste momento têm um papel decisivo para o património. Muitas vezes o património não é divulgado pelas entidades que os protegem e de cariz não obrigatório e é necessário impulsionar estes agentes turísticos a fazerem este papel deveras importante.

Um outro conjunto de questões pertencentes a análise do presente inquérito é como os turistas avaliam as condições dos monumentos assim as condições de visita. O Gráfico 4.24, demostra os resultados da questão *"Caso tenha visitado os monumentos megalíticos deste concelho, como classifica as condições?"*, em que a maioria dos

inquiridos respondeu *"Suficiente"* em 50%, e 25% *"Bom"*. Apesar de todas as condicionantes, este conjunto megalítico teve uma grande aceitação nas visitas desta amostra de inquiridos. Apesar das boas acessibilidades deste local, estarem em perfeitas condições, 75% dos inquiridos, sendo estes a maioria classificam as mesmas de uma escala de 1 a 5, em 2, à data deste estudo decorriam trabalhos de melhoramento das acessibilidades, os resultados podem ter sido estes já que aquando a visita dos inquiridos os trabalhos podiam não estar concluídos (Gráfico 4.25). Na questão referente ao Gráfico 4.26, em que de pede para classificar a qualidade da visita, numa escala de 1 a 5, a resposta que teve mais incidência foi a classificação 3 em 50% e apesar de as condições de visita em termos explicativos na opinião do autor não estarem bem conservadas, é satisfatório para os visitantes inquiridos. No Gráfico 4.27, relativo sobre a questão de que a informação afixada nos painéis é suficiente para a compreensão global dos monumentos, os inquiridos respondem em 37% que *"Sim"*, apesar de existir uma percentagem de 38% de respostas *"Não"*. Pensamos que seja uma percentagem "exagerada", já que apesar de os painéis estarem parcialmente degradados e não afixados, dá para ter uma ideia geral dos dois monumentos existentes e a informação nos parecer suficiente.

1.1.5. Análise dos inquéritos da Necrópole Megalítica da Senhora do Monte

Monumento	Freguesia	Concelho	Distrito	N.º de Inq. População	N.º de Inq. Turistas	Total	M	F
Necrópole Megalítica da Lameira de Cima	Penela da Beira	Penedono	Viseu	42	12	54	34	20

Tabela 16 – Dados Estatísticos Gerais

O Quadro 11 mostra-nos os dados da amostra, os inquéritos foram realizados em 7 de Outubro de 2011. Mais uma vez a disparidade de quantidade entre os inquéritos feitos à população e aos turistas é grande, a variação de sexo também é baixa, como no anterior monumento. Trata-se de inquéritos feitos numa aldeia pertencente ao concelho de Penedono, com um baixo índice de população e as pessoas que habitam na mesma, têm as mesmas características amostrais, para que a amostra representa um número

baixo de inquéritos. A aldeia de Penela da Beira tem cerca de 400 habitantes, dados dos censos 2011.

De seguida, vais ser apresentada a tabela e os gráficos que resultaram dos inquéritos à amostra à população, seguindo-se a explicação:

Questões (População)	Sim	Não	N S/R	MI	I	PI
1 - Como habitante deste concelho sabe da existência de Monumentos Megalíticos Visitáveis?	27	9	6			
2 - Qual a importância que dá aos Monumentos?			6	17	12	7
3 - Considera importante conhecer o passado humano?	7	27	8			
4 - Dispõe-se a prestar ajuda na protecção e divulgação do Património Arqueológico do seu Concelho?	9	32	1			
5 - Considera que os responsáveis assumem bem a protecção ao seu património, assim como a sua divulgação?	7	15	20			
6 - Considera que os jovens estão o suficiente sensibilizados para as questões relacionadas com o património?	9	11	22			
7 - Considera que a Arqueologia pode contribuir par preservar a identidade cultural das regiões em que se inserem?	6	5	31			
8 - Quando visita outros locais, interessa-se pela História e pela Cultura desses sítios?	23	11	8			
9 - Como avalia o trabalho Arqueológico desenvolvido no seu Concelho e a sua conservação e restauro no(s) Monumento(s) em questão? Acha que foram satisfatórios?	24	5	13			
10 - Concorda com os trabalhos de salvaguarda, tanto no âmbito de escavação Arqueológica, assim como a sua conservação e restauro?	27	1	14			
11 - Considera que o património em questão ajuda a desenvolver o turismo na Região?	5	31	6			
12 - Considera que o património em questão ajuda a desenvolver a economia na Região?	12	23	7			
13 - Considera que o património em questão ajuda a interacção entre as pessoas da região?	8	8	26			
14 - Acha que o município cria condições para que se estabeleça uma interacção entre o Património e a População?	11	19	12			

Tabela 17 – Amostra dos Inquéritos à População referente à Necrópole da Senhora do Monte

1 - Como habitante deste concelho sabe da existência de Monumentos Megalíticos Visitáveis?

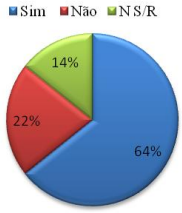


Gráfico 5.1

2 - Qual a importância que dá aos Monumentos?

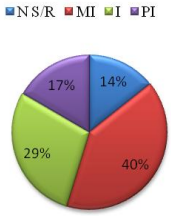


Gráfico 5.2

3 - Considera importante conhecer o passado humano?

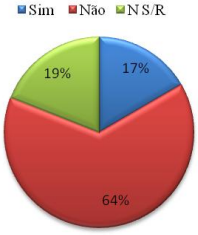


Gráfico 5.3

4 - Dispõe-se a prestar ajuda na protecção e divulgação do Património Arqueológico do seu Concelho?

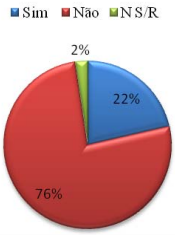


Gráfico 5.4

5 - Considera que os responsáveis assumem bem a protecção do seu património, assim como a sua divulgação?

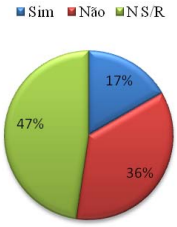


Gráfico 5.5

6 - Considera que os jovens estão o suficiente sensibilizados para as questões relacionadas com o património?

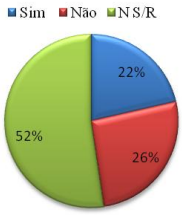


Gráfico 5.6

7 - Considera que a Arqueologia pode contribuir para preservar a identidade cultural das regiões em que se inserem?

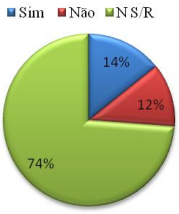


Gráfico 5.7

8 - Quando visita outros locais, interessa-se pela História e pela Cultura desses sítios?

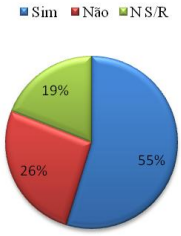


Gráfico 5.8

9 - Como avalia o trabalho Arqueológico desenvolvido no seu Concelho e a sua conservação e restauro no(s) Monumento(s) em questão? Acha que foram satisfatórios?
Sim
Não
N S/R
31%
57%
12%
Gráfico 5.9

10 - Concorda com os trabalhos de salvaguarda, tanto no âmbito de escavação Arqueológica , assim como a sua conservação e restauro?
Sim
Não
N S/R
33%
64%
3%
Gráfico 5.10

Gráfico 5.11

Gráfico 5.12

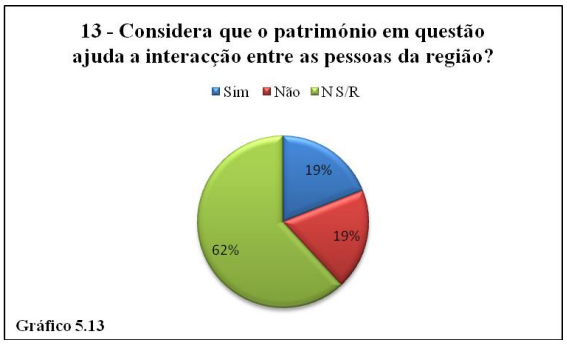


Gráfico 5.13

Gráfico 5.14

Como já foi referido no capítulo anterior, esta Necrópole Megalítica afere muita importância devido às suas características, principalmente o dólmen Capela da Senhora do Monte devido ao seu aproveitamento na construção de uma capela como o próprio acrónimo indica.

Num primeiro conjunto de perguntas, directamente relacionadas com a população e os monumentos onde se inserem, no geral as respostas foram muito idênticas, ou seja, grande parte dos inquiridos nem sequer responde, como a seguinte explicação vai demostrar. No Gráfico 5.1, com a seguinte questão *"Como habitante deste Concelho conhece os Monumentos Megalíticos visitáveis"*, obtivemos 64% de respostas positivas, apenas 22% responderam que *"Não"* e os inquiridos sem opinião foram de 14%. Quando questionados sobre a importância que dão aos monumentos,

40% consideram os mesmos de *"Muito Importante"*, 29% de *"Importante"* e 17% de *"Pouco Importante"*, apenas 14% não sabem ou não respondem, representado no Gráfico 5.2. Em correlação com o Gráfico 5.1, podemos dizer que estes representam um ponto importante já que muitas pessoas conhecem os monumentos e é-lhe aferida uma grande importância. Em contraste quando questionados de que se *"Considera importante conhecer o passado humano?"*, há uma grande maioria que responde *"Não"* em 64%. Falei anteriormente em contraste já que as pessoas inquiridas dão muita importância aos monumentos, mas quando questionados sobre a importância que tem o passado humano, não o consideram tão importante. Há aqui, então, uma contradição. Pensamos que seja pela questão ser um pouco mais complexa, e como é de senso comum, porque quando há questões complexas, estas são respondidas maioritariamente de forma negativa (Gráfico 5.3). Confirmando a tendência anterior, quando se questiona esta amostra da população sobre se está disposta a ajudar na protecção, assim como na divulgação dos monumentos que se inserem no Concelho, obtém-se também aqui uma resposta negativa em 76%. Pensa-se que devido à pouca informação que a população tem acerca da Necrópole Megalítica em estudo, e como os inquiridos não sabem como ajudar nestes dois itens, respondem negativamente. Podemos fazer uma ressalva como nos pontos anteriores tem vindo a ser feito, deveras importante. É necessário "alertar" as populações do quanto é importante este património, e que assim o devem proteger e da mesma forma divulgá-lo, ou seja, há uma grande necessidade de pôr a população em contacto com o seu património (Gráfico 5.4). O que faz com que esta explicação dada anteriormente seja quase na sua totalidade válida, já que na questão seguinte em que se questiona: *"Considera que os responsáveis assumem bem a protecção assim como a divulgação do património do Concelho?"*, 47% dos inquiridos dão como resposta, que não sabem ou não respondem, e 36% respondem negativamente. Aqui está mais uma vez demonstrado o desconhecimento desta população em quase tudo o que é relacionado com o seu património (Gráfico 5.5). Os jovens têm um papel que nós achamos muito importante no que diz respeito ao património. São eles que no futuro vão (esperemos nós), proteger e divulgar o património que lhes pertence. Quando a população é inquirida sobre se os jovens estão conscientes da importância do património, 57% das pessoas não sabe ou não responde e, de uma forma geral, segue a mesma linha de pensamento em relação às questões anteriores, ou seja, quando não há

uma interacção com o património, as pessoas ou respondem negativamente ou simplesmente não respondem. Aqui apenas 17% dos inquiridos responderam *"Sim"* (Gráfico 5.6).

Quando se tenta questionar as pessoas sobre a importância que o património, neste caso a arqueologia, tem alguma importância para a preservação da identidade cultural, os inquiridos na sua maioria não têm opinião, já que 74% quando questionados respondem à pergunta que corresponde ao gráfico 5.7, em que se questiona se a arqueologia pode contribuir para a preservação da identidade cultural das regiões em que se inserem. Aqui, apenas 14% dos inquiridos respondem que *"Sim"* e 12% de *"Não"*. Mais uma vez os resultados refletem a ideia que já foi explanada anteriormente em outras questões, ou seja, esta amostra de inquiridos quando perguntados com temas que tentam relacionar o património com as pessoas das regiões em que se inserem, a sua maioria não têm qualquer opinião. À questão *"Quando visita outros locais, interessa-se pela história e pela cultura desses sítios?"*, a esta questão 55% dos inquiridos respondem *"Sim"*, 26% respondem *"Não"*, percentagem ainda mais baixa das pessoas que não sabem ou não respondem (19%). Apesar dos inquiridos em outras questões não estarem com muita afinidade com o património, aqui mostram interesse pelo património de outros sítios, mesmo não dando muito interesse ao seu próprio património (Gráfico 5.8). A amostra em análise desde o início deste subcapítulo mostra bastantes contradições, não querendo dizer que as respostas que esperamos tenham que ser lineares, mas fogem ao normal senso comum, em que normalmente as pessoas primeiro gostam do que está mais perto e é "deles" e depois de outras regiões.

Quando entramos em um outro campo de questões, neste caso o que tem a ver com o restauro e manutenção do sítio, em que esta primeira questão tem como objectivo saber se as pessoas acham que os trabalhos feitos nesta necrópole são satisfatórios, resultados representados no Gráfico 5.9. Há 57% de pessoas que acham que sim, respostas negativas na ordem dos 12%, e das pessoas não sabem ou não respondem é de 19%. Apesar dos trabalhos de restauro aqui não terem sido muito elaborados, porque na maioria dos monumentos apenas foram limpos e com alguma reposição de esteios em falta. Aqui não se criticando o trabalho feito, já que as possibilidades eram poucas, os inquiridos, neste caso a maioria da população está satisfeita. Quando questionados sobre

a sua concordância acerca dos trabalhos de salvaguarda, tanto no âmbito de escavação arqueológica, assim como a sua conservação e restauro, responderam positivamente em 57% (Gráfico 5.10), apesar desta amostra no geral não conhecer inteiramente o seu património de forma a poder valorizá-lo como importante para a sua preservação como identidade cultural, concordam com estes trabalhos, isto pode levar-nos a pensar que esta amostra pode ilustrar algum "partido" positivo destes mesmos trabalhos, como vai ser demostrado na explanação das questões seguintes.

Um outro conjunto de questões com o mesmo propósito, em que englobam a questão 11, 12, 13, em que se pede para avaliar o desenvolvimento turístico, económico e social da região em que se inserem como repercussão da musealização ao ar livre dos presentes monumentos, é o que passamos a analisar. No que diz respeito ao turismo, os inquiridos acham que esta musealização no que diz respeito ao turismo, não vai ter qualquer efeito no desenvolvimento do turismo. Apenas 12% dos inquiridos responderam positivamente, com uma esmagadora resposta negativa de 74% como demostra o Gráfico 5.11. A nível económico temos os mesmos resultados variando a percentagem. Os inquiridos dão uma resposta positiva na ordem dos 28%, mas com 55% de respostas negativas, como podemos observar no Gráfico 5.12. A nível social temos outro tipo de resposta, em que o resultado é de 62% que não sabem ou não respondem (Gráfico 5.13). Aqui há uma diferença de resposta, já que pensamos que os inquiridos não perceberam o que lhes era questionado, como já foi explicado anteriormente em outras questões do presente inquérito. Na última pergunta deste inquérito: *"Acha que o município cria condições para que se estabeleça uma interacção entre o património e a população?"*, a resposta na sua maioria é de 45% negativa (Gráfico 5.13). Achamos que as respostas obtidas podiam ser outras, sempre para respostas mais conscientes. Se esta questão fosse trabalhada com a população, analisando-se todas as lacunas entre esta relação, seria importante. As pessoas não sentindo o património como seu na sua identidade cultural, não valoriza, tornando mais difícil a valorização pelos seus potenciais visitantes.

De seguida vai ser apresentada a tabela referente aos inquéritos realizados junto dos turistas e os respectivos Gráficos:

Questões (Turistas)	**Sim**	**Não**	**N S/R**	**M**	**S**	**B**	**E**	**Interno País**	**Externo País**	**Por ser da Região**	**Curiosidade**	**Já visitou anter.**	**Acons. de Amigos**	**Outro**	**Alta**	**Média**	**Baixa**	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1 - Área de residência?								8	4													
2 - Motivação das suas férias ou passagem por este Concelho?										6	2			4								
3 - Enquanto turista neste Concelho, conhece Monumentos Megalíticos?	8	2	2																			
4 - Já visitou alguns?	6	4	2																			
5 - Que importância dá aos Monumentos Megalíticos?															6	6						
6 - Quando definiu este local no seu roteiro, teve alguma preocupação em se informar do património existente visitável?	7	3	2																			
7 - Dirigiu-se a um Posto de Turismo para se informar?	2	8	2																			
8 - Quando visita outros locais, tem em conta o património visitável?	5	5	2																			
9 - Na unidade de alojamento que escolheu, recebeu informações turísticas?	2	6	4																			
10 - Caso tenha visitado os Monumentos Megalíticos deste Concelho, como qualifica as condições?				6		4	2															
11 - De 1 a 5 classifique as acessibilidades				6																1	1	4
12 - De 1 a 5 classifique a qualidade da visita				6																4	1	1

Tabela 18 – Amostra dos Inquéritos aos turistas referente a Necrópole da Senhora do Monte

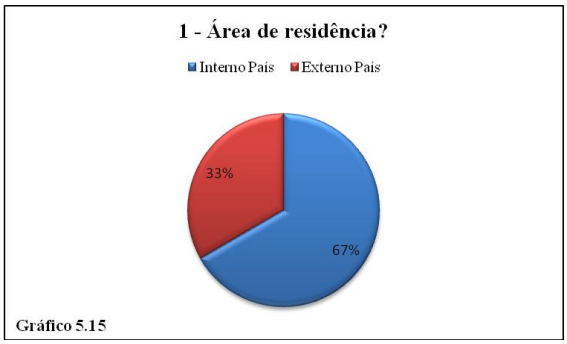


Gráfico 5.15

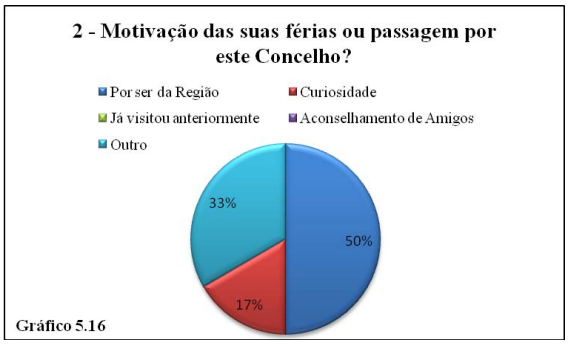


Gráfico 5.16

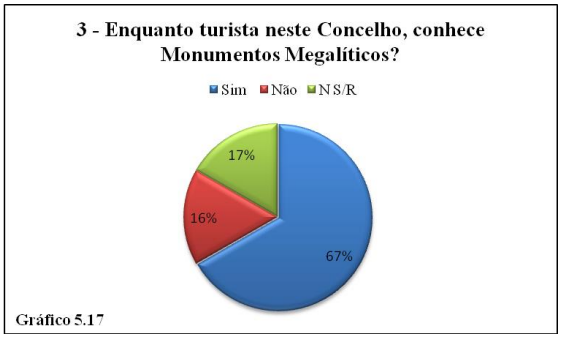


Gráfico 5.17

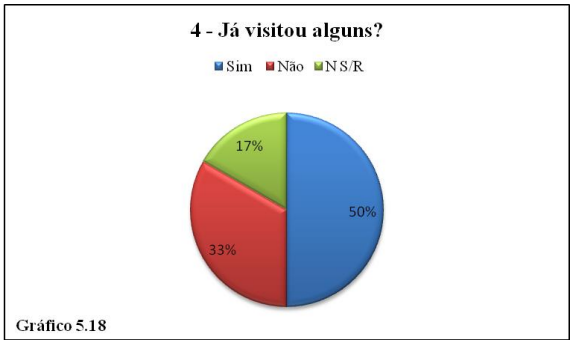


Gráfico 5.18

5 - Que importância dá aos Monumentos Megalíticos?

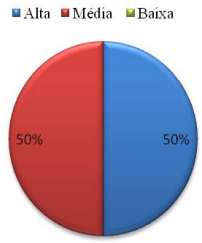


Gráfico 5.19

6 - Quando difiniu este local no seu roteiro, teve alguma preocupação em se informar do património existente visitável?

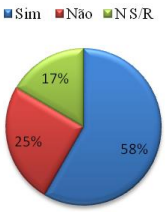


Gráfico 5.20

7 - Dirigiu-se a um Posto de Turismo para se informar?

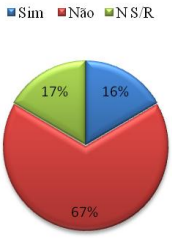


Gráfico 5.21

8 - Quando visita outros locais, tem em conta o património visitável?

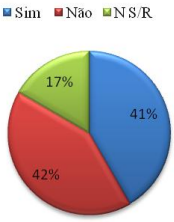


Gráfico 5.22

9 - Na unidade de alojamento que escolheu, recebeu informações turísticas?

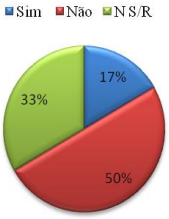


Gráfico 5.23

10 - Caso tenha visitado os Monumentos Megalíticos deste Concelho, como qualifica as condições?

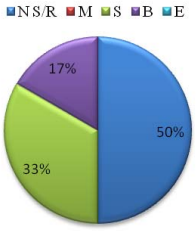


Gráfico 5.24

11 - De 1 a 5 classifique as acessibilidades

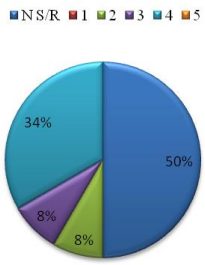


Gráfico 5.25

12 - De 1 a 5 classifique a qualidade da visita

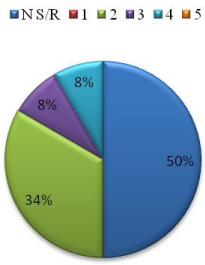


Gráfico 5.26

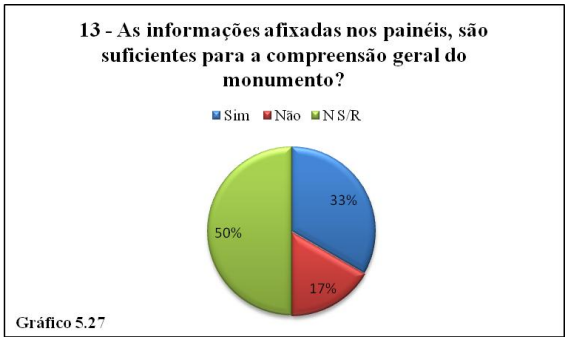


Gráfico 5.27

Na sua maior parte os inquiridos a este nível, são internos ao país como podemos observar no Gráfico 5.15, em que o resultado destes mesmos internos está em 67% do total, a restante percentagem está para os externos em 33%, como temos vindo a registar na sua maior parte dos inquiridos são internos ao país, por diversos motivos como vai ser apresentado em seguida, no que diz respeito à Necrópole da Senhora do Monte. A motivação principal destes turistas, no presente caso é "*Por ser da região"*, já que essa mesma resposta tem uma percentagem de 50%, enquanto as outras duas respostas com registo de resposta é a *Curiosidade* com 17% e a opção *Outro* com uma maior incidência de 33%, como nos demonstra o Gráfico 5.16. A opção com mais registo de respostas, tanto aqui no presente inquérito, tanto como em outros atrás dos diversos sítios é curiosamente a que tem mais respostas. Pensamos que as pessoas visitam estes sítios já que estes trabalhos numa determinada época foram desenvolvidos por esta região que está em estudo, e sendo assim vieram ver os resultados dessa valorização, com o fim de poder comparar com a valorização dos monumentos do seu concelho. O que confirma a teoria atrás apresentada é a seguinte questão representada pelo Gráfico 5.15, *"Enquanto turista neste concelho, conhece monumentos megalíticos visitáveis?"*, aqui o *"Sim"* representa 67% das respostas, enquanto o *"Não"* tem uma percentagem de 16%, embora a amostra feita de inquéritos seja baixa, é positivo esta percentagem de turistas que conhecem o conjunto de monumentos em análise. Apesar da percentagem de pessoas que conhece estes monumentos, destas pessoas, as que os conhecem desce para 50%, não é uma variação muito grande em percentagem, assim a teoria atrás apresentada é valida, aqui a percentagem de pessoas que não visitaram sobe em relação aos que não conhecem, como podemos observar no Gráfico 5.18. Com os resultados do Gráfico 5.19, em que a questão *"Que importância dá aos monumentos megalíticos?"*, que as opções passam por *"Alta"*, *"Média"* e *"Baixa"*, a primeira opção e a segunda

aqui representadas obtiveram uma percentagem de 50%, a última 0%, daqui pode-se concluir, de que estes inquiridos têm uma percepção do que é o património, conferindo-lhe importância. O que vem confirmar isso mesmo é a questão seguinte, que tem a ver com a visita ao conjunto de monumentos, ou seja, pergunta-se se quando definiu este local como roteiro, houve alguma preocupação em se informar do património existente visitável, em que a resposta *"Sim"* obteve 58%, *"Não"*25% e *"Não sabe/ Não responde"* 17%, mais uma vez pode-se dizer que esta amostra mostra interesse pelo património, nesta análise de resultados (Gráfico 5.20). Há questão *"Dirigiu-se a um Posto de Turismo para se informar?"*, escassos foram os turistas que se dirigiram a um Posto de Turismo, na sua maioria já estavam informados previamente da existência deste tipo de património, como nos mostrou a questão anterior, aqui 16% dos inquiridos responderam positivamente, negativamente há uma percentagem de 67% (Gráfico 5.21). De uma forma geral, quando esta amostra visita outros locais, existe uma grande percentagem daqueles que têm em conta o património visitável (41%), mas ainda com mais percentagem aqueles que não (42%), (Gráfico 5.22). Quando questionados *"Na unidade de alojamento que escolheu, recebeu informações turísticas?"*. A opção com mais percentagem é *"Não"*, em 50%, pode ser explicado, porque essa mesma percentagem é de inquiridos da região e assim não esteve alojado nestas unidades turísticas, sendo que a escolha *"Não sabe/ Não responde"*, teve um total de 33%, o *"Sim"*, teve uma percentagem de 17%, estes representam aqueles que necessitaram de alojamento. Esta questão não pode passar despercebida, os resultados são satisfatórios, mas a percentagem que respondeu que não recebeu qualquer informação turística, representa metade dos inquiridos, esta informação não está a ser passada para as unidades turísticas, consequentemente o património não está a ser divulgado.

No presente parágrafo, apresentamos um conjunto de questões, dirigidas para aqueles que visitaram os monumentos. Pede-se então aos inquiridos que classifiquem as condições da visita numa divisão que vai de *"Medíocre", "Bom"*, *"Excelente"*, 33% dos inquiridos respondem *"Suficiente"*, 17% de *"Bom"* 50% *"Não sabem/ Não respondem"*, esta percentagem demostra que só metade dos inquiridos, visitaram a Necrópole Megalítica em estudo. Os resultados, demonstram também que os inquiridos que visitaram os monumentos, na sua maioria acharam suficiente as condições

apresentadas pelo município, representado no Gráfico 5.24. Referente ao Gráfico 5.25, em que se pede ao inquiridos para classificarem as acessibilidades, de uma escala que tem uma graduação, de 1 a 5. Há 50% dos inquiridos, dos que já visitaram o sítio 33% dão uma classificação de *"4"*, para *"3"* e *"2"*, há uma percentagem de 8%, aqui como se pode comprovar as acessibilidades é um ponto muito forte no presente conjunto megalítico. Aquando a visita do autor deste estudo, comprovou-se o mesmo. O Gráfico 5.26, representa os resultados da classificação da qualidade da visita, esta contêm a mesma graduação da questão anterior, em termos de resultados, continua com uma percentagem de 50%, os inquiridos que não sabem ou não respondem, representam a percentagem que não visitou o local. Desta forma os resultados passam por 34%, aqueles que dão *"2"*, *"3"* e *"4"*ambos com 8%, aqui a classificação mais baixa pode justificar-se pela distância que há entre o Posto de Turismo, e os monumentos em questão, e também a falta de informação no Posto Turístico. Seguindo a mesma temática, na última questão do inquérito, *"As informações afixadas nos painéis, são suficientes para a compreensão geral do monumento?"*, continuamos com uma percentagem de 50% daqueles que não visitaram a necrópole, 33% das pessoas acham suficiente a informação para compreender os monumentos e 17% respondem negativamente.

De uma maneira geral esta Necrópole Megalítica da senhora do Monte, teve uma justa avaliação, por parte dos turistas, há algumas lacunas a corrigir, mas também é de conhecimento geral as dificuldades que existem em conseguir levar mais turistas a estas zonas, na maior parte das vezes isoladas.

1.1.6. Análise dos inquéritos do Dólmen da Areita

Monumento	Freguesia	Concelho	Distrito	N.º de Inq. População	N.º de Inq. Turistas	Total	M	F
Dólmen da Areita	Riodades/Paredes da Beira	São João da Pesqueira	Viseu	44	13	57	29	30

Tabela 19 – Dados estatísticos gerais

A Tabela 19 mostra-nos os dados da amostra, os inquéritos foram realizados em 9 de Outubro de 2011. A disparidade da quantidade, entre os inquéritos feitos à população e aos turistas é grande, a variação de sexo é baixa. Trata-se de inquéritos

realizados em duas aldeias pertencentes ao concelho de São João da Pesqueira, com um baixo índice de população, para que a amostra representa um número baixo de inquéritos, aldeias estas com o nome de Riodades com cerca de 567 habitantes e Paredes da Beira que tem cerca de 733 habitantes, dados dos censos 2011.

A amostra foi alvo de um tratamento estatístico que vai ser apresentado por Gráficos e a respetiva tabela, seguindo-se a análise:

Questões (População)	**Sim**	**Não**	**N S/R**	**MI**	**I**	**PI**
1 - Como habitante deste concelho sabe da existência de Monumentos Megalíticos Visitáveis?	31	9	4			
2 - Qual a importância que dá aos Monumentos?			5		27	12
3 - Considera importante conhecer o passado humano?	23	9	12			
4 - Dispõe-se a prestar ajuda na protecção e divulgação do Património Arqueológico do se Concelho?	10	12	22			
5 - Considera que os responsáveis assumem bem a protecção ao seu património, assim como a sua divulgação?	31	10	3			
6 - Considera que os jovens estão o suficiente sensibilizados para as questões relacionadas com o património?	14	17	13			
7 - Considera que a Arqueologia pode contribuir par preservar a identidade cultural das regiões em que se inserem?	32	6	6			
8 - Quando visita outros locais, interessa-se pela História e pela Cultura desses sítios?	18	15	11			
9 - Como avalia o trabalho Arqueológico desenvolvido no seu Concelho e a sua conservação e restauro no(s) Monumento(s) em questão? Acha que foram satisfatórios?	27	12	5			
10 - Concorda com os trabalhos de salvaguarda, tanto no âmbito de escavação Arqueológica, assim como a sua conservação e restauro?	40	3	1			
11 - Considera que o património em questão ajuda a desenvolver o turismo na Região?	15	27	2			
12 - Considera que o património em questão ajuda a desenvolver a economia na Região?	19	25				
13 - Considera que o património em questão ajuda a interacção entre as pessoas da região?	22	17	5			
14 - Acha que o município cria condições para que se estabeleça uma interacção entre o Património e a População?	13	19	12			

Tabela 20 – Amostra dos Inquéritos à População referente ao Dólmen da Areita

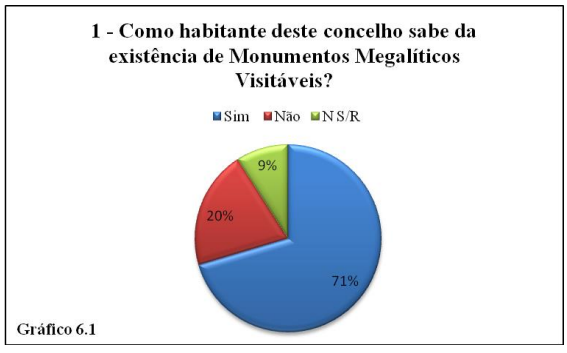


Gráfico 6.1

Gráfico 6.2

4 - Dispõe-se a prestar ajuda na protecção e divulgação do Património Arqueológico do seu Concelho?

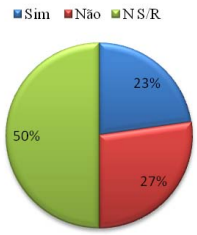


Gráfico 6.4

3 - Considera importante conhecer o passado humano?

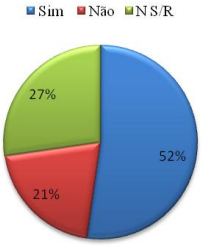


Gráfico 6.3

5 - Considera que os responsáveis assumem bem a protecção do seu património, assim como a sua divulgação?

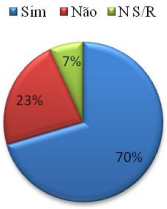


Gráfico 6.5

6 - Considera que os jovens estão o suficiente sensibilizados para as questões relacionadas com o património?

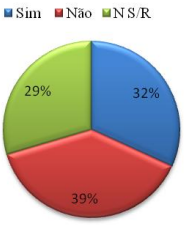


Gráfico 6.6

7 - Considera que a Arqueologia pode contribuir par preservar a identidade cultural das regiões em que se inserem?

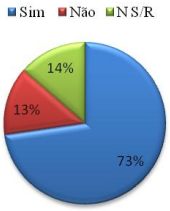


Gráfico 6.7

8 - Quando visita outros locais, interessa-se pela História e pela Cultura desses sítios?

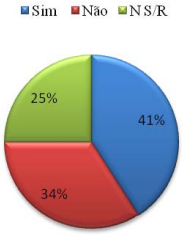


Gráfico 6.8

9 - Como avalia o trabalho Arqueológico desenvolvido no seu Concelho e a sua conservação e restauro no(s) Monumento(s) em questão? Acha que foram satisfatórios?

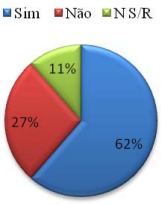


Gráfico 6.9

10 - Concorda com os trabalhos de salvaguarda, tanto no âmbito de escavação Arqueológica , assim como a sua conservação e restauro?

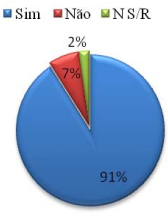


Gráfico 6.10

Gráfico 6.11

Gráfico 6.12

Gráfico 6.13

Gráfico 6.14

Como nos demonstra o Gráfico 6.1, grande percentagem de inquiridos, que tem o conhecimento, de Monumentos Megalíticos visitáveis em 71%, apenas 20% dos inquiridos não sabem da existência dos mesmos, a percentagem, dos que não sabem ou não respondem, reservam uma percentagem de 9%, continua a ser difícil perceber, se os inquiridos, vivem a menos de 1 km do monumento, como não têm esse conhecimento?

A importância dada ao monumento, demonstra resultados satisfatórios, já que numa escala de distribuição de *"Muito Importante", "Importante"* e *"Pouco Importante"*, a segunda opção retêm 62% do total, a primeira opção têm 11% e a terceira opção retêm 27% (Gráfico 6.2). Apesar, da quantidade significativa de pessoas que atribuí menor importância aos monumentos, é de destacar uma grande percentagem, que os acha importantes. Conforme, em outros pontos foi referido, os inquiridos, ainda não estão "disponíveis" para compreender este tipo de património, mesmo que estejam inseridos no seu meio. Falha na divulgação por parte das entidades, juntamente com a falta, de tentar promover a interacção entre as pessoas e os monumentos, com o fim, destes monumentos se encontrarem protegidos. À questão *"Considera importante conhecer o passado humano?"*, 52% dos inquiridos respondem *"Sim"*, 21% *"Não"* e 27% *"Não sabem/Não Respondem"*, apesar da percentagem dos inquiridos responderam positivamente, há que mencionar que ainda há uma grande percentagem

que não tem na esta realidade. A importância que o passado humano pode ter tanto no presente, como para o futuro dessas populações (Gráfico 6.3). Quando a questão é mais directa, conclui-se, que pressionando os inquiridos, através de questões sobre o património, sente-se que as pessoas estão dispostas, a ajudar na protecção assim como na divulgação do património, como nos mostra o Gráfico 6.4, em que 23% respondem *"Sim"*, 50% indicam a resposta *"Não sabem/Não respondem"*. Estes dados comprovam a ideia exposta anteriormente. É comum, concluir, que as pessoas não estão acostumadas, a qiestões relacionadas com o património. Com questões, não direcionadas a uma avaliação pessoal, os resultados, são bastante diferentes. Já que à questão *"Considera que os responsáveis assumem bem a protecção ao seu património, assim como a sua divulgação?"*, resultam em dados positivos, numa percentagem de 70%, o que demostra a reflexão desenvolvida anteriormente. Relacionando, as pessoas com o património, as respostas tendem a ser negativas, quando se relaciona o património com a identidade, as pessoas sentem-se mais descuidadas a responder, como demostra o Gráfico 6.5. O Gráfico 6.6, detêm resultados críticos, no que diz respeito aos jovens, já que respondendo a seguinte questão, *"Considera que os jovens estão o suficiente sensibilizados para as questões relacionadas com o património?* Apenas 32% dos inquiridos respondem que *"Sim"*, com a restante percentagem com respostas negativas, ou não sabem ou não respondem. Até agora tem sido mostrado que esta amostra de inquiridos, não dá muita importância ao seu património, mas quando é para avaliar outros comportamentos, são críticas.

Um dos pontos mais importantes, na ligação do património com a população, é a identidade cultural. Questionando, se a arqueologia pode contribuir para preservar a identidade cultural nas regiões em que se inserem, 73% das respostas, são positivas. Apesar de questões anteriores, mostrarem o contrário, este resultado, é uma bom motivo para pensar que futuramente esta população, possa dar uma importância ao património, merecida à sua região, apenas 13% dos inquiridos responderam *"Não"*, como demostra o Gráfico 6.7. À questão *"Quando visita outros locais, interessa-se pela História e pela Cultura desses sítios?"*, aqui as respostas entre as três opções está distribuída, 41% indicam *"Sim"*, 34% *"Não"* e 25% *"Não sabem/Não respondem"*, como está demostrado no Gráfico 6.8. Ao avaliar, o trabalho arqueológico desenvolvido no

concelho, tanto a nível de escavações arqueológicas assim como nos trabalhos de conservação e restauro, os inquiridos, sentem-se totalmente satisfeitos com os resultados, assim temos 62% de respostas positivas e 27% de negativas, segundo o Gráfico 6.9. Ao se mostrarem satisfeitos com esses trabalhos, é aceitável, já que é um monumento com bastante visibilidade na entrada principal da aldeia. À questão *"Concorda com os trabalhos de salvaguarda, tanto no âmbito de escavação arqueológica, assim como a sua conservação e restauro?"*, aqui os resultados, são positivos. Está demonstrada, a veracidade da ideia dada anteriormente, como nos mostra o Gráfico 6.10, com 91% *"Sim"*. Apenas 2% dos inquiridos não têm opinião. Com estes resultados, há a possibilidade, de fazer interagir as pessoas com o património desta região.

Num grupo de questões, em que é pedida, a opinião, se o património pode favorecer o turismo, assim como a nível sócio-económico. Os resultados mostram, no que diz respeito ao turismo, um panorama desanimador, já que 61% respondem *"Não"*, como nos mostra o Gráfico 6.11. O Gráfico 6.12, conserva os resultados, em relação à economia, em que mais uma vez o resultado é imprevisto, 57% respondem negativamente. À relação, com a ligação, entre as pessoas da região com o património, 50% que respondem *"Sim"*. Aqui está evidenciado, que apesar de não acreditarem no melhoramento de outras variantes, o monumento em análise, melhora a ligação entre as pessoas (Gráfico 6.13). À última questão, do inquérito demostrada pelo Gráfico 6.14, questiona-se, se o município cria condições para que se estabeleça uma interacção entre o património e a população, o resultado com maior percentagem, é negativo, em 43%. Neste conjunto de questões à população, as conclusões, que se podem descrever, a noção do quanto importante o património é, não existe, e como consequência não é valorizado. Há uma necessidade, de colocar as pessoas, em contacto com o património. Como que nas diversas questões, em que se esperava outro tipo de respostas, de forma a valorizar e pelo menos não o desvalorizar, os resultados foram negativos, tanto no que as pessoas pensam no presente e o futuro mais próximo.

Questões (Turistas)	Sim	Não	N S/R	M	S	B	E	Interno País	Externo País	Por ser da Região	Curiosidade	Já visitou ant.	Acon. de Amigos	Outro	Alta	Média	Baixa	1	2	3	4	5
1 - Área de residência?								11	2													
2 - Motivação das suas férias ou passagem por este Concelho?										1	11	1										
3 - Enquanto turista neste Concelho, conhece Monumentos Megalíticos?	13																					
4 - Já visitou alguns?	13																					
5 - Que importância dá aos Monumentos Megalíticos?															2	2	9					
6 - Quando definiu este local no seu roteiro, teve alguma preocupação em se informar do património existente visitável?	2	11																				
7 - Dirigiu-se a um Posto de Turismo para se informar?		12	1																			
8 - Quando visita outros locais, tem em conta o património visitável?	7	4	2																			
9 - Na unidade de alojamento que escolheu, recebeu informações turísticas?		2	11																			
10 - Caso tenha visitado os Monumentos Megalíticos deste Concelho, como qualifica as condições?					7		6															
11 - De 1 a 5 classifique as acessibilidades																						13
12 - De 1 a 5 classifique a qualidade da visita.																				2	11	
13 - As informações afixadas nos painéis, são suficientes para a compreensão geral do monumento?		9	4																			

Tabela 21 – Amostra dos inquéritos aos turistas referente ao Dólmen da Areita.

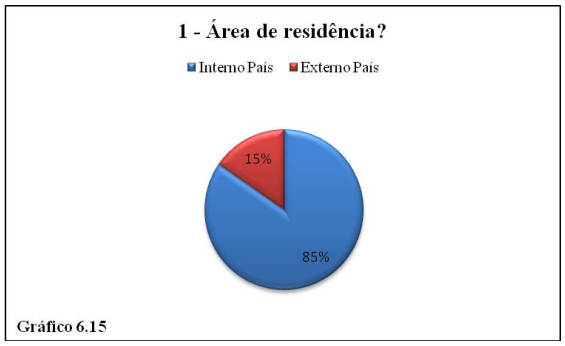


Gráfico 6.15

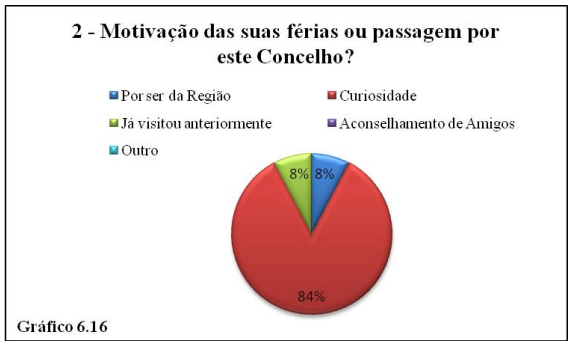


Gráfico 6.16

Gráfico 6.17

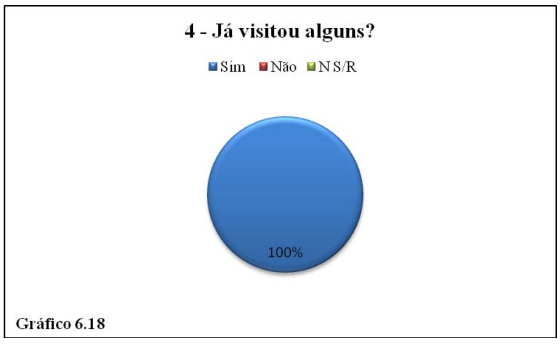


Gráfico 6.18

Gráfico 6.19

6 - Quando difiniu este local no seu roteiro, teve alguma preocupação em se informar do património existente visitável?
Sim
Não
N S/R
15%
85%
Gráfico 6.20

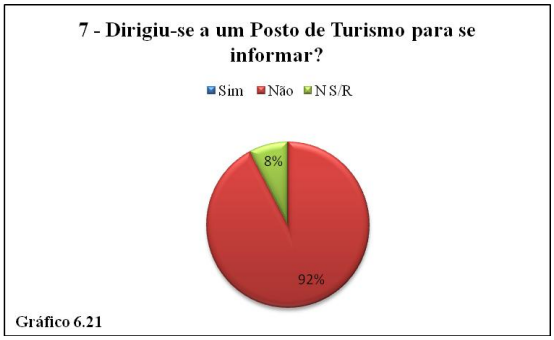


Gráfico 6.21

Gráfico 6.22

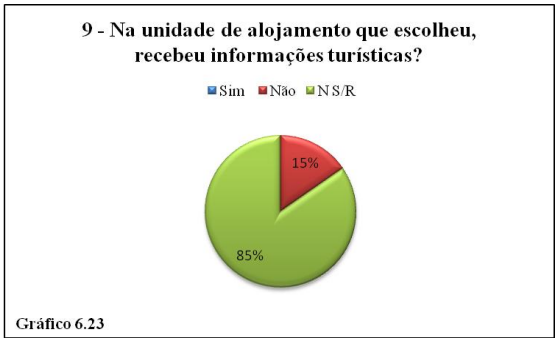


Gráfico 6.23

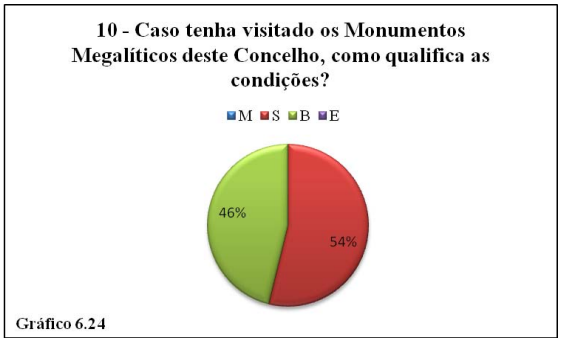


Gráfico 6.24

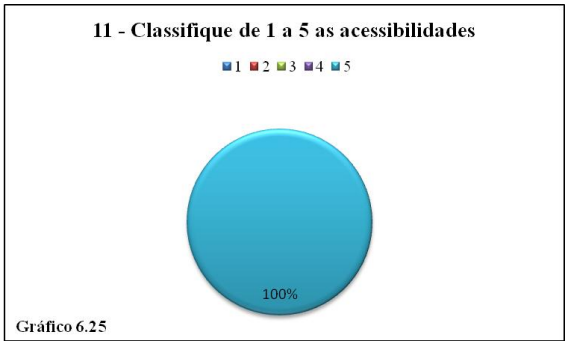


Gráfico 6.25

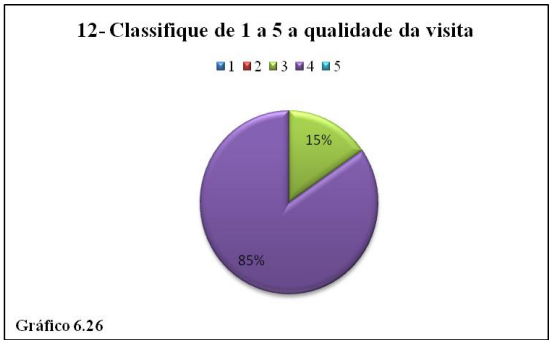


Gráfico 6.26

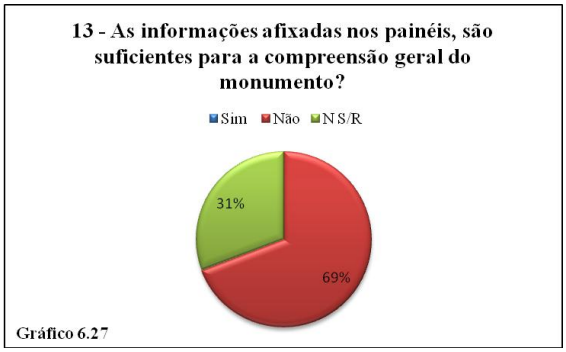


Gráfico 6.27

A partir do Gráfico 6.15, temos o conhecimento, que a área de residência dos inquiridos, reparte-se entre a percentagem 85% de Internos e 15% de externos. É uma tendência que tem vindo a ser confirmada, mesmo tendo a noção, dos poucos turistas visitam os monumentos. Como é visível, a quantidade de inquiridos, é diminuta, alguns inquéritos foram recolhidos em unidades de turismo, que circundam a região, em que foram implementados, as percentagens em maior quantidade, são internos ao país. As opções à pergunta referente ao Gráfico 6.16 são diversas. Questiona, qual o interesse dos inquiridos, nas sua férias ou passagem pelo concelho, em que a maioria, é por curiosidade numa percentagem de 85 (%), por serem da região tem 8% e os restantes 8% é a opção, de que já tinham visitado anteriormente. Quando entramos em questões directas, acerca dos monumentos, à questão *"Enquanto turista neste concelho, conhece monumentos megalíticos visitáveis?"*, 100% das respostas são positivas. Em todos os sítios analisados, do presente estudo, estes resultados são um caso único (Gráfico 6.17). A seguinte, continuidade da anterior, obtêm-se também um resultado de 100%. À questão: *"Já Visitou alguns?"*, correspondente ao Gráfico 6.18, mostra uma tendência razoável, já que os monumentos, além de estarem reconhecidos, foram igualmente visitados, pela totalidade dos turistas inquiridos. A importância, que os turistas remetem ao património, sempre foi uma questão, com uma maior importância neste estudo, aqui as respostas, são claramente negativas, já que à questão *"Que importância dá aos monumentos megalíticos?"*, aqui 69% das pessoas, classificam como *"baixa"*. Já anteriormente, como foi possível constactar, a totalidade das pessoas conhece os monumentos megalíticos a também os visitou. Daqui a conclusão a ser retirada, é que apesar das pessoas, não revelarem, muita importância ao monumento em questão, os são visitados pela totalidade da amostra, 15% dos inquiridos respondem *"Alta"* e 15% *"Média"*, como podemos observar no Gráfico 6.19.

A preocupação, dada pelos turistas, na escolha do seu roteiro, em relação ao património existente na região, foi nula, já que como nos demostra o Gráfico 6.20, 85% das respostas são *"Não"*. Com os resultados, obtidos anteriormente, a seguinte questão vem demonstrar a realidade da que expomos a seguir. *"Dirigiu-se ao Posto de Turismo para se informar?"*, obtemos 92% de respostas negativas. Estes resultados podem ser explicados, com os resultados do Gráfico 6.26, em que os inquiridos apenas visitam a região em estudo, por curiosidade, e assim não dispuseram, de nenhum dos instrumentos de apoio ao seu roteiro de visita. Pelo contrário, segundo os resultados do Gráfico 6.22, quando visitam outros locais, têm em consideração o património visitável, mas não fizeram, com o património em estudo, já que 54% dos inquiridos responderam positivamente a questão anteriormente analisada. Pensamos, que devido a esta amostra, se ter disposto a visitar esta região, seja pelo motivo curiosidade, não tenham dormitado pela mesma região, já que respondendo à questão *"Na unidade de alojamento que escolheu, recebeu informações turísticas?"*, obtivemos 85%, de inquiridos que não sabem ou não respondem, com isto, achamos que seria necessário, ter empregado mais opções de resposta, para ter uma conclusão mais afinada.

O seguinte conjunto de questões é direcionada, para a amostra de inquiridos que visitaram o património em questão, já que aqui, pede-se para o classificar. À questão *"Classifique as condições do monumento"*, através de diversas opções de resposta, 54% respondem, que as condições são suficientes e 46% que as condições são classificadas como *"Bom"*, demonstrado pelo Gráfico6.24. Avaliando as acessibilidades, que se pede, para apontar uma opção, que tem uma classificação de 1 a 5, os inquiridos classificam-na, com 100% de *"5"*. Com o mesmo nível de classificação, pede-se para avaliar a qualidade da visita, 85% escolhem a opção *"4"*, a opção *"3"*, detém os restantes 15%. À questão *"As informações afixadas nos painéis, são suficientes para a compreensão geral dos monumentos?"*, 69% das respostas são negativas.

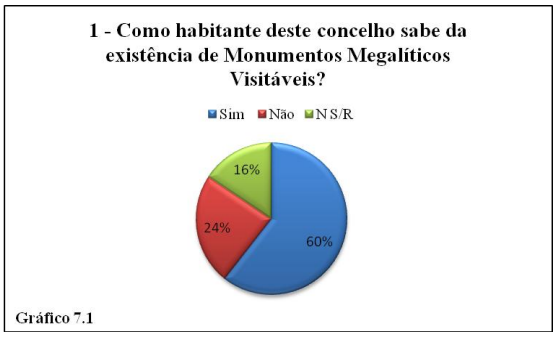
De um modo geral, a apreciação dos inquiridos, é suficiente. Todos visitaram os monumentos, mesmos não recorrendo a informações turísticas. Falando, nas questões de classificação do mesmo, no ponto de vista do autor são positivas, apesar de ainda ser possível, proporcionar uma visita mais cuidada, a quem dispõe do seu tempo, a visitar em concreto o Dólmen da Areita.

1.1.7. Análise global dos inquéritos

Para finalizar este capítulo resolveu-se aglomerar todos os dados que resultaram dos inquéritos realizados tanto à população, assim como aos turista, isto para se ter uma percepção real do que se quer aferir como conclusões do presente trabalho, os mesmos vão ser apresentados com tabelas e gráficos que as correspondem.

Questões (População)	Sim	Não	N S/R	MI	I	PI
1 - Como habitante deste concelho sabe da existência de Monumentos Megalíticos Visitáveis?	151	59	39			
2 - Qual a importância que dá aos Monumentos?			41	73	78	57
3 - Considera importante conhecer o passado hunmano?	99	98	52			
4 - Dispõe-se a prestar ajudar na protecção e divulgação do Património Arqueológico do se Concelho?	77	100	69			
5 - Considera que os responsáveis assumem bem a protecção ao seu património, assim como a sua divulgação?	90	85	74			
6 - Considera que os jovens estão o suficiente sensibilizados para as questões relacionadas com o património?	67	85	91			
7 - Considera que a Arqueologia pode contribuir par preservar a identidade cultural das regiões em que se inserem?	102	70	77			
8 - Quando visita outros locais, interessa-se pela História e pela Cultura desses sítios?	125	63	63			
9 - Como avalia o trabalho Arqueológico desenvolvido no seu Concelho e a sua conservação e restauro no(s) Monument(s) em questão? Acha que foram satisfatórios?	109	65	75			
10 - Concorda com os trabalhos de salvaguarda, tanto no âmbito de escavação Arqueológica , assim como a sua conservação e restauro?	149	32	68			
11 - Considera que o património em questão ajuda a desenvolver o turismo na Região?	99	98	52			
12 - Considera que o património em questão ajuda a desenvolver a economia na Região?	94	115	40			
13 - Considera que o património em questão ajuda a interacção entre as pessoas da região?	91	79	79			
14 - Acha que o município cria condições para que se estabeleça uma interacção entre o Património e a População	83	79	87			

Tabela 22 - Amostra global dos resultados dos inquéritos à População



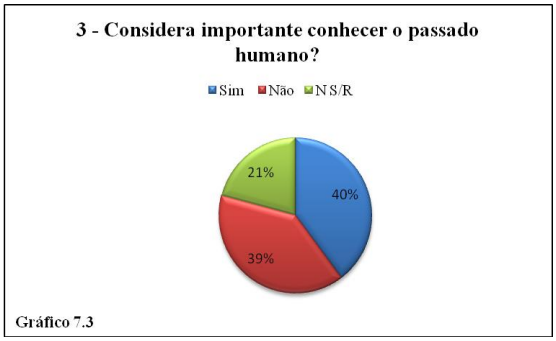


Gráfico 7.3

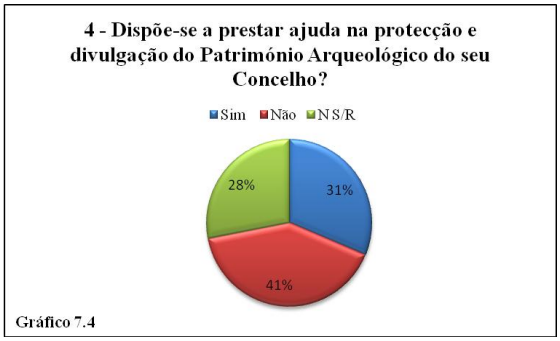


Gráfico 7.4

Gráfico 7.5

Gráfico 7.6

Gráfico 7.7

Gráfico 7.8

9 - Como avalia o trabalho Arqueológico desenvolvido no seu Concelho e a sua conservação e restauro no(s) Monumento(s) em questão? Acha que foram satisfatórios?
Sim
Não
NS/R
30%
44%
26%
Gráfico 7.9

10 - Concorda com os trabalhos de salvaguarda, tanto no âmbito de escavação Arqueológica , assim como a sua conservação e restauro?
Sim
Não
NS/R
27%
13%
60%
Gráfico 7.10

Gráfico 7.11

Gráfico 7.12

Gráfico 7.13

Gráfico 7.14

Até agora, os resultados de cada gráfico, foram comentados, com o fim de aclarar o efeito, de cada um dos Sítios Arqueológicos, em estudo. Aqui, como o objectivo é apenas exemplificar, de uma forma geral os resultados, apenas os que têm mais relevância, vão ser comentados.

Na generalidade, as amostras de população, que se inserem neste estudo, conhecem os monumentos megalíticos visitáveis, como demostra o Gráfico 7.1, apesar deste resultado, se mostrar satisfatório, há que realçar que 24% das respostas são negativas. Como se pode concluir aqui, é na nossa opinião invulgar que as pessoas que habitam nas proximidades, não conhecem o património, que devia fazer parte de algumas partes do seu quotidiano. Quando se fala na importância dada aos mesmos, as opiniões dividem-se praticamente com as mesmas percentagens, apesar disso a que nos apresenta a maior percentagem, é a opção *"Importante"*, que nos parece um resultado satisfatório, resultados esses, expressos no Gráfico 7.2. Apesar da percentagem de pessoas, que consideram importante conhecer o passado humano, se encontre numa percentagem de 40 (%), a opção *"Não"* com 39%, revela que, se as pessoas não atribuem valor ao passado humano, há mais dificuldade em proteger o seu próprio património (Gráfico 7.3). Na sua maioria, as pessoas consideram que os responsáveis

assumem em benefício, a protecção do seu património, assim como a sua divulgação, apesar de a percentagem das opções disponíveis estarem muito próximas, nas suas percentagens, como é demostrado pelo Gráfico 7.5. Já no que diz respeito à opinião, que esta amostra tem em relação à posição dos jovens, na sensibilização para as questões relacionadas com o património, as opiniões são críticas, e avaliar de forma negativa, essa mesma posição. Durante a análise dos dados, em todo o estudo, este resultado foi uma constante. Ponto importante, e que se pretendia tirar resultados concretos, de forma a poder construir um modelo de gestão, mais específico para este tipo de património, no sentido a aproximar as populações, tinha a ver com o que as pessoas consideram, sobre o papel da Arqueologia na sociedade. Resultados, presentes no Gráfico 7.7, em que a amostra responde em maioria que a arqueologia pode contribuir para preservar a identidade cultural das regiões em que se inserem. Aqui, temos um indício positivo para que no futuro, seja realmente possível que as pessoas se identifiquem com o património e que faça parte do seu cotidiano. Ainda inserida na mesma temática, à seguinte questão, a maioria dos inquiridos, quando visita outros locais, interessa-se pela História e pela Cultura desses mesmos sítios.

Ingressando num grupo de questões, relativas à avaliação das pessoas, nos trabalhos realizados, tanto a nível de trabalhos arqueológicos assim como a conservação e restauro dos monumentos, a amostra responde de forma positiva, a esse género de questões. Na sua maioria, reconhecem que os resultados, foram satisfatórios e concordam com a sua realização, representado nos Gráficos 7.9 e 7.10.

Relativamente, a outro subconjunto de questões, em que se pretendia ter o conhecimento, se a amostra considera que o património em questão ajuda a desenvolver o turismo, a economia e a interacção entre as pessoas da região, sendo aqui os resultados satisfatórios, não podemos esquecer, que ainda há uma grande percentagem de respostas, que vão contra este desenvolvimento na região, como nos demostram os Gráficos 7.11, 7.12, 7.13. Com estes resultados, podemos dizer que não é possível cumprir objectivos, caso a população não esteja toda envolvida. É necessário, inserir estas percentagens negativas, em um modelo de gestão, de maneira a poder ajudar a região, e com isto inserir o património em diversas áreas. Se todos os resultados, até aqui, fazem conhecer a opinião das pessoas, no que diz respeito ao desenvolvimento das

regiões, e revelam resultados pessimistas. Na última questão do presente inquérito, a amostra população, acha que o município cria condições para que se estabeleça uma interacção entre o património e a população, contrariando todos os resultados antes comentados. Daqui, conclui-se que apesar da maioria da população, que respondeu aos inquéritos do presente estudo, está ciente dos benefícios que o seu património pode trazer para sua região, é necessário dar uma continuidade ao trabalho, no sentido de sensibilizar as pessoas a engrandecer o seu património. De forma, a que os mesmos considerem um benéfico, através de formas educativas, que mostrem a riqueza patrimonial das dadas regiões. Mais importante de que valorizar os monumentos, é conseguir dar uma continuidade, para aproveitamento das populações, já que depois da obra monumental, é necessário iniciar novos projectos, para conseguir dar uma continuidade à sua valorização.

Apresentamos, representados em tabela, os resultados dos inquéritos feitos à população:

Questões (Turistas)	**Sim**	**Não**	**N S/R**	**M**	**S**	**B**	**E**	**Interno País**	**Externo País**	**Por ser da Região**	**Curiosidade**	**Já visitou ant.**	**Acons. de Amigos**	**Outro**	**Alta**	**Média**	**Baixa**	**N S/R**	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1 - Área de residência?								59	22														
2 - Motivação das suas férias ou passagem por este Concelho?										24	27	5	11	14									
3 - Enquanto turista neste Concelho, conhece Monumentos Megalíticos?	53	26	2																				
4 - Já visitou alguns?	51	28	2																				
5 - Que importância dá aos Monumentos Megalíticos?															22	36	23						
6 - Quando definiu este local no seu roteiro, teve alguma preocupação em se informar do património existente visitável?	22	36	23																				
7 - Dirigiu-se a um Posto de Turismo para se informar?	24	54	3																				
8 - Quando visita outros locais, tem em conta o património visitável?	39	34	8																				
9 - Na unidade de alojamento que escolheu, recebeu informações turísticas?	17	35	29																				
10 - Caso tenha visitado os Monumentos Megalíticos deste Concelho, como qualifica as condições?				3	28	26	24																
11 - De 1 a 5 classifique as acessibilidades																		30	9	15	8	6	13
12 - De 1 a 5 classifique a qualidade da visita																		30	4	26	9	12	
13 - As informações afixadas nos painéis, são suficientes para a compreensão geral do monumento?	9	20	52																				

Tabela 23 – Amostra global dos resultados dos inquéritos aos Turistas

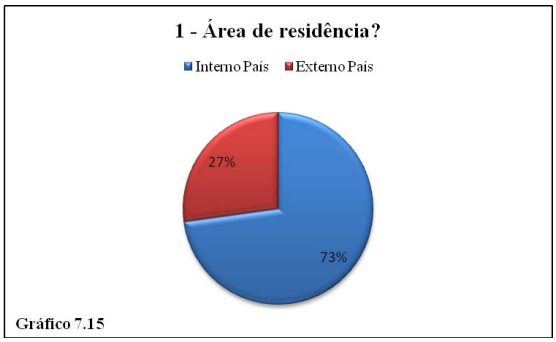


Gráfico 7.15

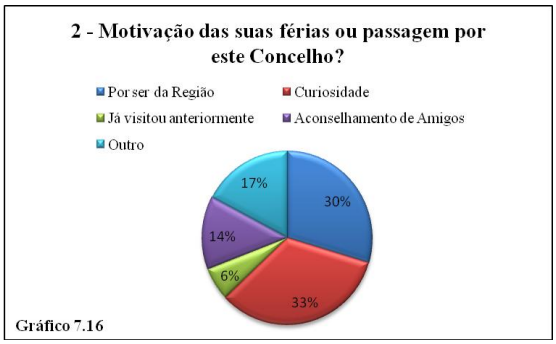


Gráfico 7.16

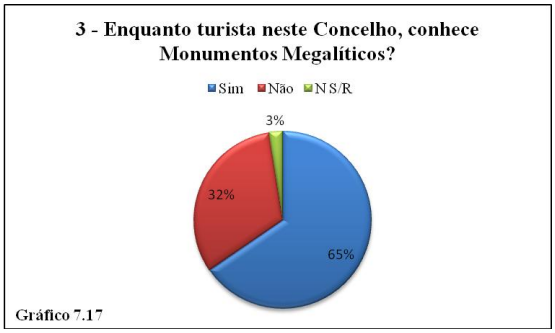


Gráfico 7.17

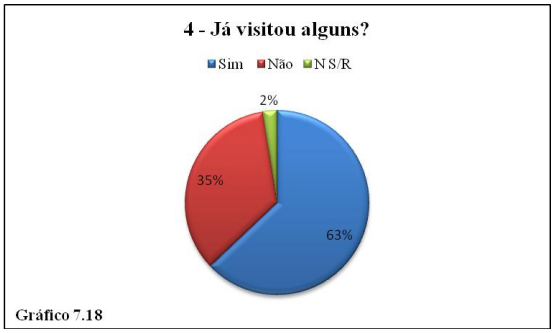


Gráfico 7.18

Gráfico 7.19

Gráfico 7.20

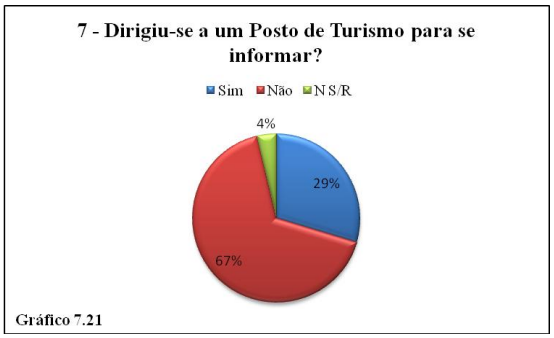


Gráfico 7.21

Gráfico 7.22

Gráfico 7.23

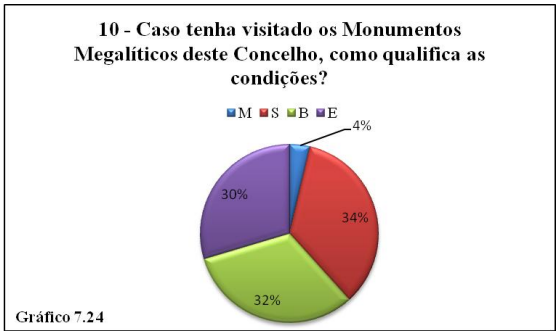


Gráfico 7.24

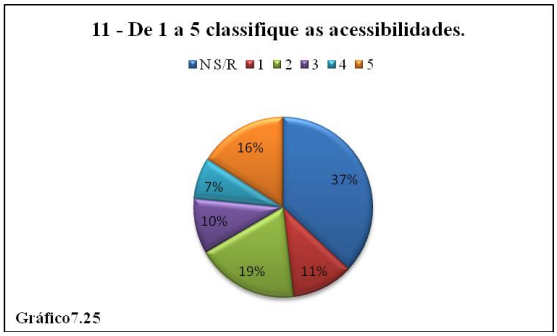


Gráfico7.25

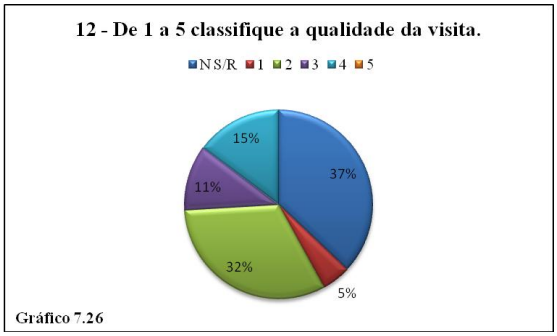


Gráfico 7.26

Gráfico 7.27

Através dos resultados gerais dos inquéritos, realizados aos turistas, podemos concluir que, os visitantes são internos ao país e visitam as regiões em estudo por curiosidade, não há um planeamento prévio para a visita, aqui o papel das unidades de acolhimento, assim como as entidades que gerem estes sítios não tem qualquer papel para esta amostra. Sabemos, à partida, que há muitas dificuldades, nas visitas a este tipo de monumentos, já que normalmente são de difícil acesso, não sendo possível ter um guia sempre presente, quando os visitantes os visitam. Mas há diversas formas de compensar essas lacunas. É importante realçar, que há um número superior, de conhecedores do património em estudo, e os mesmos já foram visitados por eles. Um elemento importante para este estudo, porque, apesar de o património não estar a ser divulgado do nosso ponto de vista correctamente, é conhecido e visitado por quase a totalidade desta amostra. Assim, demonstramos a ideia explicada anteriormente, que tem a ver com a curiosidade das pessoas em se informar, acerca do património existente visitável em cada um dos concelhos. Como é possível, observar nos gráficos correspondentes, a maioria não obteve qualquer informação, mas, mesmo assim houve curiosidade, em visita-los, aquando a sua estadia na região. A amostra em estudo, ao visitar outros locais tem em conta o património visitável, e quando visitou as regiões em

estudo, não houve a necessidade de se deslocar a um posto de turismo, a fim de obterem informações, mas tiveram a curiosidade necessária para visitarem os monumentos.

Num conjunto de questões, em que se pretende avaliar o património em questão, neste caso, as condições dos monumentos megalíticos dos Concelhos em estudo, são classificadas na maioria como *"Suficiente"*, as percentagens não variam muito das restantes opções, *"Medíocre"*, foi a que obteve menor percentagem de respostas. De uma forma geral, quando se pede para caracterizar as acessibilidades, os resultados são positivos, já que apesar das condições de acesso, em alguns monumentos não ser a melhor, noutros essas condições são favoráveis à sua visita. Ao questionar os visitantes, para classificar a qualidade da visita, os resultados apesar de estarem mais fracos, consideram-se positivos. Por último podemos dizer que a nível de informação no sítio, não temos resultados satisfatórios. Já que os inquiridos não acham que as informações afixadas nos painéis, são suficientes para a compreensão geral do monumento.

Desta pequena explicação, podemos concluir que há muitas formas de melhorar estas situações. Apesar de muitos dos turistas conheceram os sítios arqueológicos em estudo não os visitaram, isso é demostrado quando se pede aos mesmos para classificarem as suas visitas, temos uma grande percentagem de pessoas que não respondem porque não os visitaram. O principal objectivo da valorização patrimonial, é atrair turistas, como podemos verificar, não são visitados. É necessário atrair os turistas de outras formas.

Sob o ponto de vista estatístico, refira-se que todas as variáveis que dispomos são qualitativas (com a excepção da idade que é quantitativa), medidas em escala nominal e ordinal, que condiciona de algum modo o nosso estudo. No que concerne à interpretação dos resultados obtidos é sabido que os fenómenos, que têm na sua base as ciências sociais e comportamentais, são difíceis de estudar, devido à diversidade dos factores envolvidos. As análises quantitativas, como esta que realizamos, actualmente utilizadas com maior frequência na área da Psicologia, Sociologia e Antropologia, na tentativa de melhor compreender os fenómenos complexos em causa são, geralmente, acompanhadas de um estudo qualitativo pormenorizado, o que fica por fazer, pelo menos em parte, no presente caso.

2.Propostas de um novo modelo de gestão estratégica para os monumentos megalíticos.

Tendo em consideração os dados recolhidos, em que foi notável, falhas que limitam estes sítios arqueológicos, assim como: falta de estratégia delineada para a gestão da área; falta de monotorização e optimização, dos benefícios culturais e sócio-económicos directamente ou indirectamente ligados à presença, da área arqueológica para a população residente; falta de integração das actividades desenvolvidas na área e no processo de desenvolvimento cultural e sócio-económico local; falta de qualidade na oferta aos visitantes, no que diz respeito aos acessos, indicações e instrumentos interpretativos; falta de implementação de marketing cultural e de regular dinamização cultural da área; falta de qualidade na conservação dos monumentos, falta de ligações com a população local, ou seja, falta de implementação dos princípios de sustentabilidade e falta de contextualização no território a todos os níveis, falta de produtos turísticos colaterais que criem ligações directas com os monumentos megalíticos e a paisagem natural circunstante: o artesanato local; as tradições populares e as raízes culturais; as actividades económicas tradicionais.

Pretende-se elaborar um novo modelo de gestão estratégica que possa ser flexível, de modo a poder-se adaptar às exigências locais, deste modo pretende-se, que represente em todo o caso uma ferramenta útil, neste processo de planeamento e gestão estratégica integrada nas áreas arqueológicas, bem como uma ferramenta de controlo contante no que diz respeito aos *Heritage Manegers*, como avaliação do desempenho dos níveis de qualidade de gestão. Este modelo visa principalmente as potencialidades do património arqueológico enquanto veículo de desenvolvimento e as figuras envolvidas na sua gestão.

O modelo proposto, pela fig.75 sugere: uma ligação dinâmica entre os interesses e os agentes ligados à conservação e musealização; relação com a população local e a relação com o turismo. Estes três vértices têm de se articular de forma dinâmica e equilibrada, para garantir uma boa gestão estratégia, integrada e sustentável das áreas arqueológicas, com um único objectivo: maximizar os benefícios derivados da sua exploração para a população, para o turismo propriamente dito e também para a própria arqueologia.

Figura 75 - Esquematização do Modelo de Gestão proposto

Fonte: Elaboração Própria

Os três itens representam, as prioridades e as exigências principais a satisfazer para uma correcta gestão estratégica das áreas arqueológicas.

Quando falamos aqui da conservação e musealização, a mesma representa a prioridade absoluta na gestão de um sítio arqueológico. Tal vértice indica o objectivo geral que tem a ver com a subida do nível qualitativo no campo da Investigação, Preservação e Conservação/Musealização, através de:

- Implementação de novas estratégias de investigação (Planos de investigação a longo prazo, que incluam as fases de valorização da área arqueológica investigada);
- Auto-sustentabilidade da arqueologia;
- Novo papel dos arqueológos no processo de planeamento e gestão, tal como no processo de desenvolvimento da actividade turística local;
- Autonomia ou semi-autonomia financeira dos Heriatage Managers a nível local;
- Interacção entre arqueólogos e visitantes;
- Procura constante de novos instrumentos de apresentação e interpretação do património arqueológico;
- "Abrir" e "devolver" a arqueologia à população;
- Contextualizar a nível social, cultural e natural o património arqueológico;

- Maior "aceitação social" dos trabalhos de arqueologia por parte da população local;
- Implementação de novas tecnologias para a investigação e a preservação.

A aplicação dos princípios de sustentabilidade prevê uma atenção particular para os benefícios para população social. Por isso a presença fundamental deste segundo item dos três vértices, de uma gestão que fomente uma maior relação entre a área arqueológica e a população, de forma a proporcionar:

- Sensibilidade local acerca da própria história e raízes culturais;
- Crescimento da auto-estima e identidade local;
- Dinamização e revitalização das actividades económicas tradicionais (mas também não-tradicionais);
- Mobilidade, isto é, possibilidade de realizar intercâmbios culturais e temáticos e criação de *networks*;
- Desenvolvimento de projectos dinâmicos didácticos;
- Desenvolvimento de projectos d educação *formal* e *não-formal*;
- Preservação e valorização do património cultural e natural.

Por fim, a ligação com o turismo, que se de um lado é entendido tradicionalmente, enquanto propiciador de *incoming* do exterior do destino, pode-se neste caso, começar a ser entendido de forma mais abrangente, sendo as próprias infra-estruturas e os serviços criados para os turista, também direccionados aos visitantes e aos residentes locais, sobretudo de um ponto de vista de exploração do património arqueológico para o crescimento cultural. Por este fim, estes são entre os principais objectivos a conseguir:

- Criação de produtos turísticos culturais de alta qualidade no destino;
- Criação de produtos turísticos integrados (Natureza, Cultura, Turismo Urbano, Gastronomia, Religião; Tradições, etc.);
- Garantia de experiência inesquecível e única para o turista, baseada no contacto com a comunidade local e o seu património cultural, da qual porém também

possa beneficiar a própria produção local, fomentando momentos de trocas culturais (animação cultural);

- Novo papel dos técnicos do património no processo de "valorização turística do património";
- Criação de novos instrumentos de gestão de fluxos turísticos;
- Criação de marcas ligadas à cultura;
- Contribuir para o desenvolvimento sócio-económico sustentável local.

Para este Modelo de Gestão a principal qualidade, tem a ver com: maior integração do património arqueológico no processo de desenvolvimento sustentável a nível local; maior qualidade de gestão interna dos recursos humanos; maior qualidade na conservação e preservação dos sítios arqueológicos; maximização dos benefícios culturais e sócio-económicos derivados da exploração turística à população local; descentralização do processo da tomada de decisão e consequente agilidade de acção para os actores locais; maior participação dos técnicos do património no processo de planeamento das actividades turísticas na área da arqueologia; maior contextualização e integração do património arqueológico na realidade económica e cultural local; melhoria contínua das condições da conservação e apresentação do património arqueológico enquanto recurso turístico.

De acordo com os resultados da pesquisa desenvolvida no âmbito deste trabalho, o modelo assenta: na resolução das problemáticas e limitações encontradas nos modelos actuais; recuperação e aplicação de boas práticas actualmente existentes; implementação dos princípios de sustentabilidade promovidos por organizações supra-nacionais, segundo o lema "Pensar Globalmente, Agir Localmente"; revalidação da figura profissional do arqueólogo no processo de tomada de decisão no âmbito da gestão estratégica de áreas arqueológicas e por fim a revalidação do património arqueológico enquanto recurso local efectivamente capaz, quando gerido de forma integrada, de fomentar o desenvolvimento cultural e sócio-económico local.

Considerações Finais

O património arqueológico é actualmente considerado como um recurso turístico com grandes potencialidades de explorar. Contudo, ainda não parece comum a ideia de considerar o mesmo um instrumento dinâmico para o desenvolvimento sustentável a nível local. Este trabalho levou à necessidade de entender os actuais modelos de gestão integrada do património arqueológico que visem a integração do desenvolvimento turístico/desenvolvimento local, bem como a "revalidação social" da própria arqueologia, daqui a necessidade de um contributo à criação de um modelo de gestão integrada e estratégica que os agentes envolvidos no processo de planeamento e gestão do património possam utilizar não só como guia nas tomadas de decisões, mas também como instrumento de auto-avaliação constante.

Assim, do estudo feito referente à monotorização dos sítios, de uma maneira geral, os monumentos megalíticos estão na generalidade abandonados, os mesmos já foram valorizados, e a partir desse momento, não houve qualquer outra acção. Esta parte do estudo, foi realizada com a observação dos sítios arqueológicos em diferentes variantes. No que diz respeito às acessibilidades no geral estão muito conseguidas, em alguns casos houve a necessidade de criar novos acessos e ainda nos dias de hoje estão bem monitorizados, apesar de em alguns dos sítios haja a necessidade de recolocar placas de sinalizadoras que indiquem o monumento.

No que diz respeito à conservação dos monumentos, aqui havia muito a dizer, todos os monumentos carecem de novas intervenções, já que desde que foram efectuados os primeiros trabalhos não houve mais intervenções. Havia, num, plano de gestão de alguns dos monumentos, descritas mais intervenções, até agora não realizadas. No que concerne, à dinamização e apresentação ao público, há a necessidade de modificar o seu plano de monotorização, já que no conjunto de seis estações arqueológicas estudadas, apenas uma estava devidamente monitorizada. Devido, a essa falta de monotorização, alguns monumentos, não eram observáveis, devido ao grande estado de desenvolvimento da vegetação, sabia-se que existia ali um monumento devido às placas que o assinalavam.

A nível de qualidade enquanto oferta turística há muito a fazer, já que como não é possível, ter sempre um técnico do património presente, há uma necessidade de reformular as placas que têm as informações sobre os sítios, em alguns casos, há a necessidade de novas placas já que não existem. As informações dadas nos postos de turismo consideram-se boas, mas há uma urgência, de novos desdobráveis, com a máxima informação sobre os sítios, para que os visitantes, tenham uma melhor informação, e assim mais qualidade na sua visita. A criação de museus era um objectivo aquando o final dos trabalhos, mas quase na sua totalidade nunca foram avante, eram muito importantes, tanto para atrair visitantes, tanto par as populações terem esse património como adquirido para eles.

No presente trabalhos havia uma necessidade de ter a que noção as entidades que tutelam este tipo de património têm acerca dos mesmos, assim foram contactados numa primeira fase pelo autor deste trabalho, não tendo qualquer tipo de resposta, assim fica como objectivo a cumprir em outra fase.

Para a elaboração deste trabalho houve a necessidade de aplicar inquéritos, tanto à população assim como aos turistas, para aferir como os mesmos vêm o património arqueológico de cada um destes sítios em estudo. De uma maneira geral com os resultados dos inquéritos, resulta que as preocupações com o património arqueológico da Beira Alta é secundário. Aqui, é fácil concluir que as pessoas não estão dispostas a trocar "consumo" por "investimento" no património arqueológico.

Deste modo, em jeito de retrospectiva do trabalho desenvolvido, pensamos que, para além de te terem confirmado alguns resultados que já eram esperados à *priori*, podemos também, afirmar que existe alguma coerência nas respostas dadas por parte dos inquiridos. Podemos concluir no geral, que a partir dos resultados estatísticos, podemos expressar que o património em questão não está acessível a toda a gente, há uma grande percentagem de população que não tem o conhecimento do seu próprio património, há aqui claramente uma falta de divulgação, para a sua valorização dos sítios em estudo.

Apesar, dos resultados estatísticos, se mostrarem satisfatórios, há muitas variáveis que precisam de ser controladas, para melhor servir o visitante às regiões em

estudo. A finalizar, no que diz respeito ao tratamento estatístico, gostaríamos de salientar que, embora os estudos estatísticos realizados com dados provenientes de inquéritos apresentem algumas desvantagens, são, por vezes, a única forma de obter informações sobre o fenómeno que se pretende analisar sendo, actualmente, muito realizados nas mais diversas áreas do saber. Assim estamos convictos que estas abordagens são válidas e também interessantes, mas que, eventualmente pecam por falta de informação rigorosa.

É preciso uma nova abordagem que resulta sobretudo no que diz respeito à recuperação do contexto territorial, não só nas suas características antigas, mas sim na sua dimensão actual, como objecto de política de desenvolvimento cultural e sócio-económico. Nesta complexa dinâmica, o património cultural no geral, e o arqueólogo em particular, assume um papel central, como fulcro de identidade local e possível oportunidade de desenvolvimento ligado às tradições artesanais históricas e às produções de qualidade. É portante fundamental que os administrados locais tenham em consideração o sítio arqueológico como um recurso do território que guarda em si grandes oportunidades em termos de políticas estratégicas. É também extremamente importante que os responsáveis das áreas arqueológicas e os técnicos envolvidos na pesquisa e na conservação, saibam dialogar com os *stakeholders* locais, para tornar possíveis aqueles mecanismos de cooperação que possam de facto ter em consideração de forma integrada o petencial histórico, cultural e económico que um sítio arqueológico tem. O modelo apresentado visa a sustentabilidade, uma maior atenção a que processo de desenvolvimento seja planeado com igual rigor e maior equilíbrio de integração entre as áreas de sustentabilidade (económica, ambiental, socio-cultural).

Por fim, é importante frisar, que não é possível criar modelos de gestão rígidos na gestão dos sítios arqueológicos com vista à exploração turística e o aproveitamento para o desenvolvimento local, sobretudo à dificuldade de implementação na infinita variedade de realidades arqueológicas existentes. Com isto queremos dizer que também têm que existir directrizes gerais na abordagem à conservação dos sítios arqueológicos, sua fruição turística e sua relação com o desenvolvimento local

Assim, acreditamos que seja possível e viável, e até fortemente possível atribuir à arqueologia um papel de maior importância no processo de desenvolvimento sustentável a nível local, através de novas formas de gestão estratégica fortemente ligadas ao turismo.

Por fim, para que haja uma boa conservação dos sítios arqueológicos é necessário uma coordenação entre a comunidade e as partes interessadas, para que exista realmente uma boa gestão deste património arqueológico.

Bibliografia

- ALARCÃO, J. (1988) – *Roman Portugal.* Aris e Philips Ldt., Warminister, England

- ANDERSON, M. T. (1992) – *Para a crítica da paisagem.* Dissertação de Doutoramento, Universidade de Aveiro.

- ANDERSON, W.; LOW, S. (1995) – *Interpretation of Historic Sites. In* KNUDSON, D.; CABLE, T.; BECK, L. – *Interpretation of Cultural and Natural Resources,* State College (PA) Venture, pp. 3

- AKAN, T. (1996) – *Archaeological Heriditage Management for Conservation and Development.* Case study: Phaselis, METU.

- AZEVEDO, R. (1982) – *O porco na Zoocultura Ibérica.* Trabalhos de Antropologia e Etnologia, vol. 24, SPAE, Porto, pp.321-329

- BARATA, F. (1997) – *Cidades e memórias. Mérida Ciudad y Património*, Revista Cientifica, Mérida, 1, pp. 17-27.

- BINKS, G.; DYKE, J.; DAGNAEL, P. (1998) – *Visitors Welcome. A manual on the presentation and interpretation of archaeolical excavation.* Centre for environmental interpretation, Manchester Polytechnic, London.

- BIROT, P. (1946) – *Contribuiton a l´étude morphologique de la région de Guarda*, Coimbra Editora, Coimbra.

- BOTTO, M. M. D. (1986) – *Inscrição Rupestre de Penela da Beira.* Ficheiro etnográfico, vol.16, nr. 16, Universidade de Coimbra

- BRANT, J. (1998) – *New perspectives for landscape ecology. In* Cancela d´Abreu e Pinto-Correia (Eds.), *Challenges for Mediterranean Landscape.* Examples for the Alentejo Region, Actas do I encontro de ecologia da paisagem, Montemor-o-Novo.

- BRITO, M.; SILVA, C. (2005) – *Turismo e planeamento: a continuidade ou a auto-destruição. In* RTED – Revista Turismo e Desenvolvimento, II, pp. 11-24.

- [CATÁlOGO] (1987) – *Monumentos Megalíticos da Beira Alta.* Materiais deixados por Vera Leisner. Exposição do I A.A. em Lisboa, no M.N.A. a partir de 4 de Fevereiro de 1987, Instituto Arqueológico Alemão, Lisboa

- CARVALHO, P. S. (1989) – *Roteiro Arqueológico do Concelho de Penedono*, Câmara Municipal de Penedono.

- CARVALHO, P. S.; GOMES L. F. (1999) – *A Necrópole Megalítica da Nª Senhora do Monte* (Penedono, Viseu). Estudos Pré-Históricos, vol.3, CEPBA, Viseu, pp.243-248

- CARVALHO, P. S. (1996) - *A Necrópole Megalítica da Nª Senhora do Monte* (Penedono, Viseu). *Um espaço sagrado Pré-Histórico na Beira Alta*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, FLUP, policopiada.

- CARVALHO, P. S. (2005) - *A Necrópole Megalítica da Nª Senhora do Monte* (Penedono, Viseu). Estudos Pré-Históricos, vol.12, CEPBA, Viseu, 198 p

- CALDEIRA CABRAL, F.; GONÇALVES, J. E.; CABRAL, J. C. (1978) – *Ordenamento da paisagem rural. Ensaio de sistematização.* DGPU, Lisboa.

- COMER, D. C. (2002) – *Guide for producing site magenement plans: Planning for susteinable management of archaelogical and historic sites.*

- COSTA, M. G. (1977) – *História do Bispado e cidade de Lamego.* Vol. I, "Idade Média: a Mitra do Município", Lamego.

- COSTA, M. G. (1979) – *História do Bispado e cidade de Lamego.* Vol. II, "Idade Média: Paróquias e Conventos", Lamego.

- COSTA, C. (2001) – *En emerging tourism planning paradigm? A comparative analysis between town and tourism planning. In* International Journal and Tourism Research, pp. 425-441.

- CORTEZ, F.R. (1952) – *Contributo para o estudo do Neolítico em Portugal.* Trabalhos de Antropologia e Etnologia, vol.13, SPAE, Porto, pp.193-248

- CUNHA, P. e MARTINS, A. (2004), *Principais aspectos geomorfológicos de Portugal central, sua relação com o registo sedimentar e a importância do controlo tectónico*, in *Geomorfologia do Noroeste da Península Ibérica*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- DAVEAU, S. (1971), *La glaciation de la serra da estrela*, in *Revista Finisterra*, nº6, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa. pp. 5-40.

- Anónimo (1995), *O Quaternário do maciço hespérico em Portugal: problemas do seu estudo geológico e geomorfológico, in Cadernos de Laboratorio Xeolóxico de Laxe*, nº20, Coruña, Insituto Universitario de Xeoloxía Isidro Parga Gondal, pp. 37-55.

- FARINA, A. (1997) – *Principales and Methods in Landscape ecology.* Chapman and Hall, London.

- FEILDEN, B. M.; JOKILEHTO, J. (1992) – *Guidelines for the management of world culture heriditage sites.* ICCROM, Rome.

- FERREIRA, A. Miguel, (2000), *Dados geoquímicos de base de sedimentos fluviais de amostragem de baixa densidade de Portugal continental: estudo de factores de variação regional*. Dissertação de Doutoramento em Geociências pela Universidade de Aveiro.

- FERREIRA, A. C.; FERREIRA, M. C. F. C. (1978) – *O porco de pedra de Paredes da Beira – Beirão proto-histórico.* Trabalhos de Antropologia e Etnologia, vol.23, SPAE, Porto, pp.340-345

- FERREIRA, A. C. (1985) – *A Anta da Capela da Senhora do Monte – Contribuição para o estudo sobre o megalitismo da Freguesia de Paredes da Beira.* Trabalhos de Antropologia e Etnologia, SPAE, Porto, pp.41-62

- FERREIRA, A. C. (1990) – *Antas de Paredes da Beira (Contributo para o seu inventário),* "Homenagem a J. R. dos Santos Júnior", 1, Instituto de Investigação Cientifica e Tropical, IX, Lisboa, pp.219-223.

- FERREIRA, D. Brum (1981), *Carte geomorphologique du Portugal, in Memórias do Centro de Estudos Geográficos*, nº6, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.

- FORMAN, R.; GODRON, M. (1986) – *Landscape ecology*. Jonh Wiley & Sons, New York.

- FROMENT, A.; JOYCE, CH. (1987) – *La paysage, patrimoine naturel et culturel. Example du pays de l´Herve.* Notes de recherche de la Societé Geographique de Liége, pp 37-48.

- FURNARI, E. (1994) – *Neapolis: La valorizzacione dei beni culturali e anbientali.* L´Erma di Bretschneider, Roma.

- GOMES, L. F. (1996) – *A Necrópole Megalítica da Lameira de Cima* (Penedono, Viseu). Estudos Pré-Históricos, vol.4, CEPBA, Viseu, 196 p.

- GOMES, L. F.; CARVCALHO, P. S.; PERPÉTUO, J.; MARRAFA, C. (1997) – *O Dólmen da Areita, in* Actas do Colóquio «A Pré-História na Beira Interior», Tondela, pp. 33-93.

- ICOMOS, ICAHM (1990) – *Chunter for the proteccion and management of the archeological heriditage*. Home page of ICOMOS – www.ICOMOS.org

- JANIN, C. (1995) – *Peut-on «faire l´economie» dy paysage pour gérer le territoire? L´agriculture dans la paysage, une outre manière de faire du development local.* Dossier de la révue de geographie Alpine, pp. 11-30.

- JOUSSAUME, R. (1985), *Des dolmens pour les morts - Les mégalithismes à travers le monde*, Collection "La mémoire du Temps", Poitiers, Hachette, pp. 228-230.

- LEISNER, G. (1945) – *A cultura eneolítica do Sul de Espanha e as suas relações com Portugal*, Arqueologia e História, 8ª Série, I, Lisboa, pp. 9-28.

- LEISNER, G. e V. (1951) – *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz – Materiais para o estudo da cultura Megalítica de Portugal.* Instituto para a Alta Cultura, Lisboa

- LEISNER, G. e V. (1956) – *Die Megalithgräber da Iberischen Halbinsel. Der western Modrider Forschungem*. Band 1, Berlim

- LEISNER, V.; RIBEIRO, L. (1968) – *Die Dolmen von Carapito – Madider Mitteilurgen,* vol.9, Berlin, pp. 11-62

- MELLUCO VACCARO, A.; MESIANI, A. (2000) – *Un passato comune.* In Archeo, XVI, 11, pp.90-97

- MANACORDA, D. (2001) – *Dare un senso ai resti del passato. In* Archeo, XVII, 11 (201), pp. 86-88.

- MATOS, S. (1992) – Recensão bibliográfica de *I Conservazione Vitalizzazione Musealizzazione,* (Roma, Multigrafica Editice, 1988), Conimbriga, Coimbra, pp. 200-205

- MATOS, S. (1995) – *Glacial and periglacial geomorphology and present-day climatic conditions in Serra da Estrela, Portugal*, in *3ª Reunião do Quaternário Ibérico – Actas*, Coimbra, GTPEQ, pp. 165-170.

- MINISSI, F. (1978) – Museologia. *Museologia,* Firenze, 5, pp. 33-40.

- MINISSI, F. (1988) – *Conservazione, Vitalizzazione,Musealizzazione.* Multigrafica Rditrice, Roma.

- MOITA, I. (1966) – *Características predominantes do grupo dolménico da Beira Alta*, ETHNOS, vol.5, Lisboa, pp. 189-277

- MURTEIRA, J.F. (1993) – *Análise explicatória de dados (Estatística Descritiva)*. 2ª Edição, McGraw-Hill.

- NAVEH, Z.; LIBERMEM, A (1994) – Landscape Ecology. Theory and application. Spinger – Verlog, New York.

- OLIVEIRA, J. (1989) – *Sobre os Monumentos Megalíticos das Beiras.* Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu, Colecção Ser e Estar, Viseu, 29-55.

- PERALTA DA SILVA, E. (1997) – *"Património e identidade". Os desafios do turismo cultural*. Antropológicas, nº 4, Lisboa, Instituto Técnico de Lisboa.

- PIUZZI, F. (1990) – *La Ricerca Stratigrafica in Parcheologia – Introduzioni ai Metodi di Scavo e documentazioni.* Udine, CDC.

- RANELLUCCI, S. (1996) – *Structture Protettive e Conservazione dei Sitti Archeologici*. Carsa Edizioni, Pescara.

- RIBEIRO, O. (1993) – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico.* Sá da Costa, Lisboa.

- RIBEIRO, O., LAUTENSACH, H., DAVEAU, S. (1998), *Geografia de Portugal: I. Posição Geográfica e o Território*, Vol. I, Edições João Sá da Costa, Lisboa.

- SANTOS, N. C. (1991) – *O Arqueólogo, O Neolítico e a Sociedade, In* Actas das IV Jornadas Arqueológicas investigação e defesa do património, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa.

- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1984) – *Contribuições para uma tipologia da olaria do Megalitismo das Beiras,* A olaria na Idade do Bronze (I), Clio/Arqueologia, I, Lisboa, pp. 105-138

- SOEIRO, R. (1998) – *Estratégias de comunicação para o Património*. Cadernos do Museu Municipal de Penafiel, Penafiel, pp. 279-286

- STTANNERS, D.; BOURDEAU, P. (Eds.) (1999) – *Europe´s Environment. The Debris Assessment: an overview.* European Union, Luxemburg.
- TELLES, G. R. (1985) – *Para além da revolução.* Edições Salamandra, Lisboa.
- TILDEN, F. (1997) – *Interpreting our Heritage*, 3ª ed., Chapel Hill, North Carolina Press.
- UMBELINO, J. (2004) – *"Turismo e Património". Algumas ideias para reflexão. In* RTED – Revista de turismo e desenvolvimento, I (1), pp. 21-22.

Índice de Figuras

Figura 1 - Localização dos Monumentos em Estudo……...…...……...11

Figura 2 – Localização da Beira Alta……...……...……...15

Figura 3 – Mapa dos Distritos da Guarda e Viseu……..……15

Figura 4 – Períodos Geológicos…….……..…….… 16

Figura 5 – Localização da necrópole megalítica de Areita, apresentando-se o monumento alvo de objecto de estudo o número……55

Figura 6 – Localização das necrópoles megalíticas da Lameira de Cima (1). Senhora do Monte (2), Areita (3) e Senhora do Vencimento (4)…… ……..……... 58

Figura 7 – Implementação da necrópole megalítica de Areita. Vista da Margem Norte do rio Távora……...60

Figura 8 – Dólmen de Areita antes dos Trabalhos Arqueológicos…….61

Figura 9 – Dólmen de Areita. Estrutura tipo «caixa» patente no interior da câmara e após o devido restauro.....61

Figura 10 – Dólmen de Areita. Motivos gravados no esteio de cabeceira.....62

Figura 11 – Dólmen de Areita. Aspecto geral do monumento após os trabalhos de consolidação, restauro e valorização……...62

Figura 12 – Dólmen de Areita, sendo visíveis os blocos e lajes que continham exteriormente as terras do montículo envolvente……....63

Figura 13 – Acessibilidade e Sinalização do Dólmen de Areita……..….64

Figura 14 - Aspeto do monumento apresentado ao público……..……65

Figura 15 – Telheiro e papeleira no processo de valorização do monumento…….66

Figura 16 – Aspeto da área envolvente do Dólmen da Areita……..……..67

Figura 17 – Museu Eduardo Tavares……..……67

Figura18 – Mapa Geomorfológico e Localização da Necrópole……69

Figura 19 – Dólmen da Marofa (2000)……..…….....74

Figura 20 – Dólmen da Lapinha 1 (1991)……..…….....76

Figura 21 – Dólmen da Capela da Senhora do Monte. Aspeto antes das intervenções.77

Figura 22 – Dólmen do Carvalhal (1990). Aspecto do monumento antes da intervenção……...78

Figura 23 – Dólmen do Turgal……...79

Figura24 - Exemplo de acesso aos Monumentos da Necrópole da Nossa Senhora do Monte……...83

Figura 25 - Placas de localização da Necrópole na Estrada Nacional……84

Figura 26 - Placas de localização da Necrópole na Vila de Penedono.....84

Figura 27 – Dólmen do carvalhal. Ferros de Sustentação……..85

Figura 28 – Exemplo de apresentação ao público. (1) Dólmen da Capela da Senhora do Monte (2) Dólmen do Carvalhal (3) Dólmen do Sangrino (4) Dólmen do Turgal.....86

Figura 29 – Degradação das placas informativas. (1) Dólmen do Carvalhal/Capela da Nossa Senhora do Monte (2) Dólmen do Sangrino.....86

Figura 30 – Posto de Turismo de Penedono……...87

Figura 31 - Localização da Necrópole da Lameira de Cima.....88

Figura 32 - Extracto da Carta Geológica……89

Figura 33 - Implementação da Necrópole da Lameira de Cima…….95

Figura 34 - (1) Dólmen da Lameira de Cima 1, 1988 (2) Dólmen da Lameira de Cima 1, 1989 (3) Dólmen da Lameira de Cima 2, 1988 (4) Dólmen da Lameira de Cima 2, 1989. (Antes dos trabalhos de valorização)..... 95

Figura 35 - Dólmen da Lameira de Cima 2, após trabalhos de valorização.....96

Figura 36 - Dólmen da Lameira de Cima 1, após trabalhos de valorização.....96

Figura 37 - Aspecto final após os trabalhos de Valorização (1) Dólmen 1 da Lameira de Cima (2) Dólmen 2 da Lameira de Cima.....96

Figura 38 - Placas de Sinalização de acesso à Necrópole da Lameira de Cima (2011)..... 97

Figura 39 - Melhoramento dos acessos à Necrópole da Lameira de Cima.....98

Figura 40 - Monitorização da Necrópole da Lameira de Cima (Limpeza)…….... 98

Figura 41 - Conservação das estruturas dos Monumentos da Lameira de Cima….....99

Figura 42 - Placas informativas da Necrópole Lameira de Cima…….....100

Figura 43 - Área envolvente da Necrópole da Lameira de Cima…….....100

Figura 44 - Localização da Anta de Perâ do Moço……..…102

Figura 45 - Implementação da Anta Perâ do Moço……..……105

Figura 46 - Estado do monumento antes dos trabalhos de Consolidação e Valorização……106

Figura 47 - Estado do monumento após os trabalhos de Consolidação e Valorização……...106

Figura 48 - Acessos e Sinalização da Anta Perâ do Moço……...107

Figura 49 - Conservação actual do monumento……...107

Figura 50 - Estado da Placa Informativa sobre a Anta Perâ do Moço.....108

Figura 51 - Estado da Anta do Penedo do Com antes dos trabalhos de valorização…110

Figura 52 – Localização da Anta do Penedo do Com……..111

Figura 53 – Aspecto geral da Anta do Penedo do com após a valorização……..114

Figura 54 – Aspecto geral da Anta do Penedo do com após os trabalhos de valorização, com o telheiro e painel explicativo, papeleira e pilares de madeira tratada……..114

Figura 55 – Sinalização e Acessibilidades da Anta do Penedo do Com….....115

Figura 56 – Fracturas no esteio que suporta a laje de cabeceira……..…116

Figura 57 – Esteio carbonizado e fogueira……..…….116

Figura 58 – Estado actual da papeleira……..…117

Figura 59 – Desdobrável do "Percurso Arqueológico de Esmolfe"……..……...118

Figura 60 – Perspectiva do antes e depois da Anta do Penedo do Com……...…118

Figura 61 - Localização do Planalto da Nave……...…120

Figura 62 - Orca de Carqueijas depois dos trabalhos de valorização (Limpeza)…… 125

Figura 63 - Orca de Seixas antes do processo de valorização……..…125

Figura 64 - Orca Grande depois do processo de valorização (Limpeza)……. 125

Figura 65 - Orca Fonte do Rato depois dos trabalhos de valorização (Limpeza)……126

Figura 66 - Orca do Bebedouro antes e depois dos trabalhos de valorização (Limpeza)…….. 126

Figura 67 - Orca de seixas após os trabalhos de valorização e modelo de Painel explicativo……...……..126

Figura 68 - Acessos ao Circuito Pré-histórico da Nave……..…….127

Figura 69 - Sinalização de Acesso ao Circuito Pré-Histórico da Nave……..…..128

Figura 70 - Sinalização dos Monumentos dentro do Circuito Pré-histórico da Nave..128

Figura 71 - Orca da Fonte do Rato (1); Orca do Bebedouro (2); Orca das Caraqueijas (3); Orca Grande (4). Aspecto dos monumentos na actualidade……...129

Figura 72 - Orca de seixas na actualidade……..…...…130

Figura 73 - Aspecto das placas informativas no presente……..……..130

Figura 74 - Posto de Turismo da Vila Moimenta da Beira……..…….131

Figura 75 - Esquematização do Modelo de Gestão proposto…….202

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Caracterização da amostra global (n= 1150)……..……133

Tabela 2 – Estatística da variável idade……134

Tabela 3 – Habilitações Académicas dos indivíduos da amostra…….……134

Tabela 4 – Dados estatísticos gerais dos inquéritos aplicados na Anta Perâ do Moço……..135

Tabela 5 – Amostra dos Inquéritos à população da Anta Perâ do Moço…….**.....**135

Tabela 6 – Amostra dos Inquéritos da Anta Perâ do Moço aos Turistas……..…140

Tabela 7 – Dados estatísticos gerais da Anta Penedo do Com…….143

Tabela 8 – Amostra dos inquéritos à população referente na Anta Penedo do Com**....**144

Tabela 9 – Amostra resultantes dos inquéritos realizados aos turistas na Anta Penedo do Com……...149

Tabela 10 – Dados Estatísticos Gerais da Necrópole Megalítica da Nave……...153

Tabela 11 – Amostra Resultante dos Inquéritos à População referente à Necrópole Megalítica da Nave……154

Tabela 12 – Amostra dos resultados dos inquéritos aos turistas da Necrópole Megalítica da Nave……..158

Tabela 13 – Dados Estatísticos Gerais da Necrópole Megalítica da Lameira de Cima……...…162

Tabela 14 – Amostra dos Inquéritos à população referente à Necrópole da Lameira de Cima……...163

Tabela 15 – Amostra dos inquéritos aos turistas referente a Necrópole da Lameira de Cima……...…168

Tabela 16 – Dados Estatísticos Gerais da Necrópole da Senhora do Monte……172

Tabela 17 – Amostra dos Inquéritos à População referente à Necrópole da Senhora do Monte……..…173

Tabela 18 – Amostra dos Inquéritos aos turistas referente a Necrópole da Senhora do Monte……..…179

Tabela 19 – Dados estatísticos gerais do Dólmen da Areita……....183

Tabela 20 – Amostra dos Inquéritos à População referente ao Dólmen da Areita…...184

Tabela 21 – Amostra dos inquéritos aos turistas referente ao Dólmen da Areita…..…189

Tabela 22 - Amostra global dos resultados dos inquéritos à População……...193

Tabela 23 – Amostra global dos resultados dos inquéritos aos Turistas……197

Índice de Gráficos

Conjunto de Gráficos referentes ao tratamento estatístico à População da Anta Perâ do Moço (Perâ do Moço, Guarda)…… ……...…….…136

Conjunto de Gráficos referentes ao tratamento estatístico aos turistas da Anta Perâ do Moço (Perâ do Moço, Guarda)……... ……..140

Conjunto de Gráficos referentes ao tratamento estatístico à População da Anta do Penedo do Com (Esmolfe, Penalva do Castelo, Viseu)…….……..145

Conjunto de Gráficos referentes ao tratamento estatístico aos turistas da Anta do Penedo do Com (Esmolfe, Penalva do Castelo, Viseu)……..……...……...149

Conjunto de Gráficos referentes ao tratamento estatístico à População da Necrópole da Nave (Alvite, Moimenta da Beira, Viseu) …….…...…154

Conjunto de Gráficos referentes ao tratamento estatístico aos turistas da Necrópole da Nave (Alvite, Moimenta da Beira, Viseu) ……...158

Conjunto de Gráficos referentes ao tratamento estatístico à População da Necrópole da Lameira de Cima (Antas, Penedono, Viseu) ……...163

Conjunto de Gráficos referentes ao tratamento estatístico aos turistas da Necrópole da lameira de Cima (Antas, Penedono, Viseu) ……168

Conjunto de Gráficos referentes ao tratamento estatístico à População da Necrópole da Senhora do Monte (Penela da Beira, Penedono, Viseu) ……..174

Conjunto de Gráficos referentes ao tratamento estatístico aos turistas da Necrópole da Senhora do Monte (Penela da Beira, Penedono, Viseu) ……..179

Conjunto de Gráficos referentes ao tratamento estatístico à População do Dólmen da Areita (Riodades/Penela da Beira, S. J. da Pesqueira, Viseu) ……184

Conjunto de Gráficos referentes ao tratamento estatístico aos turistas do Dólmen da Areita (Riodades/Penela da Beira, S. J. da Pesqueira, Viseu) ……... 189

Conjunto de Gráficos referentes ao tratamento estatístico à População no geral……..193

Conjunto de Gráficos referentes ao tratamento estatístico aos turistas no geral…….197

Índice de Quadros

Quadro 1 – Exemplo de Plano de Gestão……..….52

Quadro2 – Circuito de monotorização e revisão de planos de gestão……52

Quadro 3 – Exemplo do tratamento de dados da amostragem…….133

Apêndice 1

Inquérito (População)

1.O presente inquérito tem como objectivo recolher dados sobre opiniões sobre a conservação e restauro/valorização do(s) monumento(s) megalítico(s), que fazem parte do seu concelho.

2.A estrutura do presente inquérito, segue uma linha em que primeiro e abordado o próprio inquirido seguindo-se para a sua opinião geral do tema, ou seja, das entidades que tutelam os monumentos, assim como a sua opinião sobre o que traz, ou não de novo ao concelho.

3.É Expectável, que a recolha destes dados, clarifique a importância que a conservação e restauro/valorização tiveram no concelho em que os monumentos estão inseridos.

Referente ao monumento:_____

Data:_____

Inquirido:_____ Contacto_____

Idade____ Género____ Habilitações_____

1.Como habitante deste concelho sabe da existência de Monumentos Megalíticos visitáveis?

Sim ☐ Não ☐ Não Sabe/Responde ☐

2.Qual a importância que dá aos monumentos?

Muita Importante ☐ Importante ☐ Pouco Importante ☐ Não Sabe/Responde ☐

3.Considera importante conhecer o passado humano?

Sim ☐ Não ☐ Não Sabe/Responde ☐

4.Dispõe-se a prestar ajuda para a protecção e divulgação do património do seu Concelho?

Sim ☐ Não ☐ Não Sabe/Responde ☐

5.Considera que os responsáveis assumem bem a protecção ao seu património, assim como a sua divulgação?

Sim ☐ Não ☐ Não Sabe/Responde ☐

6.Considera que os jovens estão o suficiente sensibilizados para as questões relacionadas com o património?

Sim ☐ Não ☐ Não Sabe/Responde ☐

7.Considera que a Arqueologia pode contribuir para preservar a identidade cultural das regiões em que se inserem?

Sim ☐ Não ☐ Não Sabe/Responde ☐

8.Quando visita outros locais, interessa-se pela História e pela Cultura desses sítios?

Sim ☐ Não ☐ Não Sabe/Responde ☐

9.Como avalia o trabalho arqueológico, desenvolvido no seu concelho e a sua conservação e restauro no(s) monumento(s) em questão? Acha que foram satisfatórios?

Sim ☐ Não ☐ Não Sabe/Responde ☐

10.Concorda com os trabalhos de salvaguarda, tanto no âmbito de escavação arqueológica, assim como a sua conservação e restauro?

Sim ☐ Não ☐ Não Sabe/Responde ☐

11.Considera que o património em questão ajuda a desenvolver o turismo na região?

Sim ☐ Não ☐

12.Considera que o património em questão ajuda a desenvolver a economia da região?

Sim ☐ Não ☐ Não Sabe/Responde ☐

13.Considera que o património em questão ajuda a interacção entre as pessoas da região?

Sim ☐ Não ☐ Não Sabe/Responde ☐

14.Acha que o município cria condições para que se estabeleça uma interacção entre o património e a população?

Sim ☐ Não ☐Não Sabe/Responde ☐

Os presentes inquéritos, vão ser submetidos a uma análise estatística para tomar conhecimento se valeu a pena ou não efectuar trabalhos arqueológicos, assim como a sua conservação e restauro do(s) monumento(s) em estudo.

Inquérito (Turistas)

1.O presente inquérito tem como objectivo recolher dados sobre opiniões sobre a conservação e restauro/valorização do(s) monumento(s) megalítico(s), que fazem parte do concelho em que os possíveis turistas estão.

2.A estrutura do presente inquérito, segue uma linha em que primeiro e abordado o próprio inquirido seguindo-se para a sua opinião geral do tema, assim como a opinião que os turistas têm sobre o sítio arqueológico.

3.É Expectável, que a recolha destes dados, clarifique a opinião das pessoas que estão de passagem, ou não pelo sítio arqueológico e qual a importância que lhe dão, assim como o estado do sítio.

Referente ao monumento:_____

Data:_____

Inquirido:_____ Contacto_____

Idade____ Género____ Habilitações_____

1.Area de residência?

Interno ao País ☐ Externo ao País ☐ Não sabe/Responde ☐

2.Motivação das suas férias ou passagem neste concelho?

Por ser da região☐ Curiosidade☐ Já visitou anteriormente ☐ Aconselhamento de amigos☐ Outro ☐ Não Sabe/Responde ☐

Qual?_____

3.Enquanto turista neste concelho, conhece monumentos megalíticos visitáveis?

Sim☐ Não☐ Não Sabe/Responde ☐

4.Já visitou alguns?

Sim☐ Não☐ Não Sabe/Responde ☐

5.Que importância dá aos monumentos megalíticos?

Alta ☐ Média☐ Baixa☐ Não Sabe/Responde ☐

6.Quando definiu este local no seu roteiro, teve alguma preocupação em se informar do património existente visitável?

Sim☐ Não☐ Não Sabe/Responde ☐

7.Dirigiu-se a um Posto de Turismo para se informar?

Sim☐ Não☐ Não Sabe/Responde ☐

8.Quando visita outros locais, tem em conta o património visitável?

Sim☐ Não☐ Não Sabe/Responde ☐

9.Na unidade de alojamento que escolheu, recebeu informações turísticas?

Sim☐ Não☐ Não Sabe/Responde ☐

10.Caso tenha visitado os monumentos megalíticos deste concelho, como qualifica as condições?

Medíocre ☐ Suficiente ☐ Bom☐ Excelente☐ Não Sabe/Responde ☐

11.De 1 a 5 classifique as acessibilidades.

1 2 3 4 5 Não Sabe/Responde ☐
☐ ☐ ☐ ☐ ☐

12.De 1 a 5 classifique a qualidade da visita.

1 2 3 4 5 Não Sabe/Responde ☐
☐ ☐ ☐ ☐ ☐

13.As informações afixadas nos painéis, são suficientes para a compreensão geral do monumento?

Sim☐ Não☐ Não Sabe/Responde ☐

Os presentes inquéritos, vão ser submetidos a uma análise estatística para tomar conhecimento se valeu a pena ou não efectuar trabalhos arqueológicos, assim como a sua conservação e restauro do(s) monumento(s) em estudo.